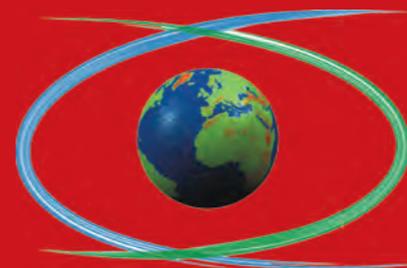


O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos



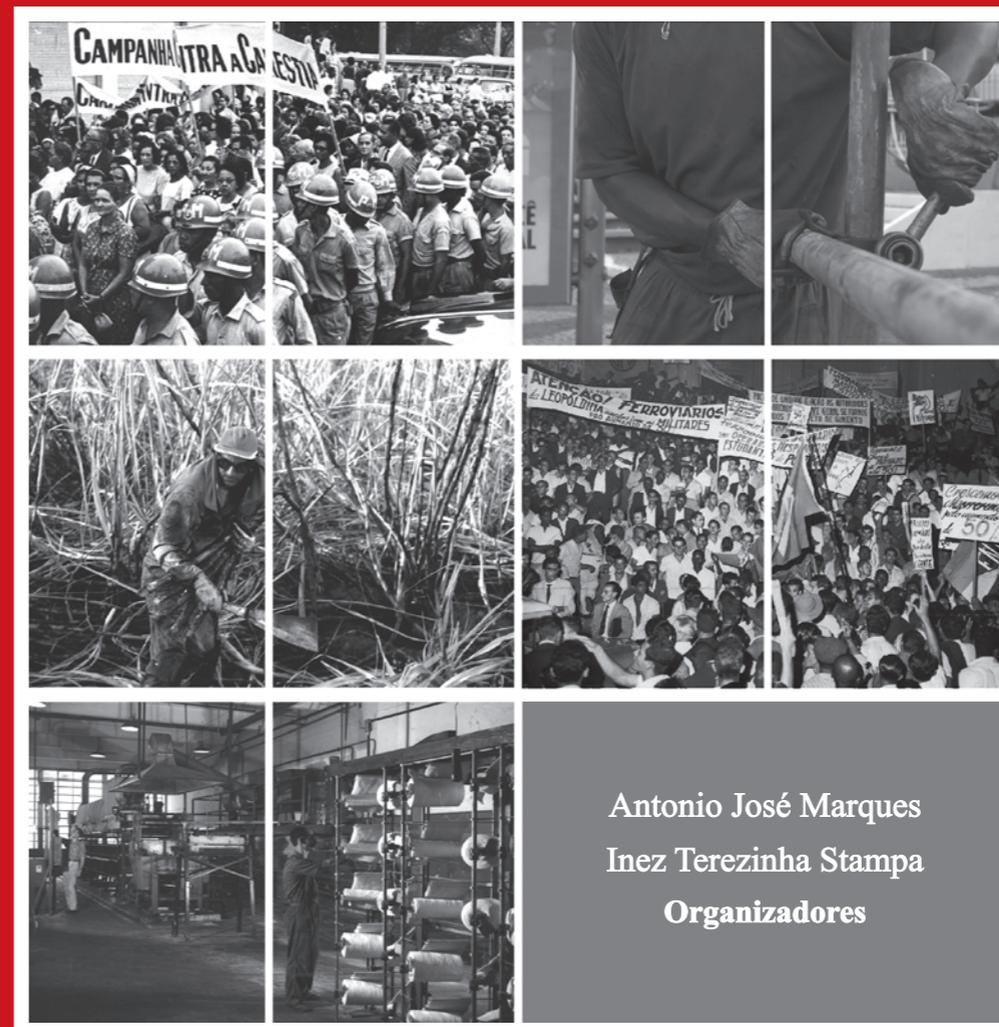
# O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

2ª edição

Este livro é resultado do Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, realizado em setembro de 2008, na cidade de São Paulo. A publicação da primeira edição, esgotada em dezembro de 2009, contribuiu para que o Seminário pudesse avançar em seus propósitos de aprofundamento do debate, intercâmbio intelectual e de articulação entre pesquisadores e militantes sindicais e populares.

Os resultados foram extremamente positivos e a publicação desta segunda edição visa atender às demandas de universidades, entidades sindicais, centros de documentação, bem como de profissionais, pesquisadores e militantes. Dessa forma, a nova edição proporcionará o acesso aos textos publicados a um maior número de pessoas interessadas na organização, preservação e memória dos arquivos dos trabalhadores da cidade e do campo.



## PROMOÇÃO



## PATROCÍNIO



Ministério do Desenvolvimento Agrário



ISBN 978-85-60207-20-6







Antonio José Marques – Inez Terezinha Stampa  
**Organizadores**

# **O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**

**2ª Edição**

**Rio de Janeiro – São Paulo**



2010

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 – 20211-350, Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone: (21) 2179-1273; Fax: (21) 2179-1297

E-mail: pi@arquivonacional.gov.br

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 – 03041-000, São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 2108-9247; Fax: (11) 2108-9310

E-mail: cut@cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M965 O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos / Antonio José Marques, Inez Terezinha Stampa (organizadores). – 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.  
264 pg.

ISBN 978-85-60207-20-6 – ISBN 978-85-89210-31-7

1. Trabalhadores - Brasil - memória. 2. Arquivos. 3. Documentos-preservação. 4. Movimentos sociais - história. 5. Trabalhadores rurais. 6. Trabalhadores urbanos. 7. Movimento sindical. 8. Sindicalismo. I. Marques, Antonio José. II. Stampa, Inez Terezinha.

CDU 323.33

CDD 331.09

## **Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

## **Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República**

Erenice Alves Guerra

## **Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República**

Carlos Eduardo Esteves Lima

## **Arquivo Nacional**

Jaime Antunes da Silva (Diretor-Geral)

Inez Terezinha Stampa

Vicente Arruda Câmara Rodrigues

## **Presidente da Central Única dos Trabalhadores**

Artur Henrique da Silva Santos

## **Secretário-Geral**

Quintino Marques Severo

## **Centro de Documentação e Memória Sindical**

Antonio José Marques (Coordenador)

Anderson Pereira dos Santos

Arlton de Carvalho Soares

Dinalva Alexandrina de Oliveira

Silvia Regina Linhares dos Santos

Tatiani Carmona Regos Cruz

## **Organizadores**

Antonio José Marques

Inez Terezinha Stampa

## **Revisão**

Luciana Moreira Branco

## **Tradução**

Ricardo Avelar de Souza

## **Capa**

Judith Vieira

Tânia Bittencourt

## **Projeto Gráfico e Diagramação**

1ª edição: Ultra Digital - 2ª edição: M.Giora Comunicação

## **Fotografias**

Acervo Arquivo Nacional/ABr – Valter Campanato e Fábio Pozzebom

CC – Creative Commons Atribuição – 2.5 – Brasil



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
---------------------------	----

## **PRÓLOGO**

Saudação de Artur Henrique da Silva Santos, presidente da Central Única dos Trabalhadores, Brasil.....	17
Saudação de Jaime Antunes da Silva, diretor-geral do Arquivo Nacional, Brasil.....	19
Saudação de Jorge Ruiz Dueñas, presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos, México.....	21

## **PARTE I**

### **MUNDO DOS TRABALHADORES: A CIDADE E O CAMPO**

#### **CAPÍTULO 1**

Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo Leonilde Servolo de Medeiros.....	27
--	----

#### **CAPÍTULO 2**

O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas Marco Aurélio Santana.....	43
---	----

## **PARTE II**

### **ARQUIVO, MEMÓRIA E CIDADANIA: O SENTIDO DOS ARQUIVOS**

#### **CAPÍTULO 3**

Os arquivos do movimento operário, dos movimentos sociais e das esquerdas na Argentina. Um caso de subdesenvolvimento cultural Horacio Tarcus.....	61
---	----

#### **CAPÍTULO 4**

Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992 John D. French.....	83
--	----

## **PARTE III**

### **POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO: PRESERVAÇÃO E ACESSO**

#### **CAPÍTULO 5**

A situação arquivística brasileira: subsídios para a implantação de uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas Jaime Antunes da Silva.....	105
--	-----

## **CAPÍTULO 6**

- Os arquivos do movimento operário. A recuperação dos documentos das organizações sindicais do Peru  
Ruth Elena Borja Santa Cruz..... 115

## **PARTE IV**

### **AS CENTRAIS SINDICAIS: ORGANIZAÇÃO DOS SEUS DOCUMENTOS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA**

#### **CAPÍTULO 7**

- As políticas documentais da CUT e a criação do Centro de Documentação e Memória Sindical  
Antonio José Marques..... 131

#### **CAPÍTULO 8**

- O Centro de Arquivo e Documentação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)  
Filipe Caldeira..... 161

#### **CAPÍTULO 9**

- Os arquivos da Confederação Sindical de Comissões Operárias (CC.OO.) da Espanha. A rede de arquivos históricos e patrimônio documental da CC.OO.  
Jose Antonio de Mingo Blasco..... 171

## **PARTE V**

### **AS UNIVERSIDADES E A PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOS TRABALHADORES**

#### **CAPÍTULO 10**

- O mundo dos trabalhadores no acervo do CEDIC/PUC-SP  
Ana Célia Navarro de Andrade..... 191

#### **CAPÍTULO 11**

- Quando novos personagens entraram no Arquivo: o Centro de Documentação Social (CDS) do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS  
Benito Schmidt (coordenação), Diego Scherer da Silva, Geórgia Stefânia Manfroi Pinto, Iuri Bauler Pereira e Marcus Vinicius de Souza Bonugli. 201

#### **CAPÍTULO 12**

- Arquivo Edgard Leuenroth: do documento ao conhecimento. A construção do arquivo dos trabalhadores  
Elaine Marques Zanatta..... 211

### **CAPÍTULO 13**

Memória dos trabalhadores: contribuição do Arquivo de Memória  
Operária do Rio de Janeiro

Elina Pessanha e Marcos Aurélio Santana Rodrigues.....225

### **CAPÍTULO 14**

O Arquivo Lyndolpho Silva

Luiz Flávio de Carvalho Costa..... 241

**SOBRE OS AUTORES..... 247**

**PROGRAMA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO  
DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS.....253**

**PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO..... 257**

**RELATÓRIO FINAL DO SEMINÁRIO. RECOMENDAÇÕES..... 259**



# APRESENTAÇÃO

*Antonio José Marques\**  
*Inez Terezinha Stampa\*\**

A presente coletânea reúne artigos de especialistas brasileiros e estrangeiros nos estudos sobre o mundo dos trabalhadores e seus arquivos e foi estruturada com base no Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, evento promovido pela Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), pelo Arquivo Nacional do Brasil, e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre os dias 9 e 11 de setembro de 2008, na cidade de São Paulo, Brasil.

O Seminário foi organizado pela Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP, Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Cedec/PUC-SP, Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – Cedoc/CUT, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Cedem/UNESP, Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas – AEL/Unicamp e Arquivo Nacional do Brasil.

Durante o Seminário, arquivistas, historiadores, estudiosos de áreas afins, dirigentes sindicais, dirigentes de instituições e entidades arquivísticas, professores, alunos, trabalhadores e militantes de diversos movimentos sociais participaram ativamente das sessões. Nosso agradecimento está dirigido, em primeiro lugar, a eles.

Por sua vez, os conferencistas e coordenadores das mesas demonstraram seu compromisso intelectual e político com as lutas populares no Brasil e na América Latina. A eles agradecemos pela participação e pela contribuição fundamental para o sucesso do Seminário e para a elaboração desta publicação.

Finalmente, e mais uma vez, devemos destacar nossa gratidão ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos (Programa ADAI) e ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA), pelas subvenções que torna-

\* Coordenador do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Especialista em Organização de Arquivos e Mestre em História Social.

\*\* Gerente da Assessoria de Coordenação do Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Doutora em Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

---

ram possível a realização do evento e a publicação deste livro.

O Seminário teve por objetivo realizar debates sobre os documentos reunidos pelos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, bem como sobre as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para o incentivo à recuperação e à preservação dos arquivos dos trabalhadores e suas organizações.

Sua relevância reside no grande valor histórico e social dos acervos sindicais e sobre os trabalhadores, assim como na necessidade de enfatizar a importância de sua preservação. Ainda que todas as entidades sindicais e movimentos de trabalhadores produzam documentos, elas nem sempre se preocupam ou podem manter os seus arquivos organizados e acessíveis.

Em alguns países da Europa, como Alemanha e Espanha, as centrais sindicais possuem órgãos voltados diretamente para a recuperação, organização e preservação de seus documentos. Na América Latina, inclusive no Brasil, vários centros de documentação dessa natureza nasceram vinculados às universidades. Nos últimos anos, também assistimos a iniciativas no meio sindical. Nesse sentido, é possível verificar um despertar de consciência quanto à necessidade de preservação desses acervos.

Nos três dias do Seminário tivemos conferências, exposições e debates com especialistas da Argentina, Brasil, Espanha, Estados Unidos, México, Peru, Portugal e Suíça, acompanhados por participantes brasileiros e estrangeiros. Durante o evento foi realizada, ainda, a Assembleia Geral da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), com a participação de oito delegados e um representante do Programa ADAI. Também esteve presente no evento um representante do Conselho Internacional de Arquivos.

Os conferencistas e expositores produziram artigos que tornamos públicos com a coletânea “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”.

No Prólogo, apresentamos as saudações do presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique da Silva Santos, do diretor-geral do Arquivo Nacional do Brasil, Jaime Antunes da Silva e as palavras do presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos, Jorge Ruiz Dueñas.

Pronunciadas na conferência de abertura “Mundo dos trabalhadores: a cidade e o campo”, também estão presentes nesta publicação as palestras de Leonilde Servolo de Medeiros e Marco Aurélio Santana. O artigo de Leonilde, *Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo* apresenta o grande desafio que se coloca sobre as lutas no campo no Brasil: tirá-las do silêncio a que foram submetidas e reconstruir alguns de seus momentos, de forma a dar-lhes visibilidade. O

texto discute os conflitos no campo como questão de pesquisa, traz alguns traços das lutas no campo nos últimos cinquenta anos, além de apontar novos temas e desafios teóricos e políticos inerentes à categorização do que são o “campo” e o “rural” hoje.

Já Marco Aurélio Santana, em seu texto *O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas* aborda as transformações no mundo do trabalho e como estas vêm afetando de modo intenso as sociedades industriais em todo o globo. O autor reconhece nos trabalhadores e nos sindicatos o alvo central desse impacto, na medida em que mudaram as empresas, a produção, o perfil e a formação da classe trabalhadora, bem como sua identidade e demandas. Seu artigo analisa a trajetória recente do movimento sindical brasileiro, seus avanços, dilemas e desafios. Além disso, indica as perspectivas desse movimento no século que se abre, apontando o possível papel que os projetos de memória e preservação de acervos podem desempenhar no novo cenário.

As Mesas contaram com a participação de especialistas brasileiros e internacionais. A primeira tratou sobre “Arquivo, memória e cidadania: o sentido dos arquivos”. John D. French apresentou *Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992*. O artigo utilizou como ponto de partida os diagnósticos apresentados na primeira Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales, realizada em Buenos Aires, em 1992, e os artigos arquivísticos sobre México, Espanha e Porto Rico publicados em 2006, por ocasião do centenário do sindicalismo Puertorriqueño. O autor discute as mudanças entre 1992 e os dias atuais, enfatizando a questão brasileira, a necessidade de se ir além de uma história apenas sindical, masculina e institucional, os desafios que isto traz para a arquivística, e conclui com um questionamento sobre o papel dos arquivos sindicais.

Outra contribuição muito interessante para a discussão pode ser encontrada no artigo de Horacio Tarcus, *Os arquivos do movimento operário, dos movimentos sociais e das esquerdas na Argentina. Um caso de subdesenvolvimento cultural*. O autor demonstra que, apesar de ter se instalado fortemente na Argentina, nos últimos dez anos, discursos acerca da memória e da revalorização patrimonial, ainda são enormes as distâncias com relação às práticas de recuperação e preservação dos arquivos sociais, principalmente por parte do Estado. Horácio informa sobre centros de documentação em outros países e instituições na Argentina que preservam fontes do movimento operário argentino. Traz experiências dos movimentos sociais para preservar seus documentos e em especial a experiência do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI).

---

Da segunda Mesa com a temática “Política de organização: preservação e acesso”, trazemos a contribuição de Ruth Elena Borja Santa Cruz com o artigo *Os arquivos do movimento operário. A recuperação dos documentos das organizações sindicais do Peru*. Ela mostra que o trabalho de arquivos do Peru vem se desenvolvendo com muito esforço por parte dos arquivistas e com pouco apoio do Estado e da sociedade civil. Informa sobre as atividades desenvolvidas na recuperação e valorização do arquivo da Central General de Trabajadores del Perú (CGTP) e de alguns sindicatos e também sobre fundos e coleções preservados em outras instituições.

Jaime Antunes da Silva, em *A situação arquivística brasileira: subsídios para a implantação de uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas*, indica que a rede de arquivos do Brasil é bastante ampla e complexa, incluindo os arquivos da administração pública, arquivos privados de interesse público e social, além de arquivos de pessoas físicas e jurídicas. Também, destaca a existência de parcela de acervos arquivísticos em museus, bibliotecas, instituições privadas e/ou centros de documentação ligados a universidades, sob a guarda da Igreja e ordens religiosas, irmandades, cartórios, empresas, associações e entidades sindicais. Diante dessa dispersão e das dificuldades financeiras, o Arquivo Nacional tem investido em redes de cooperação e informações arquivísticas, dando ênfase ao projeto “Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)”.

As sessões coordenadas foram outro ponto de destaque no Seminário e contaram com a participação de convidados brasileiros e estrangeiros. Elas objetivaram a apresentação de experiências de entidades sindicais e instituições que atuam na organização, preservação e disponibilização de arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo

A primeira sessão trouxe Luiz Flávio de Carvalho Costa, que apresentou o trabalho *O Arquivo Lyndolpho Silva*. O Arquivo reúne documentos reunidos por Lyndolpho Silva, entre 1945 e 1964, como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e um dos principais responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais do país. O autor apresenta uma breve biografia de Lyndolpho, a sua relação com o movimento sindical, o acervo e os tipos documentais que o compõem.

Ana Célia Navarro de Andrade, com o artigo *O mundo dos trabalhadores no acervo do Cedec/PUC-SP*, apresenta o Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Criado em 1980, o CEDIC se constitui num espaço de preservação de documentos de diferentes tendências e expressões da memória social brasileira. Desde 1986, reúne conjuntos documentais de movimentos sociais ligados à Igreja, à educação, e sobre questões sociais, políticas e culturais. A autora relaciona os fundos e coleções do acervo, alguns títulos de periódicos,

os serviços que o Cedec desenvolve e apresenta as publicações lançadas pelo Centro.

O artigo *As políticas documentais da CUT e a criação do Centro de Documentação e Memória Sindical* é de Antonio José Marques. O autor faz um retrospecto dos centros de documentação que existiram no sistema CUT, da política nacional de memória e documentação desenvolvida pela Central na primeira metade dos anos 1990 e da constituição do Cedoc/CUT no final dos anos 1990. Apresenta, também, alguns dados quantitativos sobre o acervo, trabalhos desenvolvidos e, como anexo, a descrição, em nível de fundo, de seis arquivos e uma coleção elaborada de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade).

Para expor o trabalho desenvolvido no *Centro de Arquivo e Documentação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)*, Filipe Caldeira apresenta artigo de mesmo nome, onde destaca as principais linhas orientadoras da sua atividade, em relação à organização, preservação e valorização do fundo documental da Confederação, realçando as principais dificuldades encontradas para desenvolver tal trabalho. Propõe também questões para reflexão: quais os desafios inerentes ao tratamento da documentação de natureza sindical? Que soluções são possíveis? Procurou, igualmente, caracterizar a realidade portuguesa no que diz respeito à organização e preservação dos arquivos sindicais.

Na segunda sessão coordenada, Elaine Marques Zanatta traz a experiência do *Arquivo Edgar Leuenroth: do documento ao conhecimento. A construção do arquivo dos trabalhadores*. O artigo aborda a missão do Arquivo, sediado na Universidade Estadual de Campinas. Apresenta um histórico de sua formação e os rumos tomados pelo AEL, que o inseriram na comunidade científica e acadêmica nacional e internacional, sobretudo a latino-americana, como uma das principais instituições de preservação dos arquivos dos trabalhadores. Traz ainda alguns resultados e dados quantitativos sobre o acervo atualizados até o Seminário.

O artigo de Elina Pessanha e Marcos Aurélio Santana Rodrigues intitulado *Memória dos trabalhadores: contribuição do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro* apresenta a instituição sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Arquivo reúne fundos e coleções institucionais, particulares, de lideranças sindicais e políticas expressivas, e oriundas de pesquisa acadêmicas. Os autores apresentam alguns acervos sob a guarda do Amorj e realizam uma abordagem sobre o acervo virtual, onde enfatizam a montagem da Biblioteca Virtual Evaristo de Moraes Filho e a sua disponibilização via internet.

Ainda na sessão de troca de experiências, o artigo *Quando novos personagens entraram no arquivo: o Centro de Documentação Social (CDS) do Núcleo de Pesquisa em*

---

*História (NPH) da UFRGS*, coordenado por Benito Schmidt, em coautoria com Diego Scherer da Silva, Geórgia Stefânia Manfroi Pinto, Iuri Bauler Pereira e Marcus Vinicius de Souza Bonugli, traz uma exposição organizada em três momentos. No primeiro, propõem algumas reflexões gerais sobre o caráter dos arquivos constituídos pelos movimentos sociais. Em seguida, tratam do processo de formação do CDS. Por fim, apresentam a organização atual do Centro.

Encerrando as sessões coordenadas, José Antonio de Mingo Blasco trata sobre *Os arquivos da Confederação Sindical de Comissões Operárias (CC.OO.) da Espanha. A rede de arquivos históricos e o patrimônio documental da CC.OO.* Na abordagem, o autor destaca que o trabalho de recuperação e preservação da memória e história da central sindical relaciona-se, diretamente, à preservação do seu patrimônio documental. Isso se tornou possível com a criação de uma Rede de Arquivos Históricos com critérios arquivísticos homogêneos e que abarca a CC.OO. em toda a Espanha. Em seguida são apresentados os fundos e coleções dos Arquivos Históricos e, como anexo, os membros da Rede de Arquivos Históricos da CC.OO.

A publicação da primeira edição da coletânea, esgotada em dezembro de 2009, contribuiu para que o Seminário pudesse avançar em seus propósitos de aprofundamento do debate, intercâmbio intelectual e de articulação entre pesquisadores e militantes sindicais e populares que atuam para a preservação dos arquivos dos trabalhadores.

Os resultados foram extremamente positivos e a publicação desta segunda edição visa atender às demandas de universidades, entidades sindicais, centros de documentação, bem como de profissionais, pesquisadores e militantes interessados na temática abordada na coletânea. Dessa forma, a nova edição proporcionará o acesso aos textos publicados a um maior número de pessoas, pavimentando, assim, o caminho para o II Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, que se encontra em fase de preparação.

*Antonio José Marques / Inez Terezinha Stampa*  
São Paulo/ Rio de Janeiro, abril de 2010

# PRÓLOGO

## **Saudação de Artur Henrique da Silva Santos, presidente da Central Única dos Trabalhadores, Brasil**

A CUT - **Central Única dos Trabalhadores** – fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 2008, comemorou 25 anos de luta pela democracia, liberdade e autonomia sindical, pressupostos para a emancipação política, econômica e sócio-cultural dos trabalhadores e trabalhadoras.

Desde sua fundação, a CUT tem atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social ao longo da história brasileira, latino-americana e mundial, porque essa é a sua essência: a combatividade e a luta. O nascimento e consolidação da CUT como organização sindical brasileira, mais do que um instrumento de luta e de representação real da classe trabalhadora, representa o desafio de dar um caráter permanente à presença organizada dos trabalhadores e trabalhadoras na política nacional.

Recentemente, o cenário de reorganização do movimento sindical e de crescimento econômico em nosso país modificou os desafios, os tornaram mais complexos e se multiplicaram. Daí a importância da atualização da nossa estratégia, para armar nossa militância e nos colocar na disputa dos rumos do desenvolvimento para o Brasil, ampliando nossa capacidade de formulação e de mobilização.

Nossa história é marcada pela ousadia, que construiu um sonho, e esse sonho, ao transformar-se em organização, caminhou em direção a uma nova estrutura sindical, a novos níveis de negociação, a novas formas de inserção do movimento sindical na sociedade. Concretizamos nossas aspirações e desejos, num permanente exercício pela liberdade, justiça social e cidadania.

E essa ousadia tem que ser atualizada permanentemente para consolidar nosso projeto sindical. Por isso, necessitamos de que a organização documental, o resgate e a preservação da memória e da trajetória das lutas cutistas, assim como das lutas de todos os trabalhadores, façam parte do cotidiano das entidades sindicais, como ferramentas essenciais da ação sindical, dos processos informativo e forma-

---

tivo dos e para os trabalhadores. Pois isto também consolida ainda mais a classe trabalhadora como agente dessa história.

Daí a importância do incentivo e apoio a políticas de arquivos e preservação de documentos. Porque preservar documentos e memória é garantir também a manutenção de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras, pois estes detêm um potencial de transformação política enorme.

A CUT busca, portanto, incentivar suas entidades orgânicas e filiadas a organizar os arquivos, a preservar e utilizar a memória como instrumentos estratégicos para sua ação sindical. Para isso, conformou uma política de organização dos arquivos, de preservação da documentação e de memória, consubstanciada no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Essa política, considerada estratégica, deve articular toda a nossa estrutura, estendida aos nossos entes, às nossas confederações e federações, às CUTs estaduais e às organizações sindicais em todas as suas formas de representação. À CUT cabe também incentivar a extensão dessa política como estratégia de ação sindical, por isso a realização desse Seminário sobre arquivos e memória tem uma importância fundamental nesse processo.

Para nós, a realização do Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, promovido pela Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), pelo Arquivo Nacional e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo grau de representatividade que alcançou, pelas possibilidades de aprofundamento da reflexão e de proposições constitui-se num passo fundamental para a consolidação da nossa política.

Com isso, reafirmamos nosso compromisso em organizar, em apoiar novas iniciativas nesse campo como também de lutar por políticas públicas associadas à salvaguarda, preservação e valorização dos arquivos dos trabalhadores e trabalhadoras, além de dotar nossa política de instrumentos que a potencializem como uma ferramenta estratégica para o fortalecimento do projeto sindical cutista, tarefa imperiosa do sindicalismo do século XXI.

## **Saudação de Jaime Antunes da Silva, diretor-geral do Arquivo Nacional, Brasil**

O Arquivo Nacional sente-se orgulhoso de ser parceiro na promoção, organização e composição deste encontro e na oportunidade de vê-lo transformar-se, também, em um evento da ALA - Associação Latino-Americana de Arquivos, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento arquivístico dos países de língua espanhola e portuguesa da América Latina, Espanha e Portugal.

Ademais, contamos com o patrocínio e a participação de representantes do Programa ADAI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos, o qual constitui um fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países latino-americanos. Outros objetivos do Programa são a promoção da capacitação e assistência técnica; o desenvolvimento de planos de preservação, conservação e restauração de arquivos; a ampliação do acesso e a difusão aos documentos arquivísticos. O Programa é financiado por meio de cotas dos países membros, além de aportes extraordinários do Ministério da Cultura da Espanha e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

O Brasil possui uma ampla e complexa rede de arquivos, decorrentes de sua administração, desde a colonização até os dias atuais. Este quadro se torna ainda mais complexo quando são incluídos os arquivos privados de interesse público e social, de pessoas físicas e jurídicas. Além disso, cabe destacar a existência de parcelas de acervos arquivísticos em bibliotecas, museus, instituições privadas e/ou centros de documentação ligados a universidades, arquivos privados, sob a guarda da Igreja e ordens religiosas, irmandades, cartórios, empresas, associações, sindicatos.

Aliada à dispersão, soma-se a grave dificuldade orçamentária e financeira das instituições custodiadoras, sejam públicas ou privadas, para fazer face aos investimentos necessários para a organização e controle intelectual e físico do acervo, viabilizando assim a preservação dos documentos e a difusão das informações neles contidas.

O Brasil tem empreendido desde 1987/88 experiências censitárias compartilhadas, como o Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual, em parceria com a Unesco; o Censo Brasileiro de Arquivos Públicos e Privados, no final dos anos de 1990 e início de 2000, em parceria com o Ministério da Cultura de Espanha e ainda em curso; e, agora, a implantação do projeto-piloto, a ser empreendido em rede, decorrente do “Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)”, com o incontestante apoio da Casa Civil da Presidência da

---

República. Essas experiências estreitam os laços de cooperação e, assim, de forma sistêmica, instituições e entidades que hoje apresentam ações estanques no trato da informação pública ou privada de interesse público podem agir conjuntamente para superar suas dificuldades.

Neste encontro, creio, teremos a oportunidade de identificar e estimular a integração de diversas instituições interessadas na preservação dos acervos ligados ao mundo dos trabalhadores, de inegável interesse público e social, porque são importantes para a preservação da história do mundo do trabalho e, consequentemente, para a história da própria humanidade.

Tenho certeza que daqui sairão moções e recomendações que construirão um canal de articulação e informação entre as diversas instituições aqui presentes, que também repercutirá nas linhas de pesquisa das universidades que venham a trabalhar e avaliar esse conjunto de registros documentais acumulados pelos trabalhadores e suas organizações.

Sejam todos bem-vindos. Obrigado e bom trabalho!

## **Saudação de Jorge Ruiz Dueñas, presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos, México\***

Talvez sem indicar-nos diretamente, o tempo presente, como naquele poema de Carlos Drummond de Andrade, peça-nos ir todos de mãos dadas. A metamorfose das sociedades nos exige estar atentos à evolução humana e recordá-la para nos explicar a ordem do mundo nas sociedades que o compõem. Em nossos países, isso ocorre quando a pós-modernidade se deixa ver ao mesmo tempo em que numerosas confusões de nosso passado ainda se opõem a partir.

Embora a cultura audiovisual de massas se impõe entre nós como uma nomenclatura das transformações sociais e se propõe desarraigar a nostalgia de outros tempos, para refundar o presente, os arquivos devem preservar os elementos que dão coesão aos fatos e à memória coletiva. A tendência de nossos acervos tem sido fundamentar-se na visão histórica das forças hegemônicas. Os anais costumam registrar a vontade bem-sucedida daqueles que têm conservado o poder para estabelecer os paradigmas da sua verdade. Somente com o avanço de outras ideias e orientações temos a oportunidade de impulsar ângulos insuspeitados do poliedro de uma verdade múltipla. Se a História é “uma ciência em marcha”, sempre atenta aos relatos de novas pistas orientadas a desentranhar os acontecimentos que explicam a atualidade, os arquivos dos trabalhadores e seus grêmios são filões para garimpar dados que nos proporcionam interpretações alternativas aos grandes relatos da história oficial.

Devemos congratular-nos por dirigir atualmente a nossa atenção a tais repositórios graças a este seminário, onde foram essenciais à vontade e a organização de nossos colegas brasileiros. Indubitavelmente, no caso da América Ibérica, salvo exceções, não temos sistematizado adequadamente a informação dos sindicatos nem o papel das esquerdas na vida política de nossos países. Em muitos casos, guardamos os dados duros das lutas operárias e falta informação para a análise e a reflexão ponderada. Por outro lado, sabemos que muita informação em documentos sindicais, manuscritos, impressos efêmeros, fotografias, gravações sonoras e filmicas, além da história oral, encontra-se dispersa sem estar resguardada de acordo com as condições previstas nas normas internacionais.

Contando-se com as fontes e instrumentos necessários à disposição dos pesquisadores, o estudo das lutas pelos direitos humanos e gremiais ainda oferece elementos relevantes para explicar não só as evoluções legislativas, como também a condição da mulher, da história das migrações operárias, das agrupações étnicas,

---

\* Diretor do Arquivo Nacional do México

---

solidárias e de bairros. Em suma, este estudo nos proporciona as versões dos cidadãos “sem história”. Trata-se de captar numerosos fenômenos que demonstram a participação desses corpos sociais na definição de nossas comunidades, assim como o *background* das estruturas econômicas e das forças políticas nacionais. Em muitos casos, nos deparamos com um patrimônio documental disperso que não só devemos preservar, como, principalmente classificar e ordenar para o seu adequado aproveitamento social.

A voz dos trabalhadores nem sempre tem sido plasmada na sua justa dimensão. Hoje, devemos nos impor a tarefa de manter um esforço de coesão que possa integrar a informação gerada pelos movimentos operários no caminho que vem buscando não só a prosperidade, mas sim, e fundamentalmente, a dignidade daqueles que têm consistido, ao lado dos camponeses, a força motriz dos povos ibero-americanos.

Construir e desconstruir a história já não podem ser consideradas atividades exclusivas de uma única área do conhecimento. A vocação acadêmica interdisciplinar obriga a socializar a interpretação de um aluvião de fatos e a gramática da memória, porque não existe erudição suficiente para aclarar os interstícios de um passado indiferenciado. Mas os desafios para fortalecer programas neste sentido ainda enfrentam numerosos obstáculos. Não só nos podem imobilizar os ambientes acadêmicos tradicionais e suas etiquetas, como também, em muitos casos, as atitudes anti-sindicais à maneira de efeito colateral das tendências sócio-econômicas em voga. Por outro lado, as contradições dos movimentos operários e também as restrições orçamentárias são paradoxalmente convergentes com visões patrimonialistas da informação.

Promover a pesquisa dos movimentos dos trabalhadores a partir da documentação arquivística convenientemente articulada nos repositórios é uma maneira de adentrarmos não só no estudo das condições laborais, como também na explicação e inclusive prevenção do inconformismo dos grêmios e do caráter conflituoso das relações operário-patronais. Só considerando a centralidade dos fatos, o alcance das crises e a profundidade das negociações e grandes pactos com as estruturas industriais e o Estado é possível chegar à resenha de episódios que nem sempre radicaram no ideário das agrupações de massa. Em numerosas ocasiões, eles têm sido orientados pela estratégia pragmática dos movimentos e seus líderes. Assim é porque os fatos da história não se integram com vontades lógicas e, em muitos casos, encobrem aspectos emocionais. E mais, a vida das instituições demonstra como a substância da intervenção popular direta tem sido ultrapassada pelas necessidades de reação imediata. Por outro lado, embora as organizações operárias sobrevivam aos

regimes políticos, paradoxalmente o registro de muitos de seus passos se conserva em arquivos pessoais e no sigilo de seus atores.

É necessário estar sempre dispostos a desentranhar os fatos sociais relevantes, vinculados à democracia política e aos desenhos constitucionais de nossos Estados. Mas, a partir da documentação dos trabalhadores e das resenhas de suas lutas, podemos muito bem retomar a história atrás da história, que nos mostre quanto dos atrasos sociais atuais também se foram gerando em condições antidemocráticas dentro das organizações sindicais e em tensões políticas, com um itinerário favorecedor da repressão e das rupturas por defeitos de representação. Como sabemos bem, não estamos falando de um mal menor na dinâmica pública de nossos grêmios.

Ainda que, para nossos propósitos, convenha lembrar que muitas das sagas operárias ainda se encontram nas mãos de particulares, com os riscos de se dispersar ou ser destruídas, além das já conhecidas apropriações documentais realizadas por instituições universitárias de países com recursos para fazê-lo, obcecadas como estão pela acumulação do patrimônio cultural alheio, também é preciso tomar ações concretas para atenuar esta situação. A micro-história das empresas constitui, juntamente com a dos sindicatos, as pedras angulares da informação metodológica sobre a evolução das cadeias produtivas e seu papel na emancipação econômica de nossos países. Sem lugar a dúvidas, é desejável, antes de concluir nossos trabalhos, assumir acordos orientados à recuperação da memória, sem arrefecer diante das tarefas do expurgo e da descrição, além do suporte para seu resguardo. Manter a integridade física e o acesso funcional destes arquivos é também parte de uma transparência para a qual devemos colaborar, e abrir as portas a uma sociedade informada, não só dos fatos recentes, que necessitam uma imediata valoração, como também dos dados do passado, nos quais se revelam restrições ao exercício de liberdades constitucionais e direitos trabalhistas, violência e impunidade, o que nos ensinaria a não cair em condições históricas superadas por reedições indesejáveis do autoritarismo.

Façamos, pois, deste seminário uma trilha de cooperação institucional. A reorganização dos arquivos públicos exige superar os monopólios da interpretação e a reivindicação de páginas onde a biografia e a crônica podem ter um destino e um papel social atualizado, sempre favorável à reinterpretção atrevida e fresca dos fatos. Para restaurar a posse imaterial do passado como conhecimento e força de identidade, é necessário reconhecer os novos sujeitos da historiografia, tecer os fios rotos das estruturas paralelas, não sucumbir à virulência dos credos tribais e tornar possível a livre interpretação universal das folhas soltas dos operários. Não se trata de uma desmesura, mas sim de caminhar pelas ruas interiores usualmente alheias

---

aos ornatos patrióticos das grandes alamedas; transitar um pouco pela senda dos operários e suas famílias, aqueles muitos que usualmente têm recebido pouco.

Sem dúvida, já temos maturidade institucional para tentar desenvolver uma rede de arquivos ibero-americanos que não só dê conta da independência dos povos (incluídas, evidentemente, as lutas dos povos da península Ibérica) e dos efeitos do Iluminismo em terras americanas no marco das efemérides bicentenárias, como também dos fundos da memória operária, em particular os correspondentes à história do século XX, inspirados em lutas desiguais que geraram confrontos. Hoje em dia, assegurar o passado mediante sua preservação rigorosa pode prevenir que tropeçemos duas vezes nas mesmas pedras: as suposições do acaso, o reiterado mito da causa única e as cóleras da ideologia.

# PARTE I

MUNDO DOS TRABALHADORES:  
A CIDADE E O CAMPO



# CAPÍTULO 1

## **Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo**

**Leonilde Servolo de Medeiros\***

O resgate da memória das lutas no campo impõe discussões de natureza conceitual e empírica que nos permitam entender o seu lugar e importância num país urbanizado. Para muitos, não faz grande sentido direcionar o olhar para processos que, embora conflituosos, são considerados como residuais, fadados ao desaparecimento e sem capacidade de produzir mudanças sociais ou políticas significativas. O objetivo deste texto é, em contraposição a esse tipo de compreensão que ainda é recorrente, procurar indagar sobre o lugar dos trabalhadores do campo em nossa história recente, buscar entender as transformações pelas quais passaram, em que novas configurações históricas se situam, de forma a termos elementos para entender quem são eles, de que “campo” ou “rural” se fala, que identidades produziram e vêm produzindo e que questões colocam para uma sociedade que se configura cada vez mais como urbana. Assim, mais do que tratar de processos de caráter residual, trata-se de entender lutas que colocam na pauta política questões vitais para pensar nossa sociedade.

A história brasileira foi permeada por lutas por terra, que a memória social associou à barbárie, ao fanatismo religioso, à ignorância. Seus personagens tornaram-se, ao longo do tempo, objeto de um olhar que ia entre o compadecido e o da folclorização. Dos trabalhadores do campo, retivemos a imagem do “caipira”, do “jeca”. Quando relacionado à modernidade, o meio rural hoje aparece por meio de imagens midiáticas que o associam à modernização tecnológica, a um espaço pouco habitado, marcado pela presença das monoculturas que se estendem infinitamente pelo horizonte.

No entanto, ao longo de nossa trajetória, o campo foi e ainda é palco de

---

\*Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq e da Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado)

---

resistências a esses processos de transformação produtiva, constituindo-se em espaço marcado por conflitos, por formas de sociabilidade que muitas vezes só saem da invisibilidade por meios das ações das organizações que buscam ser porta-vozes desses segmentos pouco conhecidos. Para o pesquisador que se debruça sobre as lutas que nele se desenvolvem, o grande desafio que se coloca é tirá-las do silêncio a que foram submetidas e reconstruir alguns de seus momentos, de forma a dar-lhes visibilidade. Como apontou Antonio Gramsci, a história das classes subalternas é sempre fragmentar e episódica (Gramsci, 1977)<sup>1</sup>. Cabe-nos, como pesquisadores, buscar identificar seus fragmentos, recompô-los, descobrir seus lugares numa narrativa histórica que articule e eventualmente dê significados a um conjunto de lutas descontínuas, não no sentido de produzir uma duvidosa conexão entre elas e uma teleologia de seu desenvolvimento, mas na direção de buscar relações entre suas circunstâncias e contextos.

O trabalho de investigação sobre esses temas se defronta com a fragilidade dos documentos, a precariedade dos registros, a falta de conservação de fontes, o parco registro da memória oral, limites próprios aos grupos sociais subalternos em razão mesmo das dificuldades que eles têm de produzir sua própria história. Mas também se depara com dificuldades teórico-metodológicas, que envolvem a discussão da importância dessas lutas, de formas de trabalhá-las de maneira a se aproximar de uma narrativa que ultrapasse uma história de organizações (importante, mas não suficiente) e as conduza para uma história de grupos sociais, que explicita a densidade das experiências vivenciadas, a singularidade dos embates, a complexidade dos elementos neles envolvidos e que supõem conflitos, alianças, lealdades, reciprocidades.

Na perspectiva de discutir “o mundo dos trabalhadores e seus arquivos”, esses são temas fundamentais. Pensar os conflitos agrários nos leva a refletir sobre seu passado, mas também sobre sua importância nos dias atuais. No seu modo de aparecer, eles anunciam e denunciam questões cruciais que afetam nossa vida cotidiana, apontando algumas das razões da urbanização caótica, da pobreza, da violência, da crise ambiental, da reprodução de condições de vida que negam direitos básicos e, portanto, as dificuldades de realizarmos condições próprias à modernidade.

## **1. Os conflitos no campo como questão de pesquisa**

Nos últimos 30 ou 40 anos tem se notado um esforço sistemático de recuperação da história dos conflitos no campo, sob influência de vários fenômenos que se auto-fertilizam. Entre eles ressaltamos:

- multiplicação dos estudos sobre movimentos sociais no âmbito da sociologia, o que vem permitindo problematizar os processos conflituosos nas suas relações com

transformações mais amplas e que, no caso do Brasil, tem-se construído a partir de um vigoroso diálogo interdisciplinar;

- crescente esforço de diálogo com a literatura internacional sobre movimentos sociais, permitindo renovar esforços interpretativos e criando condições para escapar das explicações teleológicas ou redutoras;

- difusão das concepções referenciadas numa história social que desvia o olhar do episódico e se volta para os processos sociais, as lutas cotidianas, formas de resistência moleculares;

- fortalecimento dos estudos antropológicos sobre o rural no Brasil, o que tem dado uma contribuição importante para a percepção do cotidiano dos conflitos, a multiplicidade dos agentes envolvidos, a complexidade das motivações que os cercam e das oposições que neles se geram, permitindo escapar de uma visão simplificadora das lutas sociais.

Obviamente, há um forte entrelaçamento entre essas vertentes. Mas, se esse é um movimento de caráter acadêmico, produzido a partir de um modo de olhar disciplinado pelo treinamento da pesquisa científica nas diferentes áreas das ciências humanas, resultado da expansão dos nossos cursos de pós-graduação, do financiamento institucional da pesquisa, do crescimento numérico das publicações de caráter acadêmico, com o rigor que lhes é próprio<sup>2</sup>, também é resultado de um processo político, levado a efeito pelas lutas no campo. Elas impõem o reconhecimento dos temas que colocam em pauta e que passam a despertar na academia o interesse de recuperação de uma história que as próprias organizações e mediadores não detêm, mas da qual sentem necessidade de se apropriar como forma de reavaliar seu passado e pensar numa temporalidade longa que lhes escapa ao olhar imediato.

Com efeito, embora de forma intermitente, as diversas organizações dos trabalhadores do campo têm cobrado aos acadêmicos o papel de produtores de uma narrativa sobre seu passado. Desde o final dos anos 70, tem se verificado uma crescente aproximação entre esses polos. Sem nenhuma pretensão de ser exaustiva, mas apenas buscando ilustrar algumas iniciativas desse interesse em recuperar a trajetória desses grupos sociais, é possível citar alguns exemplos que não necessariamente foram os mais importantes, mas que são indicativos de demandas recorrentes e dispersas:

a) a preocupação de diversas organizações que emergiam no campo em conhecer a sua história, silenciada durante o regime militar, levando à busca de pesquisadores que pudessem fazer esse resgate e expor os resultados em encontros sindicais, além dos tradicionais espaços acadêmicos, como congressos e seminários, aos quais

---

o “mundo do trabalho” sempre teve acesso limitado. Dessas demandas resultaram inclusive produtos sob a forma de livros, que acabaram tendo uma grande circulação<sup>3</sup>.

b) em 1983, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) demandou ao Cedec (Centro de Documentação de Cultura Contemporânea) uma pesquisa em seus arquivos sobre a luta pela terra no período 1969-1979, de forma a resgatar não só os conflitos existentes ao longo dessa década e sua distribuição nacional, como também padrões de ação sindical em relação a eles. Tratava-se, para a instituição sindical, da necessidade de organizar sua memória para se fortalecer na luta política, tanto visando se afirmar como protagonista no então incipiente processo de redemocratização do qual era ativa participante, mas também procurando demarcar sua posição frente ao tema da questão fundiária, num momento em que outros movimentos emergiam e buscavam se colocar como porta-vozes da luta por reforma agrária. Recuperar a memória de suas próprias ações era uma forma de se legitimar em relação às novas formas de luta que ganhavam força, como era o caso das ocupações de terra no sul do país que dariam origem, logo depois, à criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), ou frente ao processo de constituição de oposições sindicais, alimentadas pela Igreja, e que se posicionavam de forma bastante crítica em relação às linhas de ação do sindicalismo contaguiano<sup>4</sup>.

c) mais recentemente, a Via Campesina do Brasil convidou um grupo de reconhecidos acadêmicos a elaborar um trabalho pioneiro, uma “história social do camponato”, com o objetivo de sistematizar e resgatar, para um público mais amplo, um conjunto de experiências disseminadas por diversas regiões do país. A obra, prevista para ter dez volumes, já teve os dois primeiros lançados em 2008 (Motta e Zarth, 2008; Neves e Silva, 2008).

Ao lado dessas iniciativas, relacionadas às postulações dos movimentos sociais, há um outro caminho de resgate da memória que parte da iniciativa acadêmica, mas que acaba se encontrando com as demandas dos trabalhadores. É o caso da constituição de diversos acervos documentais locais ou de iniciativas visando resgatar a memória dos participantes de determinadas lutas e eventos. Dentre estes, destacamos:

a) a série de seminários “Memória Camponesa”, já realizados em diversos estados do país, sob a coordenação do professor Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ), visando recuperar a visão das lideranças sobre o que foram as lutas de resistência dos anos 1960 e 70. Essas experiências estão gerando a produção de DVDs, que têm alto valor político e histórico, como instrumento de registro de uma memória que corre o risco de se perder.

b) os esforços de recuperação da memória de conjunturas específicas, que podem contribuir e muito para o entendimento das lutas no campo. É o caso dos projetos “Memória do Incra” e “Memória do I PNRA”, coordenado por Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, com patrocínio do Nead/MDA.

c) a constituição de acervos documentais sobre as lutas no campo, como é o caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ; de acervos referentes ao tema em arquivos como os do Arquivo Edgard Lewenroth, na Unicamp, do CEDEM da Unesp e vários outros acervos organizados em diversas universidades do país.

Nas partes que se seguem, vamos, de forma sintética, apresentar alguns traços das lutas no campo nos últimos 50 anos, de forma a ressaltar seus personagens centrais, para, ao final, apresentar algumas dificuldades metodológicas inerentes à categorização do que é o “campo” hoje.

## **2. As lutas no campo nos anos 1950/1960: de “lavradores” a “camponeses”**

Embora muitas vezes reduzido, pela literatura acadêmica não especializada, às Ligas Camponesas do Nordeste, o período que vai de 1945 a 1964 foi fértil em mobilizações dos trabalhadores do campo em diversos pontos do Nordeste, da região Norte, do Centro Oeste, Sudeste e Sul. Tratava-se, antes de mais nada, de lutas de resistência na terra, entremeadas, em algumas regiões, como é o caso de São Paulo e Zona da Mata pernambucana, onde era forte a presença de lavouras comerciais voltadas de exportação (cana, café), pela presença de greves. Longe de corresponder a demandas de segmentos distintos, muitas vezes essas lutas se combinavam. Nem as lutas salariais eram estritamente por salário, pois seus personagens tinham laços com a terra e passavam de uma demanda a outra, dependendo das conjunturas, nem todas as lutas por terra resumiam-se às ações de resistência à expulsão. Ou seja, se pressupusermos separações rígidas entre “camponeses” e “assalariados”, ou entre “arrendatários”, “parceiros” e “posseiros” pouco entenderemos da complexidade assumida pelas lutas no campo nesse período. Também não conseguiremos compreender porque a categoria “latifúndio”, introduzida no discurso político pelas forças mais organizadas que buscavam atuar na organização dos trabalhadores rurais (entre elas, o Partido Comunista Brasileiro), foi capaz de se constituir como uma palavra síntese, que juntava proprietários de grandes fazendas de cana, algodão ou café, “grileiros”, pecuaristas e aqueles que buscavam a terra para fins especulativos. Não por acaso, o termo passou a ser sinônimo não só de grandes extensões de terra, mas também de relações de poder, de violência (Palmeira, 1971; Novaes, 1997).

---

Do que nos interessa ressaltar aqui, o período que antecede o golpe militar foi marcado por intensos conflitos, pela construção de identidades políticas e pelo reconhecimento de grupos sociais e bandeiras de luta, tais como a reforma agrária, sob o lema da “terra para quem nela trabalha”, direitos trabalhistas e direitos de organização sindical<sup>5</sup>. No geral, a literatura privilegiou mais a dimensão organizativa do que propriamente a formação desses grupos sociais, a forma como se constituíram politicamente e o significado e contexto das demandas que emergiam.

As poucas fontes organizadas de que se dispõe são os jornais da esquerda da época e alguns depoimentos colhidos (a maior parte deles de lideranças). Há um desafio pela frente de leitura a contrapelo das fontes existentes e de busca de novas fontes para aprofundar o conhecimento do que era efetivamente o “campeinato” que se mobilizava, a diversidade das suas formas nas diferentes regiões do país.

Tudo parece indicar que nesses anos se configura uma nova forma de aparecer dos trabalhadores do campo, que passam a falar a linguagem das leis e dos direitos e a se colocar como parte de um processo de mudança social que teria na reforma agrária um de seus vetores. É o momento em que a figura do “jeca”, do “caipira”, começa a ser questionada para dar lugar, no vocabulário político, ao “camponês”, com toda a carga que esse termo trazia numa época em que se difundia o maoísmo e o fanonismo. Embora fossem localizados e pontuais, os encontros, congressos, reuniões, publicações produziam a possibilidade de uma unificação em torno de uma categoria eminentemente política (camponês), que buscava um protagonismo no processo de transformação que as esquerdas desejavam (Martins, 1981; Medeiros, 1995)<sup>6</sup>.

### **3. Do camponês ao trabalhador rural**

Após o golpe militar de março de 1964, as identidades políticas em construção no período anterior, em especial a de “camponês”, foram censuradas e desfizeram-se sob o peso do medo da repressão que, se já era uma presença constante rondando as experiências emergentes de organização<sup>7</sup>, intensificou-se muito. As organizações sindicais, ainda em fase incipiente, sofreram intervenção e foram expurgadas de suas principais lideranças. No entanto, desde o final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, lentamente se recompuseram, após a “retomada” de sua principal organização por dirigentes herdeiros das tradições anteriores (Palmeira, 1985)<sup>8</sup>. Sob hegemonia da Contag, entidade de nível superior na estrutura sindical, procurou-se reconstruir a malha sindical pré-existente, criar novos sindicatos e difundir entre os trabalhadores do campo as leis que lhes garantiam direitos básicos (Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra, direito à sindicalização, entre

outros). No entanto, esse processo foi carregado de tensões e contradições. De um lado, em razão da forte repressão que se abatia sobre as organizações que tentavam se colocar como porta vozes das demandas dos trabalhadores; de outro, pelo fato de que a criação do Funrural (1971), regulamentando a previdência social para os trabalhadores do campo e atribuindo ao sindicato funções assistenciais, tornou-o foco de disputa por forças políticas locais das mais diferentes matrizes políticas. Com isso, muitos dos sindicatos acabaram se identificando muito mais com prestações de serviços assistenciais do que com o esforço de organização e defesa das bandeiras sinalizadas pela Contag.

Nesse período, o sindicalismo procurou construir uma identidade genérica, a partir da lei sindical, falando em “trabalhadores rurais”, categoria que agregava não só os assalariados, como uma leitura apressada pode sugerir, mas também posseiros, arrendatários, pequenos produtores proprietários de terra, etc. São categorias que carregavam um certo estranhamento entre si, na medida em que havia diversidades regionais envolvidas, diferentes formas de inserção no processo produtivo e diversidade de interesses. Resistência na terra contra ameaças de expulsão, busca de melhores salários e condições de trabalho, demanda por melhores preços para os produtos agrícolas, lutas por previdência eram alguns dos temas que tensionavam a categoria “trabalhador rural”. Os congressos da Contag foram momentos em que essa diversidade se visibilizava mais fortemente e onde se expressavam as disputas entre diferentes segmentos que faziam parte do grande “guarda-chuva” político que essa categoria representava. Mas também eram o momento em que se reafirmava a unidade de representação.

O processo de modernização tecnológica da agricultura, a ocupação de espaços na fronteira, com incentivos estatais que ocorreram ao longo dos anos 1970, provocaram a intensificação dos conflitos fundiários, o crescimento da violência e a intensificação do processo de expropriação que já vinha do final dos anos 1950, removendo trabalhadores do interior das propriedades para, depois, absorvê-los temporariamente nos momentos de colheita. Nesse momento, parte desses trabalhadores já vivia na periferia das pequenas cidades do interior e se reproduzia por uma combinação de trabalhos agrícolas e trabalhos temporários urbanos (“biscates”)<sup>9</sup>.

Nesse período emerge outro ator importante, a Comissão Pastoral da Terra, sob os ventos renovadores da Teologia da Libertação, iniciando um molecular trabalho de apoio à luta dos trabalhadores, em especial posseiros ameaçados de expulsão nas áreas de fronteira pelos interesses ligados a madeiras, especulação com a terra e pecuarização; à organização de sindicatos em áreas onde eles não existiam e à criação de oposições sindicais em locais onde os sindicatos existentes eram considerados “pelegos”<sup>10</sup>.

---

Trata-se de um período sobre o qual há relativamente pouco conhecimento acumulado, em especial no que se refere às práticas sindicais, mas que semeou experiências organizativas e produziu algumas mudanças profundas não só no perfil dos trabalhadores, em razão das mudanças no processo produtivo, mas também nas suas formas de ação e organização política.

#### **4. A implosão da categoria “trabalhador rural”**

O final da década de 1970 é marcado pela reverberação, na luta política, das profundas transformações pelas quais o campo brasileiro havia passado, com a intensa modernização da agricultura, valorização especulativa da terra e ocupação das fronteiras sob um novo padrão de uso da terra.

Nesse período, o sindicalismo rural contaguiano e o padrão de prática sindical que ele alimentou começaram a ser postos em xeque, bem como o próprio modelo de organização sindical: surgiram, no bojo das mobilizações, novas propostas organizativas, com diferentes relações com o sindicalismo e que evidenciaram uma enorme variedade de situações que começaram a ser reconhecidas na sua singularidade. Elas indicavam o que, naquele momento, aparecia como um esgotamento do padrão de ação e organização sindical até então vigente:

- as ocupações de terra que passaram a ocorrer no Sul do país geraram um novo formato organizativo, mais fluido e que se fazia, num primeiro momento, ainda colado ao sindicalismo, mas que depois se separou dele, firmando o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra como uma força autônoma que, desde então, pesaria decisivamente nos destinos das lutas políticas no país;
- os atingidos pela construção de barragens passaram a demandar reassentamento ou a questionar a própria construção de barragens e, nesse processo, ou produziram organizações próprias (como é o caso da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, também no Sul) ou promoveram rearranjos organizacionais no sindicalismo, como é o caso da criação do Polo Sindical do Submédio São Francisco, uma experiência inédita de articulação local de sindicatos de estados diferentes;
- seringueiros, ameaçados de expulsão da terra, passaram a lutar por permanecer na floresta, tentando impedir sua derrubada por meio de mobilizações denominadas “empates”, tendo o sindicato como seu principal suporte, mas criando, em meados dos anos 80, uma organização própria, o Conselho Nacional dos Seringueiros. A partir de então, essa organização, que articulava seringueiros e extrativistas de diversas regiões do Norte do país, passou a ser a principal porta voz das demandas do segmento;
- quebradeiras de coco, exigindo o livre acesso aos babaçuais para coleta dos frutos

e, nas suas lutas, gerando também associações com formato próprio, dando destaque à presença das mulheres;

- mulheres se organizando tanto nos sindicatos como nos “movimentos” em busca de igualdade de direitos em relação aos homens, em especial no que se refere ao acesso à terra. Nesse processo, passaram a questionar tradicionais arranjos das atividades domésticas, direitos costumeiros de herança, etc.

A essas lutas relacionadas à construção de identidades políticas, somavam-se as experiências de busca de melhores condições de produção e venda de produtos, dando origem às cooperativas de produção, de crédito, associações de produtores, condomínios, etc. Intercruzando essas iniciativas, também cresceram lutas por direitos previdenciários, que estiveram na base do sistema especial de previdência rural, consagrado na Constituição de 1988. Para complexificar ainda mais o quadro, surgiram, ao lado de experiências não sindicais, experimentos organizativos sindicais que questionam o modelo de sindicalismo existente. É o caso dos que vão se autodenominar, nos anos 1980, os “rurais da CUT” e que passaram a fazer, durante toda essa década, sistemática oposição ao sindicalismo contaguiano<sup>11</sup>.

Essa multiplicação de identidades e organizações implicou em uma competição mais ou menos velada com o sindicalismo ligado à Contag, que, por sua vez, tinha um papel importante nas mobilizações por melhores preços para os produtos agrícolas, com fechamento de estradas e ocupações de praças, e dos assalariados rurais, promovendo greves que reuniam milhares de trabalhadores, em especial canavieiros. Também permanecia presente nas resistências de posseiros que lutavam por permanecer na terra de que estavam sendo expulsos.

Foram diversas as redes que constituíram, se entrelaçaram e se opuseram nesse processo intenso de mobilização e disputa, assim como foram múltiplos os seus resultados, em termos demandas e de afirmação de repertórios de ação (Tilly, 1999)<sup>12</sup>. Em linhas gerais, pode-se dizer que foi um período de um grande impulso político no meio rural e que se somava à energia trazida pela emergência de diversos movimentos sociais e da renovação pela qual passava o sindicalismo (tanto urbano quanto rural).

Paralelamente, surgiram novos padrões de ação. No caso do MST, sua notoriedade e reconhecimento político se fizeram menos por ter a reforma agrária e da luta por terra como seu mote (a Contag também a defendia arduamente), e muito mais pelas formas de luta que escolheu: os acampamentos, ocupações, marchas, aumentando a visibilidade de suas demandas e recolocando a questão agrária na ordem do dia, em termos distintos do que era proposto nas décadas anteriores. Além disso, desde os anos 1990, o MST tem procurado afirmar a questão agrária em

---

outra chave: a dos resultados perversos da modernização, tais como o processo de expropriação de posseiros e de pequenos proprietários, a devastação ambiental, os riscos do patenteamento de sementes, culminando com a eleição do agronegócio como seu principal adversário. Mais do que uma troca de palavras, a substituição do “latifúndio” pelo “agronegócio” como principal adversário implica em colocar na mira dos ataques justamente o setor mais modernizado da agricultura, aquele que, por constrangimentos legais, não pode ter suas terras passíveis de serem destinadas à reforma agrária.

Na década de 1980, emerge também outro ator, os agricultores de base familiar, que conseguiram produzir seu reconhecimento social e político, obter políticas públicas que lhes garantissem melhores condições de reprodução (como é o caso do Programa Nacional para Agricultura Familiar – Pronaf), ainda que sem salvá-los da ameaça constante de serem atingidos por processos de expropriação, por meio da elevação do preço das terras, do endividamento, etc.

Quanto ao reconhecimento de identidades políticas diferenciadas, as lutas das duas últimas décadas criaram a impossibilidade da redução da enorme diferenciação das populações do campo a categorias abstratas. Sem terra, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiros, agricultores familiares e outras tantas designações se afirmaram como identidades políticas sinalizadoras de diferenças, resistindo à sua homogeneização não só por políticas públicas, mas também pelas práticas de organizações que, muitas vezes, em nome de projetos coletivos, tendem a apagar a diversidade inerente a esses grupos sociais e a particularidade de demandas e, muitas vezes, de formatos organizativos que elas requerem.

Essas mobilizações, em meio ao processo de democratização do país, tiveram efeitos sobre as políticas públicas, que acabam por ampliar o reconhecimento de muitas categorias no campo e, conseqüentemente, alargamento de seus direitos.

## 5. Novos temas e desafios teóricos e políticos

Os anos 1990 consolidaram a entrada em cena de atores que, nesses primeiros anos do século XXI, têm reconfigurado o significado do rural. São reveladores dessa novidade:

- o **fortalecimento e reconhecimento dos agricultores que trabalham em regime de economia familiar**, como grupo dotado de importância econômica e social. Para além da disputa política entre as organizações que são porta-vozes desse segmento (Contag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Fetraf, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, e, para o caso dos assentados, também o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e dezenas de movi-

mentos de luta pela terra que existem país afora e outros), há algo em comum: a afirmação da possibilidade de um modelo de desenvolvimento cujo suporte seja um tipo de agricultura fundada na lógica das necessidades de reprodução da família e não a baseada na produção em grandes extensões de terra.

- paralelo a isso, há uma **recusa do rural como lugar do atraso**. Uma das faces das reivindicações das diferentes organizações do campo é a de transformar esse espaço num lugar que também seja de acesso à cidadania. Talvez a dimensão mais significativa dessa luta seja toda a movimentação em torno de projetos de educação para o campo, que pregam a construção de uma escola e de um processo pedagógico que opere sob a lógica da valorização do campo e de sua cultura, das suas formas próprias de uso do tempo (por meio da introdução do modelo da pedagogia da alternância). Essa reconfiguração de significados do rural vem sendo acompanhada de toda uma atenção com a juventude, que é mais sensível aos apelos da vida urbana e que tem sido mais intensamente atingida pelo êxodo rural.

- a criação de **assentamentos de trabalhadores**, a partir das lutas por terra, produz a possibilidade de discussão sobre o significado e as implicações das políticas fundiárias de caráter redistributivo. Com isso, as interpretações sobre os resultados dos assentamentos alimentam disputas e controvérsias sobre as potencialidades da reforma agrária como um instrumento de redução de desigualdades econômicas e sociais.

- a **reconfiguração das oposições que marcam o debate sobre a questão fundiária**: se até o início dos anos 2000, ainda se falava no “latifúndio” como o grande opositor da luta por terra, nos anos 2000 ele é substituído pela categoria “agronegócio”, que corresponde à percepção do novo empreendimento agropecuário, onde a atividade agrícola é apenas uma das facetas. Desse empreendimento também fazem parte a produção de insumos, a pesquisa, as empresas de processamento e comercialização, as exportadoras. Embora esse fenômeno já fosse visível no final dos anos 1970 e, desde então, venha sendo bastante estudado no campo acadêmico, é na década de 1990 que ele emerge como categoria política, primeiro utilizado pelos empresários para chamar a atenção para a novidade que representam (e, sem dúvida, isso tem relação com o acirramento das lutas pela terra), depois pelo MST. Com essa reconfiguração, as lutas por terra caminham em dois planos: o da luta pelo acesso, que mobiliza trabalhadores de diversos pontos de país para engrossar acampamentos e ocupações e o da luta política cujo alvo são as grandes empresas, como o demonstram os ataques a grupos econômicos que estão no coração do agronegócio, como é o caso da Monsanto, Syngenta, Cargill, etc.

- aparecimento de **novos segmentos de trabalhadores extremamente espe-**

---

**cializados**, que operam máquinas sofisticadas, moram nas fazendas, e pouco são representados pelo sindicalismo ou por outras formas organizativas. Também não se identificam com os trabalhadores braçais, que, no geral não moram nas fazendas. Podemos dizer que se forma uma espécie de elite, muito pouco estudada na literatura acadêmica. Esta tem se voltado principalmente para os graus extremos de exploração do trabalho que acompanham algumas fases da produção, mas se descuidado de conhecer melhor o novo segmento que está presente nas grandes monoculturas.

- intensificação das formas de exploração do trabalho, gerando o que vem sendo denunciado como situações de extrema degradação e que configuram o que a literatura de denúncia tem chamado de “trabalho escravo”.

- a **valorização do tema ambiental**, que começou a ser incorporado à agenda política, pelos trabalhadores do campo, já no início dos anos 80 com as lutas dos seringueiros, que demandavam a manutenção das florestas como a própria condição do seu existir e se estendeu nos anos 90 e principalmente nos dias atuais a diversos segmentos, com a crítica ao modelo produtivista, valorização da produção agroecológica, etc. É essa agenda que traz para a visibilidade política as chamadas populações tradicionais, consideradas mais capazes de preservar o meio ambiente.

- um progressivo **reconhecimento de que os recortes “urbano” e “rural”, tal como pensados tradicionalmente por nós, dizem pouco sobre nossa realidade** e precisam ser utilizados com redobrados cuidados: muitos dos nossos aglomerados urbanos vivem das atividades agropecuárias; muitos dos trabalhadores agrícolas vivem nas beiras das cidades; muitos dos que engrossam as ocupações de terra são trabalhadores de origem urbana; por vezes, os pequenos agricultores optam por morar na sede dos municípios, como condição para garantir estudo para os filhos (Veiga, 2002). Além disso, como dito acima, o rural passa cada vez mais a ser vislumbrado, por efeito das lutas que o conformam, como um espaço onde devem ser disponibilizados os mesmos bens de que se beneficiam as áreas urbanas no que se refere a acesso a saúde, educação, lazer, acesso à tecnologia e à informação.

- **vigor de redes internacionais**, reforçadas pelos fóruns sociais mundiais, mas que não se reduzem a eles, visando articulação das lutas camponesas em diferentes pontos do mundo. Esses esforços geraram uma organização supranacional, a Via Campesina, que, por um lado, articula em torno da utopia de uma via camponesa de desenvolvimento, organizações de produtores de diversos países do mundo e que passam a dar positividade à categoria “camponês”, até há pouco tempo atrás considerada fadada à extinção, e, por outro, afirma a sua diversidade.

Os aspectos apontados acima e que certamente estão longe de esgotar o quadro de temas passíveis de serem abordados, tem como um de seus desdobramentos a idéia de que a face rural do Brasil tem se mostrado dinâmica, afirmadora de valores que se relacionam com as grandes bandeiras dos movimentos sociais contemporâneos. Dessa perspectiva, traz desafios importantes quando se fala em “o mundo dos trabalhadores e seus arquivos”, na medida em que exigem seu reconhecimento no mundo do trabalho, mas afirmando sua diversidade.

### Notas

<sup>1</sup> “La historia de los grupos sociales subalternos es necesariamente disgregada y episódica. No hay duda de que en la actividad histórica de estos grupos hay una tendencia a la unificación, aunque sea a niveles provisionales; pero esa tendencia se rompe constantemente por la iniciativa de los grupos dirigentes y, por tanto, sólo es posible mostrar su existencia cuando se ha consumado ya el ciclo histórico, y siempre que esa conclusión hay sido un éxito.... Por eso todo indicio de iniciativa autónoma de los grupos subalternos tiene que ser de inestimable valor para el historiador integral; de ello se desprende que una historia así no puede tratarse más que monográficamente, y que cada monografía exige un cúmulo grandísimo de materiales a menudo difíciles de encontrar”. (GRAMSCI, 1977: 493).

<sup>2</sup> O artigo de Lygia Sigaud, “Para que serve conhecer o campo”, embora escrito já há alguns anos, tem interessantes reflexões sobre as diferentes contribuições que os estudos sobre o “rural” produziram, em especial sobre as facetas que permitiram desvelar desse universo. Ver SIGAUD (1992).

<sup>3</sup> A título de exemplo, podemos citar a “História dos Movimentos Sociais no Campo”, por mim escrita sob encomenda da Fase (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), organização não governamental com forte atuação junto às organizações de trabalhadores no campo nos anos 70 e 80. O texto, em linguagem simples, buscava trazer os percursos da história dos trabalhadores do campo desde os anos 1940. Também o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra), nos seus cursos de formação, tem mostrado uma especial preocupação com o resgate das lutas dos trabalhadores e patrocinou a publicação de um livro a respeito, visando a formação de jovens, bem como uma coleção, organizada por uma de suas principais lideranças, João Pedro Stedile, recuperando teses e documentos históricos sobre a questão agrária no Brasil. Ver: MEDEIROS (1989); MORIZAWA (2001); STEDILE (2005 e 2006).

<sup>4</sup> Ao longo dos anos 70, as lutas por terra ocorriam em todo o país. A ação sindical sobre elas era caracterizada pela denúncia e demandas por desapropriação nos termos do Estatuto da Terra. Num contexto de forte repressão e de reestruturação do sindicalismo, essas demandas se faziam basicamente pelo encaminhamento de relatórios detalhados sobre os conflitos aos diferentes organismos governamentais (Incrá, ministérios, Presidência da República). Em alguns casos, ações na justiça tentavam manter os trabalhadores na terra, frente à ameaça de expulsão. Na segunda metade dos anos 70, começaram a se estruturar oposições sindicais que questionavam esses procedimentos, considerados extremamente legalistas e buscavam ações mais incisivas. É desse caldo de cultura, onde a Comissão Pastoral da Terra teve um papel central, que nascem as ocupações de terra que, em meados dos anos 1980, deram origem ao MST.

<sup>5</sup> Embora os trabalhadores urbanos tivessem esses direitos reconhecidos, os do campo não eram abrangidos em razão da necessidade de regulamentar alguns itens da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). As entidades de representação patronal opunham-se fortemente a isso, sob o argumento de que tal medida levaria ao campo formatos de organização e relação estranhos às suas tradições. A regulamentação do direito à sindicalização só foi possível em 1962 e a extensão de direitos trabalhistas em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural.

<sup>6</sup> De acordo com o já clássico ensaio de José de Souza Martins, tratava-se do lugar do campesinato no projeto “dos outros”. Embora o autor tenha razão em suas argumentações, é interessante pensar no

---

que resultou em termos de reconhecimento político e social desse segmento e desconstrução, mesmo que relativa, dos atributos que eram considerados próprios ao homem do campo: atraso e passividade frente ao poder dos “coronéis” (MARTINS, 1981). Para o papel de encontros e da imprensa de esquerda na formação dessa nova identidade política, ver MEDEIROS (1995).

<sup>7</sup> Exemplos disso são as constantes prisões de lideranças e o assassinato de outras. Os casos da prisão de Jofre Correia Neto, líder da operação “arranca-capim”, no interior de São Paulo, ou do assassinato de João Pedro Teixeira na Paraíba são apenas ilustrações de um processo repressivo que se disseminou pelo país muito antes do golpe militar. Ver, entre outros, WELCH (1999) e NOVAES (1997). É importante considerar que o tempo da repressão no campo não necessariamente acompanha os grandes marcos nacionais. No caso em pauta, em diversos estados do país, dependendo das forças que controlavam os governos estaduais, antecedeu-os e, de alguma forma, anunciou o que estava por vir.

<sup>8</sup> O termo “retomada” é utilizado quer por dirigentes sindicais da época, quer por pesquisadores. Ele procura acentuar a ideia de uma ruptura com o período de intervenção e afirmar uma continuidade de bandeiras entre as lideranças das lutas do pré-64 e as que assumiram a direção da Contag em 1968. Para maiores detalhes ver PALMEIRA (1985).

<sup>9</sup> Uma excelente síntese interpretativa desse processo pode ser encontrada em PALMEIRA e LEITE (1998).

<sup>10</sup> Sobre a criação da CPT, as concepções que guiavam sua prática e o papel da Igreja nos anos do regime militar, ver os diversos artigos contidos na coletânea organizada por PAIVA (1985).

<sup>11</sup> Sobre o tema previdenciário no meio rural, ver BARBOSA (2007). Sobre a constituição das oposições sindicais e a constituição dos agricultores familiares como uma categoria política, ver FAVARETO (2001).

<sup>12</sup> Para uma síntese da concepção de Charles Tilly sobre a noção de repertórios de ação coletiva e suas implicações, ver TILLY (1999).

## Referências

- BARBOSA, Rômulo Soares. *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007. Tese de Doutorado.
- FAVARETO, Arilson. *Agricultores trabalhadores - Estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros*. Campinas: Unicamp. 2001. Dissertação de mestrado.
- GRAMSCI, Antonio. *Antologia*. México: Siglo XXI ed., 1977. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán, pp. 493.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de, *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1995. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.
- MORIZAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade*

*e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis.* São Paulo: Edunesp e Nead/MDA, 2008.

NEVES, Delma Pessanha e SILVA, Maria Aparecida de Moraes (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Vol. 1: Formas tuteladas de condição camponesa.* São Paulo: Edunesp e Nead/MDA, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.* Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária.* São Paulo, Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Latifundium et capitalismo: lecture d'un débat.* Faculté de Lettres et de Sciences Humaines, Paris. 1971. Tese de Doutorado.

PALMEIRA, Moacir. "A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato" in Vanilda Paiva (org.) *Igreja e questão agrária.* São Paulo, Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. "Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas" in Luiz Flávio de Carvalho Costa e Raimundo Santos. *Política e reforma agrária.* Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: *Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais.* São Paulo: IDESP / Rio de Janeiro: Sumaré, 1992. p. 30-42.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2005 (vols 1, 2 e 3) e 2006 (vol. 4 e 5).

TILLY, Charles. "From interactions to outcomes in social movements". IN Marco Giuni, Doug McAdam and Charles Tilly (eds.). *How social movements matter.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula.* São Paulo: Editores Associados, 2002.

WELCH, Cliff. *The seed was planted. The São Paulo roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964.* Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press. 1999.



## CAPÍTULO 2

### **O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas**

**Marco Aurélio Santana\***

#### **Introdução**

As transformações no mundo do trabalho vêm afetando de modo intenso as sociedades industriais em todo o globo. Ter nos trabalhadores e nos sindicatos o alvo central de seus impactos parece ser uma das vertentes constituintes dos processos de transformação em curso. Mudaram-se as empresas, a produção, o perfil e a formação da classe trabalhadora, bem como sua identidade e demandas. Muitas das formas de organização, discurso e orientação até então vigentes no sindicalismo, entraram em crise; e os trabalhadores precisaram reorientar seu repertório de ações.

Dado esse pano de fundo o presente trabalho visa analisar a trajetória recente do movimento sindical brasileiro, seus avanços, dilemas e desafios no período compreendido pelos anos de 1980 e 2000. Além disso, serão indicadas as perspectivas desse movimento no século que se abre, apontando o possível papel que os projetos de memória e preservação de acervos podem desempenhar no novo cenário.

Os trabalhadores brasileiros, ao longo de sua história, têm tido em seus sindicatos importante instrumento na conquista e manutenção de seus interesses. Embora marcado por muitas distinções e tensões internas, e portador de grande heterogeneidade, o sindicalismo brasileiro, em seu conjunto, já figura no rol das instituições de relevo na história republicana nacional. Ele vai estar presente, com maior ou menor intensidade, como protagonista ou coadjuvante, nos episódios marcantes de todo o período, sempre trazendo aos mesmos as tonalidades do mundo do trabalho.

Nas duas últimas décadas do século XX não foi diferente. Em uma época de muitas transformações sociais, políticas e econômicas, o sindicalismo nacional buscou garantir aos trabalhadores um ponto de apoio seguro para sua participação, impri-

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

---

mindando às mesmas características que lhes seriam mais favoráveis. Acompanhando tal processo de mudanças, em seus diferentes momentos, o movimento sindical viveu realidades distintas quando comparamos sua atuação nos anos de 1980 e 1990.

A década de 1980, caracterizada pela abertura política (onde o regime militar implantado no país em 1964 ia dando seus últimos suspiros) e pela transição para o regime democrático, pode ser considerada um período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, reintroduzindo este importante ator na cena política nacional. Já a década de 1990, marcada pelas mudanças econômicas que abriram a economia brasileira e intensificaram o que se convencionou chamar de reestruturação produtiva, caracteriza-se para o movimento dos trabalhadores como de arrefecimento em termos mobilizatórios e reorientação de práticas e estratégias.

Apesar da inserção diferenciada, podemos constatar, nos dois momentos, não só que os trabalhadores estiveram sempre em movimento, de uma forma ou de outra, frente às muitas condições adversas que tiveram de enfrentar; mas também a importância assumida pelo movimento sindical, como estimulador ou apenas fio condutor, neste quadro de movimentações<sup>1</sup>. Além disso, podem-se perceber formas diferentes de usos do passado no sentido de formação de identidades.

### **Transição democrática, reorganização e mobilização**

Na entrada da década de 1980, o país ia deixando para trás longos anos de ditadura militar (1964-1985). Facilitado por um período de transição política para a democracia - que ajudara a conquistar e que lhe garantia campo de atuação - e por uma conjuntura econômica de elevada inflação - que lhe fornecia combustível mobilizatório -, o sindicalismo nacional acumulou vitórias organizativas importantes, reocupando o espaço político do qual havia sido privado pelos governos militares.

Em seu conjunto, o sindicalismo brasileiro viverá ao longo dos anos que se iniciam o que pode ser considerado um de seus momentos de ouro<sup>2</sup>. Qualquer balanço de sua trajetória naqueles anos deve apontar para duas de suas características: a rápida consolidação no plano organizacional, conseguida por este movimento que ressurgia, e a pujança mobilizatória aferida pelo mesmo. Vejamos algumas indicações a respeito de ambos os aspectos.

O movimento que emergiu no final dos anos de 1970 inicia de forma acelerada a busca por organismos intersindicais que articulassem suas lutas em termos nacionais. As forças atuantes no movimento dos trabalhadores se reorganizaram e tentaram fundar uma central sindical. A efetivação de encontros e reuniões prepa-

rou o terreno para este processo. Porém, deve-se dizer que, embora intentassem criar uma entidade unitária, o que acabou prevalecendo foi a divisão entre os dois grandes blocos que disputavam a hegemonia no interior do sindicalismo nacional (o “combativo” – formado pelos “sindicalistas autênticos” e as “oposições sindicais” – e a Unidade Sindical).

A grande e fundamental disputa dos dois setores ocorre na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), realizada em Praia Grande, em 1981, unindo trabalhadores urbanos e rurais. Ali, os dois setores apresentaram e debateram suas propostas de orientação para o movimento sindical do país<sup>3</sup>. Desta CONCLAT foi eleita uma comissão coordenadora da Central Única dos Trabalhadores (a Comissão Pró-CUT) que agregava membros de ambos os setores e tinha como tarefa não só encaminhar a luta geral da classe trabalhadora brasileira, mas também, preparar a organização da II CONCLAT, onde, conforme definição congressual prévia, se deveria fundar a CUT, até então pensada por todos os setores como uma central unitária.

Porém, a Unidade Sindical, alegando ser 1982 um ano eleitoral e que um congresso naquele período poderia dividir os trabalhadores, se empenhou pelo adiamento do mesmo. Após muitas idas e vindas de reuniões, polêmicas e votações, este setor logrou seu intento e o encontro foi transferido para o ano seguinte.

Com a chegada de 1983, o clima de tensão e divisão entre os grupos já parecia sem retorno. Marcada para aquele ano, a CONCLAT enfrentaria novos problemas para se realizar. Para além de outras divergências, a grande questão se estabelecia a partir do fato de que os “combativos”, que já desde 1982 se articulavam com setores do movimento social e popular na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS), insistiam na ampliação dos espaços de participação às Oposições Sindicais; a Unidade Sindical, ancorada na estrutura sindical vigente, não aceitava tal ampliação insistindo em que só dirigentes sindicais poderiam participar. O que estava em jogo na entrada ou não das Oposições Sindicais, era a possível ampliação do poderio dos “combativos” e o decorrente enfraquecimento do outro setor. Diante do quadro, mais uma vez, a Unidade Sindical tentou adiar o encontro<sup>4</sup>.

Dispostos a sustentar o que fora definido anteriormente, os setores ligados a ANAMPOS, resolvem manter a data de 26, 27 e 28 de agosto de 1983 para a realização do encontro. Sem a participação dos setores vinculados à Unidade Sindical, este encontro foi realizado em São Bernardo do Campo (SP). Nele, com a presença de 5.059 delegados e 912 entidades, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>5</sup>.

---

Diante da efetivação da ruptura, convocada pela ANAMPOS, a Unidade Sindical resolveu organizar outro congresso para os dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983. Seguindo a proposta do PCB, este encontro que, realizado em Praia Grande (SP), reuniu 4.234 delegados e 1.243 entidades, opta por não criar uma central sindical, o que, a seu ver, ratificaria a divisão orgânica do movimento sindical brasileiro. Criou-se, então, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

Foi apenas em março de 1986, já diante do enorme crescimento conseguido pelo sindicalismo ligado a CUT, e com a certeza de que qualquer possibilidade unitária já havia sido soterrada há tempos, que a CONCLAT, em seu congresso, resolveu tornar-se efetivamente uma central sindical. Cria-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que tendo em vista a tensão entre suas forças componentes, dará origem ainda a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1988, e, posteriormente, a Força Sindical, em 1991.

No centro dessas cisões na CGT, se encontra a forte disputa interna entre os grupos que a compunham. A tensão se dava entre os setores mais tradicionais do sindicalismo, aliados aos partidos de esquerda atuantes na central, e um novo bloco que foi se formando chamado de “sindicalismo de resultados”. Este último, defensor da economia de mercado, anticomunista e pragmático, divergia tanto do sindicalismo de contestação da CUT, como de seus parceiros de esquerda dentro da CGT. Ele tinha como principais lideranças Luís Antônio de Medeiros (metalúrgicos de São Paulo) e Antônio Rogério Magri (eletricitários de São Paulo). Deste setor, sairá à verdadeira alternativa no sentido de tentar barrar o sensível avanço da CUT.

Por seu turno, a CUT, apesar das duras disputas entre os seus diferentes grupos internos, conseguiu manter sua coesão, inclusive incorporando ao longo do tempo aqueles setores da esquerda tradicional que iam divergindo e saindo da CGT. Contudo, deve-se assinalar que a central passou por um processo de institucionalização, principalmente a partir do seu terceiro congresso nacional, ocorrido em Belo Horizonte em 1988 (III CONCURT), que modificou suas características originais. Ainda que mantendo seu discurso crítico contra a estrutura sindical corporativa, o que ocorreu ao longo de tempo foi que a CUT caminhou para uma posição cada vez maior de adequação àquela estrutura. Em termos de sua orientação na defesa dos trabalhadores, o que se viu foi a migração de uma política de maior confrontação, que lhe caracterizara desde a sua fundação, para uma outra de cooperação conflitiva<sup>6</sup>, assumindo o que passou a se chamar de sindicalismo “propositivo”<sup>7</sup>.

Assim, apesar da pujança, o movimento sindical brasileiro terá de lidar, no momento mesmo de sua ascensão, com organismos nacionais divididos e em acirrado conflito. Só pontualmente, as centrais trabalharam conjuntamente neste período. O mais comum era a disputa e a crítica mútua entre as mesmas.

Deve-se dizer, entretanto, que isso não reduziu o ímpeto mobilizatório dos trabalhadores em seu conjunto. Em grande medida, embora não exclusivamente, coube a CUT (e aos sindicatos a ela filiados) ser canal e estímulo para as inúmeras mobilizações e greves que marcaram aqueles anos, inclusive algumas greves gerais de caráter nacional. Nos marcos de suas reivindicações podemos incluir desde a quase onipresente questão salarial, passando pela resistência às práticas de relações de trabalho autoritárias, indo até a luta contra os sucessivos pacotes econômicos governamentais, os quais, em busca de correções nos rumos da economia, então marcada pelas altas taxas de inflação, acertavam duros golpes nas condições de vida dos trabalhadores.

Aliás, este processo de mobilização, sentido desde a virada da década, ampliou-se ainda mais em plena transição democrática, ao longo do governo de José Sarney (1985-1989), o qual enfrentou um elevado número de movimentos reivindicativos por parte dos trabalhadores, que foram desde a luta pela inserção de direitos sociais e trabalhistas na constituição de 1988, passando pelas greves locais e nacionais por categorias, até as greves gerais contra diversos planos econômicos de seu governo (Plano Cruzado e Plano Bresser, por exemplo). Neste particular, deve-se indicar a greve nacional organizada conjuntamente por CUT e CGT, que, realizada no dia 12 de dezembro de 1986, paralisou, com formas e localização diferenciadas, cerca de 15 milhões de trabalhadores em 22 dos 23 estados do país, tornando-se a mais expressiva até então.

Muitos movimentos importantes poderiam ser aqui indicados, porém, dois deles, um abrindo e outro fechando os anos 80. Ambos, por seus resultados e impactos nacionais, acabaram por ser marcantes em termos da já longa e rica história de luta dos trabalhadores brasileiros, merecendo um maior detalhamento.

A pujança dos movimentos ocorridos na década de 80 estampa-se nas cerca de 7.000 greves, que podem ser contabilizadas ao longo daqueles anos. Nestes termos, o movimento sindical brasileiro foi se consolidando como elemento importante não só na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também em sua inserção nas definições do processo de transição democrática então em curso, em uma trajetória que não se fez sem dilemas e percalços<sup>8</sup>. Será em plena ascensão tanto em termos de consolidação organizativa, como de sua inserção no cenário político nacional, que o sindicalismo brasileiro chegará aos anos de 1990, supostamente pronto a responder aos possíveis desafios que lhe fossem colocados.

---

## **Mudanças econômicas e reorientação sindical**

A virada dos anos de 1980 para os de 1990 foi marcada pela primeira eleição direta para presidente da república no pós-ditadura, cujos resultados vão precipitar a sociedade brasileira em um intenso processo de mudanças que teria efeitos políticos e econômicos de grande importância. O sindicalismo não deixaria de sofrer os seus impactos.

O primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 caracterizou-se por uma pulverização de candidatos e propostas, já o segundo turno apresentou dois representantes de projetos nitidamente distintos para os destinos da sociedade brasileira. Como não podia deixar de ser, a mobilização eleitoral teve reverberação no campo sindical. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) se definiu por um apoio incondicional à candidatura de Fernando Collor de Mello, de uma aliança capitaneada pelo Partido da Reconstrução Nacional – PRN. Segundo o pronunciamento de sua Executiva, o programa defendido pelo candidato era aquele que mais se aproximava do modelo de sociedade desejado pela CGT. Com a eleição do mesmo, o presidente da entidade, Antônio Rogério Magri, foi indicado para o cargo de ministro do Trabalho, deixando o cargo tempo depois envolto em acusações de corrupção. Setores identificados com a CUT apoiariam Luíz Inácio da Silva, o Lula, candidato de uma frente de partidos de esquerda capitaneada pelo PT, que foi derrotado no pleito.

Com a vitória eleitoral de Fernando Collor, cuja primeira medida de governo foi o bombástico confisco das cadernetas de poupança, o país incorporaria uma agenda de ajustes econômicos que traria em seu bojo a abertura comercial e a privatização de empresas estatais.

No campo sindical, os primeiros anos da década teriam como característica uma forte mobilização dos trabalhadores, o que fazia crer que o acúmulo de forças, ocorrido nos anos anteriores, se intensificaria, garantindo aos trabalhadores um dique contra o avanço de medidas contrárias a eles. Além disso, teremos um rearranjo em termos das forças internas atuantes no sindicalismo. Neste sentido, por exemplo, surge, em 1991, uma nova central sindical, a Força Sindical<sup>9</sup>. Ela foi constituída por setores do chamado “sindicalismo de resultados” egressos da CGT e que tinham como política clara, rivalizar com a CUT, a qual já havia se tornado hegemônica no movimento sindical nacional, comandando o que seria, em seu conjunto, a fatia mais importante e representativa das organizações de trabalhadores. No que diz respeito às suas orientações, a Força Sindical acabará por ser mais dócil frente ao governo e ao patronato, o que só irá mudar sutilmente mais para o final dos anos 90.

Tendo de enfrentar o novo momento que os anos de 1990 lhe traziam, o

sindicalismo brasileiro desenvolveu diversas ações mobilizatórias, algumas portadoras de componentes de impacto. No plano geral do sindicalismo, duas de suas centrais<sup>10</sup>, a CUT e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), organizam uma greve geral visando a pressionar o governo para o estabelecimento de uma política salarial favorável aos trabalhadores. A virada do primeiro para o segundo semestre deste ano também será marcada por importantes movimentações grevistas, entre outras, a dos petroleiros (que por oito dias atinge cerca de 100% das refinarias do país reivindicando reajuste salarial e a recuperação de perdas decorrentes de planos econômicos anteriores), a dos operários da Ford, em São Bernardo do Campo (paralisação que duraria cerca de cinquenta dias, nos quais em um processo de acirramento das tensões, durante a ocupação dos trabalhadores, houve quebra-quebra no interior da empresa, que posteriormente fecharia temporariamente sob a alegação de falta de condições para funcionamento) e a dos eletricitários (na qual ocorreram vários blecautes).

O governo Collor tenta reagir às greves deflagradas neste período com propostas de modificação na lei de greve, condenando tanto o piquete dos trabalhadores, quanto o locaute patronal. Um dos pontos centrais seria a definição de penas para a detenção daqueles que não atendessem à solicitação de manterem em funcionamento o que seriam os serviços essenciais.

Ainda assim, o movimento sindical continuava demonstrando seu vigor. Em 1992 os trabalhadores portuários deflagram uma greve, paralisando por uma semana os 40 mil trabalhadores em 35 portos do país. O movimento que tinha como ponto central a pressão sobre os deputados que votariam o chamado projeto de modernização dos portos, que visava privatização dos mesmos.

Além da intensa presença dos trabalhadores no cenário político, outro fato nacional galvanizou a opinião pública neste ano. Em meio a escândalos e acusações de corrupção, o presidente Collor amargou um processo de impeachment. O movimento sindical, em grande parcela, se dedicou às manifestações de rua favoráveis ao processo. O Congresso Nacional votou favoravelmente e o presidente Collor foi afastado de suas funções. Itamar Franco, seu Vice, assume a presidência e lança, junto com o novo ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, que tinha centro no combate a inflação e na estabilização da moeda.

O sucesso do Plano terá impacto inicial sobre as mobilizações dos trabalhadores e, posteriormente, servirá de importante instrumento na campanha presidencial de 1994. Nesta campanha, que teve como protagonistas Fernando Henrique Cardoso, da aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL); e Luíz Inácio Lula da Silva, novamente na aliança

---

entre o PT e outros partidos de esquerda, o Plano Real foi o grande personagem dividindo o espectro político naqueles que eram a favor e aqueles que eram contra o plano. A estabilidade econômica trazida pelo Real garantiu uma votação massiva naquele que, supostamente, teria sido seu criador. Fernando Henrique assumirá como insígnia de seu governo “o fim da era Vargas” e de tudo o que ela representava. Ele se pautaria pela continuidade da abertura comercial e das privatizações iniciadas por Fernando Collor, agregando às mesmas a estabilidade econômica, pedra de toque dos seus dois governos (1994/1998 – 1998/2002).

Já em seus primeiros meses de mandato, ele enfrentou forte oposição de setores do movimento sindical. Com os planos de privatização e quebra de monopólios do setor estatal, buscados pela via da reforma constitucional, o governo atraiu sobre si uma onda de greves contrária às suas propostas. Em maio de 1995, atendendo aos conclames da CUT que desejava organizar demonstrações nacionais contra as propostas do governo, paralisaram suas atividades, entre outros, trabalhadores petroleiros, eletricitários, telefônicos e previdenciários.

O governo Fernando Henrique, tentando estabelecer de imediato sua linha de conduta frente ao sindicalismo grevista, lança mão de velhos atributos como o corte de ponto dos trabalhadores de empresas e repartições públicas paralisados. Porém, novos instrumentos se associariam a este. Através do Decreto-lei nº 1.480, o governo dispôs as formas pelas quais deveriam ser tratadas as paralisações no serviço público<sup>11</sup>.

O enrijecimento do governo frente às greves não terminaria aí. De certa forma, o decreto buscava enfraquecer a greve dos petroleiros que contava com mais de 90% de adesão, paralisando dez refinarias em todo o país, e foi contra esta mesma greve, que o governo utilizou todo o seu arsenal de medidas jurídicas, econômicas e até repressivas. Segundo o governo, era necessário dobrar a espinha dorsal de seu principal opositor, o sindicalismo, principalmente aquele ligado à CUT. Por sua importância simbólica, o processo no qual a greve dos petroleiros esteve envolvida merece aqui um maior destaque.

As movimentações do governo começaram quando ele foi informado, em meio ao processo de reforma constitucional, da possibilidade de paralisação dos petroleiros que teriam entre seus objetivos protestar contra a quebra do monopólio estatal do petróleo. A Petrobrás, por estar no centro da paralisação, serviu de pivô para a estratégia de resistência: transferiu combustível para as empresas privadas de distribuição (o que garantiria o fornecimento emergencial), importou petróleo e seus derivados, agenciou a contratação de funcionários aposentados, bem como deixou acertada a possibilidade de receber mão-de-obra qualificada do exterior a partir das matrizes multinacionais.

Ao longo de todo o mês de maio, os petroleiros, capitaneados pela Federe-

ração Única dos Petroleiros (FUP), ligada a CUT, buscaram efetivar a reposição das perdas que havia sido acertada, através de um termo de compromisso, com o então presidente em fim de mandato Itamar Franco. Itamar prometera repor perdas salariais da categoria e readmitir os demitidos pelo governo Collor. Contudo, não assinou o termo que deixou de ter valor legal. A empresa recusava-se a cumprir qualquer acordo que, segundo sua direção, não havia passado por seus escalões normais. Com este tipo de postura a Petrobrás se eximiu mesmo de cumprir um acordo que, baseado no termo de compromisso, havia sido assinado pelo ministro das Minas e Energia do governo Itamar e depois, diante da pressão dos petroleiros por conta de seu não cumprimento, acabou sendo ratificado enquanto um protocolo, já no início do governo Fernando Henrique, por membros da superintendência da empresa.

A greve acabou atingindo em cheio parte da população brasileira deixando-a sem gás de cozinha e combustível, em grande medida devido à manipulação dos estoques pelo governo. O movimento foi imediatamente considerado ilegal e abusivo pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que posteriormente reiterou esta posição. De posse deste trunfo, no final do mês de maio, o governo deslocou tropas do exército para ocupar quatro das onze refinarias da Petrobrás, sob a justificativa de que se dispunha a garantir o direito daqueles que queriam trabalhar. Sete anos depois de Volta Redonda, o exército voltava a ser chamado em meio a uma disputa trabalhista. Ao menos, desta vez, não resultou em mortes. Além do envio de tropas, o governo suspendeu o salário da categoria e demitiu 67 funcionários, atingindo em sua maioria grevistas. Diante desta avalanche de pressões, os petroleiros voltaram ao trabalho no início de junho sem conseguir obter suas reivindicações e amargando pesada derrota que definiu a linha do governo no tratamento às questões sindicais.

A greve dos petroleiros pode ser considerada como um divisor de águas na história do movimento sindical do período. Com ela tivemos um ponto de inflexão política para o movimento sindical nacional, que se agravaria ainda mais com o avançar das transformações econômicas.

No plano geral, a conjunção abertura econômica/privatização/estabilização, tendo como pano de fundo altas taxas de desemprego<sup>12</sup>, não demorou muito para acertar seus duros golpes no sindicalismo nacional, principalmente, embora não exclusivamente, naquele mais combativo, organizado na CUT<sup>13</sup>. A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira na rede global. Tal processo incrementou a reestruturação das empresas

---

e a incorporação de novos padrões produtivos, dificultando a ação sindical. Em muitos casos isso se deu através da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, reduzindo ainda mais o já diminuto setor formalizado do mercado de trabalho<sup>14</sup>. Por seu turno, a estabilidade econômica diminuiu em muito a capacidade catalisadora do tema salarial, atenuando uma forte bandeira sindical. As privatizações contribuíram com o quadro ao reduzirem o número de contingente e o poderio sindical dos servidores públicos, um dos fortes pilares de sustentação do sindicalismo da CUT, a maior e mais importante central sindical do país. Deve-se assinalar ainda que, como vimos, sob o governo de Fernando Henrique, sentiu-se um endurecimento no tratamento do Estado para com o movimento sindical.

Em um cenário como o descrito acima, um balanço geral da dinâmica sindical não poderia ser dos mais positivos. Uma avaliação feita pela CUT, nas Resoluções do 7º CONCUR de 2000 indica que “A ofensiva contra os direitos trabalhistas e os sindicatos impôs também uma pauta defensiva e fragmentada, que limitou as tentativas de unificação das lutas”. Além disso, assinala que até 1999, no tocante ao percentual de sindicalização na central, a queda vinha sendo acentuada.

O pano de fundo que conjugava desemprego e precariedade no trabalho fez também com que os sindicatos mudassem as pautas de reivindicação. Se nos de 1980 a questão econômico-salarial assumia prioridade nas mesmas, nos anos de 1990 (principalmente em sua segunda metade), a temática da garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumem o primeiro plano<sup>15</sup>. Além disso, os sindicatos buscaram intervir em outras alternativas que ampliassem seu escopo de ação, contribuindo para a consolidação de novas institucionalidades<sup>16</sup>.

Isso ocorreu em uma lógica que foi desde o sindicato de base até as estruturas intersindicais. Neste sentido, as centrais sindicais de maior relevo acabaram por se envolver em projetos de formação profissional e intermediação entre trabalhador e emprego, através de agências e centros de solidariedade<sup>17</sup>. Em muitos casos, este envolvimento se deu de forma defensiva, em detrimento de movimentos de mobilização dos trabalhadores.

Diante de um quadro como esse, abriu-se, então, um momento de reorganização de práticas e estratégias para o movimento sindical no Brasil. Quando comparamos com a década anterior percebemos que houve uma clara mudança de eixo no investimento do ator sindical. A diminuição do número de greves e uma certa ausência do cenário nacional indicam claramente uma sensível retração e alteração do quadro de inserção do sindicalismo brasileiro, bem como do grau de dificuldades que este vem enfrentando.

No que diz respeito às mobilizações grevistas, marcas dos anos de 1980, o

que se viu ao longo dos anos 90 foi um decréscimo deste tipo de prática. Segundo dados do Anuário dos Trabalhadores DIEESE/2000-2001, em 1996 tivemos uma média mensal de 111 movimentos grevistas. Quando olhamos os dados para 1999, vemos que tal média se reduz para 46 apenas. Pode-se sentir também uma alteração na forma e na temática das greves, que passaram a ser mais localizadas, por empresa e de menor duração.

Assim, a década de 90, principalmente em sua segunda metade, representou para os trabalhadores brasileiros um duro revés, colocando na agenda novas questões e problemas, além de intensificar outros pré-existentes. Porém, seria equivocado indicar que diante disso, o sindicalismo nacional não tenha buscado alternativas, ampliando pautas e inserindo-se em novos espaços, que lhe permitissem continuar existindo e se movimentar em um contexto tão difícil, preparando seu caminho para o século que se abria.

### **Usos do passado, memórias e identidades em dois momentos**

Ao observarmos as duas décadas podemos perceber que o movimento sindical, enfrentando situações distintas, transitou também em regimes de memória diferentes. Nos anos de 1980, a partir de enfrentamentos “para fora” com patrões e a ditadura; bem como com tensões “para dentro” com as chamadas “esquerdas tradicionais”, e com apoio de análises e discursos acadêmicos, foi se cunhando a noção de “novo sindicalismo”. Isso se operou na construção de uma matriz discursiva que não só funcionava para a leitura do presente, mas também de uma construção acerca da própria história e memória anteriores do movimento. A constituição de uma identidade de “classe trabalhadora” – ela mesma mais inclusiva do que a já tradicional “classe operária” – serviu para incorporar, organizar e galvanizar cada vez mais setores das classes trabalhadoras no Brasil. Aparentemente era bem clara a distinção entre o “nós” e o “eles”.

A identidade de uma “nova classe”, sob “novo tipo de organização”, se produziu, de certa forma, a expensas das trajetórias passadas, vistas como algo “superado”, “pelego”, “velho” e “derrotado”. Tal identidade surgia como se fosse o grau zero, inventando suas tradições. Contudo, dadas as formas de sua produção, ela acabou também por obscurecer muito da trajetória anterior, cuja visão um pouco mais desarmada só seria possível em momento posterior, quando essa mesma identidade já se repensava, frente aos impactos da nova conjuntura que viveria.

Esse tipo de construção não impediu, embora talvez tenha limitado, a empreitada com centros de memória. Nos anos 1980, no declínio e depois na saída do período ditatorial, começam a aparecer, por diversos lados, a preocupação com a

---

questão da memória, seja nos sindicatos, seja nas universidades, entre os grupos militantes, etc. Seja no sentido de trabalhar a memória das categorias ou grupos em seu “passado”, mas em muito, produzir a memória do que se passava ali, no presente, em cada uma das lutas, das manifestações, no período. Era a luta de vida e morte contra o esquecimento proposto e promovido pela ditadura.

Mas assim como outras políticas, muitos desses centros, principalmente nos sindicatos, tiveram sérios problemas para se manterem e/ou continuarem seu trabalho. Alguns se tornaram verdadeiros “heróis da resistência”. Por isso, não foram muitos os que sobreviveram.

Nos anos 1990, frente à chamada “coqueluche neoliberal”, quando trabalhadores e sindicatos sofreram duros impactos em suas formas de trabalho, vida e organização, um dos pontos mais impactados foi exatamente a identidade construída na década anterior, tendo relação direta com o agenciamento coletivo das lutas. Em um mundo onde supostamente viveríamos o fim do “trabalho” e do “emprego”, onde entraríamos na “sociedade dos serviços”, na qual a venda da força de trabalho seria substituída pelo fornecimento/contratação de serviços.

Em tal quadro, como ficaria o ser trabalhador? Os trabalhadores se perceberiam e identificariam mais como intermediários na lógica do consumo do que produtores na lógica da produção. Vale lembrar a disseminação deste tipo de visão, que, mesmo no coração da produção, tem se operado através do quase banimento de termos como “trabalhador” e “operário”, os quais vêm sendo substituídos por outros tantos, tais como, “colaborador”, “parceiro”, “cliente/fornecedor interno”, apagando discursivamente qualquer possibilidade mais politizada e conflitiva de identidade e classificação. Neste universo de sentido fica excluída toda ideia de “luta” e “conflito”, em nome da “colaboração”; já que colaborador não conflita, colabora. Não foram raros os relatos de sindicalistas e militantes acerca das dificuldades de se fazerem ouvir pelo que seriam os trabalhadores nesse novo contexto. Sente-se um claro processo de tentativa de individualização das condutas e ações dos trabalhadores nas empresas nos sentido de suas demandas e interesses. Assim, ficam em situação difícil os que apelam e são instrumentos da luta coletiva.

Em um quadro como esse é sintomático que estejamos vendo um novo despertar de projetos de memória pelos sindicatos e grupos de trabalhadores. Em um mundo que perde suas referências e a identidade se corrói, a memória tem um espaço importante e de destaque na (re)construção de vínculos e pertença<sup>18</sup>. Para uma classe que após as enxurradas dos 1990, busca suas referências, os projetos de memória podem ser uma ponte de relevo contra a nova ameaça do esquecimento, produzindo sentido sobre as trajetórias passadas e as experiências que se abrem. Nesse mundo “sem trabalhadores”, a memória pode ser um instrumento indis-

pensável para localizá-los, dizer-lhes quem, como e com quem são; ou ainda mais, como podem ser.

Esse trabalho de memória, de importância inquestionável, deve ser realizado sob um crivo atento. Isso porque ele está, como todo trabalho desse corte, sujeito a uma série de possíveis problemas que podem vir a reduzir ou até inverter seus impactos. Aqui, sem possibilidade de muito detalhamento, poderíamos indicar apenas alguns. Deve-se ter claro que tais projetos, por mais que estejam associados ou baseados em entidades sindicais, eles perdem muito se forem pensados apenas como uma memória institucional. Quanto mais de seus trabalhadores e ainda mais de sua classe ele for, mais forte e rico ele será. O mesmo ocorre com as memórias mais restritas que se pensam apenas a partir de um determinado setor ou grupo do movimento, buscando se passar por algo mais amplo e geral.

Deve-se preocupar com as idealizações e o enviesamento dessa construção da memória. Não basta dizermos que a memória é seletiva *per se*. É preciso lidar com a seletividade da memória. Uma memória não se torna rica e importante apenas por falar de vitórias, conquistas, etc. Ela pode e deve tratar também dos pontos difíceis da trajetória da classe, de seus impasses, dos becos sem saída e derrotas, etc. Quando mais polifônicas em seu enquadramento (grupos, processos, períodos, eventos, etc.), mais as construções da memória serão inclusivas e darão conta da complexidade das experiências dos trabalhadores. É claro que a construção da memória não se dá sem disputa, conflito entre os grupos. Mas há formas e formas de se lidar com isso e encaminhar o conflito em termos de sua aparição nas construções da memória. Assim, levando em conta esses e outros aspectos de sua construção, a memória serviria como âncora e plataforma<sup>19</sup> para dar referência, identidade e potencializar ações coletivas, ainda em mundo que, aparentemente, já se deslindou desse tipo de processo.

### **Considerações finais**

Um balanço geral comparativo das duas décadas pode indicar diferenças e semelhanças em termos de limites e possibilidades para a ação sindical. Algumas diferenças são claras quando observamos o movimento sindical dos dois períodos. Contudo, elas não podem obscurecer a existência de pontos de contato entre eles, muito menos o fato de que alguns dilemas colocados ao sindicalismo brasileiro os atravessaram indiscriminadamente.

Porém, uma avaliação mais detida dos períodos, não pode se furtar de indicar que existiram alguns traços de similaridade e mesmo de continuidade, principalmente no que tange a problemas já históricos do movimento sindical brasileiro. Nos anos de 1980, apesar das muitas conquistas em diversos planos, o sindicalismo

---

não conseguiu superar alguns de seus tradicionais limites, mantendo, por exemplo, a dificuldade de se enraizar no interior das empresas. Desta forma, apesar de valorizadas no discurso, as organizações por local de trabalho acabaram por se tornar uma experiência muito esparsa e pontual. Além disso, se as mobilizações foram importantes para atenuar os impactos degenerativos da escalada inflacionária na vida dos trabalhadores, elas não conseguiram a necessária generalização de suas conquistas, o que, dada à heterogeneidade e disparidade organizacional e de poder de barganha existente entre as categorias, de certa forma restringiu-as às mais fortes e organizadas. No mesmo sentido, pode-se dizer que elas também não alcançaram a redução efetiva das desigualdades sociais, o que, em um país como o Brasil, teria um peso enorme.

Tendo o movimento sindical apresentado dificuldades para superar seus desafios estruturais quando supostamente teve potencial para fazê-lo, e afirmava querê-lo, nos anos de 1980; o que dirá, em postura mais defensiva, nos anos de 1990, quando teve dificuldade ainda maior de articular e generalizar suas lutas e problemas na interiorização de suas práticas para o chão de fábrica; e, ainda, padeceu de uma divisão que dificultou ainda mais suas ações. Não só as centrais e os sindicatos encontram-se divididos entre si, como às vezes, em suas próprias fileiras. Em muitos casos, tem sido difícil chegar-se a um consenso que oriente práticas mais unitárias<sup>20</sup>. Embora nos anos de 1980 a divisão interna não tenha produzido um enfraquecimento do sindicalismo, ainda que limitando seu alcance; nos anos de 1990, período de retração, a divisão e a disputa acirrada ampliaram seus efeitos. O mesmo se pode dizer das outras limitações que não só enfraqueceram o sindicalismo frente à crise, como foram por ela potencializadas.

Concluindo, diria que o contraste rápido entre o sindicalismo das duas décadas aponta claramente para uma crise do movimento sindical nos anos de 1990, e ela, independentemente da possível discussão sobre sua extensão, existiu. Mas deve-se lembrar que as épocas de crise tendem a abrir novas possibilidades. Neste sentido, os anos de 1990 podem vir a ser lembrados também por um certo retorno do sindicalismo, ainda que de forma pontual, a algumas de suas práticas pré-existentes em seu acervo histórico e que foram aos poucos deixadas de lado com a forte institucionalização dos anos de 1980. Mencionem-se aqui as tentativas de articulação com outros movimentos sociais (pela terra, moradia, cidadania, justiça, etc.), a busca de abertura efetiva para novos temas e demandas (gênero e raça, cidadania dentro e fora dos locais de trabalho, educação do trabalhador – político e sindical para geral e profissional) e a incorporação de práticas alternativas de negociação e organização.

Assim, acreditamos que não se pode dizer que o sindicalismo brasileiro perdeu toda a força conquistada nos anos de 1980. Alguma, realmente ficou pelo

caminho em meio às agruras do novo cenário. Contudo, grande parte dela, corretamente ou não, foi canalizada para outras trincheiras e formas de luta. Como os anos de ouro de 1980 acabaram deixando portas abertas pelas quais caminhou o enfraquecimento do sindicalismo na década seguinte, não se pode descartar a possibilidade, no sentido inverso, de que algumas das iniciativas tentadas nos anos de 1990, não possam lançar bases diferentes para novas práticas e formas organizativas, as quais poderão pavimentar futuramente a trajetória de luta dos trabalhadores brasileiros. Em ambos, os usos da memória demonstram sua extrema importância. Ela serviu e serve tanto em momentos de “alta”, como em momentos de “baixa”. Funcionando, de todo modo, como um ponto de referência importante nos caminhos trilhados pelos trabalhadores.

---

### Notas

<sup>1</sup> Não temos condições aqui de dar atenção específica ao sindicalismo rural e ao movimento dos trabalhadores no campo. Entre outras, remeto o leitor a MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989 e NOVAES, R. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO JR, A. (org.) – *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 145-168. Ali se encontrará uma boa introdução, informações e mais referências a respeito.

<sup>2</sup> Neste sentido, ele andarà no contrafluxo de seus pares nos países do capitalismo central, que experimentavam uma dura crise. Ver RAMALHO, José R. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. Dados, Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol.43, N.4, pp.215-240, 2000 e RODRIGUES, Iram J. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE. V. 9, N. 3, pp. 57-75, 1995.

<sup>3</sup> MENEZES, Clarice e SARTI, Ingrid. *Conclat 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. Campinas: Cartgraf, Coleção Ildes 3, 1981.

<sup>4</sup> SANTANA, Marco A. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Unirio, 2001.

<sup>5</sup> RODRIGUES, L. Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

<sup>6</sup> RODRIGUES, Iram J. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE. V. 9, N. 3, pp. 57-75, 1995.

<sup>7</sup> RODRIGUES, Iram J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta/Fapesp, 1997 traz uma detalhada análise da trajetória da CUT. Ver também, entre outros, GIANNOTTI, Vito. e NETO, Sebastião. L. *CUT - ontem e hoje*. Petrópolis, Vozes, 1991 e OLIVEIRA, Marco A. de. Notas sobre a crise do novo sindicalismo brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, Vol. 12, Nº 1, 1998.

<sup>8</sup> Ver VIANNA, L. Werneck. A classe operária e a abertura. São Paulo: Cerifa, 1983; VIANNA, L. Werneck. Travessia – da abertura à constituinte 86. Rio de Janeiro: Taurus, 1986 e ALMEIDA, Maria H..T. de. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: O'DONNELL, Guillermo, REIS, Fábio Wanderley. (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>9</sup> RODRIGUES, Leoncio. Martins e CARDOSO, Adalberto. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>10</sup> A esta altura já se podia contabilizar, pelo menos, quatro centrais sindicais: a CUT, as duas CGTs e a Força Sindical. Ainda nos anos 90, será criada a Social Democracia Sindical (SDS).

<sup>11</sup> Nele temos estampado: os dias parados seriam considerados como faltas, proibindo que as mesmas fossem abonadas, compensadas ou mesmo computadas para fins de tempo de serviço; exigia-se das chefias imediatas, sob pena de exoneração ou dispensa, a lista com o nome dos faltosos; e, em caso

---

de os grevistas ocuparem funções gratificadas ou cargos comissionados, se tornariam passíveis de demissão.

<sup>12</sup> Para que se tenha uma idéia, segundo dados do Anuário dos Trabalhadores DIEESE/2000-2001, em 2000 o desemprego chegou a algo em torno dos 18% na Grande São Paulo (aproximadamente dois milhões de trabalhadores).

<sup>13</sup> BOITO JR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999 e CAR-DOSO, Adalberto. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal. A era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

<sup>14</sup> Segundo dados publicados no jornal O Globo, edição de 27/05/2002, a participação de trabalhadores com carteira assinada no mercado de trabalho brasileiro retrocedeu de 53,7% em 1991 para 43,6% em 2000. Obtendo, em 2002, o primeiro crescimento depois de uma década de quedas, indo para 45%.

<sup>15</sup> Um exemplo disso está na experiência dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Carlos Manoel, ex-presidente do sindicato, lembrando a primeira metade dos anos 90, assinala que diante do processo de mudanças econômicas, “que era um processo extremamente excludente (...) o desemprego começou a preocupar a todos. Então a pauta de reivindicação do sindicato também tinha que mudar. (...) Em 1994, 95 e 96 no primeiro ponto de pauta o desemprego. (...) Os outros aspectos eram para segundo plano de pauta”, cf. RAMALHO, José R. e SANTANA, Marco A. *Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos de 1990: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro*. In: RAMALHO, J.R. e SANTANA, M.A. (Orgs.). *Trabalho e tradição sindical o Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro, D,P&A, 2001, p. 20.

<sup>16</sup> Neste sentido, pensamos, entre outras, na ideia das Câmaras setoriais e/ou regionais. Mesmo sabendo ser um tema polêmico no interior do movimento sindical, não podemos deixar de indicá-lo como exemplo de busca de alternativas. Para uma análise do tema, ver, entre outros, CASTRO, Nadya Araújo. *Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. São Paulo em Perspectiva*, Vol.11, N.1, São Paulo: Fundação SEADE, 1997 e LEITE, Márcia. *Trabalho e sociedade em transformação. Sociologias*, N. 4, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 2000.

<sup>17</sup> A esse respeito ver SOUZA, Donald; SANTANA, Marco A. e DELUIZ, Neise. *Trabalho e educação: centrais sindicais e re-estruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999. Os recursos para custeio de tais projetos são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o que gerou um intenso debate no interior do movimento.

<sup>18</sup> Para uma análise das relações entre memória e identidade, ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 e POLLAK, Michael. *Memória e identidade social. Estudos históricos*, n. 10. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1992.

<sup>19</sup> LOVISOLO, Hugo. *A memória na formação dos homens. Estudos Históricos*, vol.2 N.3. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

<sup>20</sup> Deve-se assinalar, contudo, que houve louváveis tentativas de ações conjuntas, ainda que setoriais, como: o movimento comum levado a cabo pela CUT e pela FS em fins de 1999 na luta pelas 36 horas de trabalho e pelo contrato nacional de trabalho das montadoras. Em conjunto elas organizaram o chamado “Festival de greves” que paralisou uma série de plantas através do país. Para uma análise mais detalhada das aproximações e tensões entre as centrais, ver MARTINS, H. de Souza e RODRIGUES, Iram J. *O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. Tempo Social*, Vol. 11, N.2, São Paulo: USP, 2000 e SANTANA, Marco A. *As centrais sindicais brasileiras e a re-estruturação produtiva: análises e propostas. Sociologias*, N.4, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 2000.

## PARTE II

ARQUIVO, MEMÓRIA E CIDADANIA:  
O SENTIDO DOS ARQUIVOS



## CAPÍTULO 3

### **Os arquivos do movimento operário, dos movimentos sociais e das esquerdas na Argentina. Um caso de subdesenvolvimento cultural**

**Horacio Tarcus\***

O historiador Milcíades Peña costumava dizer que a Argentina era o país do “como se”, onde nada é o que parece ser, onde por trás da pátina deslumbrante da modernidade é preciso descobrir o atraso. Ainda que Peña tivesse em mente especialmente o fracasso da modernização industrial, a sua visão crítica é também pertinente para que pensemos sobre o surpreendente atraso biblioteconômico e arquivístico da Argentina.

Os pesquisadores, provenientes do exterior, que trabalham durante algum tempo no país, experimentam na própria pele este paradoxo: ao chegar estão hipnotizados pelo atrativo da cidade, capital moderna e pujante, mas não demoram a acordar do seu sonho quando se deparam com o estado de abandono, de atraso tecnológico, de “portas fechadas” e de opacidade institucional que caracterizam o perfil das bibliotecas e dos arquivos do país. Logo veem frustradas as suas expectativas de ter acesso às fontes argentinas por meio de catálogos digitalizados e de receber um atendimento e orientação de pessoal competente. Em pouco tempo descobrem, para citar os dois casos mais impactantes, que os fundos documentais do *Archivo General de la Nación* jazem no mais absoluto abandono<sup>1</sup> e que a Biblioteca Nacional foi convertida em uma grande sala de espetáculos culturais, em detrimento absoluto da sua função mais elementar: reunir, preservar, acrescentar, catalogar e difundir o patrimônio biblio-hemerográfico nacional<sup>2</sup>.

Os visitantes vão descobrindo, desta forma, o paradoxo argentino: um país com capacidade de ostentar ao longo de dois séculos de história uma riqueza cultural surpreendente (da qual os seus habitantes se orgulham a ponto de dela fazer alarde), mas que, não obstante isso, não se preocupa com a sua preservação.

---

\* Horacio Tarcus é professor e pesquisador da Universidade de Buenos Aires. Fundador e diretor do CeDInCI de Buenos Aires.

---

## Atraso econômico e subdesenvolvimento cultural

Como entender o paradoxo argentino? É necessário começar qualquer explicação para este atraso servindo-nos do ponto de vista do “fator econômico”: refiro-me à já conhecida limitação do gargalo orçamentário característico de um país de periferia, fato que lhe impossibilitaria obter os recursos necessários para a modernização das suas bibliotecas e arquivos públicos. O problema é que o nosso atraso é evidente não apenas quando somos contrastados com os países poderosos do chamado Primeiro Mundo que destinam recursos significativos para os seus arquivos e bibliotecas, mas também se nos compararmos com países latino-americanos como o Chile, o Brasil e o México.

Em outras palavras: o atraso argentino não se restringe ao plano econômico. No tocante à preservação de nosso patrimônio cultural, somos também um país perfeitamente subdesenvolvido. John Holloway tem afirmado, reiteradamente, com razão, que, em um mundo globalizado já não importa tanto para a prosperidade de um país o quanto cada economia nacional produz, mas sim quanto é capaz de atrair e reter em seu território do capital produzido globalmente. Acontece da mesma forma no terreno do patrimônio cultural onde não importa tanto o capital simbólico que sejamos capazes de produzir nacionalmente: o que está em jogo é a nossa capacidade de valorizá-lo como tal e, conseqüentemente, de gerar as condições para preservá-lo e socializá-lo.

Os avatares do nosso patrimônio bibliográfico, hemerográfico e arquivístico são uma prova flagrante desta afirmação. O estado de calamidade nas nossas bibliotecas, hemerotecas e arquivos públicos é o resultado de um processo marcado pela combinação e a amálgama da pior associação de fatores tão díspares como a ausência de políticas públicas em matéria biblioteconômica e arquivística; a descontinuidade institucional do país, que também impactou as bibliotecas e os arquivos públicos; a sua falta de transparência institucional na relação com leitores, doadores e com a sociedade em geral; a ausência de concursos públicos capazes de incorporar ou promover profissionais competentes; o assalto das instituições realizado por grupos movidos por interesses particulares e sindicatos mafiosos que parasitam o Estado; e, *last but not least*, a falta de orçamento<sup>3</sup>.

Há três caminhos possíveis quando não existem políticas públicas ativas orientadas para a preservação deste tipo de patrimônio de importância capital para a história de um país: ou ele permanece nas mãos do setor privado; ou ele é adquirido por colecionadores privados; ou é vendido no exterior.

## **Bibliotecas e arquivos como “propriedade familiar”**

Sem dúvida, as grandes bibliotecas privadas representaram um papel decisivo na história cultural do nosso país. O seu peso é tamanho que poderia ser escrita uma história da cultura argentina, pelo menos da cultura de elite, contando-se a história das grandes bibliotecas pessoais. Aceitamos o fato de que na falta de grandes bibliotecas públicas, as bibliotecas privadas tiveram um papel importante na cultura do país. O penoso é que o destino final dessas bibliotecas nem sempre foi o da institucionalização pública. Bibliotecas extraordinárias, que congregavam livros antigos de enorme valor, coleções de revistas raras, gravações, litografias, mapas, documentos e manuscritos que foram pulverizados em leilões públicos.

Muito também ocorreu com os grandes fundos arquivísticos. Em 1917, um número da **Revista de Filosofia** iniciava com esta reflexão: “A história cultural e política do nosso país dorme nos arquivos familiares... O ambiente de escassa preocupação e o melindre dos donos dos arquivos fazem que informações interessantíssimas, que poderiam prestar uma ajuda eficaz para historiadores e sociólogos, sejam esterilizadas empobrecendo a pesquisa científica pelo não acesso a fontes preciosas. Nossa história... não pode, assim, ser escrita”. Lamentavelmente, quase noventa anos depois, grande parte do patrimônio histórico subsiste sob a forma de patrimônio familiar.

Não obstante isso, a responsabilidade hoje é outra: em 1917, a ênfase era colocada sobre a carência de modernização e de consciência pública das famílias da elite. A revista de José Ingenieros, movida por um ardor modernizador, procurava recordar que já tinha passado o tempo em que o personagem histórico e o historiador se confundiam, em que o arquivo histórico e o arquivo familiar eram um só e em que a história oficial era praticada como a história das grandes famílias patriarcais. Essas famílias deviam aceitar a substituição pelos arquivos e bibliotecas públicas e pelos sociólogos e historiadores profissionais, tanto do seu papel de protetores do patrimônio quanto do papel que desempenharam no ofício de historiadores.

Ainda que as áreas de atuação profissional da sociologia e da história tenham ampliado seus espaços desde então e ao longo do século XX, o processo de cessão do patrimônio familiar para o espaço público tem sido muito frágil. Muitos arquivos de personalidades da cultura e da política argentina continuam cuidadosamente resguardados pelos seus descendentes como propriedade familiar: não há espírito de legado, pois os herdeiros não confiam na capacidade das instituições públicas para resguardá-lo e dispô-lo para consulta. A percepção dos doadores é, ao tratarmos dos grandes arquivos e das bibliotecas públicas, que o patrimônio desaparecerá entre as engrenagens de uma estrutura burocrática impenetrável; ou, pior,

---

ao tratar-se de institutos de menor escala, que será absorvido e passará ao poder da facção que o controla. Ou seja: as grandes instituições não oferecem garantias de preservação; as pequenas, de acesso público.

### **O patrimônio cultural e o colecionismo**

No mercado dos livros, revistas e documentos argentinos, dado que as bibliotecas e arquivos públicos estão ausentes, a principal demanda provém dos colecionadores privados, das universidades e centros do exterior do país.

Paremos um momento para contemplar as coleções privadas. Diferentemente dos políticos ou intelectuais da elite, que formam grandes bibliotecas porque os livros são imprescindíveis para o exercício de sua profissão, os colecionadores estão animados por uma paixão bibliófila, sendo, raras vezes, leitores sistemáticos ou estudiosos das coleções que entesouram. Enquanto que para os pesquisadores a grande biblioteca é, em definitiva, uma espécie de oficina que esconde suas ferramentas de trabalho, para os colecionadores seus exemplares fragilmente organizados e classificados podem adquirir, no máximo, um caráter lúdico, decorativo ou de prestígio social. Se o acesso do pesquisador às grandes bibliotecas e arquivos familiares não costuma ser fácil, muito mais restrito e condicionado costuma ser ainda no caso do colecionador, que guarda zelosamente seu tesouro debaixo de sete chaves.

Os defensores do livre mercado de bens culturais presumem que a formação de coleções privadas tem sido um fator de enriquecimento do patrimônio nacional. Argumentam em seu favor que muitos colecionadores privados, atuando como “pesquisadores”, às vezes sobre a base de sua intuição e experiência, recuperaram e organizaram um patrimônio até então disperso, que finalmente terminaram cedendo a instituições públicas. Mas como se assinalou a propósito do caso do patrimônio do México (sobretudo, mas não exclusivamente ao arqueológico), “muitos formaram e formam suas coleções com juízos subjetivos, com peças compradas segundo suas predileções estéticas, ou por sua raridade e exotismo. Também são conhecidos casos cujo objetivo central foi o de ganhar prestígio social; alguns mais por seu afã quase doentio de entesourar, mas, sobretudo pela esperança de encontrar no futuro melhores propostas, ou seja, para especular”. Para esta autora a formação de coleções teve valor no século XIX e em princípios do XX, mas nos alvares do século XXI sua existência não se justifica<sup>4</sup>.

Na Argentina das últimas décadas, se uma carta de José de San Martín, um documento de punho e letra de Juan D. Perón, ou um manuscrito de Jorge Luis Borges chegar às mãos de um livreiro, dificilmente ele pensará em oferecê-lo a

venda para a Biblioteca Nacional ou para o *Archivo General de la Nación*: se dirigirá a centros e universidades do exterior ou aos colecionadores locais. Mas o problema da alienação de nosso patrimônio não radica nos livreiros. É inevitável que, pela falta de demanda do setor público, procurem o privado. Nem tampouco está nos colecionadores nem nas instituições do exterior, pois nenhuma lei restringe a compra e a venda, e inclusive a saída de documentos históricos para o exterior. O problema está na falta de um marco legal regulatório e, sobretudo, na ausência de políticas públicas acerca do patrimônio bibliográfico, hemerográfico e arquivístico.

### **Drenagem patrimonial ao redor dos centros do primeiro mundo**

No caso da venda para os colecionadores, o patrimônio se torna restrito para consulta pública; no caso da venda para centros e universidades fora do país, somente é acessível para aqueles que estejam em condições de viajar e estudar no exterior.

Com respeito à drenagem patrimonial ao redor do exterior, não somente se vão dólares ou “cérebros”, mas também livros, revistas, cartas, manuscritos... Assim como os pesquisadores egípcios se veem obrigados a estudar a cultura de seu país nos museus de Londres e Paris, os pesquisadores da história e pensamento argentinos só podem consultar fontes de inestimável valor da nossa cultura apresentando-se em cidades como Amsterdã ou Turim, Berlim e Califórnia.

Há bibliotecas e arquivos inteiros que, por diferentes vias e variados motivos, foram saindo do país: a biblioteca monumental do sociólogo Ernesto Quesada constituiu a base sobre a qual se fundou o Instituto Ibero-americano de Berlim e a de Agustín P. Justo foi adquirida pela Biblioteca Nacional de Lima; o arquivo do filósofo Rodolfo Mondolfo, que seus descendentes doaram à *Asociación Dante Alighieri de Buenos Aires*, partiu, no entanto, há vários anos rumo à Itália; a biblioteca e arquivo do historiador Luis Sommi foi levada depois de sua morte para algum lugar de Moscou; Liborio Justo doou grande parte de sua considerável biblioteca e hemeroteca ao Arquivo Edgar Leuenroth de Campinas; o arquivo de Victoria Ocampo pode ser consultado na Universidade de Harvard, os de Álvaro Yunque e María Rosa Oliver na Universidade de Princeton; os de Roberto Arlt no Instituto Ibero-americano de Berlim; o de Diego Abad de Santillán no Instituto de História Social de Amsterdã... exemplos podem ser dados em quantidade.

O universitário americano, europeu, mexicano ou brasileiro tem a seu alcance extraordinárias bibliotecas e arquivos, podendo consagrar a elas todo o seu tempo e as suas energias; o pesquisador argentino que se propõe a trabalhar com este tipo de patrimônio sabe que 50% de suas energias estarão destinadas à busca

---

de suas fontes, devendo peregrinar por múltiplas bibliotecas públicas, arquivos privados e livrarias especializadas em material antigo. Às vezes poderá comprar suas fontes, convertendo-se sem querer em um entesourador privado. E assim como o colecionador é um pesquisador principiante, insensivelmente o pesquisador argentino tornou-se um colecionador *amateur*. Inclusive chegou a acontecer que os pesquisadores estabeleceram entre si uma competição, não pelo rigor ou originalidade de suas interpretações, mas sim pela posse de “suas” próprias fontes. Seu maior orgulho é estampar, ao pé da página, esta manifestação de nosso subdesenvolvimento cultural: “Original no arquivo do autor”.

Não podemos ignorar que, desde a antiguidade, a história das grandes bibliotecas está diretamente vinculada aos projetos de expansão imperial. Todos os conquistadores tomaram para si ou enviaram a seus soberanos despojos de guerra ou presentes de terras exóticas que provaram suas façanhas, conquistas e descobrimentos. O inglês Thomas Richards, no **The Imperial Archive**, um clássico dos estudos pós-coloniais, analisa os modos de apropriação e sistematização do que chama o “arquivo imperial” britânico. Este não seria nem uma biblioteca nem um museu, mas sim “uma fantasia de conhecimento catalogado e reunido a serviço do Estado e do Império”. Quando os poderes públicos britânicos falam de “material catalogado” se referem a “conhecimentos localizados baixo a jurisdição especial do Estado”<sup>5</sup>. Sua função de “reservatório do conhecimento universal” foi logo relevada pelos Estados Unidos, que desde a Guerra Fria, e, sobretudo desde a Revolução Cubana, construiu uma verdadeira maquinaria de pesquisa, exploração, compra e preservação de bibliografia latino-americana. Qualquer bibliotecário argentino (ou latino-americano) sabe, por exemplo, que se precisar de uma informação sobre uma publicação de seu país, seja antiga ou a novidade mais recente, deve começar por ingressar no catálogo da página web da *Hispanic Division* da *Library of Congress* dos Estados Unidos.

Não obstante isso não podemos prosseguir contemplando esta drenagem com um nacionalismo cultural hipócrita, quando não geramos no próprio país as condições para preservá-lo e socializá-lo. O interesse desses países por nossa produção cultural não pode deixar de ser para nós, em certo sentido, motivo de orgulho; e sua capacidade de preservá-lo causa tranquilidade. O problema radica em nosso país: na ausência de instituições públicas interessadas em preservar efetivamente este patrimônio mais além das enfáticas declarações e na falta de uma cultura cívica que as acompanhe. Nesse sentido, não deixa de ter razão Nicolás Helft, um dos maiores colecionadores de primeiras edições e manuscritos de Jorge Luis Borges, quando dizia provocativamente pouco tempo atrás: “Carece de sentido batalhar

pela permanência no país de papéis valiosos quando não existem políticas, recursos econômicos, técnicos nem humanos para a sua preservação e difusão”. Em troca, as universidades e centros do primeiro mundo “têm a tecnologia para resguardá-los e difundir-los. Estou de acordo com que nossos papéis fiquem na Argentina, mas de que me serve o original se por deixá-lo aqui o submeto à deterioração ambiental, à burocracia e até ao perigo de roubo?”<sup>6</sup>

### **As fontes do movimento operário, dos movimentos sociais e das esquerdas nos arquivos e as bibliotecas oficiais**

No caso dos arquivos e publicações do movimento operário, dos movimentos sociais e das esquerdas, a situação é um tanto mais dramática. Também aqui a Argentina exibe uma de suas características paradoxais, pela qual a vitalidade de seus movimentos populares – manifestada ao longo de um século tanto por seu intenso ativismo político assim como pelo exercício de sua capacidade organizativa e sua riqueza cultural, desde o movimento anarquista ao final do século XIX e começo do XX até a “nova esquerda” dos anos 70 –, não encontrou uma expressão proporcional da sua importância nas bibliotecas e arquivos públicos que contaram com uma dotação mínima de material documental reunido em torno dessas experiências e que estão disponíveis para a consulta e a pesquisa.

Por exemplo, um pesquisador buscará em vão a história operária no *Archivo General de la Nación* (AGN). A própria lógica de organização do AGN não se opõe ao Estado, na verdade, reproduz este mesmo Estado, portanto, vê a sociedade “por cima”. O AGN é deste modo um arquivo histórico como a memória oficial do Estado. Agora, o pesquisador experimentado que busca, por exemplo, fontes para estudo do anarquismo argentino sabe que poderá encontrar algumas delas nos processos judiciais conduzidos contra os anarquistas. Por sua parte, a Biblioteca Nacional e a *Biblioteca del Congreso de la Nación* só dão guarida, mesmo que marginalmente, a pedaços da história operária argentina<sup>7</sup>.

Às razões mencionadas acima a respeito do problema das fontes arquivísticas em geral, é necessário acrescentar aqui uma série de razões que a falta de preocupação das instituições públicas por este tipo específico de fontes produz. Em primeiro lugar, é preciso mostrar que a história operária só foi incluída tortuosamente dentro do que costumeiramente se denomina “a história nacional”: a história do movimento operário anarquista, socialista e comunista é parcialmente integrada dentro dos preâmbulos do movimento operário peronista, pelo que normalmente não se considera a história destas correntes anteriores aos meados do século XX. Outros movimentos sociais, como o movimento estudantil, o das mu-

---

lheres, o antifascista das décadas de 1930 e 1940, os movimentos de solidariedade internacional (com a Espanha Republicana na década de 1930, com a Revolução Cubana na década de 1960), escapam quase que por completo ao horizonte do olhar oficial e, por tanto, também das suas bibliotecas e de seus arquivos. Significativamente, nenhuma Universidade pública, nem sequer a Universidad de Buenos Aires, supriu esta ausência.

Em segundo lugar, é necessário ressaltar que a produção gráfica dos movimentos sociais e das esquerdas costuma adotar características específicas que muitas vezes tornam complexa sua reunião e preservação. A própria condição de órgãos de movimentos emergentes ou contra-hegemônicos, às vezes perseguidos ou reprimidos, os converte em publicações de aparecimento irregular, sujeitas às sucessivas metamorfoses em seu formato, às mudanças de nome para burlar a censura e inclusive à aparição clandestina. E as grandes bibliotecas públicas dificilmente colecionam publicações periódicas de aparição irregular, folhetos políticos, documentos sindicais e partidários, e menos ainda, panfletos ou cartazes políticos. É evidente que a descontinuidade institucional sofrida pela Argentina ao longo de boa parte do século XX, agravada pelo terrorismo de Estado conduzido pelo último regime militar (1976–1983), tornou ainda mais difícil a tarefa de preservar este tipo de fontes históricas. Às vezes os golpes militares vieram acompanhados de verdadeiras *razzias* dirigidas não somente contra as bibliotecas pessoais dos militantes, mas também contra as livrarias e bibliotecas.

### **Arquivos estatais / arquivos da sociedade**

Mas se o AGN se restringiu a ser, no melhor dos casos, a memória do Estado, e se a Biblioteca Nacional se limita a receber, também no melhor dos casos, as publicações de edição nacional que chegam por depósito legal, existiram ao longo do século XX os que poderíamos denominar bibliotecas e arquivos da sociedade civil, verdadeiros reservatórios patrimoniais dos movimentos sociais argentinos e que, além do mais, organizaram suas fontes históricas de outro modo, pois observaram a sociedade “por baixo”, a partir da ação social e política.

A Argentina conta com uma longa tradição de bibliotecas populares, bibliotecas operárias e arquivos de movimentos sociais, que remonta ao final do século XX. Foram as bibliotecas dos sindicatos operários, as bibliotecas socialistas da “*Sociedad Luz*” e da *Casa del Pueblo*, assim como as bibliotecas dos centros anarquistas, que contribuíram durante décadas para preservar a memória operária, anarquista e socialista. Os socialistas, sobretudo, fizeram um verdadeiro culto à criação e ao bom funcionamento de suas bibliotecas. Ainda assim, ao serem instituições sujeitas

as vicissitudes de seus movimentos sociais e políticos, viveram com eles momentos tanto de legalidade como de perseguição, tanto de expansão como de declínio. Essas características as impedia de alcançar a suficiente autonomia e a necessária profissionalização. Foi assim com a *Biblioteca Obrera*, fundada em 1897 por iniciativa de um grupo de dirigentes socialistas. Ela foi destruída em 1953 quando no contexto de graves enfrentamentos entre o Partido Socialista e o governo peronista, grupos afins a este último incendiaram a *Casa del Pueblo*. Outro caso foi a primeira biblioteca, hemeroteca e arquivo do Partido Comunista Argentino, embarcada rumo a Moscou em 1930, poucos dias depois do golpe militar de setembro. Mas nem todas as perdas se deveram à repressão, mas sim a crise e a perda de espaço social, político e cultural do movimento operário e das esquerdas, que também tiveram a sua responsabilidade. Com a crise da esquerda, muitos locais anarquistas, socialistas e comunistas fecharam suas portas, e às vezes suas bibliotecas e arquivos se perderam ou foram dispersos. Em 1963, a Biblioteca Obrera voltou a erigir-se com o que se salvou do incêndio da *Casa del Pueblo*, e sobre a base de doações particulares, como *Biblioteca Obrera "Juan B. Justo"*. Declara um patrimônio de 90.000 volumes (<http://www.adondevamos.com/bibliotecas/Biblioteca-Obrera-Juan-B-Justo/16/?js=0>), mas se encontra em um estado penoso de abandono, não contando sequer com um catálogo de seu patrimônio. A outra grande biblioteca socialista, a pertencente à *Sociedad Luz*, fundada em 1899 pelo médico socialista Ángel Giménez, foi parcialmente desmembrada e permanece nos dias de hoje relegada ao esquecimento. O mesmo acontece com a Biblioteca e o Arquivo que pertenciam ao dirigente socialista Alfredo Palacios, que preserva ao redor de 20 mil volumes ([www.fundacionalfredopalacios.org](http://www.fundacionalfredopalacios.org)).

A memória anarquista preservada na Argentina se concentra sobretudo em duas bibliotecas dessa orientação: a *Biblioteca Popular "José Ingenieros"* (<http://www.nodo50.org/bpji>) e a *Biblioteca y Archivo de Estudios Libertarios* (BAEL) pertencente à *Federación Libertaria Argentina* ([www.libertario.org.ar/bael](http://www.libertario.org.ar/bael)). Enquanto as peças que compunham a biblioteca e o arquivo da antiga FORA (*Federación Obrera de la Región Argentina*) em grande medida foram abandonadas, dispersadas e perdidas, as jovens gerações que assumiram as duas primeiras bibliotecas anarquistas citadas levaram a cabo um voluntarioso trabalho de recuperação patrimonial e organização da documentação. Mas como em outras bibliotecas deste tipo, onde à escassez de recursos econômicos soma-se a própria concepção libertária contrária à profissionalização do trabalho, se reduzem as possibilidades de oferecer horários acessíveis para a consulta de leitores e pesquisadores.

A crise do mundo comunista também levou ao fechamento de dezenas de

---

locais que preservavam livros, folhetos e documentos relativos à história desta corrente. A Biblioteca e o Arquivo pertencentes ao *Comité Central del Partido Comunista de la Argentina* foi organizada na década de 1990 com vistas a sua abertura pública, mas lamentavelmente esta nunca se concretizou. Alguns dos fundos comunistas são hoje acessíveis na *Biblioteca del Centro Cultural de la Cooperación*, fundado em 1998, que dispõe de um Catálogo completo (<http://walysoft2.com.ar/pergamo/ccc/cgi-bin/pgopac.cgi?form?default>).

A perda de espaço social e político da classe operária argentina no contexto do país, também gravitou durante as últimas décadas sobre as bibliotecas e os arquivos que os sindicatos e as centrais operárias preservam. O principal acervo sindical é o que o *Centro de Documentación “Eva Perón”* dispõe, pertencente à *Confederación General del Trabajo* (CGT), fundada em 1930. Se por um lado preserva sobretudo a memória operária peronista, este arquivo acumula também as atas e boa parte da imprensa operária correspondente às diversas centrais operárias argentinas, de orientação anarquista, sindicalista ou socialista que precederam à CGT ou competiram com ela. Lamentavelmente, como em todos os casos analisados até agora, as condições de acessibilidade aos catálogos e mesmo aos materiais não estão à altura de sua riqueza patrimonial. O mesmo acontece com outros materiais da memória sindical argentina que são preservados em condições inadequadas, nos antigos locais sindicais, tais como *La Unión Ferroviaria*, *La Fraternidad*, o *Sindicato de Mecánicos* (SMATA), etc.

Para concluir este rápido relato, assinalamos que, como contrapartida da fragilidade institucional na qual se baseia a preservação dos arquivos, se desenvolveu durante as últimas décadas uma forte ação de recoleção individual. Muitos dirigentes, assim como pesquisadores, foram armazenando, de forma pessoal, valiosas coleções à medida que declinavam as instituições políticas e sindicais. Alguns deles simplesmente privatizaram estas fontes, engrossando suas coleções privadas; outros, mais generosos, criaram novas instituições para fazer acessível o que haviam recuperado. Entre ambos, muitos semi-institucionalizaram suas bibliotecas e arquivos.

Entre os esforços, que foram do pessoal ao institucional, pelo menos dois merecem atenção. O primeiro, o acúmulo de fontes relevantes para o estudo do sindicalismo classista de Córdoba do início da década de 1970 (sindicatos SITRAC e SITRAM) reunidas pela historiadora Susana Fiorito no marco da *Fundación Pedro Milesi*, fundada por ela mesma na cidade de Córdoba ([www.fundacionpilesi.org.ar](http://www.fundacionpilesi.org.ar)). O segundo, são as coleções de periódicos sindicais da corrente “sindicalista” e vários fundos de arquivo de dirigentes sindicais reunidos pelo sociólogo Torcuato Di Tella no marco da *Fundación Simón Rodríguez*, de Buenos Aires. Também à sua

iniciativa devemos a existência do valioso *Archivo de Historia Oral del Movimiento Obrero Argentino* organizado na década de 1970 e que hoje se encontra depositado na *Universidad Torcuato Di Tella*.

### **A experiência da REMOS**

O principal impulso para recuperar, proteger, organizar e modernizar os arquivos operários e sociais argentino foi oriundo, como no resto da América Latina, de uma iniciativa da *Fundación Pablo Iglesias de Madri (FPI)*. Aurelio Martín Nájera, responsável pela Biblioteca e pelo Arquivo da FPI, dirigiu-se em janeiro do ano 1991 a diversas instituições latino-americanas possuidoras de fundos documentais com vistas à constituição de uma Rede Ibero-americana de Arquivos Operários. O chamado apontava que a democracia recuperada tanto na Espanha como na América Latina, assim como a consciência despertada nos meios acadêmicos, sindicais e políticos, colocava na ordem do dia o trabalho coletivo e associado de identificação e recuperação desses patrimônios documentais.

O convite espanhol foi o estímulo para que se constituísse uma rede de arquivos argentinos vinculados ao movimento operário. Tomaram a frente da tarefa Susana Fiorito, da *Fundación Pedro Milesi de Córdoba*, e Nicolás Iñigo-Carrera de PIMSA (*Programa de Investigación sobre los Movimientos Sociales Argentinos*), os quais após sucessivos contatos e reuniões, conseguiram convocar uma assembleia que em novembro de 1991 reuniu em Buenos Aires 45 instituições e pessoas. Adotou o nome de REMOS, *Red de Recuperación y Protección de los Archivos de Trabajadores y Movimientos Sociales de la Argentina*.

Finalmente, depois de um ano e meio de contatos, em abril de 1992 teve lugar na cidade de Buenos Aires a reunião que constituiu a *Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores y sus Organizaciones (AIRPATO)*. Segundo é possível ler no Relatório que apresentou a referida reunião, a REMOS havia estabelecido como objetivos: “A recuperação da memória histórica dos trabalhadores e dos setores populares e do movimento social em geral; a organização da pesquisa, identificação e proteção de seus arquivos e materiais históricos; a criação de consciência da necessidade de proteção dos materiais existentes; evitar a perda de materiais por deterioração, venda ou destruição. A obtenção de financiamento para organizar e arquivar documentação e para acondicionar material sem processamento e proteção adequados”<sup>8</sup>.

A assembleia da AIRPATO conseguiu reunir 40 representantes de toda a Ibero-América. Foram apresentados 17 relatórios, referentes a 19 países ibero-americanos. Suas atas impressas constituem-se, nos dias de hoje, como o principal

---

levantamento em se tratando de conjuntos de repositórios de fontes operárias na Espanha e em quase toda a América Latina. Contudo, apesar desse início auspicioso, a AIRPATO morreu antes de nascer. Sucumbiu às forças centrífugas que, como é frequente, põem em jogo as estereis políticas internas e os afãs hegemônicos, assim como uma diversidade estrutural que costuma entorpecer os consensos entre instituições muito díspares entre si e realidades nacionais também muito desiguais.

Por sua parte, a REMOS argentina sobreviveu ao fim da AIRPATO, ainda que subsistisse como uma rede mais virtual do que real. O mérito e ao mesmo tempo o limite da REMOS foi a diversidade das instituições que conseguiu reunir em rede. Tal diversidade dava a pauta da dispersão das fontes operárias argentinas<sup>9</sup>. Como é mostrado no balanço de seus próprios criadores, a fragilidade da REMOS residia na própria diversidade dos seus membros e no seu caráter aberto e reticular, condições que “fazem com que muitas vezes seja difícil levar adiante projetos que devem contar com a aprovação de todos os membros da rede”. ([www.pimsa.secyt.gov.ar/remos/remos.pdf](http://www.pimsa.secyt.gov.ar/remos/remos.pdf)).

O relatório da REMOS apresentado na assembleia da frustrada AIRPATO, apesar de se tratar de um texto consensualmente estabelecido entre instituições muito diversas, não podia dissimular o estado crítico no qual se encontravam os arquivos operários e sociais na Argentina. Seja de forma direta ou indireta, se falava de “dispersão” das fontes e da informação, de ausência de recursos técnicos assim como de critérios profissionais no trabalho arquivístico conforme as normas internacionais, de dificuldades para o acesso ao patrimônio por parte da comunidade, de ausência de redes a nível local e regional e de falta de “consciência arquivística”. Inclusive se atrevia a manifestar “a preocupação [...] pelas condições em que é feito o traslado de materiais para a nova sede da Biblioteca Nacional e o destino das coleções que a integram”<sup>10</sup>.

Ainda assim, o grande mérito desta rede foi a realização do primeiro censo de repositórios operários argentinos, cujos resultados foram publicados em um folheto intitulado “Bibliotecas e Arquivos documentais dos trabalhadores argentinos”. Segundo o mesmo, a fins da década de 1990, REMOS havia conseguido reunir informação sobre fundos operários de 46 instituições. É significativo que muitas instituições, ao responder a pesquisa, deixassem em branco os quesitos “Acesso”, “Sala de consulta”, “Horários”. Outros aderentes a REMOS, por volta de 80 instituições, sequer ofereceram informação acerca de seus fundos. Como se mostra no balanço da REMOS já citado, dado que “a maior parte de seus integrantes são particulares ou pequenos centros de pesquisa ou sindicatos, que não têm estrutura para sistematizar a informação, [...], tem sido muito difícil contar com bases de dados e tratar de normalizá-las” (*op. cit.*).

## Arquivos do poder / arquivos da resistência

Os primeiros anos da década de 1990, quando os ventos do neoliberalismo açoitavam uma classe operária em retirada e uma esquerda em crise, constituíram um marco histórico e político pouco propício para a afirmação de experiências como AIRPATO ou a REMOS. A Argentina conhecia, nesses anos, índices de desemprego inéditos em sua história, a esquerda batia em franca retirada e o movimento de direitos humanos nascido sob a última ditadura militar não conseguia recobrar-se de um ciclo de declínio iniciado em 1987 com a sanção das leis de impunidade e acentuado em 1990 com as leis de indulto decretadas pelo então presidente Carlos S. Menem. Neste marco, a história operária que havia começado a insinuar-se na agenda acadêmica da pós-ditadura ficou reduzida a um papel residual, enquanto a história das esquerdas não tinha carta de cidadania no mundo universitário. Os arquivos operários ou das esquerdas apareciam então como carentes de toda relevância e só pareciam constituir uma carga onerosa para seus depositários, os antigos sindicatos e os velhos partidos em crise.

Contudo, nos últimos anos do século passado e nos primeiros do presente século uma série de circunstâncias coincidentes favoreceu a revalorização das experiências militantes e com elas as políticas de arquivo. Talvez a marcha multipartidária convocada em março de 1996 pelos organismos de Direitos Humanos em virtude do vigésimo aniversário do golpe militar pode considerar-se como o ponto de partida de um novo ciclo. É que, como apontou Daniel James, em anos recentes eclodiu “o que poderíamos chamar o desenvolvimento da cultura da memória na Argentina, relacionado por sua vez a um contexto político distinto. A Argentina viveu durante a última década seu próprio auge da memória, sobretudo em relação às vítimas da ditadura. Passou de uma cultura de amnésia oficialmente sancionada, vinculada aos governos de Carlos Menem, a algo parecido a uma cultura de pesar oficialmente dirigida sob o presidente Kirchner. Este deslocamento refletiu em uma explosão dos lugares arquivísticos da memória – tanto virtuais e com base na Internet como reais –, primordialmente dedicados aos depoimentos de testemunhos orais dos sobreviventes. Houve um crescente interesse, uma verdadeira febre de arquivo, que se denominou ‘era da testemunha’ e ‘época do testemunho’<sup>11</sup>.

Em um contexto no qual se reabriam os processos judiciais contra os responsáveis pelo terrorismo de Estado, a sociedade civil recuperava alguns dos arquivos do poder estatal ao mesmo tempo em que produzia novas fontes testemunhais sobre os chamados “anos de chumbo”. É assim que em março de 2001 vários organismos de Direitos Humanos compuseram a associação *Memoria Abierta*, com o propósito de construir um arquivo de testemunhos orais sobre o terrorismo de

---

Estado. Paralelamente, no âmbito da Província de Buenos Aires se formava a *Comisión Provincial por la Memoria*, integrada por membros desses mesmos organismos, a *Comisión* tomou sob sua responsabilidade a organização do arquivo da *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*, “um extenso e pormenorizado registro da repressão política contra homens e mulheres ao longo de meio século”. A *Comisión* foi criada em agosto de 2000 e o arquivo da DIPBA foi aberto à consulta pública a partir do ano 2003.

Dito isto, no início da recuperada democracia argentina, assistimos à emergência – como parte de um processo mais vasto de elaboração coletiva da experiência traumática da última ditadura militar – de uma importante massa de literatura testemunhal sobre as experiências da repressão, o cárcere, a tortura, o desaparecimento e o exílio. O sujeito privilegiado desta literatura não era tanto o militante na sua prática política, mas como vítima da repressão ilegal, paraestatal. Ainda que fosse óbvio que a vítima era um ativista político, sua experiência militante só podia aparecer nesta literatura de modo sublimado e elíptico.

Só recentemente, no lapso dos últimos dez anos, vimos emergir um novo campo de testemunhos, menos centrados na repressão e cada vez mais nas próprias práticas militantes das décadas de 1960 e 1970. A militância política começa a recuperar o primeiro plano e pode ser considerada em sua positividade. Aqueles homens e mulheres cujos rostos e cujos nomes costumeiramente só conhecíamos como vítimas da repressão militar ou paraestatal, a partir (aproximadamente) de 1996, nós começamos a reconhecê-los como ativos militantes das esquerdas, com suas siglas, seus periódicos e seus postos específicos de luta. O primeiro momento teve como livro paradigmático o *Nunca más* (1984); o segundo momento, os três longos volumes de *La Voluntad* (1997-98).

A eclosão desta problemática se manifestou antes no jornalismo de investigação do que na historiografia acadêmica. Ainda assim, neste contexto de crescente interesse coletivo pelas experiências do passado recente, muitos historiadores, sociólogos, cientistas políticos, historiadores da arte e outros cientistas sociais, especialmente os das novas gerações, começam a acercar-se profissionalmente à problemática das experiências militantes desse passado recente.

Nos últimos anos, esse renovado interesse pelas experiências militantes do passado recente começou a projetar-se também sobre um passado mais remoto e temas como a cultura anarquista do começo do século XX, as vicissitudes dos combatentes argentinos na guerra civil espanhola, a experiência do movimento antifascista ou a formação da “nova esquerda”, ganham progressivamente interesse entre jovens pesquisadores e também dos leitores. Não só foi ampliado o foco de

interesse, mas também as perspectivas de estudo, pois as novas abordagens não só recuperaram o avanço que representou a história social dos anos 1960 e 1970, mas também as inovações que em tempos recentes representaram os estudos de gênero, os estudos culturais, a nova história intelectual e a história dos intelectuais, as novas perspectivas que põem o foco na relação entre arte e política, ou os estudos sobre os processos de construção da memória e das identidades coletivas.

Em suma, uma nova geração de pesquisadores, munida de novas ferramentas teóricas e metodológicas, buscou compreender seu presente histórico interrogando-se primeiro sobre o que convencionou chamar de “o passado recente”; mas não demorou a descobrir que para compreender o passado recente (digamos o período que vai do golpe militar de 1966 à recuperação democrática de 1983), devia remontar-se, ao menos, a um ciclo histórico mais extenso, que remetia a 1917, senão a 1890 (para citar duas datas emblemáticas). O sentido da chamada “nova classe operária” do fim dos anos 1960 não podia ser desentranhado sem inscrevê-la no ciclo da classe trabalhadora argentina aberto ao final do século XIX. Desta maneira, ainda que a chamada “nova esquerda” dos anos 60 e 70 tivesse seu ponto de partida em sua diferenciação com a “velha esquerda”, ela é ininteligível sem que se possa apreendê-la. Assim como o Movimento pelos Direitos Humanos não nasceu com a última ditadura militar, tendo uma longa história prévia, como atestam instituições como o *Socorro Rojo*, os *Comités por la Libertad* de Sacco y Vanzetti, ou a seção argentina da *Liga por los Derechos del Hombre*.

### **A experiência do CeDInCI**

O CeDInCI ([www.cedinci.org](http://www.cedinci.org)) foi um fruto deste novo interesse pela história dos trabalhadores, dos movimentos sociais e das esquerdas, assim como umas das instituições que a promoveu e a tornou acessível.

O projeto nasceu em meados da década de 1990 da inquietude pela recuperação de arquivos e bibliotecas pertencentes a velhos militantes e foi constituído por um grupo de historiadores que exerciam a docência e a pesquisa na Universidad de Buenos Aires – UBA. Historiadores que éramos, concluímos que a agitada trajetória dos movimentos sociais argentinos e das correntes ideológico-políticas que aspiraram a expressá-los e orientá-los, mesmo com as graves derrotas dos anos 1970 e 1980, seguiam constituindo um grande estímulo intelectual e político. Todavia, tinha que ser transposto o obstáculo da falta de acesso às fontes gráficas, orais ou filmicas, às publicações políticas, sindicais e culturais vinculadas às lutas sociais na Argentina, ou aos fundos de arquivo das instituições ou pessoas, todas elas fontes imprescindíveis para nosso trabalho.

---

Construir um arquivo que reunisse, recuperasse e preservasse o patrimônio histórico-cultural das classes subalternas se constituía assim em uma tarefa absolutamente necessária. Alguns de nós tivemos a sorte de conhecer algumas instituições mais além de nossas fronteiras que nos serviram como modelo, como o Instituto Internacional de História Social de Amsterdã (IISG); a *Biblioteca de Documentación Internacional Contemporánea* (BDIC) de Nanterre; o Instituto Ibero-americano de Berlim (IAI); a *Fundación Pablo Iglesias de Madri* e o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) de Campinas.

Foi em 1997 que o núcleo fundador resolveu batizar a nova instituição como *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas*. Entendemos que a expressão “cultura de esquerdas” ampliava o aspecto do centro mais além do mundo do trabalho sem deixar de incluí-lo, e o plural dava garantias de diversidade política e ideológica. Durante todo o ano 1997, fizemos chamamentos para reunir doações de fontes documentais e contribuições econômicas. Através de uma coleta conseguimos adquirir o fundo de documentação que serviu de pedra fundamental do CeDInCI: a biblioteca, hemeroteca e arquivo reunido pelo militante José Paniale. Nesse fundo se preservava boa parte da memória operária, anarquista, socialista, comunista e trotskista da primeira metade do século XX argentino, ainda que não faltaram tampouco documentos relativos ao movimento da reforma universitária, nem os periódicos e boletins antifascistas dos anos 30, nem os panfletos da campanha eleitoral de 1945-46 nos quais triunfaria o peronismo...

O dinheiro reunido foi suficiente para alugar uma casa no bairro portenho de Abasto, sendo mobiliado graças ao trabalho coletivo de muitos amigos. O CeDInCI abriu suas portas para a consulta pública em abril de 1998 integrado basicamente por dois acervos: o fundo Paniale, que reunia sobretudo publicações da primeira metade do século XX, e o por mim reunido, que abarcava fundamentalmente publicações da segunda metade do século XX. Em dois anos, o Centro conseguiu consolidar uma equipe voluntária formada por uma dezena de pesquisadores e a partir de 2000 começou a retribuir economicamente, ainda que modestamente, a seus colaboradores. No ano 2002, mudou-se para uma nova sede, muito mais ampla, no bairro portenho de Flores, cedida pela *Legislatura de la Ciudad de Buenos Aires* em reconhecimento ao trabalho desempenhado.

Se desde então se transformou em um centro vivo, ativo, em constante crescimento patrimonial graças a seus doadores, crescentemente buscado por pesquisadores do país e do exterior (recebendo ao redor de 15 leitores diários), é porque conseguiu oferecer acessibilidade a seus leitores e garantias a seus doadores.

O CeDInCI abriu, desde a sua fundação, todo o seu acervo à livre consulta

com a única condição de que o leitor se associasse previamente. Desde o princípio ofereceu assessoramento a seus leitores ao mesmo tempo em que elaborou catálogos de seu patrimônio que permitiu a autoconsulta. Atualmente está trabalhando em uma base de dados única, acessível online, que reunirá a informação de todos seus fundos e em todos os seus tipos.

O CeDInCI propiciou o renascimento de uma forma de transmissão da memória que quase se havia extinguido em nosso país: a do legado. Ao longo destes onze anos, várias centenas de velhos militantes políticos, sindicais ou estudantis, ou mesmo de seus descendentes, contribuíram para completar e enriquecer aquele patrimônio inicial.

Hoje o acervo documental do CeDInCI reúne a maior coleção de materiais sobre a cultura de esquerda na Argentina, abarcando as produções político-culturais das principais correntes políticas do país desde o final do século XIX até a atualidade. O arco político perpassa correntes tais como: anarquismo, socialismo, sindicalismo, comunismo, trotskismo, maoísmo, guevarismo, nacionalismo revolucionário e toda a família da “nova esquerda”.

Por uma parte, reúne a maior biblioteca do país especializada em pensamento social e político. Possui em total mais de 30.000 volumes organizados tematicamente.

Sua Hemeroteca consta de:

- 1.800 coleções de revistas e periódicos políticos argentinos, desde *La Protesta* (anarquista) e *La Vanguardia* (socialista) até as publicações da esquerda atual;
- 1.600 coleções de revistas culturais argentinas e 50 coleções de folhetos seriados, entre as quais que se destacam *El Mercurio de América*, *Revista de Filosofía*, *Síntesis*, *Sur*, *Davar*, *Punto de Vista*, entre outras;
- 1.000 coleções de revistas e periódicos das esquerdas do mundo, sobretudo Europa e América Latina (como *Amauta* de Lima, *Le Devenir Social* de Paris, *Critica Sociale* de Roma, *Tierra y Libertad* de Barcelona, *Die Kommunistische Internationale* de Moscou, ou *Casa de las Américas* de La Habana);
- 800 coleções de periódicos do movimento operário argentino e de outros movimentos sociais (mulheres, estudantes, etc.);
- 1.000 coleções de publicações políticas e sindicais do resto do mundo.

Seus fundos audiovisuais estão compostos por: 5000 fotografias; 1000 cartazes políticos; 10 fitas e 200 discos de vinil com registros de vozes de dirigentes políticos, marchas partidárias e “canções de protesto” dos anos 1960 e 1970.

Seus fundos de arquivo se compõem do seguinte:

- 30 fundos pessoais de dirigentes, militantes e escritores, como José Ingenieros,

---

Nicolás Repetto, Juan Antonio Solari, Samuel Glusberg, Héctor P. Agosti, Milcíades Peña, entre outros, que somam mais de 30.000 cartas, manuscritos e papéis pessoais<sup>12</sup>;

-Milhares de folhetos, panfletos, documentos partidários e recortes de imprensa de organizações políticas e sociais.

Consciente de que um Centro de Documentação não é só um reservatório documental, o CeDInCI promoveu nestes onze anos de vida toda uma série de iniciativas relativas à socialização de suas fontes, à pesquisa e ao debate.

Por uma parte, levou a cabo um trabalho sistemático de microfilmagem e digitalização, cumprindo com uma tarefa de preservação e também de socialização, pois, graças à reprodução fotográfica ou digital muitas de suas valiosas coleções, não somente foram preservadas da deterioração e da manipulação, mas também se encontram disponíveis em outras bibliotecas e centros de documentação do mundo. O CeDInCI levou a cabo até o presente quatro projetos de microfilmagem que totalizam mais de 200 rolos de microfilme, contando sobretudo com o apoio de *Universidad de Harvard*, *Latin American Microform Project (LAMP)*, Instituto Iberoamericano de Berlín e *Biblioteca de Documentación Internacional Contemporánea* de Nanterre.

Além disso, foram digitalizados e postos à disposição de seus leitores e do público em geral em formato de CD-ROM, várias coleções de revistas de difícil acesso, tais como *Certamen Internacional de La Protesta* (1927), *Contorno* (1953-1959), *Pasado y Presente* (1963-1973) e *Cristianismo y Revolución* (1966-1971).

O CeDInCI promoveu a pesquisa e o debate mediante a organização de cursos e conferências, assim como com a realização bianual das *Jornadas de Historia de las Izquierdas* (anos 2000, 2002, 2005 e 2007). Tanto as terceiras jornadas (consagradas “aos exílios latino-americanos”) e as quartas (“a prensa política e as revistas latino-americanas”) convocaram numerosos pesquisadores não só de Buenos Aires, mas também do interior do país e da América Latina. Suas atas se editaram em CD-ROM.

No ano 1998, lançou *Políticas de la Memoria*, anuário de pesquisas e informações do CeDInCI. Ali foram publicados ensaios, debates, pesquisas e reproduzidas antigas fontes documentais. Lançou suas próprias coleções de livros sob o selo CeDInCI Editores, que começaram no ano 2006 com o livro de Vera Carnovale, Federico Lorenz e Roberto Pittaluga (organizadores), *Historia, memoria y fuentes orales*. No ano 2007 publicou uma antologia da imprensa antifascista: Andrés Bisso (organizador.), *El antifascismo argentino*. No ano seguinte, apareceu na mesma série e em coedição com o Instituto Ibero-americano de Berlim o volume *Los socialistas*

alemanes y la formación del movimiento obrero argentino, *Antología del Vorwärts (1886 – 1901)*, Sandra Carreras, Horacio Tarcus, Jessica Zeller (eds.). Também em 2008 apareceu, em coedição com a Academia Argentina de Letras, o volume contendo uma edição digital fac-similar, o estudo introdutório e o índice da revista anarquista *Martín Fierro* (1904-1905). Parte do acervo visual do CeDInCI foi reunido no volume *Gráfica política de esquerda* (2005). Além do mais, muitos integrantes da equipe do CeDInCI colaboraram em uma obra na qual dediquei vários anos, entendendo que era uma ferramenta insubstituível para um trabalho como o nosso. Refiro-me ao *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda”. 1870-1976*, o primeiro em seu gênero em América Latina.

O CeDInCI publicou ainda, quatro catálogos com materiais do seu acervo: *Catálogo de publicaciones políticas argentinas*; *Catálogo de publicaciones de los movimientos sociales de la Argentina y el mundo*; *Catálogo de publicaciones culturales argentinas* e *Los socialistas argentinos a través de su correspondencia*.

Em suma, o CeDInCI é um projeto independente, que se autofinancia através das contribuições voluntárias de seus sócios e mediante a constante apresentação de projetos de catalogação, microfilmagem ou edição, sobretudo para instituições do exterior. Conseguiu compensar o escasso apoio recebido das instituições do próprio país com uma bem articulada rede de vínculos com instituições amigas do exterior. Desde o ano 2006 o CeDInCI é membro da IALHI (*International Association of Labour History Institutions*, [www.ialhi.org](http://www.ialhi.org)) e desde o ano 2008 do CLACSO (*Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*).

Finalmente, mas não menos importante, gostaria de destacar que o CeDInCI trabalha incansavelmente na criação de uma consciência cívica acerca do valor público desses acervos, da necessidade de que não se dispersem nem se alienem. Através de artigos em sua revista e jornais, de cursos e conferências, dirige-se a funcionários públicos e à população em geral buscando contribuir com uma cultura de recuperação, de preservação, de valorização deste patrimônio. Contra a opacidade das instituições, fomenta a transparência: o cidadão tem direito de saber que fontes suas instituições preservam. Contra o espírito corporativo, a “apropriação” institucional e a “privatização” patrimonial, vêm advogando pelo livre acesso as fontes, atendendo não só às necessidades do pesquisador, mas inclusive ao direito dos cidadãos à informação. Se é certo aquilo de que o acesso dos cidadãos aos arquivos e bibliotecas públicas é um indicador da sua qualidade democrática, teríamos que concluir que a Argentina é um dos países menos democráticos da região.

Comecei este artigo apontando que o problema dos arquivos e das bibliotecas argentinas não era exclusiva e decisivamente orçamentário. Dizia, pois,

---

que era mais grave: um problema de subdesenvolvimento cultural. A experiência de onze anos de CeDInCI prova que se pode fazer muito com escassos recursos econômicos e apenas uma dezena de profissionais capacitados e dispostos. Se as instituições públicas visualizassem, como fizemos no CeDInCI, o valor histórico deste patrimônio, poderiam, também, gerar a confiança necessária para estabelecer o espírito de legado, e enriquecer-se não só mediante compras, mas também através de doações. Como nós, as bibliotecas e arquivos do Estado poderiam estabelecer projetos de microfilmagem ou digitalização com instituições do exterior, pelos quais estas se encarregariam dos custos em troca de levar uma cópia, o que permitiria às instituições argentinas preservar os originais, contar com uma cópia digitalizada e ao mesmo tempo obter os recursos para financiar o trabalho. As alternativas poderiam ser muitas, mas só uma consciência e uma vontade coletivas que assumam, com espírito benjaminiano, a máxima de que “o patrimônio está em perigo”, poderão gerar novos pactos entre recebedores e doadores, colecionadores e pesquisadores, instituições locais e do exterior, com o objetivo de frear a alienação e a privatização de nosso patrimônio arquivístico e estabelecer as bases de um novo ciclo na história biblioteconômica e arquivística da Argentina.

---

### Notas

<sup>1</sup> Em 1990 a chefe do *Departamento de Conservación de la Biblioteca del Congreso de los Estados Unidos*, Doris Hamburg, visitou o AGN e elaborou um informe devastador sobre sua situação. Quase vinte anos depois, a situação é a mesma, ou ainda mais grave. O Informe pode ser lido como adjunto a Recomendación 74/06 que o *Defensor del Pueblo de la Nación* levou ao Ministro do Interior a causa do estado crítico da instituição, com data de 31/8/2006.

<sup>2</sup> As próprias instituições do Estado argentino, como a SIGEN (Sindicatura General de la Nación) ou a Defensoría del Pueblo de la Nación, elaboraram reiteradamente informes críticos sobre a grave situação da BN. Um informe oficial da própria direção da instituição emanado no ano 2004 reconhecia que “a Biblioteca Nacional descumpre com suas funções básicas, isto é, adquirir, conservar, preservar, restaurar e difundir o patrimônio editorial dos argentinos”. Apesar dos empenhos realizados entre os anos 2004 e 2006, a BN voltou a funcionar como um centro cultural. Durante janeiro do ano 2007 foi suscitado um forte debate público acerca da missão da Biblioteca Nacional a partir de uma carta que dirigi ao Secretário de Cultura da Nação apresentando minha renúncia ao cargo de subdiretor, debate que ainda se encontra acessível em diversas páginas na Internet.

<sup>3</sup> Sobre a ausência de políticas públicas em matéria arquivística entendidas como uma “política da memória” veja-se as reflexões de Roberto Pittaluga, “Notas a la relación entre archivo e historia”, em *Políticas de la Memoria* n° 6/7, p. 199 e seguintes.

<sup>4</sup> Gilda Cubillo Moreno, “El coleccionismo y la compra-venta de bienes culturales en México”, em *Memoria* n° 128, México D.F., octubre de 1999.

<sup>5</sup> Thomas Richards, *The Imperial Archive: Knowledge and Fantasy of Empire*, London, Verso, 1993, cit. en Josefina Ludmer, *El cuerpo del delito. Un manual*, Buenos Aires, Perfil, 1999, pp. 216-223.

<sup>6</sup> Ana Laura Pérez, “El mercado de los originales”, en *Cultura y Nación. Clarín*, 20/7/2002, p. 3.

<sup>7</sup> No ano 1968 o historiador Nicolás Iñigo Carrera levou a cabo um inventário das publicações periódicas então disponíveis, entre outros depósitos, na Biblioteca Nacional. Ainda que a presença da

imprensa operária na Biblioteca Nacional Argentina não alcançava um equivalente ao da imprensa operária presente nas Bibliotecas Nacionais de países como Chile, Brasil ou México, seu número não era depreciável. Lamentavelmente, desde que a Biblioteca Nacional inaugurou sua nova sede em 1992, muitas daquelas publicações levantadas em 1968 já não estão disponíveis para consulta...Veja-se N. Inígo Carrera, “Materiales para el estudio de la historia del movimiento obrero argentino. Publicaciones periódicas oficiales, políticas y sindicales”, em *Cuadernos de CICOSO*, Buenos Aires, s/f.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>9</sup> REMOS articulou centros independentes (como a Fundación Pedro Milesi, ou a Fundación Simón Rodríguez), centros acadêmicos latinoamericanos (como CLACSO e FLACSO), bibliotecas e arquivos vinculados a correntes políticas (como a *Federación Libertaria*, a *Biblioteca Alberto Ghirardo de Rosario*, a *Biblioteca Obrera “Juan B. Justo”* ou a *Fundación Alfredo Palacios*); bibliotecas e arquivos sindicais (como o *Centro de Documentación Eva Perón del Instituto Jauretche de la CGT*, o *Círculo y Sindicato de Prensa, La Fraternidad-seccional Córdoba*, o *Sindicato de Camioneros*, o *SMATA Córdoba*, etc.), centros universitários públicos e privados (*Universidad Di Tella*, o *Centro de Historia Obrera de la Universidad Nacional de Rosario*, o *Instituto de Estudios Históricos da Universidad de Centro-Tandil*, as *Universidades de Bahía Blanca*, do *Comahue*, *Nacional de La Plata*, etc.); entes estatais (como o *Archivo General de la Nación*, o *Ministerio de Trabajo*, o *Archivo Histórico Municipal de la Ciudad de Buenos Aires* e outras cidades do país, etc.), entes internacionais (como a *Oficina de la OIT para Argentina, Uruguay y Paraguay*) e uma quantidade de bibliotecas e arquivos pessoais (como a *Biblioteca Ismael Inígo Carrera*, a *Biblioteca Domingo Mercante* pertencente a Nicolás Ciarnello, o *Archivo del Sindicato de Petroleros* administrado por Vilma Paura, a *Biblioteca Socialista* de Víctor O. García Costa, etc.).

<sup>10</sup> “Informe de REMOS ante la Reunión Iberoamericana...”, em *Ibid.*, p. 24.

<sup>11</sup> Daniel James, “Fotos y cuentos. Pensando la relación entre historia y memoria en el mundo contemporáneo”, em *Políticas de la Memoria* n° 8/9, verano 2009, p. 9.

<sup>12</sup> Adriana Petra, “Los documentos particulares como fuentes históricas: la experiencia del CeDInCI con los fondos de archivo de las izquierdas argentinas”, em *Políticas de la Memoria* n° 6/7, p. 206 e seguintes.



## CAPÍTULO 4

### **Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992**

**John D. French\***

Este seminário internacional sobre “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” acontece num momento emocionante de maturação no campo da história do trabalho latino-americana. Foi apenas nos últimos quarenta anos que o estudo do trabalho surgiu como uma especialização acadêmica dentro e sobre a América Latina, uma região onde a importância política dos trabalhadores assalariados já era amplamente reconhecida, mas pouco estudada. Agora, o estudo dos povos trabalhadores da América Latina se estabeleceu pela região com a formação de uma geração de especialistas sobre estudos do trabalho, atuando dentro e através de disciplinas e países. Ainda que estejam longe de atingir uma síntese regional convincente, os livros que estão sendo produzidos evidenciam uma surpreendente amplitude, diversidade e sofisticação de abordagens<sup>1</sup>. Baseado em trinta anos de pesquisa no Brasil, meu objetivo principal aqui é tocar em questões fundamentais baseado na nova historiografia e arquivologia operária numa região de 509 milhões de habitantes, marcada por semelhanças inegáveis, mas também por grandes peculiaridades nacionais. O artigo utiliza como ponto de partida a coletânea *Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales*, publicado pela Fundação Pablo Iglesias, da Espanha, em 1992 e os artigos arquivísticos sobre México, Espanha, e Porto Rico publicado em 2006 em *100 Años de Sindicalismo Puertorriqueño: Memorias del Congreso Internacional del Centenario del Sindicalismo Organizado en Puerto Rico, 1898-1998*.

---

\* Professor de História Brasileira e Latino-Americana na Universidade de Duke em Carolina do Norte, EUA.

---

## Avanços e mudanças entre 1992 e hoje

O progresso fica bem evidente quando se compara a situação atual com os resultados da primeira iniciativa hemisférica deste tipo, auspiciado pela Fundação Pablo Iglesias em 1991-1992 como parte do Quinto Centenário da mal-chamada “descoberta” do Novo Mundo pela Espanha. As reuniões nacionais e intercontinentais vinculadas a essa iniciativa deram origem a um livro de 588 páginas, que inclui relatos da situação em cada país. O volume proporciona um diagnóstico do estado precário da preservação e do pouco desenvolvimento dos estudos sobre trabalhadores na maioria dos países ibero-americanos (o Caribe não Ibérico ficou fora do alcance do projeto). A pergunta fundamental aqui: Quais são os avanços e desafios em relação aos informes apresentados naquela “Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales” realizada em Buenos Aires em 1992?

Antes de começar, vale a pena discutir algumas diferenças no ambiente político entre 1992 e hoje. O começo dos anos 90 foi marcado por uma mudança geopolítica transcendental que mudou todas as regras do jogo econômico, político e ideológico desde a Revolução Russa. A reunião de Buenos Aires aconteceu durante a época áurea do neoliberalismo globalizado, depois da década perdida dos anos 80 na América Latina. Em 1992, a iniciativa espanhola tratando de movimentos operários podia facilmente parecer uma tentativa ultrapassada, indo contra os ventos da história contemporânea. Naquele contexto, a proposta de unir forças intelectuais, sociais e arquivísticas para ampliar o campo de estudos sobre os movimentos dos trabalhadores parecia uma ação de retaguarda porque, como apontou Charles Bergquist em 1993, estava acontecendo numa época em que “o movimento operário ao nível mundial se encontra no momento de maior recuo deste século,” em termos do nível de sindicalização na maioria dos países. Ademais, o socialismo marxista que – enfatiza este autor – serviu de inspiração “para a maior parte do movimento operário mundial e que caracterizou e tinha uma influência profunda na maioria de investigações sobre o trabalho, especialmente no campo de história” estava claramente desmoralizado, enquanto a “nova ordem mundial’ de livre comércio e privatizações” não ofereceu “nenhum espaço, teórico ou prático” aos sindicatos”<sup>2</sup>.

No começo dos anos 90, as concepções políticas e intelectuais esquerdistas nascidas durante os anos sessenta e as lutas dos setenta – dos anos tumultuados entre as revoluções em Cuba e Nicarágua – estavam aparentemente esgotados na maioria dos países da América Latina (o crescimento do Novo Sindicalismo e o Partido dos Trabalhadores no Brasil, mesmo depois de 1989-1991, foi excepcional). As incer-

tezas da esquerda na região, que começou durante a segunda metade dos anos 80, foi uma surpresa dado às vitórias populares que derrotaram a maioria dos regimes militares da região. Fora do Brasil, houve uma perplexidade geral com os resultados da redemocratização que se moldou ao consenso neoliberal de Washington. Aparentemente, as esperanças de mudanças radicais nas estruturas de poder foram jogadas para a “lata de lixo da história”.

Tais julgamentos pessimistas podem parecer ainda mais convincentes no caso dos trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores e os seus sindicatos que foram traçados em 1992 com a fundação da “Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores y sus Organizaciones” (AIRPATO). Em 1991 e 1992, os organizadores espanhóis da reunião de Buenos Aires achavam que “la nueva libertad recobrada en la mayoría de los países iberoamericanos en los últimos años” era alentadora. “Hemos comenzado a caminar,” diziam, e “son muchos los retos que nos planteamos”<sup>3</sup>. Mas apesar de algumas atividades posteriores, AIRPATO nunca chegou a funcionar durante uma década de crise e retrocesso global do sindicalismo na maioria dos países, e para a grande maioria das esquerdas identificadas com a classe operária, os trabalhadores e as classes populares. Como anotou Aurelio Nájera em 2006, “la AIRPATO no se ha desarrollado según los deseos y las expectativas soñados por sus iniciadores”<sup>4</sup>.

Sem dúvida, numa visão retrospectiva a partir de 2008, o ressurgimento da esquerda na América Latina mostra que os problemas e esperanças “enterrados” sob os escombros do muro de Berlim e a auge do neoliberalismo não desapareceram, e estamos finalmente colhendo os benefícios do fim da Guerra Fria e das mudanças democráticas<sup>5</sup>. Mas o processo demorou muito mais tempo do que esperado para dar resultados concretos como este Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” auspiciado pelo Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores do Brasil, dirigido por Antonio José Marques, em parcerias com o Arquivo Nacional do Brasil e a Associação Latino-Americana de Arquivos. Assim, é totalmente acertado o título desta mesa “Arquivo, Memória e Cidadania: O Sentido dos Arquivos”.

Qual era o panorama arquivístico e historiográfico em 1992? Cobrindo 17 países da América Latina, os relatórios no volume editado pelos espanhóis Nájera e Fernández ofereceram a oportunidade para um diagnóstico instigante. A caracterização geral que emerge dos informes por países é sombrio. Deixando o caso México de lado, a grande maioria dos relatórios reconheceram as “condiciones adversas” incluindo a “dispersión de las fuentes,” a “perdida y dispersión de gran parte de la documentación,” e o fato que os acervos e pesquisas se restringiam a áreas restritas

---

do território nacional. No pior dos casos, havia uma “ausencia casi total” de estudos ou pesquisas “relativamente escasos;” em outros casos, houve “escaso desarrollo” e “poca tradición” de estudos sobre as classes trabalhadoras; e mesmo num país que mostrou maior esforço, “no ha existido hasta el momento una infraestructura amplia.” Em quase todos os países, havia uma observação comum de que o interesse acadêmico nos assuntos vinculados com trabalhadores era “bastante recente.” “Hasta muy poco tiempo no se ha reconocido la importancia de la documentación que testifica el que hacer de los trabajadores”<sup>6</sup>.

E hoje? Um progresso ímpar, sem dúvida alguma, ocorreu, com grandes e alentadores avanços, ao mesmo tempo em que precisamos reconhecer que temos pela frente muito que fazer. No caso brasileiro, surgiu, a partir do meado da década de 90, toda uma nova geração de pesquisadores, na sua maioria historiadores – não mais sociólogos – que renovaram o nosso conhecimento e produziram até um Grupo de Trabalho grande e ativo dentro da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). O GT “Mundos do Trabalho” tem uma imensa variedade de atividades, incluindo grupos ao nível estadual e conferências nacionais independente da programação da ANPUH<sup>7</sup>.

Os informes nacionais de 1992 também reconheceram que as ameaças não vêm somente do “descuido y la inconsciencia.” Desde a Circular Número 1, houve o reconhecimento das “dificiles condiciones políticas en que las organizaciones del movimiento obrero tuvieron que desarrollar sus actividades”, especialmente “la situación permanente de semilegalidad, clandestinidad y represión en que se desenvolvió la vida” daquelas organizações. Havia referências também a “las formas más atroces de persecución [que aconteceram]. . . incautando y destruyendo archivos e incinerando bibliotecas sindicales” e a “destrucción de archivos históricos durante los años de la dictadura”<sup>8</sup>. Sem falar de outro resultado da perseguição policial, como Nájera observou em 2006, “las autodestrucciones como medio natural de protección” dos movimentos operários<sup>9</sup>.

E hoje? Deixando de lado o doloroso caso da Colômbia, onde continuam matando sindicalistas à toa, os países da região tiveram um progresso democrático extraordinário, com um reconhecimento mais estável do direito de associação e da livre manifestação de idéia, mesmo dentro de uma ordem social injusta. Dos exemplos discutidos em 1992, o caso mais impactante e alentador apareceu num informe paraguaio que discutiu a coleção particular de Franciso Gaoano, professor e dirigente ferroviário dos anos 30: a coleção “estuvo en Buenos Aires por mucho tiempo y alrededor de 1979 volvió a Paraguay en poder del Banco Paraguayo de Datos . . . Para hacer un microfilmagem, el archivo fue llevado a Brasil a la Univer-

sidad de Campinas dos dias antes de que el Banco Paraguayo fuera asaltado por la policia. Se salvo casualmente de la destrucción gracias a que se envió a Brasil. O sea, que le debemos bastante a la Universidad de Campinas”<sup>10</sup>. Essa história paraguaia mostra elementos de continuidade a partir do começo dos anos 90. O primeiro tem a ver com a realidade histórica de uma tradição de solidariedade entre os países e povos da America Latina, com os grupos, instituições, e países mais bem situados, ajudando os menos desenvolvidos e mais vulneráveis. Podemos dizer que o gesto de solidariedade concreta do Arquivo Edgard Leuenroth em Campinas, em relação ao Paraguai, é uma amostra do sentimento latino-americanista que, nutrido no interior do Mercosul, chega hoje em dia a abarcar a ideia de uma integração regional da América Latina e do Caribe como um todo.

Em 1992, aparecia no primeiro parágrafo do informe paraguaio uma observação irônica: “si es que hay alguien que tiene la documentación completa del movimiento obrero, es el departamento de investigación de la policia de la capital”<sup>11</sup>. Ou como escreveu o deputado de Porto Rico, Víctor García San Inocencio, em 2006, “el mejor archivo que ha existido es el de las Carpetas de los Subversivos. . . ese acopio de información fue la documentación y radiografía de un padrón de persecución, vigilancia y represión del independentismo y el sindicalismo”<sup>12</sup>. E hoje? Houve um progresso totalmente inesperado no caso da documentação policial, especialmente dramática no caso do Brasil, onde ocorreu a desativação de um órgão histórico de repressão – as Delegacias de Ordem Política e Social, criadas a partir dos anos 20 – como parte da democratização do país. Posteriormente, a maioria dos arquivos estaduais do DOPS foi aberta para pesquisa. Isso abriu um universo de documentação inacreditavelmente rica, mesmo que distorcida, baseado nos acervos destes organismos altamente burocráticos e implacáveis na perseguição aos lutadores sociais e políticos, os supostos “subversivos” de ontem. É interessante notar que o livro de Nájera e Fernández, em 1992, não tem qualquer referência à possibilidade concreta de exigir a abertura dos arquivos dos órgãos de repressão. Essa possibilidade parecia na época algo totalmente inacreditável! Os avanços democratizantes são impressionantes.

Relendo os informes de 1992, encontra-se também um reconhecimento de que os obstáculos – em termos da preservação e recuperação dos arquivos vinculados com a classe trabalhadora – vão além da repressão governamental, do desprezo das classes dominantes, ou do preconceito político e de classe das camadas letradas. Uma parte da culpa tem que ser assumida pelas organizações e instituições da classe trabalhadora que, em sua maioria, mostraram pouco interesse e compromisso com as tarefas envolvidas com a história. As críticas aparecem em alguns casos

---

de forma diplomática: “no ha habido una práctica muy rigurosa en el almacenamiento y conservación de sus archivos.” Outro comentário: “las organizaciones que los generan o los mantienen bajo su custodia, [no] destinan recursos materiales y humanos a conservar, clasificar y estudiar la documentación propia,” algo que a grande maioria não vê como uma prioridade em comparação com as necessidades do presente. Mas as críticas às organizações sindicais podem ser bem mais ácidas: “Ni siquiera los sindicatos y los partidos políticos con importantes bases obreras se han preocupado por conservar la memoria de la clase; en general, no preservan ni sus propias publicaciones”<sup>13</sup>. Escrevendo em 2006, Nájera exige “una toma de consciencia de los protagonistas (personas y organizaciones) sobre la necesidad de preservar y conservar su documentación. . . Si los mismos afectados no dan a la importancia que tiene a sus archivos, difícilmente podrán convencer a las autoridades de la necesidad de incluir la documentación obrera en el patrimonio nacional de cada país”<sup>14</sup>.

Mas as dificuldades vão muito além disso em alguns casos. No informe mexicano, há um exemplo que junta repressão e falta de conhecimento com um resultado desastroso. Falando dos arquivos do Partido Comunista Mexicano, o relatório explica que “en el intento de salvarlos en 1958, cuando se desató la represión por el movimiento ferrocarrilero, fue enterado sin ninguna protección, por quien lo custodiaba y se pudrió”. Para mim, essa história mostra duas coisas importantíssimas. Primeiro, que sempre houve entre os militantes pioneiros da classe trabalhadora um conhecimento da importância da documentação das lutas da classe trabalhadora, uma herança que justificou os sacrifícios pessoais que fizeram para enfrentar a exploração e a opressão. Um bom exemplo disso, no caso brasileiro, foi a ação de Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista em 1922, que transportou clandestinamente sua coleção de jornais e revistas anarquistas, comunistas e sindicais para fora do país, acabando sendo depositada na Fundação Giangiacomo Feltrinelli, em Milão, na Itália, e os microfiches acabaram ajudando um monte de pesquisadores. Outro exemplo é Edgar Leuenroth, dirigente libertário das lutas operárias da época da primeira guerra mundial, cuja coleção de jornais e revista deu origem ao arquivo que leva o seu nome na Universidade de Campinas.

Mas a minha segunda observação é que a história do acervo comunista mexicano mostra também que mesmo uma tentativa de preservar pode ter resultados ruins por causa da falta de conhecimento técnico. As contribuições para o livro de Nájera e Fernandez reconhecem abertamente que a grande maioria das “personas encargadas” de acervos trabalhistas “son aficionados sin formación en archivística o en bibliotecología.” Dado a “carencia de investigadores [e arquivistas] capaces,” uma

boa porção dos documentos são “almacenados sin atenerse a criterios rigurosos de ordenación y clasificación”<sup>15</sup>. “La archivística,” como Inocencio observou em 2006 com indignação justificada, “no es un oficio de ratones de biblioteca, sino un oficio de especialistas en algo que. . . no valoramos todavía”<sup>16</sup>.

Mas um caso ainda mais deprimente nos informes de 1992 tem a ver com dirigentes de uma confederação sindical, todos vinculados ao mesmo partido, mas envolvidos em “disputas de poder, por decirlo de alguna manera, de tendencias personalistas . . . no propriamente ideológicas.” O resultado? “Los dirigentes se iban con todos sus archivos de documentación obviamente para no dejar huellas de su gestión para la siguiente directivas,” algo que obviamente “favoreció la dispersión” da documentação sindical valiosa<sup>17</sup>. No ano de 2006, em Porto Rico, Nájera fala abertamente sobre os obstáculos “derivados de la vida interna de las propias organizaciones,” especialmente “las escisiones y el sentido posesivo de los dirigentes y militantes y su tendencia a confundir y solapar el archivo de la organización con el suyo particular. La practica comun es que la documentación, sea propia o colectiva, vaya a la casa de los militantes y no a la sede de las organizaciones. Esto, que ha sucedido en el pasado, desgraciadamente sigue ocurriendo en la actualidad”<sup>18</sup>.

Algum progresso tem acontecido neste aspecto do panorama arquivístico, mas existem grandes descontinuidades porque, como foi observado em 1992, “las centrales sindicales no tienen entre sus intereses la investigación”<sup>19</sup>. Em 2006, um relatório cuidadoso de Miguel Rodríguez sobre os acervos dos trabalhadores e sindicatos mexicanos anotou que “recientemente se han elevado voces denunciando el peligro en el que se encontrariam los praticamente desconocidos fondos de la central sindical mas importante del pais [Confederación de Trabajadores Mexicanos], pilar del sistema político mexicano desde hace sesenta anos.” O professor também citou uma crítica dos sindicalistas mexicanos em 1977 de Andres Lira: “donde están los archivos custodiados por los propios obreros? No existe una queja constante sobre la imposibilidad de verlos y a la vez sobre la necesidad de agruparlos para ponerlos a salvo de sus pretendidos guardianes trabajadores”<sup>20</sup>.

E hoje? No Brasil contemporâneo, devemos notar avanços importantes incluindo a existência de compromissos mais sérios de alguns sindicatos com a preservação, como no caso da CUT, cujo Centro de Documentação está auspiçando este seminário. Outros exemplos são o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC paulista e o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Mas mesmo nestes casos, não há dúvida de que faltam orçamentos capazes de tocar para frente devidamente os processos de recolher, processar e preservar uma valiosa e volumosa documentação sindical. O dinheiro investido é pequeno demais em re-

---

lação às necessidades prementes vinculadas com as responsabilidades fundamentais dos sindicatos<sup>21</sup>. Mas isso não desmerece o trabalho impressionante feito por muitos funcionários sérios encarregados da conservação; eles conseguem fazer muito com poucos recursos e são verdadeiros heróis na luta contra o esquecimento.

Mas para fazer justiça aos dirigentes sindicais neste aspecto, eu acho que devemos reconhecer que as prioridades do sindicato – mesmo discordando com o que é esperado pelos historiadores – são razoáveis dadas às suas responsabilidades prementes em relação aos seus membros. Isso coloca uma questão fundamental. Em quase todos os sindicatos existe uma instabilidade no trabalho de conservação e preservação porque os funcionários sérios e comprometidos entram, fazem milagres, e acabam saindo. E o dinheiro à sua disposição depende do estado – nem sempre bom – dos orçamentos sindicais e da sabedoria e apoio dos dirigentes. Uma boa parte dos dirigentes não tem grande consciência da importância desses trabalhos. Nas palavras, sim, mas em termos concretos bem menos. E alguns têm motivos e interesse pessoais na preservação, mas com resultados que nem sempre são saudáveis para a pesquisa histórica.

A questão fundamental aqui é a seguinte: não seria melhor buscar parcerias em que os acervos sindicais possam ser processados e microfilmados por instituições arquivísticas profissionais e bem equipados, devolvendo a documentação e/ou os microfilmes depois? Isso também traz uma questão que aparece no trabalho de Ana Maria de Almeida Camargo neste seminário: os arquivos ganham importância quando representam “com precisão a estrutura e funcionamento das organizações ... em que se originaram.” A essa qualidade orgânica correspondem os traços definidores dos documento de arquivo, isto é, sua autenticidade e seu valor probatório<sup>22</sup>. Sem dar nomes aos bois, eu já vi vários exemplos – mesmo entre funcionários sindicais entusiasmados com a história operária e a sua preservação – de uma definição bem restrita do que deve ser preservado. Jogar fichas de sócios e processos fora não é incomum nas práticas vinculadas com o processamento dos “arquivos mortos” dos sindicatos, mesmo nos casos onde existe uma consciência saudável da importância da documentação. A questão central é: importante para quê? Alguns acham que apenas documentos oficiais – livros de atas e registros de sócios – e documentação de imprensa – panfletos e jornais – têm valor histórico. Pensando assim, estão contribuindo para um crime contra o patrimônio histórico sem saber.

A ampliação e a profissionalização das atividades arquivísticas são uma necessidade para cumprir quaisquer metas ambiciosas, independentemente da vontade dos indivíduos comprometidos com a missão, em termos da recuperação, pre-

servação e organização da documentação sobre o passado dos trabalhadores. O grande desafio ficou bem colocado, mas não resolvido, nos documentos oficiais da conferência de Buenos Aires que aparecem no livro de Nájera e Fernández: “Que nos Falta: Recursos”! Dando ênfase no fato que “nos hace falta financiación,” o documento final de Buenos Aires promete “aportar sugerencias sobre formas de obtención de fondos, sea a nivel nacional o regional”<sup>23</sup>. E hoje? Infelizmente, houve pouco progresso em termos de financiamento razoável e estável. Na realidade, as propostas mais abrangentes que saíram da iniciativa da Fundação Pablo Iglesias não chegaram a acontecer exatamente por falta de dinheiro. Revendo o fracasso de AIRPATO em 2006, Nájera notou laconicamente que “la escasez de medios economicos ha sido la limitación principal”. A conclusão de Inocencio em Porto Rico foi igual: “la conservación de documentos en este país es un desastre, peor que un huracán o peor que un fuego. La percepción en torno a lo que es el valor de la documentación es patética en Puerto Rico. . . Hay que asignar dinero, hay que asignar recursos” e garantir também “los recursos físicos para las instalaciones y el mantenimiento para conservar, custodiar y prolongar su disponibilidad..., garantizar su integridad, y promover su búsqueda, porque de nada vale que se tenga el archivo vacío”<sup>24</sup>. Sem ser materialista demais, todos nós podemos reconhecer que essa é a grande luta: a grana!

Os vários relatórios que compõem o informe mexicano de 1992 oferecem uma pista para pensar a questão de recursos de forma estratégica. As reuniões que ocorreram no México em 1991-92 refletem, sem dúvida, condições especificamente mexicanas, um país com uma tradição arquivística longa e com uma consciência histórica maior do que outros países. Também foi um país onde o movimento sindical ocupou um espaço central no aparato do Estado-Partido do PRI que se manteve no poder até 2000. Mas chama a atenção que as iniciativas mexicanas em 1992 era uma parceria entre o Archivo General de la Nación e o Centro de Estudios da Memoria Operaria e Socialista (CEMOS), fundado em 1983 e dirigido por Arnaldo Verdugo, ex-dirigente do Partido Comunista Mexicano. Como os relatórios explicam, os esforços de preservação voltados para o movimento sindical e trabalhista eram apenas uma parte de um programa geral, de quinze anos, “para rescatar, proteger y difundir el patrimonio documental de Mexico.” Como explicavam, todos têm responsabilidade na preservação, mas o Estado tem que assumir “plenamente la responsabilidad que le corresponde”<sup>25</sup>. Na realidade, a cooperação com o Estado em 1992 separa o caso mexicano dos outros países ibero-americanos, e por razões fáceis de compreender dada a importância dos sindicatos dentro da estrutura do partido-estado priista. E hoje? Aqui no Brasil? Um progresso impres-

---

sionante tem acontecido em alguns aspectos da gestão governamental que são fundamentais para o estudo dos trabalhadores – especialmente em termos dos acervos do DOPS. Eu estou muito feliz com a participação do Arquivo Nacional do Brasil, a partir da Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, na Comissão Organizadora deste seminário. Bem vindos, temos muito que fazer.

O relatório mexicano também abre as portas para outra realidade vinculada com a questão dos recursos: o “saqueo de los archivos nacionales que realizan centros del exterior que disponen de capacidad economica y otros recursos para trasladar a sus países el patrimonio documental nacional”<sup>26</sup>. Os desníveis de recursos ao nível nacional entre o Sul e o Norte não podem ser ignorados. Quando fundaram o Arquivo Edgard Leuenroth, por exemplo, tiveram que convencer a família a não vender a famosa coleção do anarquista paulista para uma instituição norte-americana. Mas qual foi a proposta mexicana em 1992 para fazer frente a esse desafio? A criação de leis eficazes para defender o patrimônio da nação, vedando as transferências.

E hoje? Será que o problema de falta de recursos dentro dos países da América Latina pode ser resolvido apenas através de uma legislação protecionista? Reconhecendo a justiça da queixa e a necessidade de legislações nacionais protegendo o patrimônio histórico nacional, acho que proibições são muito menos eficazes – dado as dificuldades de policiar transferências desse tipo – do que um trabalho de conscientização dos políticos e administradores sobre a importância da preservação histórica. No caso dos Estados Unidos, as nossas organizações nacionais de historiadores gastam uma boa porcentagem dos seus orçamentos para acompanhar, em todas as instâncias, a preservação e divulgação da documentação histórica. É um trabalho profissionalizado de lobby para pressionar no Congresso e no Executivo a favor de orçamentos mais generosos para o Arquivo Nacional, para apoiar programas nacionais que ajudem arquivos públicos e não-públicos, e para derrotar políticas restritas de classificação.

E finalmente, eu acho que a realidade do interesse estrangeiro no material arquivístico não reconhecido dentro dos países pode ser utilizado para forçar o reconhecimento das falhas nacionais. Como um exemplo, posso citar um informe de 1992 que mostrou o pouco interesse da Biblioteca Nacional daquele país nos “materiales grises” em termos de preservação junto com o “descuido generalizado en cuanto a su preservación”<sup>27</sup>. A demonização das entidades estrangeiras pode facilmente cair numa cegueira que não ajuda a nossa missão de preservação e recuperação da documentação dos movimentos sociais. Um bom exemplo disso é uma coleção de microfilmes de publicações e panfletos de sindicatos e partidos de es-

querda que acaba de ser produzida baseada na coleção do norte-americano Robert Alexander a partir de 1946. E existe também uma valiosa coleção microfilmada, também de Alexander, com dezenas de milhares de anotações sobre entrevistas com pessoas de todos os ramos de atividade na América Latina na mesma época<sup>28</sup>.

### **Indo além dos sindicatos: o exemplo brasileiro de 1992 e de hoje**

Quem e o que são os objetos de estudo da história latino-americana do trabalho? A resposta tem implicações profundas em termos do escopo cronológico do campo (o quando) assim como os limites culturais, geográficos, e linguísticos de fato sob os quais ele opera (o onde). É possível traçar a trajetória do debate sobre isso na documentação reproduzida no livro de Nájera e Fernández. Em 1990, o projeto começou focalizando os “archivos del movimiento obrero y sindical.” Essa terminologia reflete – para utilizar a fórmula que aparece num dos relatórios – a convicção já bem estabelecida de que “la parte medular de la memoria histórica que deve ser salvaguardado” se centrou em “los archivos de los sindicatos y centrales,” e de “aquellos partidos y organizaciones que actúan en el movimiento obrero”. Essa visão tradicional ofereceu uma resposta fácil à pergunta: Qual é a importância dos arquivos do movimento operário? “Porque en ellos se encuentra la historia de la clase trabajadora”. Mas o projeto da Fundação Pablo Iglesias tomou outro caminho. Chegando a 1992 em Buenos Aires, como anotou o equatoriano Roberto Roggiero, “ha cambiado un poco la denominación” da iniciativa para recuperar “un espectro más amplio como la práctica de los movimientos sociales en el cual están inserto el movimiento sindical”. Isso levou à denominação da reunião de Buenos Aires como uma proposta sobre os “archivos y documentación de los trabajadores y movimientos sociales.” E o documento final do encontro ficou com uma terminologia mais ou menos intermediária: “Archivos de los Trabajadores e sus Organizaciones”<sup>29</sup>.

O que há por trás dessa vacilação terminológica? Aqui eu preciso declarar a minha crítica, assumida há muito tempo, de nossa adesão às definições de nosso objeto de estudo desnecessariamente restritivo. Na realidade, estamos longe de ser “faberologistas” (estudiosos do trabalho), já que a maior parte das nossas atividades está dedicada ao estudo exclusivamente das populações assalariadas do século vinte, especialmente trabalhadores industriais, e suas mobilizações políticas e sindicais. Ao demarcar sua direção futura, a história do trabalho na América Latina deveria aspirar a algo mais ambicioso e abrangente. Não podemos ficar satisfeitos com um estudo restrito de fato ao moderno, o urbano e o industrial, apresentados como se isso fosse a história do trabalho na região<sup>30</sup>.

---

Houve críticas do viés institucional e do foco apenas nas expressões mais formalizadas entre os que participaram no projeto do começo dos anos 90. Nas palavras do equatoriano Roberto Roggiro, uma ênfase exclusiva no movimento sindical obscurece a realidade dos “otros movimientos que lo acompañan [e] que actúan junto a él. . . En algunos casos [desses] tenemos la duda de si nos encontramos propiamente ante um movimiento sindical em termos explícitos” ou não. O dominicano Roberto Cassá também ofereceu uma crítica. Citando “la debilidad del movimiento sindical,” enfatizou para seu país a “primacia de otros mecanismos de acción de los setores populares - incluido el proletariado - basicamente través de instancias pluriclasistas”<sup>31</sup>. Algo fora do foco da iniciativa.

O reconhecimento da existência de um campo maior, possivelmente “sindical y popular,” mudou o rumo do projeto. Na introdução, Nájera e Fernández falaram da necessidade de uma ampliação do foco para além das “expresiones organizadas del movimiento obrero”<sup>32</sup>. Chegaram a sugerir, por exemplo, que o movimento sindical deve ser colocado dentro da categoria mais ampla dos chamados movimentos sociais “para dar cuenta de las manifestaciones de sectores tales como el movimiento de las mujeres, el de las minorias y en general toda asociación de personas que se manifiestan por el reconocimiento de derechos específicos, que engloba también a los trabajadores”<sup>33</sup>. Essa mudança, na época, controvertida, era um passo para assumir uma missão bem mais ampla. Que o nosso projeto deveria ser na realidade, a história do trabalho e dos muitos tipos de povos trabalhadores que têm constituído a maioria nessas sociedades.

Daqui para frente, vou fazer observações vinculadas com o guia brasileiro de centros de documentação incluídos e o ensaio analítico que juntos compõem a contribuição brasileira no livro de 1992. Na realidade, a força inovadora oferecida pelo caso brasileiro em 1992 estava vinculada à experiência específica do Brasil, depois de 1978, quando houve uma multiplicação vertiginosa de formas de mobilização, novas normas de organização e práticas de participação por parte de movimentos sociais pluriclassistas e voltadas para uma renovação da esquerda. As contribuições brasileiras em 1992 anteciparam a trajetória das pesquisas que iam avolumar-se nos anos 90 no país. Sem desdenhar o movimento sindical militante (o chamado “Novo Sindicalismo”), as contribuições reconheceram as distorções geradas pela nossa dependência em fontes geradas por instituições sindicais, historicamente estatizadas no caso brasileiro, baseadas em lógicas essencialmente econômicas de comodificação do ser humano. Ao mesmo tempo, a prática social, política e intelectual no Brasil reconheceu - antes dos outros - que os verdadeiros desafios na luta são baseados na necessidade de ir além de uma história apenas sindical,

masculina e institucional, algo que é bem distante do cotidiano da vida popular e operária.

Foi a contribuição brasileira que chegou a atingir as metas mais ambiciosas do projeto da Fundação Pablo Iglesias. Num trabalho de 83 páginas, Elina Pessanha e Sandra Gomes ofereceram um “Guia dos Centros de Documentação, Formação e Assessoria ao Movimento Operário e Sindical”<sup>34</sup>. Como fica óbvio no título, as pesquisadoras brasileiras optaram para uma sistematização de uma gama bem ampla de 30 centros, acervos, e projetos vinculados ao movimento operário, sindical e popular. Como fundadora do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Pessanha teve o apoio das outras pessoas envolvidas em projeto semelhantes de “acompanhamento” dos movimentos populares. A utilização da palavra “acompanhar,” vinculada com a prática da teologia de libertação, tem conotações específicas: que a missão era de “acompanhar” e não dirigir os movimentos dos setores subalternos e de apoiar as lideranças surgidas de baixo para cima. Isso foi uma parte importante da recusa do vanguardismo dentro da prática da esquerda da época, que também produziu formulações distintas nos estudos intelectuais sobre os movimentos.

Mas o ideal defendido, mesmo sendo um pouco autoelogioso, não queria dizer que o trabalho dos intelectuais era somente de tradução das demandas populares e serviço às suas lideranças autênticas. O grupo modelo foi o Programa de Memória e Acompanhamento do Movimento Operário fundando em 1984 dentro do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Baseado em São Paulo, o projeto estava especialmente voltado para a categoria e lideranças dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Durante a sua existência, reuniu uma documentação valiosa e produziu livros de grande importância sobre a história operária do ABC e das práticas sindicais e de base nas fábricas numa tentativa de compreender as raízes da liderança de Luis Inácio Lula da Silva. Mas mesmo aqui, a descrição da missão deixa bem claro que o ideal era um intercâmbio em duas direções: “acompanhar, assessorar e incentivar a multiplicação de práticas que tragam ao mundo do trabalho, aspectos tradicionalmente pouco contemplados, como os relativos ao meio ambiente, gênero e pacifismo”<sup>35</sup>.

Além do guia preparado por Pessanha e Gomes, a contribuição brasileira inclui um ensaio da historiadora Yara Khoury que oferece um perfil sintético e analítico dos resultados da pesquisa. Descrito como “um diagnóstico preliminar,” Khoury cobre não apenas os “Arquivos e Centros de Documentação já tradicionalmente reconhecidos”, mas abrange também uma variedade de entidades que “surgem de interesses diversificados” e que foram organizados “junto a sindicatos, partidos, movimentos populares, intelectuais, universidades, grupos religiosos e à

---

Igreja enquanto instituição”. O espectro inclui alguns, baseados em universidades, com um viés mais acadêmico e outros “com acentuadas características de militância”, preocupado com a necessidade de “servir os movimentos” e mantendo “um contato mais estreito com o público trabalhador e popular”<sup>36</sup>.

O estudo de “um número expressivo de centros de documentação, informação, educação e comunicação popular, acompanhando a emergência de movimento de trabalhadores” serviu para revelar “concepções e orientações diversas no interior da sociedade.” O resultado de um contato mais próximo revelou “uma realidade bem mais complexa e diversificada do que a esperada”. Isso ficou bem óbvio em termos dos “arquivos e centros de documentação e memória sobre o trabalhador e seus movimentos emergentes nos últimos vinte ou trinta anos,” que foram parte de um processo baseado num intenso relacionamento com a “realidade cotidiana” trabalhadora. Segundo Khoury, os centros não tradicionais incluem entre as suas atividades temas normalmente fora do alcance da história operária clássica: “moradia, saúde, menores, mulheres, direitos [e] humanos” junto com a (ideia) de democratizar o acesso popular à informação<sup>37</sup>. No cumprimento da missão, esses grupos mostravam uma grande preocupação com a “recuperação e preservação da memória de militantes, trabalhadores, personalidades políticas, [e] representantes de vários segmentos sociais, através de Programas de História Oral”, junto com trabalho iconográfico e recuperação de fotografias. Mas Khoury também reconheceu uma falta generalizada em termos de “procedimentos tecnicamente adequados,” incluindo “uma ausência de uniformidade,” dificuldades na “agilização,” e ausência de “procedimentos técnicos”<sup>38</sup>.

“Ao se percorrer os acervos,” Khoury escreveu, “percebe-se o quanto são ricos e complexos, reunindo subsídios importantes sobre necessidades, interesses, valores, crenças, sentimentos, regras de convívio de grupos e coletividades; sobre a prática militante e partidária das mais diversas orientações; sobre propostas e projetos de conscientização e educação popular; sobre direitos humanos, comunicação popular, sobre questões referidas a mulher, ao menor, a minorias em geral”<sup>39</sup>. A mesma riqueza de conteúdo, que ilumina a sociedade brasileira e revelam facetas novas e distintas, pode ser encontrada na documentação produzida como parte duma iniciativa financiada pela Library of Congress (LC), um órgão do governo federal estado-unidense. Trabalhando em cooperação com a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, a LC microfilmou centenas de milhares de publicações dos movimentos sociais no Brasil após 1966. Essa coleção valiosa de centenas de rolos de microfilme é pouco conhecida e utilizada no Brasil. Ao mesmo tempo, mostra também a grande vantagem de um trabalho profissional de alto nível: é organizada cuidadosamente com índices e guias que facilitam a consulta<sup>40</sup>.

Aqui se encontra o calcanhar de Aquiles dos centros não tradicionais do começo dos anos 90: a falta de financiamento estável e de uma institucionalização suficientemente forte para garantir a sua sobrevivência. O caso mais deprimente tem a ver com o projeto do CEDI de acompanhamento do movimento operário do ABC cuja coleção impressionante acabou, no momento da desativação da entidade, sendo destinada não para um arquivo como o Edgard Leuenroth, mas para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Infelizmente, uma boa parte acabou em mãos alheias, dispersas por causa de disputas sindicais internas vinculadas com uma fusão mal-sucedida entre os sindicatos de Santo André e São Bernardo. Isso oferece subsídios para uma pergunta fundamental: não seria melhor reconhecer que as tarefas de organização, preservação e conservação de documentação devem ficar com um arquivo profissional com um orçamento um pouco maior e mais estável?

Falando dos centros não tradicionais, Khoury classifica as suas atividades como sendo uma prática de “documentação como trabalho político”. Dentro daquele traço comum, Khoury encontrou uma diversidade de orientações e objetivos unificados em torno da ideia fundamental da “documentação e informação como valiosos instrumentos no seu fazer-se como sujeitos sociais”. Mais uma vez, podemos ver a diferença entre essa abordagem e uma visão mais tradicionalmente marxista que começa com a classe operária como parte de um sistema e possuindo uma consciência de classe conhecido de antemão. Na realidade, aqui podemos voltar para outra observação de Roberto Cassá em 1992. “Durante largo tiempo” na República Dominicana, “las prioridades que se han fijado los investigadores” estavam mais voltadas para “la dilucidación de problemáticas ‘estructurales’ que la ‘acción social’ o la historización de los movimientos sociales. Esto ha favorecido una focalización de la clase obrera como agregado inserto en una estructura de relaciones de producción”<sup>41</sup>.

Essa mudança foi bem captada num ensaio historiográfico pouco conhecido escrito em 1987 pelas historiadoras mineiras Eliana de Freitas Dutra e Yonne de Souza Grossi <sup>42</sup>. “Os estudos tradicionais que privilegiam a classe operária em suas representações institucionais (sindicato e partido) são, em parte, resultantes da definição de classe como categoria de agente econômico, à qual corresponde quase automaticamente uma consciência”. Mas a nova concepção, agora bem mais hegemônica, utiliza um conceito de classe como sujeito histórico, com uma formação social, cultural, e de gênero que tem que ser investigada empiricamente. Como elas diziam, não devemos “abrir mão de estudos sobre sindicalismo”, mas estamos precisando de “categorias menos abrangentes que as das classes so-

---

ciais. São categorias ligadas ao corpo, como uma dor física, uma emoção, o sexo, a idade, a cor da pele”<sup>43</sup>.

## Conclusão

Segundo Dutra e Grossi, “o universo operário não pode significar apenas lutas sindicais e/ou partidárias, perdendo-se a dimensão social e política do quotidiano. A condição operária se expressa também no campo do trabalho, da saúde, da sexualidade, do lazer, da qualidade de vida, que por sua vez se vincula as práticas sociais organizadas”<sup>44</sup>. Aí se encontra os maiores desafios arquivísticos, analíticos e políticos: como desenvolver as teorias e práticas capazes de captar as realidades informais e experiências subjetivas e vinculá-los com as dinâmicas de organização formal e institucional da luta de classes<sup>45</sup>. Estamos precisando, mais do que nunca, de uma orientação mais sofisticada nas nossas tentativas, não de superar, mas de completar o nosso conhecimento colocando os resultados em ação no mundo. Qual seria o papel dos arquivos sindicais, e dos seus gestores, na compreensão, atualização, e ampliação do espaço de cidadania plena na luta pela igualdade, justiça social, e respeito mútuo numa nova época globalizada e pós-neoliberal, dentro e fora dos nossos países? Como dizia o deputado independentista em Porto Rico em 2006, temos que lutar pela conscientização dos nossos povos para compreender a necessidade da preservação do “patrimonio histórico cultural de cualquier pueblo . . . Es muy importante conservar los documentos, conservar la tradición, conservar la narración, conservar los relatos diferentes a los oficiales y lo que tiene que ver con la reflexión continua sobre cualquier movimiento social, en este caso movimiento obrero”<sup>46</sup>.

---

## Notas

<sup>1</sup> Sobre o desenvolvimento dos estudos interdisciplinares dos trabalhadores: John D. French, “El Auge de los Estudios Sobre el Trabajo en Latinoamérica,” *Historia Social [Valencia, Spain]*, n° 39 (2001): 129-50.

<sup>2</sup> Charles R. Bergquist, “Labor History and Its Challenges: Confessions of a Latin Americanist.” *American Historical Review* 98, n° 3 (1993): 757-758.

<sup>3</sup> Aurelio Martín Nájera y Agustín Garrigós Fernández, eds. *Reunión Iberoamericana para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y los Movimientos Sociales*, Buenos Aires, 1992. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1992, 523.

<sup>4</sup> Erick J. Pérez Velasco, ed. *100 Años de Sindicalismo Puertorriqueño: Memorias del Congreso Internacional del Centenario del Sindicalismo Organizado en Puerto Rico, 1898-1998*. Humacao, P.R.: Centro de Documentación Obrera Santiago Iglesias Pantín, Biblioteca, Universidad de Puerto Rico en Humacao, 2006, 75.

<sup>5</sup> John D. French e Alexandre Fortes. “Another World Is Possible: The Rise of the Brazilian Workers’ Party and the Prospects for Lula’s Government.” *Labor: Studies in Working Class History of the Americas* 2, n° 3 (2005): 13-31.

<sup>6</sup> Nájera y Fernández, *Reunión*, 227, 199, 505, 141, 497, 199, 190.

<sup>7</sup> Para uma bibliografia anotada e ensaio de interpretação da historiografia brasileira sobre operários urbanos: John D. French e Alexandre Fortes. *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil*. Albuquerque: Latin American Institute/University of New Mexico, 1998 (disponível na minha página da web) <http://fds.duke.edu/db/aas/history/faculty/jdfrench>

<sup>8</sup> Nájera y Fernández, *Reunión*, 323, 523, 314, 497.

<sup>9</sup> Pérez Velasco, *100 Años*, 56.

<sup>10</sup> Nájera y Fernández, *Reunión*, 369.

<sup>11</sup> Nájera y Fernández, *Reunión*, 369.

<sup>12</sup> Pérez Velasco, *100 Años*, 51-52.

<sup>13</sup> Nájera y Fernández, *Reunión*, 240, 323, 505.

<sup>14</sup> Pérez Velasco, *100 Años*, 58.

<sup>15</sup> Nájera y Fernández, *Reunión*, 190, 227.

<sup>16</sup> Pérez Velasco, *100 Años*, 53.

<sup>17</sup> Nájera y Fernández, *Reunión*, 240.

<sup>18</sup> Pérez Velasco, *100 Años*, 57. As dificuldades vinculadas com a política sindical interna são comuns em todos os países. Discutindo a preservação dos acervos sindicais nos Estados Unidos, o historiador norte-americano Philip Mason escreveu em 1992 que a história sindical norte-americana envolve “greves violentas e controversas e lutas internas de facções ferozes e atividades nas fronteiras da violação das leis”. É fácil compreender, disse, que muitos “dirigentes sindicais mostram cautela sobre a possibilidade de abrir ao público esses materiais delicados... apesar do valor histórico do material”. Daniel J. Leab e Philip P. Mason, eds. *Labor History Archives in the United States: A Guide for Researching and Teaching*. Detroit, Mich.: Wayne State University Press, 1992, 15.

<sup>19</sup> Nájera y Fernández, *Reunión*, 241.

<sup>20</sup> Pérez Velasco, *100 Años*, 43-44.

<sup>21</sup> A mesma dificuldade foi observada por Mason sobre os sindicatos norte-americanos nos anos 80 que foram difíceis: “os sindicatos, contendo com um número decrescente de afiliados, tem sido avesso em termos de apoio aos arquivos, ou projetos relacionados como programas de história oral” (Leab and Mason, *Labor History Archives*, 13).

<sup>22</sup> Ana Maria de Almeida Camargo, Resumo, Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e Seus Arquivos.”

<sup>23</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 23, 528.

<sup>24</sup> Pérez Velasco, *100 Años*, 53.

<sup>25</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 321, 323.

<sup>26</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 323.

<sup>27</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 505.

<sup>28</sup> A primeira parte da coleção “Latin American Twentieth-Century Pamphlets” cobre o cone sul: [http://www.idcpublishers.com/background508\\_4\\_7\\_1.html](http://www.idcpublishers.com/background508_4_7_1.html). Sobre Alexander e as entrevistas dele: John D. French, “The Robert J. Alexander Interview Collection,” *Hispanic American Historical Review* 84, n° 2 (2004): 313-24.

<sup>29</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 13, 323, 325, 235, 13-14.

<sup>30</sup> John D. French, “A História Latino-Americana do Trabalho Hoje: Uma Reflexão Auto-Crítica,” *Revista de Historia (UNISINOS, Rio Grande do Sul)*, n° 6 (2002): 11-28.

<sup>31</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 235, 449.

<sup>32</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 314. Mesmo voltado mais para instituições, Arnoldo Martínez Verdugo reconheceu que “en los años recientes” há “un cambio de significación . . . entre los estudiosos de la clase obrera mexicana” que querem ir além “de la historia de la clase y de sus movimientos.” Nájera y Fernandez, *Reunión*, 322. O ensaio de 2006 de Rodríguez oferece uma interpretação global da evolução da historiografia mexicana sobre a história operária: Miguel Rodríguez, “Hacer la Historia de los Trabajadores Mexicanos: Fuentes y Logros.” In *100 Años*, Pérez Velasco, ed, 39-50.

<sup>33</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 22.

<sup>34</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 45-128.

<sup>35</sup> Nájera y Fernandez, *Reunión*, 71.

---

<sup>36</sup>Yara Aun Khoury, “Perfil de Arquivos e Centros de Documentação de e Sobre Trabalhadores e Movimentos Sociais no Brasil.” In Nájera y Fernandez, *Reunión*, 131, 134. Segundo Rodríguez, alguns centros semelhantes começaram no México nos anos 80. Surgidos “a partir de las vivencias de los trabajadores,” os centros “buscan conservar los documentos de la lucha y la prensa nacional, local o sindical, en una perspectiva de historia del tiempo presente. Estos centros, a veces con escasos recursos, están diseminados, ligados a tal o cual movimiento social.” Rodríguez, “Hacer la Historia,” 48.

<sup>37</sup>Nájera y Fernandez, *Reunión*, 132-4.

<sup>38</sup>Nájera y Fernandez, *Reunión*, 134-6.

<sup>39</sup>Nájera y Fernandez, *Reunión*, 136.

<sup>40</sup>Cobrando 1966 a 1992, a coleção de dezenas de rolos de microfilme feito pelo Library of Congress aparece como “Brazil’s Popular Groups: A Microfilm Collection of Materials Issued by Socio-Political, Religious, Labor and Minority Grass-Roots Organizations.” Um guia em inglês e português aparece no site do escritório do Library of Congress no Rio de Janeiro: <http://www.loc.gov/acq/ovop/rio/bpg/bpg2.html> Junto com a coleção “Brazilian Popular Groups,” houve uma iniciativa paralela da biblioteca de Princeton University que juntou mais alguns milhares de documentos da época áurea dos movimentos sociais no Brasil. Sobre o movimento operário, existe 18 rolos de microfilme: Princeton University Library, *The Brazilian Labor Movement, 1977-1987 (Microform)*, 1987.

<sup>41</sup>Nájera y Fernandez, *Reunión*, 133, 449.

<sup>42</sup>Eliana de Freitas Dutra e Yonne de Souza Grossi, “Historiografia e Movimento Operário: O Novo em Questão.” *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 65 (1987): 101-30.

<sup>43</sup>Dutra e Grossi, “Historiografia,” 106, 129.

<sup>44</sup>Dutra e Grossi, “Historiografia,” 123.

<sup>45</sup>Por um exemplo: John D. French and Mary Lynn Pedersen Cluff. “As Mulheres e a Mobilização Operária na Época de Pós-Guerra em São Paulo, 1945-1948.” *Historia Social [Revista da Pós-Graduação em História, IFCH-UNICAMP]*, n° 7 (2000): 171-211.

<sup>46</sup>Pérez Velasco, *100 Años*, 51.

## Referências

BERGQUIST, Charles R. “Labor History and Its Challenges: Confessions of a Latin Americanist.” *American Historical Review* 98, n° 3 (1993): 757-64.

FRENCH, John D. “El Auge de los Estudios Sobre el Trabajo en Latinoamérica.” *Historia Social [Valencia, Spain]*, n° 39 (2001): 129-50.

FRENCH, John D. “A História Latino-Americana do Trabalho Hoje: Uma Reflexão Auto-Crítica.” *Revista de História (UNISINOS, Rio Grande do Sul)* n° 6 (2002): 11-28.

FRENCH, John D. “The Robert J. Alexander Interview Collection,” *Hispanic American Historical Review* 84, n° 2 (2004): 313-24.

FRENCH, John D. e Mary Lynn Pedersen Cluff. “As Mulheres e a Mobilização Operária na Época de Pós-Guerra em São Paulo, 1945-1948.” *Historia Social [Revista da Pós-Graduação em História, IFCH-UNICAMP]*, n° 7 (2000): 171-211.

FRENCH, John D. e Alexandre Fortes. “Another World Is Possible: The Rise of the Brazilian Workers’ Party and the Prospects for Lula’s Government.” *Labor: Studies in Working Class History of the Americas* 2, n° 3 (2005): 13-31.

FRENCH, John D., and Alexandre Fortes. *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil*. Albuquerque: Latin American Institute/University of New Mexico, 1998.

KHOURY, Yara Aun. "Perfil de Arquivos e Centros de Documentação de e Sobre Trabalhadores e Movimentos Sociais no Brasil," *Reunião Iberoamericana*, Nájera y Fernandez, eds. 129-37.

LEAB, Daniel J., and Philip P. Mason, eds. *Labor History Archives in the United States: A Guide for Researching and Teaching*. Detroit, Mich.: Wayne State University Press, 1992.

MARTÍN, NAJERA. Aurelio; GARRIGÓS FERNÁNDEZ. Agustín,. (org) *Reunião Iberoamericana Para la Recuperación y Conservación de Archivos y Documentación de los Trabajadores y Los Movimientos Sociales*, Buenos Aires, 1992. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1992. PÉREZ VELASCO, Erick J., ed. *100 Años de Sindicalismo Puertorriqueño: Memorias del Congreso Internacional del Centenario del Sindicalismo Organizado en Puerto Rico, 1898-1998*. Humacao, P.R.: Centro de Documentación Obrera Santiago Iglesias Pantín, Biblioteca, Universidad de Puerto Rico en Humacao, 2006.

PESSANHA, Elina G. da Fonte; GOMES. Sandra Lúcia Rebel. "Guia dos Centros de Documentação, Formação e Assessoria ao Movimento Operário e Sindical: Situação em Abril de 1992," *Reunião Iberoamericana*, Nájera y Fernandez, eds., 45-128.

RODRÍGUEZ, Miguel. "Hacer la Historia de los Trabajadores Mexicanos: Fuentes y Logros." In *100 Años*, Pérez Velasco, ed, 39-50.



# PARTE III

POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO:  
PRESERVAÇÃO E ACESSO



## CAPÍTULO 5

### **A situação arquivística brasileira: subsídios para a implantação de uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas**

**Jaime Antunes da Silva\***

O Brasil, país federativo, possui uma ampla e complexa rede de arquivos, decorrentes do exercício da função executiva, legislativa e judiciária do Estado brasileiro, no nível federal, estadual e municipal, e do Distrito Federal, gerada a partir do processo de colonização do território brasileiro, chegando aos dias atuais. Este quadro se torna cada vez mais complexo, já que nele devem ser incluídos os arquivos privados de interesse público e social, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas.

Além disso, cabe destacar a existência de parcelas de acervos públicos em instituições privadas e/ou em centros de documentação ligados a diversas universidades, que reúnem, além de arquivos privados, documentos provenientes de diversas instâncias do poder público.

Com o advento das modernas tecnologias de controle e recuperação da informação, a visão de arquivo como instituição de guarda de documentos foi substituída por aquela que o situa enquanto gestor de um sistema de informação, integrado a outros sistemas, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações demandadas. Ou seja, o eixo foi deslocado da questão da guarda para a do acesso. Dentro desta visão, ganha importância o intercâmbio de informações entre instituições, recuperando-se os documentos de interesse do usuário a partir de referências fornecidas pela instituição membro do sistema, que partilha com as demais o controle da informação existente.

A consolidação do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR supera a visão setorializada sobre os acervos arquivísticos, transformando cada instituição de guarda em co-responsável pela garantia do acesso a parcelas do patrimônio documental brasileiro e sua preservação. A finalidade dos arquivos passa a ser, portanto, a preservação do documento enquanto fonte de informação que precisa ser disponi-

---

\* Diretor-Geral do Arquivo Nacional e Presidente do Conselho Nacional de Arquivos (Brasil)

---

bilizada, estando a questão da guarda vinculada diretamente às condições de tratamento técnico do acervo. Documento recolhido, guardado e não organizado significa informação não disponibilizada, portanto, inexistente.

A fim de garantir não só a guarda, mas, também, a transformação dos documentos em efetivas fontes de informação é preciso integrá-los sistemicamente, possibilitando a constituição de uma **“Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas”**, que os referencie e controle, de forma padronizada e coletiva, com dados sobre a formação e o conteúdo dos conjuntos mantidos pelas diversas instituições de arquivo. Tal integração independe da esfera a que pertençam dentro do poder público, integrando, certamente, instituições privadas que também sejam responsáveis pela guarda e acesso de documentos de interesse público e social.

Há muito a fazer para se consolidar uma política nacional de arquivos, que leve em conta a formação do patrimônio documental brasileiro, integrado tanto por documentos públicos quanto pelos produzidos e acumulados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Ademais, tal empreendimento requer que se considere a autonomia dos Poderes, dos estados, do Distrito Federal e municípios, as dimensões continentais do país e as diferentes regiões geopolíticas, que apresentam, além dos fatores climáticos, estágios de desenvolvimento sócio-econômico-cultural distintos.

O acesso à informação pública é um direito de cidadania garantido no Brasil tanto na Constituição Federal como em textos legais complementares. Entretanto, a existência de fundos documentais não organizados ou sem um adequado tratamento técnico dentro dos arquivos públicos, bem como de arquivos correntes sem códigos e/ou planos de classificação e/ou tabelas de temporalidade, são constantes na realidade da administração pública e representam um importante fator dificultador do exercício do direito de acesso à informação, pelo cidadão.

A Constituição de 1988 oferece dispositivos fundamentais à instalação de um novo patamar jurídico para o acesso à informação governamental. Os direitos do cidadão têm como contrapartida os deveres da administração pública no sentido de viabilizar o acesso à informação, tal como previsto em seu artigo 216, parágrafo 2º: “Cabem a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

O reconhecimento do direito de acesso à informação leva, como um desaguadouro natural, à consagração do princípio da *transparência administrativa*.

Nas sociedades contemporâneas o direito à memória tem sido compreendido como parte dos direitos dos homens. Não se trata mais de uma questão restrita à cidadania. O direito à informação, com a revolução ocorrida nos arquivos a partir da Segunda Guerra, transcendeu as fronteiras nacionais.

As diferentes leis de acesso, existentes nos países de democracia consolidada, estabelecem que este direito não exista somente para os nacionais. Na Suécia, cuja lei data de 1949<sup>1</sup>, os cidadãos do mundo têm direito a requerer qualquer documento produzido pelo Estado. Na América Latina, o México é o país onde a questão está mais avançada. No Brasil, apesar de contarmos com uma Lei de Arquivos, inexistente em muitos países, não possuímos ainda uma Lei de Acesso a Informações. Este projeto está em processo de produção e aperfeiçoamento por um grupo coordenado pela Casa Civil da Presidência da República com vista à consecução de um Projeto de Lei a ser enviado, pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional.

Diante da magnitude da questão, o Estado tem o dever de zelar pela preservação e pelo compartilhamento, através da divulgação, dos conjuntos documentais que se encontram sob a sua guarda. E, ainda, procurar aquele patrimônio documental que, apesar de produzido por ele, encontra-se desconhecido, perdido.

“Durante os anos de 1980 intensificou-se o processo de desmantelamento de regimes políticos repressivos na América Latina, inclusive no Brasil. Com a transição democrática, os arquivos dos organismos de repressão tornaram-se fonte singular como testemunhos da atuação de tais entes, a serviço do Estado autoritário. As informações contidas nestes acervos demonstram práticas que foram usadas no exercício das atividades repressivas. Nos tempos atuais, servem como instrumento essencial para o fortalecimento de novas relações sociais e, conseqüentemente, para a consolidação do processo democrático.

A divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades das instituições arquivísticas de guarda, como o Arquivo Nacional, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos. O papel destes arquivos não se esgota apenas no conhecimento de nossa história recente. Sua dimensão é particularmente visível com o uso administrativo das informações para o cumprimento de direitos individuais e coletivos que a democracia proporciona como, por exemplo, a concessão de indenizações às vítimas da repressão ou a seus familiares.

O Brasil possui um dos maiores acervos documentais constituídos pelo Estado, entre os quais se destacam aqueles produzidos nos períodos autoritários. São os arquivos das polícias políticas que, desde os anos de 1910, acumularam um

---

impressionante testemunho de como nosso Estado construiu seus adversários e como terminou por imprimir a marca do autoritarismo em nossa sociedade. Esses documentos já estão disponibilizados à pesquisa pública nos diversos arquivos estaduais do país. Agora, faz-se necessário transformar aquilo que foi gerado para negar direitos em instrumentos de garantia de direitos, em afirmação dos direitos humanos”<sup>2</sup>.

Entretanto, existe, por conhecer, um acervo de potencial importância para o estudo do período, ainda sob a guarda de órgãos e entidades produtores e acumuladores, ou de seus sucessores. Esta documentação deve ser objeto de levantamento com vistas à sua desclassificação do caráter sigiloso e posterior recolhimento às instituições arquivísticas públicas, de seu âmbito de atuação, para receber tratamento técnico adequado à preservação e acesso.

Por ocasião do V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS) de 26 a 31 de janeiro de 2005, foi discutida a importância dos arquivos no Brasil e na América Latina e seu papel estratégico na garantia de direitos humanos fundamentais. Ficou consignada a necessidade de se criar um centro de referência, capaz de reunir, de forma sistemática, dados e informações sobre o acervo arquivístico e bibliográfico sobre o tema da repressão política no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1990, sob a guarda de diversas entidades públicas e privadas de nosso país. A proposta de criação de um centro com tais funções, formulada pelo então Ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH – resultou na criação de um Grupo de Trabalho com o “objetivo de elaborar projeto para a implantação de um centro de referência que venha a abrigar informações (...) sobre as violações dos Direitos Humanos durante o período da ditadura militar no Brasil”, conforme Portaria da SEDH/PR nº 21, de 21 de fevereiro de 2005<sup>3</sup>.

O GT elaborou e encaminhou a SEDH/PR, em maio de 2005, o seu relatório final intitulado “Centro de Referência sobre a Repressão Política no Brasil (1964-1985)”. No correr do ano de 2005 o projeto proposto não pôde ser empreendido pela SEDH/PR, em razão da mudança na estrutura da Secretaria.

Entretanto, naquele mesmo ano de 2005, cabe registrar a ocorrência de um marco importante na história documental brasileira contemporânea. Trata-se da entrada, em 21 de dezembro de 2005, no Arquivo Nacional, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.584, de 18 de novembro do mesmo ano, dos fundos documentais até então sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, dos extintos **Serviço Nacional de Informações – SNI (1964-1990)**, da **Comissão Geral de Investigações – CGI (1964-1979)** e do **Conselho de Segurança Nacional – CSN (1964-1980)**, com documentos textuais, impressos,

processos, microfilmes, microfichas, fotografias, mapas, plantas e desenhos correspondentes a aproximadamente **3.861.000 páginas de textos**. Estes arquivos somaram-se ao de mesma natureza, recolhidos ao Arquivo Nacional em novembro de 1990, da **Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ (1946-1986, com predomínio dos anos de 1970)**, com documentos textuais, impressos, processos, fotografias correspondentes a aproximadamente **493.898 páginas de textos**.

O Arquivo Nacional, em decorrência da solicitação da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Vana Rousseff, a partir de janeiro de 2006, recolheu conjuntos documentais da **Divisão de Inteligência da Polícia Federal (1960-1990)**, da **Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – DSI/MRE (1964-1990)**; do **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República GSI/PR (1956 a 1990)**, do **Ministério da Justiça (1960-1990)** e da **Casa Civil, os Atos Institucionais de 2 a 17 (1964-1990)**. Este acervo corresponde a **1.185.240 páginas de texto**. Foi também recolhido o **Cadastro Nacional (CADA)**, base de dados criada pelo SNI, contendo os registros de **308.000** prontuários, com dados de identificação e qualificação de pessoas físicas e jurídicas. Cabe ressaltar que todos os órgãos do SNI tinham acesso às informações dessa base de dados.

O Arquivo Nacional, portanto, em 1 ano teve seu acervo sobre a repressão política no Brasil incrementado em 10 vezes mais. Das 493.898 páginas de texto disponíveis até dezembro de 2005, passamos para 5.540.138 páginas de texto, em dezembro de 2006. Tal mudança decorreu da decisão política do Governo Brasileiro de transferir, progressivamente, para a guarda do Arquivo Nacional os registros documentais do período, ainda sob a custódia dos órgãos e entidades produtores. Esse processo continua e a Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal vem recebendo, aos poucos, outros pequenos fundos documentais de interesse para o estudo do período do Regime Militar no Brasil, produzidos e acumulados por diversos órgãos e entidades públicos.

O Governo Federal persiste na busca pela identificação de novos acervos acumulados em outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal e ainda não recolhidos ao Arquivo Nacional, levando em consideração a existência, nos seus âmbitos, no período da ditadura militar, de unidades de informações em estreita cooperação com o Sistema Nacional de Informações e Contra Informação – SISNI, do Serviço Nacional de Informações – SNI<sup>4</sup>.

---

Durante o Simpósio “Políticas Públicas para o tratamento dos acervos oriundos dos períodos de ditaduras no Brasil”, realizado em Porto Alegre, RS, nos dias 24 e 25 de julho de 2006, o Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, propôs revisitar o relatório do Grupo de Trabalho criado por portaria da SEDH/PR em 2005, referido anteriormente, para elaborar plano de ação em curto, médio e longo prazos, visando a implementação, pelo Governo Federal, de um centro de referência. A proposta foi aprovada.

A partir de 2007 a proposta de se criar um centro de referência ganha força novamente junto à Casa Civil e o Arquivo Nacional é autorizado a dar formato e propor estratégias para a sua implementação.

Já com a definição do título do centro que se chamará Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964–1985), a ser criado<sup>5</sup> por Portaria da Casa Civil e instalado no Arquivo Nacional, foram consensadas as seguintes estratégias a serem implementadas:

1. melhorar a infra-estrutura de tecnologia da informação do Arquivo Nacional;
2. desenvolver um banco de dados, tendo por base a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade;
3. proceder ao levantamento de dados (sobre acervos e instituições e entidades custodiadoras), com vistas à formulação de projeto de incentivo fiscal para organização, descrição, preservação e digitalização de acervos de interesse para a temática do Centro, em especial aqueles registros sob custódia dos arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal;
4. desenvolver um Portal para o Centro;
5. definir instrumento legal para que se firmem protocolos de cooperação entre a União e os Governos Estaduais, com a interveniência do Arquivo Nacional e dos arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal, para apoio ao Centro e estímulo à identificação de novos acervos e sua necessária organização e difusão das informações neles contidas.

Este Centro integra a Casa Civil da Presidência da República ao esforço nacional para a implementação e consolidação de políticas públicas voltadas para a gestão, organização, preservação e divulgação do patrimônio documental nacional, valorizando a memória como direito humano fundamental.

Sua ação estimulará o fortalecimento das instituições arquivísticas públicas, transformando-as em espaços de cidadania, aptas a receber os documentos públicos

e privados de interesse público, e a tratar tecnicamente seus acervos, inclusive aqueles relativos à ação repressora do Estado brasileiro, preservando os documentos e disseminando as informações neles contidas, com agilidade e eficiência.

Além disso, promoverá o recenseamento de arquivos produzidos e acumulados por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como por pessoas e entidades de direito privado, em todo o território nacional, de interesse para o tema, visando à sua localização, identificação, quantificação, organização, preservação e acesso.

Dessa forma, estimulará o intercâmbio de dados e informações com programas congêneres, em especial na América Latina.

Tratando-se de um centro de referência, deverá trabalhar com informações, reservando a custódia física dos documentos às diferentes entidades (arquivos, bibliotecas, centros de memória, museus, universidades e pessoas físicas) que já o fazem ou que se dispõem a fazê-lo, dentro de suas respectivas esferas de jurisdição; banco de dados elaborado pelo próprio **Centro** com vistas à integração em rede das informações, dados e imagens dos acervos das instituições e entidades parceiras da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas Memórias Reveladas; documentos microfilmados e/ou digitalizados, de modo a permitir acesso a seu conteúdo integral (uma vez liberados de dispositivos de classificação) via Portal do **Centro**.

Tendo sido concebido como pólo catalisador de projetos e iniciativas de inúmeras entidades públicas e privadas existentes no país, o MEMÓRIAS REVELADAS dispõe-se a realizar um trabalho apartidário de interlocução com as organizações que têm objetivos similares, respeitando princípios de jurisdição documental e partilhando procedimentos e resultados.

Esperamos que em breve este projeto se transforme em realidade e que por meio da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas, por ele preconizada, viabilize, pela primeira vez na área arquivística, enlances entre instituições e entidades públicas e privadas assim como pessoas físicas integradas em rede para intercâmbio de dados, informações e representações digitais de conjuntos documentais de interesse para estudo das lutas políticas e dos movimentais sociais durante as décadas de 1960 a 1980, quando da vigência do Regime Militar no Brasil. E que esses registros informacionais cumpram, por fim, sua função social e dêem reconhecimento do direito à memória como um dos direitos fundamentais do homem, e que esses mesmos registros estimulem o estudo e a produção de conhecimento sobre este período sombrio de nossa História recente “para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”, parafraseando Dom Paulo Evaristo Arns.

---

## Notas

<sup>1</sup> Surgem, progressivamente, leis específicas em diversos países: Estados Unidos, em 1966; Noruega, em 1967; França, em 1978; Holanda, em 1978; Austrália e Canadá, em 1982.

<sup>2</sup> Textos extraídos do artigo “Centro de Referência e Pesquisa sobre a Intolerância e a Repressão Política”, de autoria dos Professores Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Jessie Jane Vieira de Souza, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e Ismênia de Lima Martins, do Departamento de História da UFF (Rio de Janeiro, fevereiro de 2005)

<sup>3</sup> O GT estava assim constituído: Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional e Presidente do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, seu Coordenador; Ana Maria de Almeida Camargo, Professora doutora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP (cursos de Graduação e Pós-Graduação) e Vice-Presidente da Associação de Arquivistas de São Paulo – Arq-SP; Augustino Pedro Veit, Assessor do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos; Cornelia Eckert, Professora doutora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e membro da Associação Brasileira de Antropologia; Jessie Jane Vieira de Souza, Professora doutora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (cursos de Graduação e Pós-Graduação); José Geraldo de Sousa Junior, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB; Maria Alice Vieira, Historiadora da Fundação Perseu Abramo; Maria Aparecida de Aquino, Professora doutora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP (cursos de Graduação e Pós-Graduação); Mário de Souza Chagas, Professor doutor da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e representante do Departamento de Museus – RJ do Ministério da Cultura – MinC; e Paulo Vannuchi, Presidente do Instituto Cidadania, São Paulo.

<sup>4</sup> Em 1934, conforme registra Lucas Figueiredo, em sua obra *Ministério do Silêncio* (Rio de Janeiro: Record, 2005) o presidente Getúlio Vargas criou em todos os ministérios civis as chamadas Seções de Defesa Nacional, mas poucas haviam saído do papel. No governo Costa e Silva foi realizada a reorganização das seções que foram rebatizadas de Divisões de Segurança e Informações ou simplesmente DSI. Cada ministério civil recebeu em sua estrutura uma DSI, com o objetivo de informar a respeito de tudo o que acontecesse no âmbito dos ministérios civis, desde a conduta pessoal dos funcionários até dados sobre a rotina de trabalho dos próprios ministros. A finalidade de sua criação era agilizar o envio dessas informações à direção do Serviço Nacional de Informações. Logo após essa organização, já havia DSI em 13 ministérios: Agricultura, Comunicações, Cultura, Indústria e Comércio, Interior, Minas e Energia, Planejamento, Saúde, Trabalho, Transportes, Fazenda, Justiça e Relações Exteriores. Foram também criadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI) em cada órgão público e autarquia federal. Menores que as DSI, as ASIs eram braços do SNI operando em praticamente todos os organismos e empresas públicas da esfera federal – Correios, Petrobrás, Embratel, Embratur, Sunab, Funai, IBGE, universidades, bancos, Rede Ferroviária Federal, Itaipu, Ibama, Instituto Brasileiro do Café, Eletrobrás, DNER etc.

<sup>5</sup> Nota dos organizadores: Em cerimônia realizada no dia 13 de maio de 2009, no Palácio do Itamaraty, em Brasília/DF, com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas, pela Portaria nº 204 da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff. Na mesma ocasião o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5228/2009, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, inciso II do § 3º e no § 2º do art. 216 da CRFB/1988, e foi assinada a Portaria Interministerial nº 205 (que dispõe sobre a realização da chamada pública para a apresentação de documentos ou informações produzidos ou acumulados durante o Regime Militar), bem como o Edital de Chamamento Público nº 1/2009, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, que tornou pública a chamada para

a apresentação de documentos e informações sobre o período do Regime Militar que estejam sob a posse de pessoas físicas ou jurídicas, servidores públicos ou militares. Em 14 de maio de 2009, o Diretor-Geral do Arquivo Nacional criou o Conselho Consultivo do Memórias Reveladas (Portaria nº 40) e a Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas (Portaria nº 41).



## CAPÍTULO 6

### **Os arquivos do movimento operário. A recuperação dos documentos das organizações sindicais do Peru**

**Ruth Elena Borja Santa Cruz\***

#### **Introdução**

Qualquer instituição no decorrer de sua vida produz documentos que a relaciona com as demais instâncias da vida social. Com os sindicatos não ocorre de forma diferente; por isso, sua documentação é de vital importância não apenas para conhecer a sua história, como também para conhecer o seu posicionamento no contexto da época e a situação cotidiana e orgânica de cada membro trabalhador e do seu conjunto, como grupo social.

Consideramos que a importância do arquivo sindical reside no fato de que através da sua documentação podemos reconstruir não apenas a sua vida institucional, mas também o histórico de participação da entidade na sociedade, a linha política da organização, qual era o pensamento de seus membros, como era o seu cotidiano, as suas demandas e propostas diante dos problemas econômicos e políticos do momento.

#### **A situação dos sindicatos**

É certo que até a década de 80 os sindicatos e seus arquivos receberam numerosos pesquisadores que buscavam construir a história do movimento operário. Também fizeram uso dos seus espaços, como auditórios e salas, para a organização de palestras e encontros com a finalidade de unir a profissão intelectual com a prática social. Por outro lado constatamos que, com a perda de espaço dos sindicatos na sociedade, a produção intelectual sobre suas ações começou a decair; já não era mais um tema atrativo para os estudantes e os profissionais das ciências sociais, políticas e econômicas.

---

\* Professora da Universidad Mayor de San Marcos – Lima – Peru. Responsável pelo Centro de Informação para a Memória Coletiva e os Direitos Humanos.

---

Esta crise não gerou o desaparecimento dos sindicatos, estes continuaram produzindo documentos e procurando sobreviver nesse contexto onde a baixa quantidade de filiados redundou na diminuição de arrecadação.

Durante os anos 90, o movimento sindical peruano passou por um dos períodos mais críticos devido à implantação das reformas trabalhistas de caráter neoliberal. Essas reformas somaram-se à violência política que o país vivia desde os anos 80 e que no campo do movimento trabalhista se manifestou por meio de assassinatos seletivos de dirigentes sindicais tolhendo toda uma geração de trabalhadores preparados politicamente.

No imaginário coletivo, o sindicalista deixou de ser considerado como integrante de um espaço para apoio mútuo e ao mesmo tempo o representante que zelava pelo bem-estar de seus correligionários; reforçou-se a idéia de que o sindicalista tinha uma condição de vulnerabilidade diante dos abusos, ameaças, demissões, assim como o risco de perder a vida pela violência política.

Cabe ressaltar que a crise no sindicalismo também gerou outro tipo de retrocesso, como no campo da cultura operária, e que trouxe uma diminuição da produção de revistas e jornais dos trabalhadores, que antes dos anos 80 existiam e eram elaborados, muitas vezes, pelos próprios operários que estando em contato com outros sindicatos do mundo se enriqueciam com as experiências para avançar na administração sindical e cultural. Assim não se trata apenas de uma perda econômica, mas também política e cultural.

No início dos anos 90 se constituiu o *Comité Peruano para la Recuperación de los Archivos y Documentación del Movimiento Laboral* (COPERAL) que busca resgatar a documentação do movimento trabalhista peruano através de uma série de atividades culturais e de difusão; procura se articular com outras instituições estrangeiras que vinham desenvolvendo estas atividades de resgate dos arquivos operários, conhecer as suas experiências e aplicá-las ao Peru.

Durante o seu funcionamento realizaram-se atividades culturais, como seminários e apresentação de expositores que falaram sobre a história do movimento operário; publicou-se um boletim com artigos sobre a importância do trabalho de organização de arquivos no movimento trabalhista; assistiu-se a dois encontros no exterior e foi realizada uma enquete juntos as organizações sindicais que até o presente estavam em funcionamento.

Com o decorrer dos anos a COPERAL deixou de existir porque seus membros foram se retirando das instituições que representavam ou porque a instituição participante não considerou importante que um dos seus membros destinasse tempo e recursos para a mesma.

Em perspectiva, nesse momento se vem trabalhando a proposta de recu-

perar o arquivo da Central Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP). Este trabalho se realiza com alunos da Escola de História da Universidad Nacional Mayor de San Marcos; não contando com orçamento, o trabalho dos alunos é ad honorem e considerado como estágio do curso de Arquivologia que é ministrado na universidade.

No que se refere aos arquivos sindicais, o que se pode observar durante essa nossa ação junto aos sindicatos é que existe uma noção escassa, quase nula, da importância de manter, guardar, preservar e por seus arquivos ao serviço do público. Os sindicatos mantêm seus documentos acumulados desordenadamente, o que reflete a falta de compreensão do valor da documentação. Também, tem acontecido um constante extravio e furto desses documentos.

Em continuação passaremos a exemplificar esta situação da documentação em alguns sindicatos.

## **1 – Confederação Geral de Trabalhadores do Peru**

### **1.1 - Criação**

Em 1º de maio de 1929, um grupo de sete importantes organizações operárias composto pelas federações têxtil, ferroviária, gráfica, choferes, motoristas, indígenas arrendatários de terra e operários das Cervejarias Backus e Jhonston lançaram um “*Manifiesto aos Trabalhadores da República*” criticando os fracassos das Federações Operárias Anarco-sindicalistas e propuseram a criação de uma Confederação Nacional baseada no princípio da unidade proletária e que deveria atuar no terreno da legalidade; o primeiro secretário-geral foi o operário Julio Portocarrero, dirigente da fábrica têxtil de Vitarte. A unificação dos sindicatos em uma só central era um salto qualitativo na organização do movimento operário peruano.

### **1.2 - Situação da sua documentação**

A título de exemplo da situação dos arquivos sindicais no Peru, apresentamos o caso da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru. A documentação da CGTP estava repartida entre os dirigentes e membros da central que contavam com arquivos pessoais. Ela foi reunida em um único espaço somente quando foram juntados livros com o intuito de formar uma biblioteca. É fato que, à medida que os livros eram enviados, junto, em sacolas e caixas, vinha à documentação que cada um havia guardado de maneira pessoal e segundo seu critério. Ao conversarmos com os dirigentes, eles comentaram que haviam descartado grande quantidade de documentos porque ocupavam muito espaço, mas alguns outros haviam sido guardados.

Cabe mencionar que a sede da CGTP não é nem moderna nem muito ampla e a falta de espaço é uma preocupação regular entre os membros. Estes documentos possuem grande valor histórico, pois correspondem ao período de vida

---

sindical da reabertura da CGTP no ano de 1968 até a atualidade e constituem um acervo valioso, tanto escrito como gráfico. Existem originais que carregam a assinatura e carimbo dos respectivos sindicatos; também existem cópias de documentos autenticados em Cartórios de Notas, os quais sustentam que são idênticas ao original. Existem cópias de separatas sobre temáticas trabalhistas, documentos mimeografados e numerosos cartazes conclamando as mobilizações, passeatas e greves.

Com base em trabalho prévio realizado pela aluna Maria Rodriguez, formada pela Escola de História, da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, podemos apresentar um primeiro nível de trabalho junto à documentação.

### **1.3- Possíveis séries documentais**

- Mobilizações: cartas dirigidas ao Presidente do Congresso, entrevistas coletivas, reuniões prévias para elaboração de plataforma de luta, cartas variadas e ofícios dirigidos a sindicatos e federações filiadas a CGTP, recortes de jornais relacionados às mobilizações.
- Assembléias Nacionais e Congressos: fichas de inscrição de cada federação e/ou sindicatos, lista com nomes, assinaturas e carimbos dos sindicatos participantes, relatórios sobre a situação de cada federação e sindicato, estatutos, resoluções.
- Correspondência com diferentes instituições nacionais e internacionais (material da Secretária da Organização).
- Cursos Sindicais: rol de temas, documentos de análise de leis expedidas pelo Estado sobre temas trabalhistas, documentos de análise sobre a realidade nacional e particular de cada ramo produtivo (material da Secretaria de Educação e Cultura).
- Federações e sindicatos filiados: pedidos de inscrição, re-inscrição, relação das juntas diretoras eleitas em assembleias, estatutos, casos de demissões coletivas e individuais.
- Outros materiais: cartazes, folhetos, boletins e panfletos, revistas (1.200 revistas nacionais e estrangeiras especializadas em temas trabalhistas e sindicais), livros (1.100 livros referidos a temas sindicais e trabalhistas).

### **Salvemos o acervo da CGTP**

Atualmente estamos trabalhando com um grupo de jovens da Universidad Nacional Mayor de San Marcos para a recuperação do importante acervo da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru. Não há orçamento disponível para esta atividade e o avanço apenas tem sido possível mediante o voluntariado desses jovens; contudo esperamos contar com um orçamento para a aquisição de equipamentos, estantes e materiais de trabalho; somar-se-á a isso o pagamento dos arquivistas que trabalharão na organização e descrição deste acervo. Da parte da direção

da CGTP existe o interesse de que a documentação seja organizada, mas eles não contam com recursos financeiros para a tarefa.

## **2 - Federação dos Operários Padeiros Estrela do Peru**

A Federação dos Operários Padeiros Estrela do Peru no seu endereço de Barrios Altos, em Lima, conta com centenas de documentos e fotografias relacionados a um século de vida sindical (1891-1992). Entre eles figuram livros de atas, livros contábeis, fichas de inscrição com dados pessoais e fotografias desde 1940, livros e relação com nomes dos membros da federação, registros dos sócios e planilhas de salários dos seus membros.

Estes documentos têm sido guardados zelosamente, mas suas condições não são as melhores. A documentação encontra-se em estantes de madeira, expostas ao pó, à umidade, às traças e ao inexorável transcurso do tempo. A mesma Federação, que já não funciona como sindicato, ainda possui numerosos filiados e enormes problemas econômicos, por isso a organização de um arquivo não é considerada uma prioridade. Esta tarefa recai, portanto, sobre os jovens membros do jornal anarquista Humanidad, que voluntariamente levam adiante o projeto de organizar e digitalizar a documentação da Federação.

Estão estimulados e animados por um grande entusiasmo e a filiação ideológica lhes serve de amálgama, mas sofrem com numerosas limitações logísticas, pois não contam com um financiamento externo que possibilite a aquisição dos materiais básicos para levar o projeto a termo.

## **3 - Sindicato Têxtil Vitarte**

O caso do Sindicato Têxtil Vitarte é também preocupante, pois é exemplo de um sindicato com mais de um século de vida que por razões externas tem perdido sua valiosa documentação.

O Sr. Sigifredo Maldonado Núñez, presidente da Associação Têxtil Vitarte (o sindicato fechou no ano 2000 quando também a fábrica encerrou suas atividades), comentou que boa parte da documentação do Sindicato (livros de atas, ofícios, etc.) foi extraviada em 1968 quando a fábrica foi transferida para o distrito de Rímac. Ademais, em 2006, uma comissão do Congresso da República chegou ao Sindicato com um projeto de recuperação e publicação de seus documentos. Estes foram levados para impressão e nunca foram devolvidos. Porém, Alejandro Oropeza, dirigente sindical histórico, comentou que ele guardava dois livros de atas, mas que estes não seriam possíveis de ser vistos já que eram algo de muito valor e de conteúdo privado do sindicato. Assim vemos que as perdas e os furtos têm gerado

---

a desconfiança e o receio entre os membros.

Em síntese, não foi possível ter acesso a nenhuma documentação guardada pelo Sindicato Têxtil Vitarte, mas há como fazer um trabalho posterior de memória e história oral pela quantidade de dirigentes idosos e lúcidos com relação à sua experiência sindicalista.

#### **4 - Outros depositários**

Os sindicatos não são os únicos que guardam arquivos do movimento sindical. Instituições públicas e privadas também contam com arquivos bem preservados e postos ao serviço do público basicamente com fins lucrativos, pois o acesso a eles, a realização de fotografias e de cópias têm uma tarifa muito elevada.

##### **4.1 - Centro de Documentação da Pontifícia Universidade Católica do Peru** **<http://www.pucp.edu.pe/biblioteca/colesp1.html>**

A documentação melhor preservada sobre o movimento sindical se encontra no Centro de Documentação da Pontifícia Universidade Católica do Peru, na Seção de Coleções Especiais. Aqui se guarda informação sobre a Federação de Operários Padeiros Estrela do Peru, o Arquivo pessoal do dirigente sindical Arturo Sabroso e outros documentos reunidos no Arquivo Movimento Trabalhista.

##### **4.1.1 - O Arquivo da Federação Operários Padeiros Estrela do Peru**

Foi conseguido através de um acordo assinado em 1983 entre a Federação e a Universidade Católica, intermediado por um ex-estudante da Universidade, o Sr. Rafael Tapia. Nesse acordo, a Federação entregou cópias de sua documentação: livros de atas, livros de ofício e estatutos, entre 1887 e 1939.

##### **4.1.2 - O Arquivo Arturo Sabroso**

É a documentação referente à vida sindical e política de Arturo Sabroso Montoya como Secretário-Geral da Central de Trabalhadores do Peru (CTP) e como membro da Fábrica de Tecidos Santa Catalina. Também há informações das atividades realizadas em coordenação com outras federações e organismos internacionais relacionadas a assuntos trabalhistas. Esta documentação foi comprada pela Universidade Católica em 1975, sendo em sua maioria rascunhos ou anotações que não trazem assinatura. Estes são de diferentes tipos: documentos datilografados e mimeografados, recortes de jornais, fotografias e manuscritos.

##### **4.1.3 - O Arquivo Movimento Trabalhista**

Consta de documentação variada sobre diferentes instituições relacionadas ao movimento trabalhista. Entre as organizações encontram-se: Comissários e Empregados da Ferrovia do Centro (4 documentos), Central de Trabalhadores da Revolução Peruana (33 documentos), Comitê de Coordenação e Unificação Sindical Classista (86 documentos), CGTP (148 documentos), CTP (17 documentos), Padeiros (13 documentos), Trabalhadores Açucareiros (2 documentos), Bancários (15 documentos), Sindicatos Cervejeiros (18 documentos), Petroleiros (83 documentos), Têxteis (30 documentos), Trabalhadores de Transporte (3 documentos), vários sindicatos (227 documentos). Esta documentação é de diferentes tipos: projetos, resoluções, estatutos, boletins, folhetos, panfletos, jornais, recortes de jornais, comunicados, informativos, informes, regulamentos, etc. A maioria dos documentos foi feita em mimeógrafo e estão bastante apagados, ademais de não contarem com as respectivas assinaturas. Datam da década de 70.

## **4.2 - Arquivos estatais com documentação referente ao movimento trabalhista**

Instituições públicas como o Arquivo Geral da Nação (AGN) e a Biblioteca e Arquivo Histórico do Município de Lima contam com documentação gerada por organismos públicos que, no exercício das suas funções, tiveram uma relação com os sindicatos e federações trabalhistas da época. Geralmente são disputas e reivindicações enviadas pelos trabalhadores contra as empresas e que tinham no Estado um tribunal arbitral.

### **4.2.1 - Arquivo Geral da Nação (AGN)**

No AGN, na área do Arquivo Republicano, seção documental Fomento, encontra-se a série Expedientes Trabalhistas que está constituída por expedientes sobre o reconhecimento de sindicatos e sobre reivindicações apresentadas de maneira individual e coletiva pelos trabalhadores ante o Ministério de Fomento (O Ministério do Trabalho foi criado em 1949). Os expedientes de maior relevância e que se aproximam mais ao tema sindical são os que se encontram nas séries Sindicatos e Reivindicações Coletivas.

Os que correspondem a série Sindicatos são um total de 55 expedientes relativos ao pedido de reconhecimento das federações ou das sociedades no nível nacional, incluem estatutos, regulamentos, declaração de princípios, relações de filiados e de pessoal da diretoria. A documentação tem como datas-limite 4 de dezembro de 1919 a 27 de janeiro de 1931.

A série Reivindicações Coletivas é composto por 262 expedientes en-

---

caminhados pelas Federações ou Sindicatos contra as empresas (e/ou donos ou proprietários). Estas reivindicações são geralmente referentes a aumentos de salário, respeito à jornada de trabalho estabelecida de 8 horas, remuneração por trabalho durante os feriados, re-incorporações por demissões em massa, cancelamento de trabalho, indenizações, pagamentos das dívidas, declarações de greves, etc. Esta documentação tem como datas-limite 30 de dezembro de 1919 a 12 de novembro de 1946.

#### **4.2.2 - Biblioteca e Arquivo Histórico do Município de Lima**

O município de Lima conta com documentação que pertenceu ao Conselho Municipal e nele identificamos três séries documentais relacionadas ao movimento trabalhista. A primeira é a série Correspondência, se bem que não é uma série exclusivamente referida a temas trabalhistas, nela foram encontrados nove documentos relativos a sindicatos ou federações de trabalhadores de Lima. Esta documentação tem como datas-limite 1912 – 1924.

A série Pessoal é a documentação que pertenceu aos empregados do Conselho Municipal, tanto empregados ativos como aposentados. Podemos encontrar nomeações, pagamentos de salários, planilhas de salários do pessoal, listas de presença, faltas e atrasos, fichas de inscrição na Caixa Nacional do Seguro Social, pedidos de demissão, nomeações e bonificações entre 1940 e 1960.

A série Polícia Municipal é composta por reivindicações apresentadas pelos trabalhadores da cidade de Lima ao Conselho Municipal. Estes trabalhadores em sua maioria são comerciantes, proprietários de pequenos negócios e ambulantes, que procuram realizar alguma gestão referente ao seu comércio. Quase todos solicitam licença para realizar venda ambulante, em ponto fixo, carrinhos de mão ou outras formas de exposição, de diferentes produtos: verduras, frutas, jornais, balas, guloseimas, doces, sorvetes, sucos, engraxates, etc. Às vezes também explicam a sua situação de vida precária, para reforçar o pedido da licença. Geralmente estas solicitações são declaradas improcedentes, pois as esquinas ou avenidas que foram pedidas por eles são zonas residenciais ou lugares de trânsito intenso. Por outro lado, os que foram aprovados devem cumprir o regulamento, que consiste em portar um uniforme adequado, carteira de saúde, respeitar determinadas dimensões do local e não ocupar um espaço que altere a livre circulação.

Também existe documentação sobre o conflito entre os donos de comércio e os ambulantes, informando sobre o aumento dos vendedores ambulantes, apresentando queixas e pedindo a expulsão destes vendedores das portas de seus negócios. Posteriormente, no ano de 1961, se formaria o Comitê de Comerciantes do Centro de Lima, que intensificaria os conflitos contra os ambulantes.

Esta série é interessante, pois é possível fazer um registro sobre a situação da venda ambulante em Lima no período correspondente entre 1948 e 1965.

## Reflexões

Atualmente, vive-se no movimento sindical um período de transição em virtude da formação de novas agremiações como o Sindicato de Trabalhadoras do Lar do Peru (SIntrahogarp) e o Sindicato da Empresa Têxtil Topy Top, ademais da reativação dos sindicatos mineiros. Isso mostra a reinserção sindical na dinâmica social e trabalhista. Nesse sentido, observamos um gradual aumento em trabalhar estes temas e também um interesse na organização da documentação dos sindicatos por meio de projetos que, a princípio, estão sendo animados por iniciativa de jovens estudantes universitários.

O objetivo é recuperar a memória do sindicato através de seus documentos. Que o apreço pela instituição seja refletido na organização da própria documentação, de forma que o arquivo organizado constitua uma fonte de renda para cada um dos sindicatos e, por fim, que o arquivo seja colocado a serviço do público para contribuir com a recuperação da realidade trabalhista e sindical, entendida como um tema a ser pesquisado, debatido e construído em conjunto.

## Referências

- ALAYZA PAZ SOLDAN, Toribio. Derecho Administrativo General y del Perú. Sanmarti y CIA. Lima. 1927
- BARCELLI S., Agustín. Historia del Sindicalismo Peruano. Editorial Jatun – Runa. Lima. 1971
- LÉVANO, César. La verdadera historia de la lucha por las 8 horas. Editorial FARTAC. Cuzco. 1981
- PAREJA, Piedad. Anarquismo y Sindicalismo en el Perú, Lima, Rikchay-Perú, 1978
- PORTOCARRERO, Julio. Sindicalismo Peruano. Primera Etapa (1911-1930) Editorial Gráfica Laboral. Lima. 1987
- SANCHEZ ORTÍZ, Guillermo. La Prensa Obrera 1900-1930 (Análisis del Obrero Textil) Ediciones Barricada. Lima. 1987
- SULMONT. Denis. El movimiento obrero en el Perú 1900-1956, Lima, Fondo Editorial de la Universidad Católica, 1977
- TEJADA R., Luís. La Cuestión del Pan, el anarco sindicalismo en el Perú, 1880-1919. Ediciones INC – Bco. Industrial del Perú. Lima. 1988

---

## ANEXOS

### **Anexo 1**

#### **Confederação Geral de Trabalhadores do Peru - CGTP**

#### **Instituição depositária da documentação:**

CGTP

#### **Endereço:**

Praça Dois de Maio

#### **Aquisição:**

Pertence a Instituição

#### **Estado de conservação:**

Documentação deteriorada; amarelada, oxidada e puída. Empilhada ou colocadas em caixas de papelão em um ambiente que não garante a sua conservação. Muito da documentação foi eliminada e a que se recuperou foi levada para uma sala pelo pessoal da limpeza. Em síntese, não existe ainda uma cultura de preservação dos documentos.

#### **Período de abrangência:**

1972 - 2005

#### **Acumulação e classificação:**

A CGTP desde a sua re-fundação como central sindical em 1968 tem procurado ser uma referência para os demais sindicatos e federações. Tem buscado agrupar a maior quantidade destas entidades, convocar grandes reuniões como congressos e assembléias nacionais e ser um apoio para o crescimento orgânico e educativo de seus membros. Também, tem sido importante como um ator político no cenário nacional, convocando passeatas, greves e mobilizações.

Neste sentido, a maior quantidade de documentos que se têm encontrado se refere à vida da CGTP na sua relação com os demais sindicatos e federações do Peru, assim como à sua ação política. A documentação foi reunida por alguns membros da CGTP, quando juntaram livros para constituir uma biblioteca para a Central Sindical.

Os documentos são originais, pois contam com assinatura e carimbo dos respectivos sindicalistas. Também existem cópias de documentos autenticadas no Cartório de Notas, que atesta serem idênticas ao original. Também, existem separatas relacionadas a temáticas trabalhistas e documentos mimeografados.

Apresentamos uma classificação inicial dos documentos que estará sujeita a modificações:

- Mobilizações:
  - \* Cartas dirigidas ao Presidente do Congresso.
  - \* Coletivas de Imprensa.
  - \* Reuniões prévias para elaboração de plataforma de luta.
  - \* Circulares e ofícios dirigidos a sindicatos e federações filiadas a CGTP.
  - \* Recortes de jornais relacionados às mobilizações.
- Assembléias Nacionais e Congressos:
  - \* Fichas de inscrição de cada federação e/ou sindicatos.
  - \* Lista com nomes, assinaturas e carimbos dos sindicatos participantes.
  - \* Relatório sobre a situação de cada federação e sindicato.
  - \* Estatutos.
  - \* Resoluções.
- Correspondência com diferentes instituições nacionais e internacionais (material da Secretária da Organização)
- Cursos Sindicais (material da Secretária de Educação e Cultura):
  - \* Temáticos.
  - \* Documentos de análise de leis expedidas pelo Estado sobre o material trabalhista
  - \* Documentos de análise sobre a realidade nacional e particular de cada ramo produtivo.
- Federações e sindicatos filiados:
  - \* Pedidos de inscrição.
  - \* Pedidos de renovação de inscrição.
  - \* Relação das juntas diretoras eleitas em assembléias.
  - \* Estatutos.
  - \* Casos de demissões coletivas e individuais.
- Outros materiais:

#### Folhetos, boletins e panfletos:

Existe uma grande quantidade de material neste grupo pertencente à CGTP ou a outras instituições sindicais e ONGs que trabalham temas de interesse social ou trabalhista relacionado à ação da central sindical.

#### Cartazes:

Foi encontrada uma grande quantidade de cartazes relacionados à CGTP conclamando mobilizações, greves nacionais, congressos, etc. Sua temporalidade abrange dos anos 70 até os primeiros anos de 2000. Isto se pode identificar pelas variações no estilo gráfico e técnico das impressões. Existem também cartazes de outras organizações nacionais e internacionais (OIT, UNESCO, entre outros) relativas às campanhas de sensibilização, congressos, etc.

---

### Revistas:

Foram achadas cerca de 1.200 revistas nacionais e estrangeiras especializadas em temas trabalhistas e sindicais. Datam da década de 70 até a atualidade. Entre os títulos mais numerosos se encontram:

- ½ de cambio (Lima)
- Ahora: Vocero del PC (Lima)
- Análisis Laboral. Aspecto socioeconómico y legal (Lima)
- Bohemia (La Habana)
- Cuadernos Laborales (Lima)
- Economía y desarrollo (La Habana)
- Ideele. Revista del Instituto de Defensa Legal (Lima)
- Ideología y Política. Revista Internacional (Problemas de la paz y del socialismo) (Lima)
- Le Peuple (Francia)
- Marka. Actualidad y análisis (Lima)
- Movimiento Sindical Mundial (Praga)
- Nuova Rassegna Sindicale (Roma)
- Quehacer (Lima)
- Revista Internacional de Trabajo (Genebra)

### Livros:

O objetivo é formar uma biblioteca especializada que se converta em apoio para as escolas sindicais, um aspecto importante na direção da CGTP, assim como uma fonte bibliográfica para pesquisadores de temas trabalhistas.

Existem cerca de 1100 livros referentes a temas sindicais e trabalhistas. São principalmente congressos, relatórios e documentos em formato de livro que tem como autor a CGTP e seus secretários-gerais, assim como membros importantes do Partido Comunista do Peru (PCP). Também existem, em menor medida, livros de literatura e história do Peru e universal. A grande maioria da bibliografia foi doada pela direção do CGTP ou por organizações internacionais relacionadas ao movimento trabalhista e sindical (OIT, Fundação Friedrich Ebert, entre outros).

**Instrumento Descritivo:** Não existe.

## **Anexo 2**

### **Federação Operários Padeiros Estrela do Peru**

#### **Instituições depositárias da documentação:**

A documentação se encontra em duas instituições, as cópias estão no Centro de

Documentação da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP) e os originais na Federação de Operários Padeiros Estrela do Peru.

**Endereço:** Jr. Huanta 521 Bairros Altos, Lima.

**Aquisição:**

Propriedade da Federação, fundada em 1904

**Estado de conservação:**

Muito deteriorado. Documentos amarelados, empoeirados, alguns têm as folhas manchadas e furos de traças. Guardados em estantes de madeira, mas de maneira desordenada. Já está, contudo, sendo organizada pelos jovens membros do grupo anarquista Humanidad. Estão na primeira fase do projeto, limpando os documentos, retirando o pó e iniciando a classificação.

**Período de abrangência:**

1891 - 1992

**Algumas séries documentais:**

- Livros de Atas desde 1891 até 1992.
- Livros contábeis de anos variados.
- Fichas de inscrição com dados pessoais e fotografias desde 1940.
- Livro e relação com nomes dos membros da federação.
- Registros dos sócios.
- Planilhas de salários dos membros.

**Instrumento Descritivo:**

Não existem instrumentos descritivos da documentação e que possibilitam a sua localização. Além disso, muitos destes documentos têm sido retirados do lugar por pesquisadores ou outros trabalhadores. O presidente da Federação, senhor Alberto Tello Pecho está tentando recuperar os mesmos. Por exemplo, o jornalista César Lévano, para realizar o livro 'Horas de luta', em 2006, levou documentos pertencentes à federação e prometeu realizar a sua devolução.

Um grupo de jovens membros do jornal anarquista Humanidad é o novo encarregado do Arquivo da Federação. Eles receberam a responsabilidade pelo arquivo durante nomeação realizada em assembléia geral. São dez pessoas assessoradas pelo estudante de biblioteconomia da UNMSM, Raúl Solís que estão encarregados do projeto de organização e digitalização do material documental. Na primeira etapa se realizará a classificação dos documentos. A segunda etapa consiste na digitalização da documentação. Eles levarão o material logístico requerido como computadores, câmeras digitais, etc..

Os jovens não contam ainda com um plano de trabalho detalhado nem com um financiamento, porém são entusiastas pela contribuição que realizarão,

---

em virtude da sua afinidade ideológica anarquista com os membros da Federação. Atualmente estão trabalhando nas terças e quintas-feiras à tarde, mas não contam ainda com o material logístico adequado para realizar o trabalho (luvas, máscaras, etc.). Sua iniciativa é elogiável, mas as deficiências econômicas são claras e prejudiciais.

# PARTE IV

AS CENTRAIS SINDICAIS:  
ORGANIZAÇÃO DOS SEUS DOCUMENTOS E  
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA



## CAPÍTULO 7

### **As políticas documentais da CUT e a criação do Centro de Documentação e Memória Sindical.**

**Antonio José Marques\***

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi constituída pelo movimento sindical da cidade e do campo depois de um longo processo de articulação dos trabalhadores brasileiros iniciado ainda no final dos anos 1970. Sua fundação aconteceu durante o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT) realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo<sup>1</sup>. A CUT nasceu com objetivos de construir uma sociedade sem exploração e democrática, de buscar a unidade e independência da classe trabalhadora urbana e rural, a unidade de ação com os movimentos populares, a liberdade e autonomia sindical e a solidariedade internacional com todos trabalhadores e povos que caminhavam na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária<sup>2</sup>. O congresso de fundação reuniu milhares de trabalhadores de todo Brasil, sendo que a participação massiva de delegados foi uma das características dos congressos nacionais da CUT realizados na década de 1980, levando a uma grande produção documental. Logo após a sua criação, os trabalhadores da cidade e do campo começaram a organizar as estruturas estaduais da CUT, todavia este trabalho restringe-se às políticas documentais da CUT Nacional, com sede na cidade de São Paulo.

Para cumprir suas finalidades, a CUT Nacional criou uma estrutura administrativa complexa com secretarias e órgãos setoriais. Em poucos anos, o volume documental cresceu muito, provocando problemas na organização dos documentos

---

\* Coordenador do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Especialista em Organização de Arquivos e Mestre em História Social.

Este artigo foi revisado e é parte da dissertação “Los Archivos Obreros Iberoamericanos. De la Cooperación Internacional a la Norma ISAD (G)” apresentada na Universidade Carlos III de Madrid – Centro de Ampliação de Estudos – Máster em Arquivística, em novembro de 2006, e desenvolvida com o apoio do Programa Alban – Programa de Bolsa de Estudos de Alto Nível da União Européia para a América Latina.

---

e no acesso às informações, na medida em que não havia uma política de arquivo. Essa situação levou a que em 1987 fosse apresentado um projeto de organização dos documentos que tivesse como resultado um arquivo centralizado, ideia que não foi adiante<sup>3</sup>. Naquele período, a arquivística brasileira estava mais voltada aos arquivos históricos, dando pouca atenção aos arquivos administrativos correntes<sup>4</sup>. Todavia, ampliavam-se as discussões sobre centros de documentação, vistos como instituições que tinham por função reunir documentos de todos os tipos para servirem de subsídios às atividades do organismo colecionador e dos investigadores, não sendo considerado, muitas vezes, a procedência e o contexto de produção.

### **Os primeiros Centros de Documentação na CUT**

Foi no final dos anos 1980 que tiveram início as discussões para a criação de um ente da CUT dirigido aos estudos e pesquisas sobre saúde e condições no trabalho. Esse novo órgão também deveria contar com um centro de documentação especializado na temática. Em abril de 1988 foi criado em São Paulo o Instituto Nacional de Estudo e Ação Sindical sobre as Condições de Trabalho (INEASCOT). A partir de 1990, o INEASCOT passou a receber financiamento da Confederazione Generale Italiana Del Lavoro (CGIL), através do Progetto Sviluppo, e teve seu nome alterado para Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST). Entre as metas do INST constava a constituição de um Centro de Documentação (CD) especializado nos processos de produção e seus riscos para a saúde<sup>5</sup>. O Centro de Documentação foi efetivamente implantado na sede do INST e passou a colecionar livros, folhetos e também reunir outros documentos com informações técnicas que subsidiavam a atuação da CUT e seus sindicatos nas referidas áreas. Entretanto, ainda na primeira metade dos anos 1990, o Centro de Documentação deixou de desenvolver suas atividades devido ao fim do financiamento italiano e também pelo INST não ter conseguido a auto-sustentação financeira para custear sua manutenção.

Também na segunda metade dos anos 1980 havia outro ente da CUT Nacional voltado à assessoria sindical, só que nas áreas política e econômica: era o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP). O DESEP foi criado em 1986 como um organismo da CUT Estadual São Paulo com objetivos de elaborar estudos, pesquisas e subsídios para Direção da CUT SP e o movimento sindical. Em meados de 1987 o órgão contou com a colaboração da CUT Nacional para a edição de seu periódico Debate Sindical<sup>6</sup>. No ano seguinte, em setembro, logo depois do 2º Congresso Nacional, passou a constar nas publicações do DESEP que ele era um órgão da CUT Nacional vinculado diretamente a sua Direção Executiva. Entretanto, somente em abril de 1989 o DESEP foi oficializado como uma

instituição da CUT Nacional que tinha como objetivos “a partir de prioridades e demandas definidas pela Central Única dos Trabalhadores, realizar estudos, análises e pesquisas relativos aos mais diversos temas que, direta ou indiretamente, possam contribuir no enriquecimento do processo de discussão e tomada de decisão política da CUT”<sup>7</sup>.

A ampliação das atividades do DESEP não levou imediatamente a criação de um centro de documentação. Essa ideia surgiu após a CUT e a Confederazione Generale Italiana Del Lavoro (CGIL) firmarem um acordo de cooperação no final de 1991 com objetivos de promoverem estudos e pesquisas. Por parte da CGIL as atividades seriam levadas a cabo pelo Instituto Ricerche Economiche e Sociale (IRES) e no âmbito da CUT o executor seria o DESEP (Projeto IRES/DESEP). A intenção era criar um centro com áreas de documentação, biblioteca e hemeroteca, sistematizadas numa base de dados, que serviria de apoio à pesquisa<sup>8</sup>. No segundo semestre de 1992, com o nome de Núcleo de Documentação do DESEP, começou a ser implantado um Sistema de Informação que consistia na organização e ampliação do acervo, catalogação, centro de referência e desenho da base de dados. Essa implantação durou seis meses e o resultado foi uma política acervo, coleta de dados, processamento técnico e disponibilização. Com uma visão de sistema de arquivos, foi iniciada a classificação dos arquivos correntes e identificadas séries documentais de valor histórico<sup>9</sup>. Com a conclusão das etapas de implantação terminou também a consultoria e o Núcleo de Documentação passou a ser gerido pelos próprios técnicos e funcionários administrativos do DESEP. À medida que o Projeto IRES/DESEP caminhava para conclusão, os investimentos no Núcleo ficavam menores. Não temos registro exato do início, mas provavelmente por volta de 1995 ou 1996 até o início de 1999, o Núcleo contou apenas com os serviços de uma bibliotecária que prestava algumas horas de consultoria na catalogação de livros, folhetos e outros documentos.

Outra instituição vinculada a CUT que manteve um setor denominado Centro de Documentação foi o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR). O DNTR foi fundado em 1988 com objetivos de encaminhar as lutas gerais da CUT, as lutas específicas dos trabalhadores do campo, desenvolver as atividades da Central no meio rural e articular os trabalhadores rurais nas diversas regiões, visando sua organização em âmbito nacional. O DNTR substituiu a Secretaria Rural e passou a ser parte da Estrutura Vertical da CUT, formando o seu ramo rural. A sua estrutura organizacional era complexa e suas funções e atividades muito bem definidas. Apesar da denominação do setor de Centro de Documentação, suas características se assemelhavam a de um arquivo, na medida em que, conforme

---

percebemos, os documentos eram reunidos em dossiês oriundos das funções e atividades do DNTR. Com a filiação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) a CUT, em 1995, o DNTR cumpriu sua principal finalidade política e deixou de existir.

No início dos anos 1990, a CUT mantinha a sua documentação administrativa junto aos órgãos setoriais ou em depósito sem nenhum tratamento. Por outro lado, três organismos vinculados a Central haviam criados centros de documentação para atuações nas suas áreas específicas. O Centro de Documentação do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) colecionava e catalogava todos os tipos de documentos com um viés biblioteconômico, o objetivo era subsidiar as ações da CUT e seus sindicatos nos processos de produção, riscos para saúde e as condições no trabalho. O Núcleo de Documentação do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP) criou um Sistema de Informação, ampliou e catalogou o acervo, introduziu o conceito da teoria das três idades dos documentos e esboçou um sistema de arquivos. O Centro de Documentação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) era o arquivo central do organismo. Os documentos resultavam do mesmo processo de produção, função/atividade, resolução e arquivamento, formando dossiês, que eram as unidades básicas das séries documentais produzidas. Esses dossiês por atividades ou assuntos tinham fins administrativos imediatos, eram ordenados, recebiam notações e arquivados. O único problema, comum em muitas organizações, os documentos não arquivísticos quando se referiam a mesma atividade ou assunto eram arquivados nos próprios dossiês.

### **A Política Nacional de Memória e Documentação**

No ano de 1991, a CUT estava estruturada nacionalmente, representava milhões de trabalhadores das mais diversas categorias profissionais e tinha quase dois mil sindicatos urbanos e rurais filiados. Naquele ano aconteceria o 4º Congresso Nacional da CUT e para organizá-lo a Direção Nacional da Central constituiu a Coordenação Geral do Congresso. A Coordenação, por sua vez, criou áreas de trabalhos por atividades, entre estas a Área de Pesquisa, Memória e Documentação. Essa Área acabou sendo dividida em duas: Sub-Área de Pesquisa e Sub-Área de Memória e Documentação, a última sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Formação (SNF), considerando que, estatutariamente, a SNF era o órgão responsável pela preservação da memória histórica da CUT.

Esse interesse na recuperação e preservação da memória operária se fazia presente em algumas instituições de assessoria ao movimento sindical e popular

já há algum tempo, como era o caso do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que mantinha o Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário. Foi o CEDI que organizou no dia 14 de outubro de 1988, em São Paulo, o Encontro de Centros de Documentação e Memória Operária “para melhor conhecimento dos objetivos e especificidades do trabalho de cada entidade, do estágio atual dos acervos e para aprofundar a discussão sobre os problemas que cada um encontra na coleta de informações e documentos, na socialização e no acompanhamento do trabalho dos demais”<sup>10</sup>. Participaram do encontro o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), Centro de Memória Sindical do Paraná, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV) e Centro de Memória Sindical, ambos de São Paulo, além do próprio CEDI. Os participantes decidiram realizar um novo encontro em 1989 com os principais centros de documentação operária e sindical do país. Também decidiram desenvolver uma campanha de preservação da memória sindical e operária junto às entidades sindicais, publicar um catálogo de entidades que estavam organizando o acervo, elaborar um “dicionário mínimo de assuntos” e uma carta de princípios que estabelecesse compromissos e direitos dos membros do futuro coletivo<sup>11</sup>.

O Seminário Nacional de Documentação e Memória Operária aconteceu nos dias 30 e 31 de março de 1989, em São Paulo, e foi antecedido de dois encontros preparatórios, um na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco, e outro no Rio de Janeiro. Participaram desse seminário 31 pessoas representando 15 instituições de cinco Estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Ao final foi constituído um Grupo de Trabalho para encaminhar as resoluções e formada as Coordenações Regionais<sup>12</sup>. Outro seminário foi marcado para o segundo semestre do mesmo ano, entretanto não deve ter ocorrido, sendo retomada uma nova articulação nacional em 1991. Naquele ano, no dia 22 de novembro, atendendo o convite do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), treze instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro realizaram a Reunião Nacional dos Centros de Documentação, Formação e Assessoria ao Movimento Operário e Sindical com a finalidade de discutir formas de integração entre si e também com organizações de outros países que tinham os mesmos objetivos. Essa integração internacional foi patrocinada pela Fundação Pablo Iglesias, da Espanha, organismo do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).

Então, quando esta discussão adentrou oficialmente na CUT durante a preparação do 4º Congresso Nacional, já existia uma articulação de instituições acadêmicas e do movimento social voltada à preservação da memória operária e sindical brasileira. Alguns assessores da Central haviam passado pelo CEDI e outros

---

devem ter tido contatos com o CPV, CEDIC da PUC e Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp. Foram esses assessores que fizeram o plano de trabalho da Sub-Área de Memória e Documentação onde constava que o congresso “constituiu-se num momento importante do processo de construção/consolidação da Central, portanto, deve ser alvo de registro e objeto de preocupação da memória da CUT. De acordo com esse entendimento, a Coordenação Geral definiu uma área de Memória e Documentação do 4º CONCUR, com o objetivo de assegurar as medidas necessárias para o adequado registro e memória do processo congressual”<sup>13</sup>.

Os objetivos eram o registro do processo congressual e a sensibilização dos militantes e dirigentes para a construção permanente da memória histórica da CUT. Para isso, eles se propunham coletar a maior quantidade possível de documentos e informações sobre o congresso. Pretendiam sistematizar e organizar o material, integrando-o ao acervo histórico da CUT. O resultado seria uma coleção formada por todo tipo de documento, independentemente do suporte, privilegiando a memória sindical a partir de documentos impressos (periódicos, folhetos, panfletos, cartazes, etc.), objetos, registros em imagens e depoimentos de dirigentes e militantes sindicais. Não se abordavam ainda a produção natural dos documentos a partir das funções e atividades da CUT e questões relacionadas a uma política de arquivos.

Essa visão documental voltada à memória histórica permanecerá no período pós-congresso. Em dezembro de 1991, o V Encontro Nacional de Formação (ENAFOR) deliberou pela criação do Programa de Memória e Documentação da CUT, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Formação. Foi constituído um coletivo permanente de reflexão formado por entidades de formação e assessoria ao movimento sindical, representantes das demais secretarias e escolas sindicais da CUT. O Programa partiu da constatação que a produção documental da CUT estava fragmentada e dispersa, faltava uma política de preservação e não havia uma cultura de registro da memória do movimento sindical. Portanto, “para superar tal situação e viabilizar a preservação da memória do movimento sindical cutista faz-se necessária a construção de uma Política Nacional de Memória e Documentação da CUT”<sup>14</sup>. O Programa de Memória e Documentação definiu como estratégia trabalhar em dois eixos centrais: criação do Centro de Memória e Documentação e elaboração do projeto “CUT 10 anos”. Para o ano de 1992 foram previstas reuniões do Coletivo Nacional de Memória e Documentação, organização de um seminário nacional e mapeamento das experiências de preservação e organização da documentação nas instâncias da Central<sup>15</sup>.

No ano de 1992, o Coletivo Nacional de Memória e Documentação teve

um funcionamento regular com a realização de reuniões periódicas onde eram feitas avaliações do Programa, propostas de encaminhamentos e acompanhamento da implantação do Centro de Memória e Documentação da CUT (CMD), iniciada em junho daquele ano. Apesar da existência de outros três centros de documentação na estrutura da CUT (INST, DESEP e DNTR) não foram feitas articulações para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos ou constituição de uma rede. O CMD realizou um diagnóstico preliminar da massa documental acumulada constatando que não havia uma política de arquivos para a organização dos documentos nos arquivos correntes. Depois de cumprirem a função/atividade para a qual foram produzidos ou recebidos eram relegados a um depósito onde ficavam misturados com documentos de todos os tipos. Além disso, não havia preocupação com a conservação na medida em que os documentos estavam sujeitos aos ataques de organismos nocivos que lhes provocavam danos de toda ordem. A partir desse diagnóstico, teve início um planejamento que atuou em duas frentes: documentos de arquivos e documentos de biblioteca; o qual também dará origem aos dois setores do CDM: arquivo permanente e biblioteca. Pela primeira vez haveria um esforço para identificação dos fundos e coleções que poderiam ter sido criados ou acumulados pela CUT ao longo de sua trajetória. Ainda no final de 1992, o Programa de Memória e Documentação organizou o “Seminário Memória e História Oral” com objetivos de debater a importância e viabilidade do trabalho com história oral para resgate e sistematização da memória da CUT.

No ano de 1993 teve continuidade à implantação do CDM, o projeto de comemoração dos 10 anos da CUT e o plano de registrar a 6ª Plenária Nacional. A Plenária é o principal evento da Central depois do Congresso Nacional. Em meados daquele ano, o Programa de Memória e Documentação buscou a assessoria do CEDIC da PUC/SP para que este colaborasse na organização do “Seminário Nacional Bases para uma Política de Documentação da CUT”, que aconteceu no mês de setembro. Esse evento contou com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, da Alemanha, e uma das participantes foi a historiadora Henrike Fesefeldt, do Instituto de Ciências Históricas da Universidade de Bielefeld, também na Alemanha.

A partir desse seminário haveria uma reformulação no Programa de Memória e Documentação para o ano de 1994, principalmente no que diz respeito aos arquivos. Conforme o plano de formação para aquele ano “cada instância da Central deve assumir a responsabilidade pela organização e preservação dos seus documentos, constituindo uma política de gestão e tratamento de arquivos. Tal política só é possível à medida que envolve a participação e o compromisso do conjunto das secretarias ou setores administrativos daquela instância, por maior que

---

seja a iniciativa ou disposição de um ou outro setor. Ao mesmo tempo, uma política de arquivos não pode ser subordinada ou estar sob a responsabilidade exclusiva de um único setor: deve estar (desde o organograma) ao lado dos demais e subordinada diretamente ao órgão máximo de decisão da entidade”<sup>16</sup>. Ainda segundo o plano “diante da complexidade da CUT, em que se inclui o número de sindicatos e instâncias da Central, a distância geográfica entre elas e o volume de documentos produzidos e acumulados, somente um trabalho descentralizado poderá dar conta das demandas existentes. Nesse sentido, o papel do Programa deve ser menos o de executar atividades (por exemplo, organizar e inventariar arquivos) e mais de subsidiar técnica e teoricamente a elaboração e o desenvolvimento desses trabalhos, bem como o de integrar as experiências existentes”<sup>17</sup>. Mesmo não sendo a intenção, essa política deve ter reduzido a capacidade de intervenção do Programa de Memória e Documentação e em breve ele seria extinto como resultado da reformulação da política nacional de formação, orientada nas resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT, realizado em maio de 1994.

A extinção do Programa de Memória e Documentação acabou sendo concretizada em março de 1995 na 10ª Reunião do Coletivo Nacional de Formação. Nesse evento foi constatado o esgotamento dos Programas Nacionais de Formação devido a uma série de fatores, entre eles: dificuldades de integração dos Programas, departamentalização dos conteúdos, dificuldades de trabalhar os Programas nos diversos âmbitos da estrutura sindical da CUT. Os Programas foram substituídos por Núcleos Temáticos, com funções, norteamientos e composições mais amplas. Além disso, eles deveriam ser espaço de estudo, pesquisa e reflexão que se relacionassem entre si e abertos às novas demandas da sociedade<sup>18</sup>. No que diz respeito à política de arquivo, memória e documentação o plano nacional de formação da CUT de 1995 se restringiu a informar que publicariam um caderno sobre organização de arquivos e tratamento documental<sup>19</sup>. Todavia, o mesmo não foi publicado.

Em meados de 1995, o Centro de Documentação e Memória da CUT (CDM), o Centro de Documentação do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) e o Centro de Documentação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), tão distintos entre si, apesar de todos vinculados a CUT, não estavam mais em funcionamento. O INST encerrou as atividades do centro de documentação com o fim do Progetto Sviluppo. O DNTR foi extinto quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) se filiou a CUT. A exceção foi o Núcleo de Documentação do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP), que continuou funcionando com atividades bastante reduzidas, além de retrocederem, na medida em que seu viés passou a

ser somente biblioteconômico e instrumental. Esse Núcleo funcionou parcialmente até o início de 1999 quando acabou sendo incorporado ao novo CEDOC.

### **O Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT**

Quando a CUT mudou sua sede para o bairro do Brás, em São Paulo, em 1996, os seus arquivos, além dos acervos dos centros de documentação do INST, DNTR e do DESEP, acabaram sendo depositados num mesmo lugar. Também foram transferidas para esse depósito a documentação administrativa do INST e o arquivo do recém-extinto DNTR. Como os documentos do acervo da CUT tinham passado por um tratamento preliminar na época do Centro de Documentação e Memória e o Núcleo de Documentação do DESEP prestava minimamente alguns serviços ao Departamento, os acervos arquivísticos daqueles organismos não se misturaram. Os arquivos do INST e DNTR estavam minimamente identificados e também se mantiveram separados. Todavia, o mesmo não ocorreu com os livros, folhetos, periódicos, panfletos, cartazes, fotografias, vídeos e documentos de outra natureza e suporte produzidos e recebidos por esses organismos que acabaram sendo agrupados. Aproveitando a mudança de sede e uma reforma administrativa na CUT, alguns setores também resolveram transferir os seus documentos para o novo depósito, que em pouco tempo ficou completamente abarrotado.

Foi no meio dessa situação de desorganização que ressurgiu, ainda em 1996, a idéia de se criar novamente o centro de documentação. Algumas propostas apareceram e serviram para estimular os debates. As discussões continuariam no ano seguinte, momento em que entrou em cena a Secretaria-Geral (SG), órgão que, estatutariamente, era responsável pelos arquivos da CUT. Com a mudança da sede, uma parte do arquivo da SG foi transferida para o novo depósito, impedindo o acesso a muitos documentos e informações. Isso fez com que o Centro de Apoio Logístico (CAL), que cuidava do arquivo da Secretaria-Geral e hierarquicamente vinculado a mesma, acompanhasse de perto os projetos de documentação que estavam sendo propostos, verificando se abordavam a organização dos documentos como um todo, e não diziam respeito somente à questão da memória histórica da CUT.

Em julho de 1997, o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM) apresentou um anteprojeto de criação do centro de documentação da CUT. Mesmo se referindo à criação de centro de documentação, o objetivo era “tratar da documentação sindical de caráter arquivístico, organizando, avaliando e disponibilizando as informações contidas nos documentos por meio de uma estrutura básica denominada arquivo”<sup>20</sup>. Em meados de 1998 foram

---

elaboradas as minutas do convênio de cooperação técnica, agora com a participação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, tendo em vista que esta entidade entraria com o aporte financeiro para dar início aos trabalhos. No final daquele ano foi firmado o convênio para criação do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT com objetivo de implantar novas rotinas e procedimentos no processamento da documentação orgânica da Central, acompanhando os seus documentos de arquivo desde a produção ou recebimento até a destinação final, que poderia ser a eliminação ou a guarda permanente.

O Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC) iniciou suas atividades no dia 04 de janeiro de 1999. O CEDOC está hierarquicamente vinculado a Secretaria-Geral e tem como objetivos a gestão dos documentos, preservando e disponibilizando a documentação histórica e cultural. O CEDOC cumpre, portanto, as funções de Arquivo Central e Arquivo Histórico da CUT. Também recolhe livros, folhetos, periódicos, panfletos, cartazes e documentos de natureza, gênero e suportes diversos produzidos pela própria CUT, organismos de sua estrutura horizontal e vertical e seus entes. Além disso, o CEDOC incentiva a recuperação, organização e disponibilização de documentos produzidos, recebidos e acumulados pelos trabalhadores e suas entidades. O seu acervo abriga arquivos<sup>21</sup> e coleções produzidos e acumulados por organizações de trabalhadores. Na formação das coleções de livros, folhetos, panfletos, cartazes, periódicos e documentos de outra natureza, quando fundamentais para a identificação do acumulador, são respeitadas a procedência e a classificação originais.

Como vimos anteriormente, os arquivos e coleções abrigadas no CEDOC estiveram em outros centros de documentação pertencentes a instâncias da CUT. Mesmo que alguns desses tenham passado por tratamento preliminar durante a existência do Centro de Documentação e Memória, a identificação dos arquivos e coleções foi uma tarefa fundamental nos trabalhos desenvolvidos pelo CEDOC e para isso tivemos como referência o conhecido artigo de Michel Duchein sobre respeito aos fundos e os estudos sobre arquivos permanentes de Heloisa Liberalli Bellotto<sup>22</sup>. O acervo arquivístico é formado por nove arquivos de instituições de trabalhadores, um arquivo pessoal e duas coleções. Ao final deste artigo, apresentamos como anexo a descrição em nível de fundo de seis desses arquivos e também de uma coleção. A descrição foi elaborada tendo como referências a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Entretanto, optamos por alterar o Elemento de Descrição TÍTULO para NOME DO FUNDO E NOME DA COLEÇÃO. Se esse Elemento serve para “identificar nominalmente a unidade de descrição”, como

consta na Nobrade, então não tem por que não entrar direto com NOME. O termo Título é consolidado na área de Biblioteconomia e identifica quase sempre um único documento. A descrição arquivística, a exceção do Item Documental, sempre será elaborada para conjuntos de documentos e devemos evitar uma possível confusão entre áreas que possuem sujeitos e objetos distintos. Deixamos de apresentar a descrição do Fundo da própria CUT por ser um arquivo aberto e somente os documentos avaliados como possuidores de valor histórico estarem disponíveis para pesquisas, caso das Resoluções de Congressos e Plenárias. Também não descrevemos o Fundo do INST por ser um organismo em atividade e não ter conjuntos documentais avaliados. Não fazemos a descrição dos Fundos do DNTR e DESEP por não estarem organizados e definitivamente encerrados devido a questões legais. Ainda estamos identificando a Coleção CUT Regional Grande São Paulo.

A CUT, suas instâncias orgânicas e seus entes são importantes editores de livros folhetos e periódicos. Temos aproximadamente 1.700 títulos de publicações produzidas por esses organismos disponíveis para pesquisa. A coleção de livros e folhetos da biblioteca de apoio à pesquisa conta com cerca de 2.800 títulos e está relacionada ao mundo do trabalho, dos trabalhadores e as áreas de atuação da CUT. Muitos títulos foram publicados por outras entidades sindicais e pelos movimentos sociais, não sendo encontrados nos catálogos das editoras convencionais. O acervo também possui periódicos de entidades que assessoram o movimento sindical, voltadas aos estudos sócio-econômicos, de entidades sociais e populares e do sindicalismo internacional. Por fim, temos ainda cerca de 5.000 cartazes, 10.000 fotografias (entre positivos e negativos), 300 fitas de vídeo, DVD e CDR. Todo esse material está disponível para pesquisa, mas a reprodução é permitida respeitando-se a legislação de direitos autorais.

Durante esses anos de atividades, o CEDOC, ao lado de organizar o seu acervo, tem incentivado a recuperação e disponibilização de documentos do movimento operário, rural e sindical brasileiro, a realização de parcerias que levem a produção de instrumentos que sirvam à pesquisa e divulguem parte da trajetória dos trabalhadores e ainda a promoção de eventos relacionados à nossa área de atuação. Em 2003, por ocasião dos 20 anos da CUT, produzimos em parceria com Editora da Fundação Perseu Abramo o CD ROM com as Resoluções de Congressos e Plenárias da Central. Também firmamos uma importante parceria nos anos 2005-2006 com o Arquivo Nacional e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro para a recuperação do Arquivo da Comissão Organizadora do 2º Congresso Operário Brasileiro, organizado pela Confederação Operária Brasileira em 1913. Esse é um dos principais conjuntos documentais produzidos pelo movimento sindical no iní-

---

cio do século XX que teve sua organicidade mantida e pode ser identificado como um fundo de arquivo. Mais recentemente lançamos um livro sobre o processo de formação da CUT e resgatamos e reproduzimos em DVD o documentário Primeiro CONCLAT, que registra o congresso de fundação da CUT em 1983. Ainda organizamos mostra de filmes, exposição e seminários, sendo que o Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, surgido a partir de uma proposta do CEDOC, e levado a cabo em parceria com importantes instituições, consolida ainda mais na CUT o seu Setor voltado aos arquivos, à preservação da documentação, da memória e da sua história. Mais que isso, o CEDOC CUT preserva histórias de lutas dos trabalhadores e muitos dos seus documentos registram direitos duramente conquistados.

### Notas

<sup>1</sup> Central Única dos Trabalhadores. Nasce a CUT: embates na formação de uma central classista, independente e de luta. Coordenação de Antonio José Marques. São Paulo: CUT e NSA Gráfica e Editora, 2007.

<sup>2</sup> Estatuto da Central Única dos Trabalhadores aprovado no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), São Bernardo do Campo (SP), em 28 de agosto de 1983.

<sup>3</sup> A proposta foi apresentada pela socióloga Maria Sílvia Portella de Castro que trabalhou na organização do congresso de fundação da CUT e, em 1987, desempenhava a função de assessora de política sindical.

<sup>4</sup> O livro de Marilena Leite Paes, Arquivo: teoria e prática, publicado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, em 1986, era o único manual de referência em arquivos correntes com uma visão arquivística moderna. É, até hoje, uma das principais obras da bibliografia arquivística brasileira, sendo que a última edição saiu em 2006.

<sup>5</sup> Sobre os objetivos do INST e as funções e atividades do seu Centro de Documentação pode ser consultado o Informativo INST, Ano 1, número 1, Novembro de 1990. A publicação circulou até o final de 1992, sendo editados nove números. A partir da edição número cinco o nome do periódico foi alterado para Revista INST. Esse periódico e outras publicações do INST estão disponíveis para consulta no CEDOC CUT.

<sup>6</sup> Debate Sindical, CUT Estadual SP/DESEP, Ano I, Número 6, Agosto de 1987. A revista Debate Sindical circulou de 1986 a 1992, e teve publicada 13 edições. Outras publicações do órgão foram os periódicos: Cultura Sindical, Suplemento Desep, Indicadores Desep, Emprego e Renda, além vários livros e folhetos. A produção editorial do DESEP é uma importante referência para as pesquisas sobre o movimento sindical da segunda metade dos anos 1980 até o final da década de 1990. Esse material está disponível para consulta no CEDOC CUT.

<sup>7</sup> Estatuto do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos – DESEP – 29 de abril de 1989.

<sup>8</sup> Subsídios para discussão: Centro de Documentação e Biblioteca. DESEP, 1991.

<sup>9</sup> O Núcleo de Documentação foi implantado pelas arquivistas Cynthia Guimarães Faria e Patrícia Cano Saad, que deixaram as bases para sua continuidade. Isso, infelizmente, não ocorreu como elas planejaram. Os dados coletados para descrever estas informações foram conseguidos no próprio Fundo DESEP, mantido no CEDOC, cuja organização elas iniciaram.

<sup>10</sup> Relatório do Seminário Nacional de Documentação e Memória Operária. Impresso, 1989.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Plano de Trabalho Área de Memória e Documentação do 4º CONCUT, São Paulo, abril de 1991. A Coordenação Geral do Congresso dividiu a Área de Pesquisa, Memória e Documentação em Sub-Áreas, mas logo em seguida os integrantes da Sub-Área de Memória e Documentação passaram a denominá-la como Área. Talvez isso seja uma discussão menor, mas demonstra que os participantes identificavam que ela tinha funções muito bem definidas.

<sup>14</sup> Plano Nacional de Formação da CUT 1992. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, Secretaria Nacional de Formação, p. 31 –32.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Plano Nacional de Formação da CUT 1994. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, Secretaria Nacional de Formação, p. 37.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> “Relatório da 10ª Reunião do Coletivo Nacional de Formação (CONAFOR)” in Plano Nacional de Formação da CUT 1995. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, Secretaria Nacional de Formação, p. 36 – 44.

<sup>19</sup> Plano Nacional de Formação da CUT 1995. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, Secretaria Nacional de Formação, p. 13.

<sup>20</sup> Anteprojeto de Organização do Centro de Documentação da CUT. Proposta redigida pela Equipe Técnica do CEDEM/UNESP, a partir de informações e dados coligidos nas reuniões preparatórias realizadas durante os meses de junho e julho de 1997.

<sup>21</sup> Preferimos usar o termo Arquivos ao invés de Fundos, pois dessa forma atingimos um público maior, não familiarizado com a terminologia Arquivística.

<sup>22</sup> Duchein, Michel. “O Respeito aos fundos em arquivística”. Trad. Maria Amélia Gomes Leite, in Arquivo & Administração. Rio de Janeiro, v. 10, n. 14, p. 14 – 33, abril 1982/agosto 1986. Bellotto, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes. Tratamento documental. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

## Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes. Tratamento documental. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CENTRAL Única dos Trabalhadores. Nasce a CUT: embates na formação de uma central classista, independente e de luta. Coordenação de Antonio José Marques. São Paulo: CUT e NSA Gráfica e Editora, 2007.

DUCHEIN, Michel. “O Respeito aos fundos em arquivística”. Trad. Maria Amélia Gomes Leite, in Arquivo & Administração. Rio de Janeiro, Vol. 10, nº 14, abril 1982/agosto 1986, pags. 14 – 33.

ESTATUTO da Central Única dos Trabalhadores aprovado no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), São Bernardo do Campo (SP), em 28 de agosto de 1983.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática. 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

---

## ANEXO

### Descrição do Fundo Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

#### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Nome do Fundo:** Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

**Datas:** 1977 - 1981

**Nível de descrição:** Fundo

**Dimensão e suporte:** Textuais: 1 m; Bibliográficos: 25 unidades; Iconográficos: 07 cartazes.

#### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Produtor:** Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

**História administrativa:** A Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora foi constituída durante a Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais realizada no dia 21 de março de 1981 no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo. A Plenária contou com a participação de 183 entidades sindicais de 13 Estados e do Distrito Federal, representando diversas correntes sindicais e políticas. Os participantes decidiram convocar a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) para o mês de agosto do mesmo ano no Estado de São Paulo. A Comissão Executiva Nacional (CEN) nas suas primeiras reuniões formou três Subcomissões com objetivo de organizar a Conferência:

Subcomissão de Secretaria e Divulgação: Edson Barbeiro Campos – Sindicato dos Bancários de São Paulo; Hugo Martinez Perez – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo.

Subcomissão de Organização: Joaquim dos Santos Andrade – Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Raimundo Rosa Lima – Sindicato dos Trabalhadores em Panificação de São Paulo.

Subcomissão de Finanças: Arnaldo Gonçalves – Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; Luiz Inácio da Silva (Lula) – Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Também integrou essa Subcomissão Rubens Fandino – Sindicato dos Eletricitários de São Paulo.

A CONCLAT ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981 na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, e reuniu milhares de trabalhadores da cidade e do campo. A CONCLAT criou a Comissão Nacional Pró-CUT.

**História arquivística:** Uma das características da Comissão Executiva Nacional (CEN) era a descentralização das suas funções e atividades. Devido a isso, documentos da CEN devem ter ficado nos arquivos dos sindicatos dos dirigentes que integravam a Comissão e Subcomissões ou mesmo nos arquivos pessoais desses sindicalistas. A correspondência para a CEN deveria ser endereçada a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo, entretanto também era dirigente da Subcomissão de Secretaria e Divulgação um membro do Sindicato dos Bancários de São Paulo, onde acabou sendo acumulada uma boa parte da documentação. Os documentos da CEN devem ter sido trazidos para a CUT depois do 1º congresso da Central em 1984, quando o sindicalista Gilmar Carneiro dos Santos, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, assumiu o cargo de Secretário de Imprensa e Divulgação da CUT. A documentação passou por uma intervenção em algum momento entre 1992 e 1994, na época em que funcionou o primeiro Centro de Documentação e Memória da CUT.

**Procedência:** Dado não disponível.

## ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo:** O Arquivo é constituído por documentos que precedem a criação da Comissão Executiva Nacional, como o noticiário na imprensa em 1977 sobre a proposta de uma conferência da classe trabalhadora e minutas de um regimento interno produzido por correntes sindicais em 1980. Após a criação da CEN encontraremos manifestos, conclamações, mensagens e notas oficiais da Comissão e outras entidades sindicais, teses para a conferência, resoluções, relatórios e dossiês de encontros estaduais, questionário sobre a intenção de entidades sindicais de participarem da conferência, correspondência solicitando, prestando informações e apoiando o evento, boletins informativos, moções de apoio, documentos tratando da inscrição e credenciamento de delegados, observadores, assessores e equipe de apoio.

**Sistema de arranjo:** O Arquivo tem uma classificação estrutural/funcional e está parcialmente organizado.

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de acesso:** Sem restrições de acesso.

**Condições de reprodução:** A reprodução é permitida desde que não afete a integridade física dos documentos.

**Idioma:** Português.

---

## ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

**Unidade de descrição relacionada:** Arquivo da Comissão Nacional Pró-CUT, custodiado no CEDOC CUT. A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizada em agosto de 1981 aprovou a criação da Comissão Nacional Pró-CUT.

**Nota sobre publicação:** CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Nasce A CUT. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta. Coordenação de Antonio José Marques. São Paulo: CUT e NSA Gráfica e Editora, 2007.

## ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**Nota do arquivista:** Descrição elaborada pelo coordenador do CEDOC Antonio José Marques, com a colaboração de Guido Gustavo Venturini Alvarenga.

Na elaboração da descrição usamos como fonte a seguinte publicação: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. I CONCLAT. I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1983.

**Regras ou convenções:** Descrição baseada em: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19 – 22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, n.º 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

**Data da descrição:** Novembro de 2006 e revisada em Fevereiro de 2009.

## Descrição do Fundo Comissão Nacional Pró-CUT

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Nome do Fundo:** Comissão Nacional Pró-CUT.

**Datas:** 1980 - 1984

**Nível de descrição:** Fundo

**Dimensão e suporte:** Textuais: 1,5 m; Bibliográficos: 42 unidades; Iconográficos: 12 cartazes e dois cartões postais.

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Produtores:** Comissão Nacional Pró-CUT; Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora; Central Única dos Trabalhadores.

**História administrativa:** A Comissão Nacional Pró-CUT foi constituída na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) ocorrida nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981 na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo. A Comissão era composta por 56 sindicalistas e tinha como incumbência encaminhar o plano de lutas aprovado e organizar o congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1982. Na primeira reunião em setembro de 1981, em Brasília, a Pró-CUT elegeu uma Executiva de 23 membros efetivos e seis suplentes. A Executiva desenvolveu suas atividades descentralizadas, sendo que a Secretaria Administrativa, a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Divulgação ficaram no Rio de Janeiro. As atividades de infraestrutura para a realização do congresso foram centralizadas em São Paulo. Em meados de 1982 as divergências que permeavam o movimento sindical provocaram uma cisão na Pró-CUT e o adiamento do congresso de fundação. Todavia, no final daquele ano, houve um acordo entre as correntes e a recomposição da Executiva. Na reunião da Comissão Nacional Pró-CUT nos dias 09 e 10 de abril de 1983, criaram três subcomissões dedicadas exclusivamente à organização do congresso em agosto: Subcomissões de Infraestrutura, Finanças e Divulgação. As divergências retornaram no mês de julho quando os sindicalistas da Unidade Sindical e seus aliados tentaram mais uma vez adiar o congresso, não havendo a concordância dos sindicalistas vinculados ao Novo Sindicalismo. Esse setor reorganizou as Comissões e Subcomissões e manteve a convocação do congresso para os dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, São Paulo. O congresso fundou a Central Única dos Trabalhadores.

**História arquivística:** A Comissão Nacional Pró-CUT desenvolvia suas funções e atividades descentralizadamente de modo que o dirigente sindical que assumia atribuições também acumulava na sua entidade os documentos produzidos e recebidos. A Secretaria Administrativa funcionou no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, a Secretaria de Finanças na Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Rio de Janeiro, a Secretaria de Divulgação tinha como responsáveis dirigentes do Sindicato dos Engenheiros e Sindicato dos Médicos, também no Rio de Janeiro. As funções e atividades relacionadas à infraestrutura muito provavelmente funcionaram no Sindicato dos Bancários de São Paulo, pois quando houve a tentativa de adiamento do congresso em julho de 1983, os dirigentes da Pró-CUT em São Paulo solicitaram que aquelas entidades sindicais remetessem os

---

documentos para o Sindicato dos Bancários de São Paulo, sendo que somente a Secretaria Administrativa enviou as cópias das fichas de inscrição ao congresso, mas não na sua totalidade. No mês de agosto de 1983, a nova Secretaria Administrativa funcionou no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo sob a responsabilidade de Gilmar Carneiro dos Santos, dirigente bancário. Muito provavelmente o Arquivo foi transferido para a CUT depois do 1º congresso da Central em 1984, quando o sindicalista Gilmar Carneiro dos Santos, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, assumiu o cargo de Secretário de Imprensa e Divulgação da CUT. A documentação passou por uma intervenção em algum momento entre 1992 e 1994, na época em que funcionou o primeiro Centro de Documentação e Memória da CUT.

**Procedência:** Dado não disponível.

## **ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA**

**Âmbito e conteúdo:** O Arquivo é constituído por documentos que possibilitam conhecer os encaminhamentos das lutas sindicais e as tarefas desenvolvidas para a realização do Congresso da Classe Trabalhadora, que também ficou conhecido como CONCLAT. Também evidencia a organização do movimento sindical nos Estados, através dos dossiês de encontros sindicais. Alguns documentos permitem conhecer a atuação das correntes políticas no interior do movimento sindical. A partir do surgimento das divergências, que provocaram o adiamento do congresso em 1982, teremos atas e resoluções de reuniões dos diferentes setores que formavam a Comissão Nacional Pró-CUT: manifestos sindicais, convocações de reuniões, anotações feitas em reuniões, textos para discussões. Com a deliberação dos dirigentes da Pró-CUT vinculados ao Novo Sindicalismo de realizarem o congresso em agosto de 1983, o Arquivo acumulou documentos referentes às etapas finais de organização, como cartas solicitando informações e apoiando o evento, anteprojeto de regimento interno, teses e propostas para discussões, documentos tratando da inscrição e credenciamento de delegados, observadores, imprensa, equipe de apoio, bancas e stands. Também há documentos produzidos durante o congresso, como recados à mesa de condução dos trabalhos, programação, letras de músicas, abaixo-assinados com reivindicações e as resoluções do evento.

**Incorporações:** Poderá receber novos documentos se forem localizados nos sindicatos e nos arquivos pessoais de dirigentes que desenvolveram atribuições na Comissão e nas Secretarias.

**Sistema de arranjo:** O Arquivo está parcialmente arranjando de acordo com o método funcional e por tipologia documental. As fichas de inscrições estão ordenadas por Estado.

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de acesso:** Sem restrições de acesso.

**Condições de reprodução:** A reprodução é permitida desde que não afete a integridade física dos documentos.

**Idioma:** Português.

**Características físicas:** Alguns documentos estão rasurados dificultando a leitura.

## ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

**Unidade de descrição relacionada:** Arquivo da Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Arquivo da Comissão Sindical Pró-CUT do Estado de São Paulo, onde há um dossiê do encontro das comissões intersindicais estaduais de 28 e 29 de agosto de 1982, organizado pela Pró-CUT São Paulo depois da primeira cisão na Comissão Nacional Pró-CUT. Arquivo da Central Única dos Trabalhadores, sendo que neste somente alguns grupos, como as Comissões Organizadoras dos primeiros congressos e algumas séries documentais estão disponibilizados para pesquisa. Todos custodiados no CEDOC CUT.

**Nota sobre publicação:** CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Nasce A CUT. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta. Coordenação de Antonio José Marques. São Paulo: CUT e NSA Gráfica e Editora, 2007.

## ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**Nota do arquivista:** Descrição elaborada pelo coordenador do CEDOC Antonio José Marques, com a colaboração de Guido Gustavo Venturini Alvarenga.

**Regras ou convenções:** Descrição baseada em:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19 – 22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, n.º 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

**Data da descrição:** Novembro de 2006 e revisada em Fevereiro de 2009.

---

## Descrição do Fundo Comissão Organizadora do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – Regional São Paulo

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Nome do Fundo:** Comissão Organizadora do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – Regional São Paulo.

**Datas:** Fevereiro 1980 – Dezembro 1980

**Nível de descrição:** Fundo

**Dimensão e suporte:** Textuais: 0,07 m.

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Produtor:** Comissão Organizadora do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – Regional São Paulo.

**História administrativa:** No dia 19 de janeiro de 1980 ocorreu uma reunião em São Paulo com a presença de cerca de 100 sindicalistas, representando 41 categorias profissionais de 10 Estados brasileiros, que aprovou a realização de um encontro nacional de trabalhadores contrários à estrutura sindical vigente. Os participantes decidiram que o encontro nacional seria antecedido de encontros estaduais e por isso os sindicalistas paulistas criaram a Comissão Organizadora do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – Regional São Paulo. Primeiramente, formaram três Comissões: Finanças, Divulgação e Organização, mas logo em seguida elas se integraram numa única Comissão de Organização. Os sindicalistas paulistas organizaram dois encontros estaduais (junho e agosto) preparatórios ao encontro nacional de setembro de 1980. Esse encontro passou a ser conhecido pela sigla ENTOES.

**História arquivística:** A Comissão Organizadora se reunia no Sindicato dos Bancários de São Paulo e devido a isso a documentação deve ter ficado guardada na entidade ou com algum dos seus dirigentes. Muito provavelmente o Arquivo foi transferido para a CUT depois do 1º congresso da Central em 1984, quando o sindicalista Gilmar Carneiro dos Santos, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, assumiu o cargo de Secretário de Imprensa e Divulgação da CUT. A documentação passou por uma intervenção em algum momento entre 1992 e 1994, na época em que funcionou o primeiro Centro de Documentação e Memória da CUT.

**Procedência:** Dado não disponível.

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo:** O Arquivo permite conhecer as ações de algumas correntes políticas que atuavam no meio sindical. Ele é constituído de teses

para discussões nos encontros, circulares da Comissão Organizadora, boletins sindicais, relatórios de encontros estaduais e outros documentos.

**Sistema de arranjo:** Organizado em um único Dossiê do Evento.

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de acesso:** Sem restrições de acesso.

**Condições de reprodução:** A reprodução é permitida desde que não afete a integridade física dos documentos.

**Idioma:** Português.

## ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

**Unidade de descrição relacionada:** Coleção Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, custodiada no CEDOC CUT. A reunião que aprovou a realização do ENTOES havia sido convocada pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

**Nota sobre publicação:** CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Nasce A CUT. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta. Coordenação de Antonio José Marques. São Paulo: CUT e NSA Gráfica e Editora, 2007.

## ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**Nota do arquivista:** Descrição elaborada pelo coordenador do CEDOC Antonio José Marques, com a colaboração de Guido Gustavo Venturini Alvarenga.

**Regras ou convenções:** Descrição baseada em:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19 – 22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, n.º 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

**Data da descrição:** Novembro de 2006 e revisada em Fevereiro de 2009.

## Descrição do Fundo Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Nome do Fundo:** Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo.

**Datas:** 1980 – 1983

**Nível de descrição:** Fundo

**Dimensão e suporte:** Textuais: 0,40 m; Bibliográficos: 25 unidades; Iconográficos: três cartazes.

---

## ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Produtores:** Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo; Comissão Sindical Única do Estado de São Paulo.

**História administrativa:** A Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo foi constituída no 2º Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (ENCLAT), realizado nos dias 30 e 31 de julho e 01 de agosto de 1982. A convocação desse encontro foi feita pela Comissão Sindical Única do Estado de São Paulo. A Comissão Pró-CUT era composta por 25 sindicalistas e funcionou por um período na sede do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. Até o mês de julho de 1983 ela realizou o 3º ENCLAT e ainda mais dois congressos estaduais da classe trabalhadora. Com a cisão do movimento sindical e a fundação da Central Única dos Trabalhadores os membros da Pró-CUT São Paulo que apoiavam a criação da Central organizaram um congresso estadual nos dias 27, 28 e 29 de abril de 1984 e fundaram a Central Única dos Trabalhadores Estadual São Paulo (CUT Estadual SP).

**História arquivística:** A documentação passou por uma intervenção em algum momento entre 1992 e 1994, na época em que funcionou o primeiro Centro de Documentação e Memória da CUT.

**Procedência:** Dado não disponível.

## ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo:** O arquivo é constituído por documentos que permitem conhecer a movimentação sindical em São Paulo e os atores que estavam envolvidos. Há um dossiê da Comissão Sindical Única do Estado de São Paulo, organismo que antecedeu a Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo. O Arquivo contém dossiês de encontros e congressos estaduais, onde constam fichas de inscrições de delegados, teses e proposta para discussões. Ele ainda contém atas de reuniões, listas de presenças, manifestos sindicais, cartas abertas, notas oficiais, notas a imprensa, boletins da Pró-CUT, noticiário da imprensa, resoluções de reuniões, entre outros documentos. Há um dossiê do encontro das comissões intersindicais estaduais de 28 e 29 de agosto de 1982, organizado pela Pró-CUT São Paulo depois da primeira cisão na Comissão Nacional Pró-CUT Nacional. Por fim, há dois dossiês relacionados às atividades do dirigente Gilmar Carneiro dos Santos: dossiê Dieese e dossiê Banco do Estado do Rio de Janeiro.

**Sistema de arranjo:** o Arquivo está organizado por Dossiê e tipologia documental.

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de acesso:** Sem restrições de acesso.

**Condições de reprodução:** A reprodução é permitida desde que não afete a integridade física dos documentos.

**Idioma:** Português.

## ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

**Unidade de descrição relacionada:** Arquivo Comissão Nacional Pró-CUT, custodiado no CEDOC CUT.

**Nota sobre publicação:** CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Nasce A CUT. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta. Coordenação de Antonio José Marques. São Paulo: CUT e NSA Gráfica e Editora, 2007.

## ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**Nota do arquivista:** Descrição elaborada pelo coordenador do CEDOC Antonio José Marques, com a colaboração de Guido Gustavo Venturini Alvarenga.

**Regras ou convenções:** Descrição baseada em:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19 – 22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, n.º 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

**Data da descrição:** Novembro de 2006 e revisada em Fevereiro de 2009.

## Descrição do Fundo Comissão Transitória Coordenadora Contra o Pagamento da Dívida Externa

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Nome do Fundo:** Comissão Transitória Coordenadora Contra o Pagamento da Dívida Externa.

**Datas:** 1986 - 1991

**Nível de descrição:** Fundo

**Dimensão e suporte:** Textuais: 0,14 m.

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Produtor:** Comissão Transitória Coordenadora Contra o Pagamento da Dívida Externa.

---

**História administrativa:** No início de 1987 as centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), do Brasil, a Plenária Intersindical dos Trabalhadores – Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT), do Uruguai e a Central Operária Boliviana (COB) lançaram um manifesto às centrais sindicais da América Latina e Caribe convocando a Conferência Sindical Latino-Americana Sobre a Dívida Externa. A conferência foi realizada na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, em maio de 1987 e reuniu delegações de 56 centrais sindicais de 25 países da América Latina e do Caribe. Ao final da conferência foi aprovada a Declaração de Campinas onde constou a realização de uma campanha Continental contra o pagamento da dívida externa e também a constituição da Comissão Transitória Coordenadora Contra o Pagamento da Dívida Externa para coordenar as atividades e demais ações aprovadas. A Coordenação Geral era formada pelas centrais que convocaram a conferência mais a Central Unitária dos Trabalhadores (CUT), da Colômbia e também por uma Central Sindical que seria designada pelas representações latino-americanas dos trabalhadores: Organização Regional Inter-Americana dos Trabalhadores (ORIT), Central Latino-Americana dos Trabalhadores (CLAT) e Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina (CPUSTAL). Para a execução das atividades da Comissão foi criada uma Secretaria Executiva, formada pela CUT e CGT do Brasil, com funcionamento na sede nacional da CUT, em São Paulo. A sua instalação aconteceu logo após a conferência e funcionou até meados de 1991, quando a Comissão Transitória desapareceu.

**História arquivística:** A Secretaria Executiva da Comissão funcionou junto à Secretaria de Relações Internacionais (SRI) da CUT. Com a criação do CEDOC CUT em 1999, a SRI passou a transferir paulatinamente sua documentação para o novo órgão e no meio desta identificamos o arquivo da Comissão Transitória Coordenadora.

**Procedência:** Transferido da Secretaria de Relações Internacionais da CUT e identificado como um fundo de arquivo em 2006.

## **ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA**

**Âmbito e conteúdo:** O arquivo reflete a atuação das Centrais Sindicais contra o pagamento da dívida externa na segunda metade da década de 1980. Mostra uma articulação com o mesmo objetivo envolvendo centrais sindicais do Continente africano e também outras articulações do movimento sindical internacional. A documentação é constituída de manifestos

e declarações contra o pagamento da dívida externa, atas de reuniões, relatórios de atividades, projetos de financiamento, correspondência, notas a imprensa, convocatórias e propostas de reuniões, textos com análises, além de documentos relacionados à organização de reuniões e eventos, como reservas de hotel e passagens, orçamento e notas de débito.

**Incorporações:** Poderão ocorrer acréscimos se novos documentos forem identificados na Secretaria de Relações Internacionais da CUT.

**Sistema de arranjo:** O Arquivo não está organizado na medida em que novos documentos podem ser incorporados.

#### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de acesso:** Sem restrições de acesso.

**Condições de reprodução:** A reprodução é permitida desde que não afete a integridade física dos documentos.

**Idiomas:** Português, espanhol e inglês.

#### ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

**Unidade de descrição relacionada:** O Arquivo se relaciona com o Dossiê sobre a organização da Conferência Sindical Latino-Americana Sobre a Dívida Externa, que está arquivado com a documentação da Secretaria de Relações Internacionais da CUT e custodiado no CEDOC CUT.

#### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**Nota do arquivista:** Descrição elaborada pelo coordenador do CEDOC Antonio José Marques.

**Regras ou convenções:** Descrição baseada em:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19 – 22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, n.º 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

**Data da descrição:** Novembro de 2006 e revisada em Fevereiro de 2009.

#### Descrição do Fundo José Domingos Cardoso - Ferreirinha

#### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Nome do Fundo:** José Domingos Cardoso – Ferreirinha.

**Datas:** 1963 – 1999

**Nível de descrição:** Fundo

---

**Dimensão e suporte:** Textuais: 1,5 m.

## **ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO**

**Produtor:** José Domingos Cardoso - Ferreirinha

**Biografia:** José Domingos Cardoso (Ferreirinha) nasceu em Araquari, Estado de Santa Catarina, em 12 de dezembro de 1940. O apelido Ferreirinha lhe foi dado quando ainda era criança porque ajudava o avô materno na profissão de ferreiro. O seu primeiro emprego foi aos 14 ou 15 anos numa tecelagem em Joinville. Nessa época iniciou sua militância em movimentos católicos e ingressou na Juventude Operária Católica (JOC). Em 1963, transferiu-se para o Rio de Janeiro onde trabalhou como metalúrgico. No ano de 1964, assumiu o cargo de presidente nacional da JOC, permanecendo na função até 1968. Nesse mesmo ano ingressou na organização política Ação Popular (AP) e passou para a clandestinidade permanecendo nesta condição até 1972, quando buscou asilo político na Bélgica. Antes disso, rompeu com a Ação Popular e ingressou no Movimento Popular de Libertação (MPL). Ferreirinha viveu na Bélgica até 1975, onde atuou na Executiva Internacional da JOC como responsável pelos países de língua portuguesa na África. Depois se transferiu para a França, onde ficou até a anistia política em 1979. Nesse ano regressou ao Brasil e se estabeleceu novamente no Rio de Janeiro, voltando a atuar no movimento sindical e também no Centro de Educação e Ação Comunitária (CEDAC). Participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores, sendo membro de sua direção em várias ocasiões. Na Executiva Nacional da CUT foi o responsável por questões relacionadas à tecnologia e automação, participou da Comissão Contra a Discriminação Racial e representou a entidade no Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Ainda ocupou cargos no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e ajudou a formar o ramo metalúrgico da CUT. Na Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) teve uma atuação relevante na área de relações internacionais por ter tido uma intensa convivência com o sindicalismo europeu. Atuou ainda na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo disputado uma eleição para deputado estadual e outra para vereador, no Rio de Janeiro. Faleceu nessa mesma cidade em 21 de fevereiro de 2001, sendo velado na Câmara Municipal.

**História arquivística:** O conjunto documental foi mantido pelo produtor até o seu falecimento. É patente a ausência de documentos referentes ao período 1964–1979. Há indícios que documentos do Centro de Educação e Ação Comunitária (CEDAC), produzidos quando Ferreirinha ocupou o

cargo de secretário-geral da entidade, foram misturados ao Arquivo.

**Procedência:** O arquivo foi doado por Fábio Bezerra Cardoso, filho de Ferreirinha, em 26 de outubro de 2001. Em novembro de 2004 foram incorporados documentos que ainda permaneciam na sua antiga residência, no Rio de Janeiro.

## ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo:** A documentação está mais relacionada à atuação de Ferreirinha no movimento sindical, desde o nascimento da CUT até a segunda metade dos anos 1990, quando foi dirigente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Através dos documentos podem ser levantadas questões sobre organização sindical, particularmente dos metalúrgicos e as discussões que ocorriam na CUT sobre re-estruturação produtiva, inovações tecnológicas, relações internacionais e participação em organismos tripartites. Quase todos os documentos que cobrem a década de 1980 são referentes às relações internacionais com membros da Igreja Católica, entidades européias de apoio a organizações em países em desenvolvimento, assim como existem cartas remetidas por amigos do exterior. Dentre os documentos destacamos os referentes a eventos, anotações de reuniões, cartas, cópias de atas de reuniões, planos e projetos de trabalho, relatórios de reuniões, atividades e viagens, textos para análise, discussão e de formação.

**Sistema de arranjo:** O arquivo está parcialmente organizado.

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de acesso:** Sem restrições de acesso.

**Condições de reprodução:** A reprodução é permitida desde que não afete a integridade física dos documentos.

**Idiomas:** A maioria dos documentos está em português. Também existem documentos em francês, inglês, espanhol e italiano.

**Instrumento de descrição:** Inventário do Fundo José Domingos Cardoso – Ferreirinha. Elaboração de Edson Juarez Costa de Moraes, José Tadeu Garcia Coelho, Lenita Verônica Pires, Vanessa Molnar Maluf. Trabalho de conclusão da disciplina “Descrição Arquivística”, ministrada pelo Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, no XVI Curso de Especialização em Organização de Arquivos promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, abril de 2002.

---

## ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

**Unidade de descrição relacionada:** Entidade custodiadora: Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fundo Juventude Operária Católica. Inventário do Fundo Juventude Operária Católica: Acervo do Instituto Nacional de Pastoral – CNBB. Coord. Yara Aun Khoury. São Paulo: PUC, CEDIC, COM-ARTE, 1991.

## ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**Nota do arquivista:** Descrição elaborada pelo coordenador do CEDOC Antonio José Marques.

A biografia do Ferreirinha foi escrita a partir de dados coletados no próprio Arquivo, no Arquivo da CUT Nacional e no site na internet: <http://an.uol.com.br/2002/set/30/0cid.htm>, consultado em 14/07/2003. Também usamos como referência o já citado Inventário da Juventude Operária Católica.

**Regras ou convenções:** Descrição baseada em:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19 – 22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, n.º 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

**Data da descrição:** Novembro de 2006 e revisada em Fevereiro de 2009.

## Descrição da Coleção Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo - MOMSP

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Nome da Coleção:** Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – MOMSP.

**Datas:** 1979 – 1989

**Nível de descrição:** Coleção

**Dimensão e suporte:** Textuais 0,5 m; Bibliográficos: 209 unidades; Iconográficos: 25 adesivos e 14 cartazes.

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Produtor:** Dado não disponível

**História administrativa:** O Movimento de Oposição Sindical Meta-

lúrgica de São Paulo, ou MOMSP, como ficou conhecido, vinha de um longo processo de oposição à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, iniciado ainda no final de década de 1960. Em 1972 a oposição disputou sua primeira eleição e foi derrotada. No ano seguinte a oposição desenvolveu uma política de organização dos trabalhadores denominada inter-fábricas. Devido à perseguição e a prisão de várias lideranças a oposição não conseguiu organizar uma chapa para concorrer ao sindicato em 1975, tendo lançado apenas um programa de ação dirigido aos metalúrgicos onde deu ênfase às comissões de fábrica. A partir daí, a oposição se organizou por setores de acordo com a localização das fábricas e as regiões da cidade de São Paulo, chegando a estar organizada em oito setoriais. Também havia uma Coordenação, entretanto, as principais decisões políticas ocorriam em assembleias. O MOMSP organizou três congressos sindicais da oposição (março de 1979, julho de 1980 e maio de 1986) e concorreu às eleições sindicais de 1978, 1981, 1984 e 1987, tendo conseguido significativo apoio da base metalúrgica. O seu desaparecimento se deu paulatinamente a partir dessa última eleição.

**História arquivística:** A Coleção estava no depósito da CUT quando da criação do CEDOC, não sendo possível identificar o colecionador.

**Procedência:** Dado não disponível.

## ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo:** A Coleção é constituída por documentos que permitem conhecer a trajetória da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, a organização dos trabalhadores nas fábricas e as propostas das correntes políticas que atuavam no movimento. O conjunto é formado de dossiês por fábricas, boletins de fábricas, boletins de campanhas, panfletos sindicais, dossiês de eleições sindicais, textos para discussão e de avaliação. Também é possível conhecer a atuação da oposição sindical junto à Central Única dos Trabalhadores. Nesse conjunto estão os dossiês de congressos da CUT, teses para congressos, relatórios de reuniões, dossiê sobre proporcionalidade na Executiva da CUT e outros documentos. A Coleção é formada também por um significativo número de folhetos e periódicos sindicais.

**Sistema de arranjo:** Organizado parcialmente em dossiês por atividade ou assunto.

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de acesso:** Sem restrições de acesso.

**Condições de reprodução:** A reprodução é permitida desde que não

---

afete a integridade física dos documentos.

**Idioma:** Português.

## **ÁREA DE FONTES RELACIONADAS**

**Unidade de descrição relacionada:** Arquivo da Comissão Organizadora do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – Regional São Paulo, custodiado no CEDOC CUT. Esse encontro nacional foi aprovado durante uma reunião convocada pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

**Nota sobre publicação:** CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Nasce A CUT. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta. Coordenação de Antonio José Marques. São Paulo: CUT e NSA Gráfica e Editora, 2007.

## **ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO**

**Nota do arquivista:** Descrição elaborada pelo coordenador do CEDOC Antonio José Marques, com a colaboração de Guido Gustavo Venturini Alvarenga.

**Regras ou convenções:** Descrição baseada em:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19 – 22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, n.º 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

**Data da descrição:** Novembro de 2006 e revisada em Fevereiro de 2009.

## CAPÍTULO 8

### O Centro de Arquivo e Documentação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)

Filipe Caldeira\*

«Los archiveros necesitan ser capaces de investigar, reconocer, y articular *todos* estos cambios radicales en la sociedad y después ocuparse conceptualmente de su impacto en la teoría archivística en la metodología y en la práctica. Esta articulación forma nuestro discurso colectivo como profesión, la meta-narrativa que anima nuestra práctica diaria y, por lo tanto, el centro de la Archivística en el nuevo siglo.»

*Terry Cook – Archivística y posmodernismo: nuevas fórmulas para viejos conceptos. Tabula: Estudios Archivísticos de Castilla y León. N.º 10 (2007), p. 71.*

Queria, antes de mais, em nome da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), agradecer o convite do CEDOC da CUT para participar deste seminário. É um convite que muito honra a nossa instituição. Depois, felicitar a CUT pelos seus 25 anos e saudá-la, à CUT e a todos os que contribuíram para a organização desta iniciativa, de grande relevo e significado no que aos arquivos sindicais diz respeito.

A CGTP-IN comemora a 1º de Outubro deste ano o seu 38.º aniversário. Surgiu, em 1970, no contexto da ditadura fascista, então com Marcelo Caetano como chefe do Governo, e na sequência de uma política reformista e de maior abertura que ficou conhecida como a “Primavera Marcelista”.

Mas foi a partir de 1974, com o golpe militar de 25 de Abril que derrubou o regime (1926-1974), que a CGTP-IN pôde assumir um papel de maior destaque na luta que viria a protagonizar pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. A sua atividade no contexto político, económico e socialmente conturbado que se sucedeu ao 25 de Abril, o acompanhamento atento da realidade laboral e

---

\* Técnico superior de arquivo do Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN

---

a natureza interventiva que a caracterizaram desde as suas origens conferem ao acervo documental desta central sindical uma importância que ultrapassa o simples interesse pela evolução da luta e reivindicações laborais. O seu acervo é também um testemunho do desenvolvimento e evolução de Portugal neste período de quase quarenta anos.

A CGTP-IN conta, pelo menos desde 1979<sup>1</sup>, com o apoio de um Centro de Documentação onde foram sendo depositadas inúmeras publicações periódicas e monografias, panfletos, folhetos, boletins, cartazes e material audiovisual<sup>2</sup>, acervo adquirido ou doado ao longo destes anos de atividade sindical. A documentação de natureza arquivística também, naturalmente, se foi acumulando, ainda que em espaços distintos e fisicamente dispersos, sem outros critérios de seleção que o puramente cronológico (valor primário), e, na maior parte das vezes, sem estarem asseguradas as condições mínimas de conservação<sup>3</sup>.

Foi apenas a partir do 10.º Congresso da CGTP-IN, em 2004, que as preocupações com o património documental e com a preservação e valorização da memória sindical, em geral, começaram a assumir um papel de maior destaque no contexto da atividade levada a cabo por esta Confederação.

Apesar de possuir ainda hoje, quer de um ponto de vista da gestão interna, quer quanto à representação que ocupa no contexto organizacional predominante, um forte cunho administrativo, na medida em que se encontra, em parte, organicamente dependente do Secretariado do Conselho Nacional<sup>4</sup>, órgão incumbido da gestão administrativa corrente da CGTP-IN, o Centro de Documentação assumiu novas funções a partir de 2006, passando a contemplar a vertente arquivística no quadro da gestão documental estritamente biblioteconómica que vinha desempenhando até então.

Com a admissão de novos recursos humanos, o, a partir de então, designado Centro de Arquivo e Documentação (CAD), pôde encetar um conjunto de medidas com o objetivo de arquitetar um sistema de gestão documental capaz de responder, por um lado, às necessidades da instituição, por outro, aos requisitos definidos pelas recomendações e normas arquivísticas, procurando alcançar uma solução de compromisso. Além disso, com a reorganização orgânica que se sucedeu ao 11.º Congresso (Fevereiro de 2008)<sup>5</sup>, a coordenação do CAD passou a ser repartida entre o Secretariado do Conselho Nacional<sup>6</sup> e o departamento de Cultura e Tempos Livres<sup>7</sup>, no que representa um novo entendimento da gestão documental no seio da instituição.

Este conjunto de medidas, que vêm sendo implementadas desde 2004, representa, em nosso entender, um passo fundamental, na medida em que a CGTP-IN

reforçou o seu sentido de responsabilidade e compromisso, face aos seus associados no que à preservação, organização e valorização do seu património e memória diz respeito. Uma responsabilidade face aos seus associados, mas também, à sociedade onde o Sindicato desenvolve o seu trabalho. Porque o arquivo do Sindicato, dada a natureza marcadamente interventiva da ação sindical, encerra nos seus depósitos, nas suas fotos, nos seus cartazes, nos seus vídeos, nas suas cassetes, nos seus mais diversos documentos, a memória, o registo de uma interação com essa sociedade por cujos direitos e interesses luta e advoga defender.

### **O Sistema de Arquivo da CGTP-IN: avaliação e programa de intervenção**

Para a definição das medidas a implementar no seu sistema de arquivo, e face aos poucos recursos humanos e financeiros, a coordenação do CAD optou por recorrer ao estabelecimento de parcerias com instituições de reconhecido mérito no domínio da gestão documental. Celebrou-se, assim, um protocolo de colaboração com a Direção-Geral de Arquivos (DGARQ), órgão responsável pela promoção e execução da política arquivística portuguesa. O protocolo previa a realização de um estudo diagnóstico ao sistema de arquivo da CGTP-IN e consequente elaboração de uma proposta de intervenção que respondesse às debilidades detectadas.

Todo este processo se baseou nos princípios orientadores definidos pela norma portuguesa que visa à organização e a gestão de documentos – NP 4438-1/2 (ISO 15489-1/2)<sup>8</sup>, nomeadamente no que respeita a concepção e implementação de um sistema de arquivo. Aliás, é com base nestes princípios normativos que o CAD tem vindo a pautar a sua atuação, procurando criar as condições necessárias para criar um sistema de arquivo eficiente e capaz de responder de forma mais célere e normalizada às necessidades da instituição.

O estudo diagnóstico acabou por revelar, como se esperava, as debilidades do sistema de arquivo vigente, identificando também os aspectos mais positivos<sup>9</sup>. A apreciação geral que o estudo diagnóstico nos permitiu realizar no que respeita a gestão documental da CGTP-IN forneceu-nos a possibilidade de definir com maior precisão um plano de intervenção, delimitando objetivos e prioridades.

Esta investigação preliminar, correspondente à Etapa A da NP 4438-2, abarcava a avaliação de um conjunto alargado de parâmetros: contexto organizacional, classificação, registo/integração, organização/ordenação dos documentos, fluxo de trabalho e tramitação, pesquisa e recuperação, referenciação, circuito documental/existência de cópias, armazenamento, documentos electrónicos, controlo e segurança e preservação.

---

Em termos gerais, o estudo diagnóstico revelou a predominância de práticas informais e não normalizadas no que respeita a gestão documental, a inexistência de um plano de classificação, de uma tabela de seleção (tabela de temporalidade de documentos), de um sistema de registo integrado da documentação e a inadequação dos locais para depósito da documentação em fase semiativa e inativa.

Em breves palavras, havia que dotar o Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN das ferramentas básicas de gestão documental, que figurariam como elementos fundamentais na referida proposta de intervenção<sup>10</sup>. Mas, a juntar ao trabalho de natureza estritamente técnica, identificou-se ao longo do processo uma forte necessidade de sensibilização da estrutura interna da CGTP-IN para a importância de um sistema de arquivo mais eficiente, alertando funcionários e dirigentes para as vantagens de uma gestão mais cuidada da sua documentação, normalizando procedimentos e criando ferramentas de gestão e controle. Havia, pois, que complementar todo este trabalho com um esforço de consciencialização, ainda que incipiente nesta fase, dada a exiguidade dos recursos humanos (apenas um técnico superior de arquivo a meio tempo), e com a igualmente imperiosa necessidade de formação.

Esta investigação preliminar, a que correspondeu o estudo diagnóstico e proposta de intervenção, permitiu ainda que nos apercebêssemos de um aspecto fundamental para o sucesso de um projeto desta natureza: o contexto organizacional em que o mesmo viria a ser implementado. Por exemplo, a forma como o trabalho de arquivo é entendido e caracterizado no seio da instituição auxiliou o grupo de trabalho da DGARQ e CGTP-IN a clarificar algumas dúvidas quanto à viabilidade das medidas adotadas na proposta de intervenção e a optar claramente por umas em detrimento de outras, que se previa não viessem a surtir o efeito desejado.

Também foi possível constatar a existência de importantes lacunas no fundo documental da CGTP-IN, causadas por circunstâncias várias e que são particularmente notórias no acervo de natureza histórica.

A conclusão do estudo permitiu-nos definir de forma clara as prioridades de intervenção no quadro mais alargado de todo o processo de re-estruturação do sistema de arquivo. Do cronograma de atividades entretanto elaborado, destacam-se as principais medidas.

No que respeita o arquivo corrente, identificou-se a necessidade de redefinir a arquitetura do sistema de arquivo, tendo-se sugerido três soluções possíveis: arquivo centralizado, descentralizado ou híbrido/desconcentrado; a elaboração de um sistema de registo eletrónico integrado; e a preparação de um plano de classificação e tabela de seleção.

Ao nível do arquivo intermédio, a criação de uma ferramenta de identificação e controle fundamental – a guia de remessa.

Quanto ao arquivo histórico, a grande prioridade passou pela salvaguarda da documentação cujo estado de conservação impunha uma atuação urgente. Foi identificada, por exemplo, uma coleção de material filmico (cerca de 100 bobines filmicas), datada das décadas de 1970 e 1980, com um nível de deterioração considerável. O material foi recuperado no âmbito de um protocolo celebrado com o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) – Cinemateca Portuguesa, estando já disponível para consulta. Outros núcleos documentais, de que damos conta mais adiante, foram ainda identificados, aguardando igualmente uma intervenção.

Uma outra frente de intervenção considerada prioritária diz respeito aos espaços destinados ao depósito da documentação semiativa e inativa. Importa dotar estes espaços das condições mínimas de preservação e conservação.

No momento atual do projeto, procede-se à identificação das séries documentais produzidas pelos vários departamentos, para a elaboração de um plano de classificação e tabela de seleção, e à elaboração de um sistema de registo que contemple também a documentação entrada.

### **Fundo documental CGTP-IN**

O arquivo da CGTP-IN reflete, necessariamente, o percurso multifacetado que tem caracterizado a sua ação ao longo de quase quarenta anos. Para além do registo das várias ações de luta (greves setoriais e gerais, manifestações, vigílias, plenários de trabalhadores), podemos encontrar informação relativa a todos os Congressos da Intersindical, bem como às comemorações do 1.º de Maio e do 25 de Abril de 1974, a várias atividades profissionais, culturais, desportivas, convívios, entre outras iniciativas sindicais.

O fundo documental da CGTP-IN é constituído apenas pela documentação que esta foi produzindo e recebendo ao longo do seu período de atividade, ou seja, não inclui outros acervos oriundos das associações sindicais filiadas, embora esse seja um objetivo da CGTP-IN a longo prazo.

Apesar de um relatório de massas documentais acumuladas quedar ainda por elaborar, podemos identificar os principais núcleos documentais.

Para além da documentação em suporte papel, o fundo CGTP-IN conta ainda com uma coleção de fotografia (cerca de 80.000 negativos e respectivas provas de contato) cujas datas medeiam entre o final da década de 1970 e o final da década de 1990, uma coleção de cassetes áudio composta por cerca de 800 uni-

---

dades e uma coleção audiovisual que remonta à década de 1970, que se encontra, conforme referimos, recuperada e disponível para consulta.

Tanto a coleção de fotografia como o acervo sonoro aguardam pelo respectivo tratamento, encontrando-se em espaços pouco adequados à sua conservação.

### **Panorama da atividade arquivística no contexto sindical português**

Quando falamos da realidade arquivística no contexto sindical português, falamos de uma área de trabalho das ciências documentais e da informação quase “virgem”. O caso português diverge em muito, a este nível, do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na maior parte dos países europeus, onde se destaca um forte esforço e investimento no sentido da salvaguarda, preservação e valorização do seu património arquivístico sindical. A França, por exemplo, conta, entre outros, com: o *Centre des Archives du Monde du Travail* (CAMT), que integra, desde 1993, a rede dos Arquivos Nacionais de França, o *Centre d’Histoire du Travail* (CHT), fundado em 1981 por iniciativa das três principais organizações sindicais francesas (CGT, CGT-FO e CFDT), a *Maison des Syndicats et de la Mémoire Ouvrière*, criada em 1993 por iniciativa de investigadores da Universidade de Bourgogne e de militantes de vários movimentos sociais; em Espanha, a *Confederación Sindical de Comisiones Obreras* (CC.OO), a maior central sindical espanhola, gere, desde 1997, uma rede de arquivos históricos e desenvolve ainda um conjunto de atividades na área da difusão e investigação histórica (publicação de estudos, exposições e organização de debates e conferências), promovendo, para o efeito, acordos de colaboração com organismos da administração pública, universidades e entidades privadas. Estes são apenas alguns dos exemplos geograficamente mais próximos da realidade portuguesa. Poderíamos falar nos mesmos moldes do caso italiano, alemão, britânico ou finlandês.

Em Portugal, o trabalho desenvolvido nesta área tem vindo a ser desenvolvido, sobretudo, por instituições académicas.

Destacamos, em primeiro lugar, o *Centro de Documentação Movimento Operário e Popular do Porto*<sup>11</sup>, que surgiu no contexto da programação da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. A iniciativa resulta do trabalho levado a cabo em dois projetos de pesquisa: *Memórias do trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX* (concretizado pela Universidade Popular do Porto e desenvolvido em parceria com a União dos Sindicatos do Porto e a Federação das Coletividades do Porto) e *Para preservar e divulgar a memória do Porto – Os Arquivos das Organizações de Trabalhadores*.

Na sequência destes projetos, disponibilizou-se, na página *web* deste Centro de Documentação, um conjunto diversificado de dados. Para além dos resumos dos

testemunhos recolhidos, em suporte áudio e vídeo, de um conjunto diversificado de trabalhadores sobre as condições de trabalho, as lutas sociais e outros indicadores da realidade social e do mundo do trabalho no século XX, é possível aceder ao guia dos arquivos das associações sindicais participantes no projeto (identificação dos conjuntos documentais custodiados, datas extremas, número de unidades de instalação, fundos e séries). Esta informação é complementada com um conjunto de dados referentes às condições das instalações destinadas ao depósito de documentação (níveis de poluição, dispositivos de medição e controlo ambientais, meios de combate a incêndios, localização dos depósitos, iluminação, etc.).

Esta é, pelo que conhecemos, uma iniciativa isolada em Portugal, cujo exemplo meritório não foi seguido em outras zonas do país. Isolada na medida em que registrou o envolvimento das estruturas sindicais no seu desenvolvimento.

Não podíamos, no entanto, deixar de mencionar a atividade de outras instituições académicas que têm vindo a recolher, tratar e disponibilizar documentação de natureza sindical. É o caso da Universidade de Aveiro que, através do seu Sistema Integrado para Bibliotecas e Arquivos Digitais (SInBAD)<sup>12</sup>, disponibiliza, em linha, um conjunto diverso de cartazes, proveniente de vários movimentos associativos, partidos políticos e, inclusive, alguns deles produzidos pela CGTP-IN.

Destaque-se também o Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa<sup>13</sup>. À criação deste arquivo, em 1979, esteve subjacente o propósito de recolher e conservar documentação vária sobre o movimento operário e sindical, embora atualmente a sua documentação abranja um conjunto mais alargado de temáticas. O arquivo dispõe de um fundo relativo ao Movimento Sindical, constituído a partir de doações individuais, e é composto por publicações, circulares, listas eleitorais, manuscritos e relatórios oriundos da CGTP-IN (1974-1979) e de outras associações sindicais<sup>14</sup>. O Centro de Documentação 25 de Abril<sup>15</sup>, da Universidade de Coimbra, dispõe também de alguma documentação alusiva ao sindicalismo, sobretudo recortes de imprensa que datam da década de 1970 e princípios da década de 1980.

Todavia, a atividade arquivística no meio sindical português carece ainda de um forte esforço de sensibilização no sentido da consciencialização de dirigentes e funcionários para a importância da salvaguarda, preservação e valorização dos seus acervos documentais. Trata-se de um trabalho que deverá acompanhar a atividade arquivística e ser complementado com a apresentação regular de evidências, resultados, procurando associar-lhes, sempre que possível, uma perspectiva didática da atividade arquivística.

A este panorama há ainda que acrescentar uma notória sobrevalorização da

---

documentação de natureza histórica face aos arquivos corrente e intermédio, pelo que é necessário ainda, dentro deste esforço de sensibilização, sublinhar a importância de uma gestão documental integrada, realçando os seus benefícios.

Talvez como consequência direta desta situação, ao que há que acrescentar a debilidade financeira, o investimento das associações sindicais no tratamento e valorização dos seus acervos documentais é, arriscamos dizê-lo, quase nulo. A carência de recursos humanos e materiais é evidente.

Pensamos, no entanto, que a responsabilidade face à salvaguarda deste património não poderá ser imputada, apenas, às associações sindicais. O Estado deveria assumir também uma parte da responsabilidade em todo este processo, partindo do princípio de que está em causa não apenas a preservação da memória dos trabalhadores associados em defesa dos seus direitos e interesses, mas também a memória do país<sup>16</sup>. A atuação do Estado poderia passar, por exemplo, numa fase inicial, pela definição de uma política nacional com vista a identificação e diagnóstico de todo o património documental custodiado pelas associações sindicais portuguesas, contemplando também os principais representantes do movimento associativo e partidos políticos.

A CGTP-IN, através do seu Centro de Arquivo e Documentação, tem vindo a desenvolver algum esforço de sensibilização junto dos seus dirigentes e funcionários, ainda que de forma muito incipiente, criando folhetos e usando os seus meios informativos para a divulgação e justificação da atividade do CAD, procurando chamar a atenção para a existência de importantes acervos documentais que urge tratar, preservar e valorizar e para a necessidade de assumir, como dizíamos no início, como uma das responsabilidades fundamentais do Movimento Sindical, perante a massa de trabalhadores que representa, a preservação e valorização da memória e património que é de todos.

As conferências, colóquios e seminários, como o que aqui se realiza, são também um importante instrumento de sensibilização. Significam não só uma oportunidade de discussão e troca de ideias entre profissionais, mas também uma excelente ocasião para apresentar os resultados do trabalho arquivístico, não descurando a vertente didática, num esforço de abertura e aproximação a produtores e utilizadores da informação que deve ser cultivado. Esta é também uma frente de trabalho em que, pensamos nós, importa apostar e dinamizar.

É necessário, portanto, ultrapassar uma fase em que as iniciativas a este nível surgem apenas pontualmente e por ocasião da celebração de efemérides várias, trabalhando de forma a dotar o Movimento Sindical representado pela CGTP-IN

de uma visão de fundo que defina objetivos, prioridades, etapas e soluções possíveis para a sua concretização.

Estamos conscientes das dificuldades, e talvez da ousadia, inerentes a um processo desta natureza, mas também acreditamos ser possível, pelo menos, lançar as bases para a concretização de um trabalho integrado e sustentado.

## Notas

1 Cfr. *Ata da Comissão Executiva do Conselho Nacional*, 6/02/1979, onde, a propósito da atualização salarial dos funcionários, se apresenta uma relação dos funcionários e respectivos valores salariais, organizada por departamentos. Surgem nesta lista os vários departamentos/setores da CGTP-IN, entre os quais o Centro de Documentação.

<sup>2</sup> Destes materiais, podem ser consultados localmente, na base de dados *Bibliobase*, cerca de 5650 registos, mas apenas monografias, publicações periódicas e artigos de monografias e publicações periódicas. Em livro de registos manual, podem ser consultados cerca de 9680 títulos relativos a monografias e 834 relativos a publicações periódicas. Queda por catalogar todo o conjunto de cartazes, estimado em mais de 1000 espécies, material audiovisual e grande parte dos restantes materiais (panfletos, folhetos, boletins). É necessário, também, proceder-se ao carregamento informático da informação que se encontra catalogada em ficheiros manuais.

<sup>3</sup> A CGTP-IN conta com dois depósitos de arquivo externos à sua sede, onde, em regra, se deposita a documentação considerada “histórica”. Estes espaços não dispõem das condições de preservação e conservação mínimas, havendo mesmo o risco de inundações e incêndios. A sede da CGTP-IN conta com uma sala onde é depositada a documentação semiativa.

<sup>4</sup> Cfr. *Regulamento de Funcionamento do Secretariado do Conselho Nacional: Mandato 2004/2008*, ponto 6.

<sup>5</sup> Cfr. *Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Nacional: Mandato 2008/2012*.

<sup>6</sup> Cfr. *Regulamento de Funcionamento do Secretariado do Conselho Nacional (mandato 2008/2012)*.

<sup>7</sup> Cfr. *Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Nacional: Mandato 2008/2012*, p. 13.

<sup>8</sup> Cfr. NP 4438-1/2. 2005, Informação e documentação: *Gestão de documentos de arquivo*. Instituto Português da Qualidade.

<sup>9</sup> Cfr. CALDEIRA, Filipe; SANT’ANA, Mário. *Relatório Diagnóstico do Sistema de Arquivo da CGTP-IN*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; CGTP-IN, 2006.

<sup>10</sup> Cfr. CALDEIRA, Filipe; SANT’ANA, Mário. *Sistema de Arquivo da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional): Proposta de Intervenção*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; CGTP-IN, 2007.

<sup>11</sup> Cfr. Centro de Documentação Movimento Operário e Popular do Porto [Em linha]. [Consult. 5 Set. 2008]. Disponível em: <http://cdi.upp.pt/>.

<sup>12</sup> Cfr. SinBAD [Em linha]. [Consult. 5 de Set. 2008]. Disponível em: <http://sinbad.ua.pt/>.

<sup>13</sup> Cfr. Arquivo de História Social [Em linha]. [Consult. 5 Set. 2008]. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/ahsocial/>.

<sup>14</sup> Da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuários de Portugal, da União dos Sindicatos do Distrito de Braga, do Sindicato Têxtil e do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, Lavandarias e Tinturarias, ambos do distrito de Braga, da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Sindical da Caixa Geral de Depósitos e da Comissão de Trabalhadores da *Philips* portuguesa.

<sup>15</sup> Cfr. Centro de Documentação 25 de Abril [Em linha]. [Consult. 5 Set. 2008]. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage>.

<sup>16</sup> Citamos, em seguida, dois excertos onde se resume a importância dos arquivos sindicais, integrando-os no contexto da memória de um país e justificando, portanto, o envolvimento do Estado no esforço de salvaguarda deste património: «Os arquivos dos sindicatos constituem uma importante me-

---

mória do percurso histórico destas organizações na conquista e defesa dos direitos dos trabalhadores, na luta pela Democracia, quer em contextos de clandestinidade e repressão política, quer em períodos de expansão e afirmação social, como sucedeu logo a seguir à Revolução de Abril de 1974. Nesta perspectiva, complementam a memória que nos foi legada por organismos oficiais do Estado ou outras organizações, nomeadamente partidos políticos, sobre o papel do sindicalismo no país. Estudar e conhecer os seus arquivos é abrir caminho para o aprofundamento da essência e dos contornos da vida sindical, dos seus antecedentes históricos, da tentativa de controle pelo Estado ou pelos partidos, das suas estruturas e dos seus agentes, das suas perspectivas ideológicas, dos limites e do alcance da sua intervenção na sociedade portuguesa, dos seus instrumentos de pressão, das suas ligações internacionais, etc.» Cfr. PENTEADO, Pedro. Os Arquivos dos Sindicatos: Uma Memória a Proteger e Valorizar. *CGTP Cultura*. Lisboa: CGTP-IN, Junho 2007, p. 5 (também pode ser consultado em: <http://www.cgtp.pt/images/stories/imagens/2007/06/cgtpcultura06.pdf>). «Eles [os arquivos sindicais] preservam perdas irreparáveis para quem queira conservar as fontes de evidência e prova de atividades e eventos e constituem repositórios da memória individual e coletiva, bases da identidade nacional e suportes de investigação científica. São necessários para fortalecer uma cidadania responsável e fatores de desenvolvimento democrático.» Cfr. LIMA, Marinús Pires de. A Importância dos Arquivos Sindicais. *CGTP Cultura*. Lisboa: CGTP-IN, Junho 2007, p. 4 (também pode ser consultado em: <http://www.cgtp.pt/images/stories/imagens/2007/06/cgtpcultura06.pdf>).

## CAPÍTULO 9

### **Os arquivos da Confederação Sindical de Comissões Operárias (CC.OO.) da Espanha. A rede de arquivos históricos e o patrimônio documental da CC.OO.**

**José Antonio de Mingo Blasco\***

Uma das medidas impostas pela ditadura franquista, quando acabou a Guerra Civil em 1939, foi a dissolução dos sindicatos de classe. Ao mesmo tempo, seus bens foram tomados e os sindicalistas perseguidos e aprisionados. Os direitos conseguidos pelos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX foram banidos. O “Novo Estado” fascista que se construía tentou conciliar os interesses de trabalhadores e empresários através de um novo sindicalismo e uma nova legislação. Ambos pretendiam acabar com as opiniões que divergiam do regime ou o questionavam, com o objetivo de conseguir a “paz social” mediante imposição.

Esta situação de controle e repressão permanente atingiu as formas de reivindicação e protesto dos trabalhadores. Diante desta difícil conjuntura, os trabalhadores começaram a utilizar as próprias estruturas sindicais criadas pelo Estado para reivindicar melhores condições de trabalho. Desta forma, a partir dos anos cinquenta e, sobretudo a partir dos anos sessenta, os trabalhadores participaram das eleições sindicais e utilizaram as bases do Sindicalismo Vertical para se organizarem e obter melhorias no campo trabalhista. O surgimento das Comissões Operárias nas empresas foi fundamental em todo este processo. A tardia criação da Confederação Sindical de Comissões Operárias (CC.OO.) contrasta com a história das outras centrais sindicais surgidas no final do século XIX e princípio do XX, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Confederação Nacional do Trabalho (CNT). A CC.OO. tem um papel destacado na história recente do nosso país. Mostras disso se observam no contexto de seu aparecimento, a partir dos anos cinquenta, na sua contribuição para a obtenção de liberdades políticas e sociais e na sua participação ativa na transição democrática.

---

\* Arquivista do Arquivo de História do Trabalho da Fundación 1º de Mayo de CC.OO.

---

A recuperação e preservação da memória e da história das CC.OO. passam, necessariamente, pela preservação de seu patrimônio documental. Este patrimônio apresenta uma dupla característica. Em primeiro lugar, inclui documentos produzidos antes da legalização da central sindical. Estes documentos iniciais foram produzidos clandestinamente e são únicos e exclusivos. Não se apresentam, na maioria das vezes, como séries documentais continuadas e, por razões muito conhecidas, as séries estão incompletas devido à eliminação e destruição de documentos. A maioria destes documentos esteve (e em parte, ainda está) em mãos de particulares, correndo o risco de desaparecer. Outra parte do patrimônio documental das CC.OO. é constituído pela documentação que se tem produzido desde 1977, data na qual a central sindical foi legalizada. A partir deste momento, as Comissões Operárias se transformam em uma organização sindical legal, com um estatuto e um regulamento de gestão que cria uma documentação seriada e com continuidade estabelecida. Desta forma, a recuperação e preservação da documentação estão claramente estipuladas e garantidas.

A Confederação Sindical de Comissões Operárias (CC.OO.) era consciente da necessidade de criar um organismo que ajudasse a conservar este importante patrimônio documental. Assim, os Arquivos Históricos da Confederação Sindical de Comissões Operárias foram criados no final dos anos oitenta, permanecendo desde 1997 integrados a uma rede descentralizada orgânica e territorialmente. A rede funciona coordenadamente de acordo com normas básicas e com objetivos de adotar critérios arquivísticos homogêneos. Ela conta com o referendo institucional das CC.OO, já que a Comissão Executiva Confederal aprovou em junho de 1997 o funcionamento da Rede de Arquivos Históricos junto com o regulamento do patrimônio histórico documental da central.

Tal e como indicamos, os Arquivos Históricos trabalham para recuperar, organizar, preservar e difundir o patrimônio documental da Confederação. É muito importante resgatar aqueles primeiros documentos nos quais aparecem as palavras CC.OO. em particular e, em geral, aqueles onde se reflete a luta dos anos sessenta e setenta a favor da democracia. Este trabalho, tão necessário quanto dificultoso, é o que se realiza nos Arquivos. Como indicamos anteriormente, em muitos casos são documentos que se encontram em mãos de particulares. Estas pessoas conservam estes documentos por seu valor sentimental e em lugares que não apresentam ótimas condições de segurança. Graças à colaboração desinteressada de muitas pessoas e à insistência e trabalho que se realiza nos Arquivos, muitos destes documentos foram recuperados: panfletos, fotografias e inclusive a voz dos protagonistas através das coleções de fontes orais. Trata-se de uma documentação que tem um incontestável valor histórico, dada sua natureza e valor testemunhal.

Os Arquivos das CC.OO. não guardam somente a documentação relacionada com a instituição, mas também se convertem em parte da memória histórica de aspectos relacionados com a evolução do mundo do trabalho durante o franquismo e a transição, assim como a “memória democrática” dos movimentos de oposição à ditadura. Assim, existe documentação relativa a diversas entidades relacionadas com a ação política, cidadã e sindical dos trabalhadores. Deste modo, os Arquivos recuperaram e guardam documentação dos órgãos de representação operária junto às empresas, de escritório de advogados trabalhistas, de organizações políticas do movimento operário e de outros movimentos sociais durante o franquismo e a transição democrática na Espanha. O conjunto apresenta mais de 2.000 metros lineares de documentos. Destes, 1.680 metros lineares correspondem as CC.OO. Toda esta documentação constitui um patrimônio indispensável para o conhecimento da história social espanhola, uma base para a reflexão e a análise teórica e um estímulo para a pesquisa.

Os Arquivos Históricos da Rede dispõem ainda de arquivos gráficos, fotográficos, orais e audiovisuais. Também contam com importantes hemerotecas formadas por publicações da imprensa legal e ilegal, de caráter sindical, social e político. Além disso, dispõem de bibliotecas auxiliares que incluem monografias sobre a história do sindicalismo, do mundo do trabalho e dos movimentos sociais, além de outras obras de referência e instrumentos de acesso (guias, catálogos, etc.) a outros arquivos análogos na Espanha e na Europa.

A Rede de Arquivos Históricos desenvolve ademais, atividades no terreno da difusão e da investigação histórica. Entre essas atividades destacam publicações de estudos, exposições e organização de jornadas de debate. Regularmente, desde 1992, são organizados os “Encontros de Pesquisadores do Franquismo”, fundamentais para a pesquisa, revisão e apresentação de novas propostas historiográficas entre os estudiosos do franquismo. Para a realização destas atividades, são promovidos e estabelecidos acordos de colaboração com administrações, universidades e entidades privadas.

O trabalho que os Arquivos realizam é necessário para recuperar a história dos trabalhadores durante o franquismo. Não obstante, seu trabalho se completa com a gestão e o tratamento da documentação que as CC.OO. produz atualmente. Desta maneira, convertem-se em instrumento adequado e necessário para preservar a memória dos trabalhadores e do sindicalismo, ao mesmo tempo em que definem e estimulam o surgimento de propostas de gestão documental que se constituam em um instrumento próprio da estratégia organizativa da Confederação.

---

## **Fundos e coleções dos Arquivos Históricos das CC.OO.**

Os Arquivos Históricos da Rede conservam fundos de arquivo procedentes de numerosas organizações e entidades e são reunidos em agrupamentos de fundos para facilitar a sua descrição. É necessário esclarecer que, pelas características das organizações que produziram a documentação a qual nos referimos – quer dizer, nem todas são entidades ou instituições com uma atividade dilatada no tempo, assim, como pela própria particularidade do período da ditadura franquista, que lhes obrigou a desenvolver uma atividade à margem da legislação então vigente – estes fundos são muito incompletos ou, por vezes, constituem-se de documentos soltos, que em alguns casos poderiam receber o tratamento de coleções.

Os fundos e coleções sob a custódia dos Arquivos das CC.OO. são os seguintes:

1. Sindicatos;
2. Órgãos de representação operária nas empresas;
3. Empresas;
4. Assessorias e advogados trabalhistas;
5. Organizações políticas;
6. Movimentos sociais;
7. Igreja e movimentos cristãos;
8. Associações profissionais;
9. Fundos especiais e coleções.

### **1. Fundos Sindicais**

O principal objetivo destes Arquivos é a recuperação, preservação e difusão da documentação das CC.OO. com especial interesse nos documentos do período da clandestinidade – convencionalmente situado entre os primeiros anos da década de cinquenta e 1977. Para cumprir estes objetivos, foram solicitados documentos daquele período àqueles membros das Confederações Operárias que os mantinham guardados. Devido à dupla militância de muitos de seus membros e de sua trajetória sindical e trabalhista, foi possível recuperar documentos de outros movimentos sindicais, de movimentos cidadãos, de partidos políticos, etc.

#### **1.1 Confederação Sindical de Comissões Operárias – CC.OO.**

As Comissões Operárias iniciaram suas atividades ao final da década de cinquenta como um movimento espontâneo de trabalhadores oriundos de fábricas, minas e do campo para reivindicar melhorias trabalhistas às direções das empresas. Por ser resultado de dinâmicas históricas diferenciadas, a constituição de formas de

organização mais estáveis em diferentes regiões do país ocorreu em datas distintas. Estes grupos já podem ser encontrados em Astúrias e Andaluzia em 1962; no país Vasco e na Galícia em 1963; na Catalunha e em Madri em 1964, e posteriormente na Comunidade Valenciana e outras comunidades autônomas. As Comissões Operárias apresentaram candidaturas nas eleições sindicais desde 1963, com o objetivo de introduzirem-se na estrutura da Organização Sindical Espanhola (“Sindicato Vertical”), atuando de forma “tolerada parcialmente”, até que uma sentença do ano 1967 do Supremo Tribunal as declarou fora de lei. Permaneceram como uma organização clandestina, mas com vontade de atuar publicamente, até abril de 1977, data na qual serão legalizadas quando foi acatada a então aprovada Lei Orgânica de Liberdade Sindical.

Durante a etapa na qual as Comissões Operárias eram um movimento de trabalhadores de caráter sócio-político, a documentação gerada é a constituída pelos manifestos, convocatórias, comunicados e relatórios dos órgãos da direção deste movimento em diferentes momentos: inter-comissões, comissões delegadas ou coordenadas, também as atas das assembleias nos locais de trabalho, expedientes de greves, de convênios coletivos, etc.

A partir da sua legalização, a organização das Comissões Operárias vai se definindo e se tornando mais complexa, estruturando-se em territórios e ramos de produção. Como produto das suas atividades, em cada uma de suas estruturas encontra-se:

- Documentação produzida pelos órgãos de direção e representação: definem a política sindical das Comissões Operárias e resolvem sobre os temas-chave.
- Documentação gerada nas várias secretarias - Secretaria-Geral, Organização, Ação Sindical, Formação, Emprego, Mulher e outras -, que reflete as estratégias da ação sindical nas diversas áreas de trabalho: negociação coletiva, conflitos coletivos, eleições sindicais, afiliação e outras.

Sobre a procedência dos fundos é necessário destacar que a recuperação da documentação da época da ditadura é um trabalho difícil, tanto pela dispersão geográfica como pelo estado de conservação. Em muitos casos, a documentação foi reunida a partir de doações de militantes; em outros, as distintas estruturas da organização foram capazes de custodiar e transferir seus fundos para os Arquivos.

Para a documentação gerada a partir da legalização, a preservação é logicamente mais fácil a partir do momento em que as múltiplas organizações da Confederação se interessam pela sua documentação e a preservam, transferindo-a para seus Arquivos e respeitando o ciclo vital dos documentos. Neste sentido, os Arquivos Históricos estão cumprindo também as funções de arquivos intermediários.

O objetivo é a definição e execução de um sistema integrado pelo qual seja abordado, desde um ponto de vista da estratégia organizativa das CC.OO. a gestão documental e o tratamento.

	Datas Limites	Nº Caixas
<b>1.1 Fundos Confederação Sindical de Comissões Operárias – CC.OO.</b>	<b>1963 - 1999</b>	<b>10.531</b>
Arquivo de História do Trabalho	1969 - 1997	3.129
Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia	1963 - 1992	2.098
Arquivo Histórico das CC.OO. da Astúrias	1963 - 1981	10
Arquivo Histórico das CC.OO. da Galícia	1966 - 1999	250
Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha	1966 - 1984	1.044
Arquivo Histórico Sindical “José Luis Borbolla”	1966 -	4.000

	Datas Limites	Nº Caixas	Livros
<b>1.2 Fundos de outras Organizações Sindicais</b>	<b>1940 - 1987</b>	<b>929</b>	<b>40</b>
Arquivo de História do Trabalho	1945 - 1986	306	
Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia	1944 - 1987	397	40
Arquivo Histórico do Sindicato Nacional das CC.OO. da Galícia	1940 - 1977	102	
Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha	1956 - 1980	124	

## 2. Órgãos de Representação nas Empresas

Este agrupamento é formado pelos documentos produzidos pelos Tribunais Arbitrais de Empresa e pelos Comitês de Empresa.

### 2.1 Tribunais Arbitrais de Empresa

Em 1953, promulgou-se o Regulamento do Tribunal Arbitral de Empresa, sendo implantado em empresas com mais de mil trabalhadores e, paulatinamente até 1970, para aquelas com mais de cinquenta trabalhadores. O Tribunal Arbitral de Empresa, segundo o Regulamento, “será convocado para alcançar a harmonia na convivência no seio da empresa, o aumento da produção e o desenvolvimento da nossa economia”. Era composto pelo presidente, cargo que recaía sobre o “proprietário da empresa, gerente ou pessoa delegada”, e os vogais, representados pelos vários grupos profissionais de trabalhadores. Suas funções consistiam em propor à

direção todas aquelas medidas consideradas adequadas para o aumento da produção, a melhoria da qualidade, o aumento dos índices de rendimentos, etc. Desta forma, tratava também das reclamações formuladas pelos trabalhadores. A partir da Lei de Acordos Coletivos de 1958, os tribunais arbitrais de empresa participarão na negociação dos convênios coletivos.

Seguindo as funções que se originam no Regulamento, a documentação gerada são as atas de reunião dos Tribunais Arbitrais de Empresa e das diversas Comissões: de Segurança e Higiene, de Adicional Familiar, Examinadora do Acordo Coletivo, etc., assim como expedientes de eleições sindicais, de reclamação de trabalhadores, de regulação de emprego, entre outras.

Estes fundos foram recebidos pelos arquivos através de doações, muitas de membros dos Tribunais Arbitrais, que guardaram os documentos após o fechamento da empresa, outros pelos Comitês de Empresa que eram seus guardiões.

	Datas Limites	Nº Caixas
<b>2.1 Fundos dos Tribunais Arbitrais de Empresa</b>	<b>1942 - 1979</b>	<b>169</b>
<b>Arquivo de História do Trabalho</b>	1942 - 1977	49
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia</b>	1960 - 1977	23
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Astúrias</b>	1964 - 1977	2
<b>Arquivo Histórico do Sindicato Nacional das CC.OO. da Galícia</b>	1960 - 1976	11
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha</b>	1952 - 1977	52
<b>Arquivo Histórico Sindical "José Luis Borbolla"</b>	1954 - 1978	32

## 2.2 Comitês de Empresa

Após a Lei de Liberdade Sindical de abril de 1977, o Decreto-Lei de 2 de junho de 1977 proporcionou os meios para que se realizassem as primeiras eleições democráticas para eleger o Comitê de Empresa como órgão representativo dos trabalhadores no âmbito de empresas com mais de cinquenta trabalhadores. Este decreto esteve vigente até a aprovação de um regime definitivo: o Estatuto dos Trabalhadores (Lei nº 8 de 10 de maio de 1980). Segundo referido Estatuto, o Comitê de Empresa tem o direito de receber informação sobre a evolução geral do setor econômico ao qual a empresa pertence e sobre a situação particular de cada uma delas, tendo acesso ao balanço, aos resultados e outros documentos. O Comitê pode emitir pareceres das decisões a tomar sobre assuntos relativos ao pessoal e à organização do trabalho. Além do mais, exerce uma função de vigilância sobre o cumprimento das normas vigentes em matéria trabalhista e de Seguridade Social, participando também na gestão de

obras sociais estabelecidas na empresa para o benefício dos trabalhadores.

A documentação gerada consiste em atas de reunião do Comitê de Empresas e relatórios emitidos sobre re-estruturação de quadro, redução de jornada, formação profissional da empresa, sistema de organização e controle do trabalho, estabelecimento de metas, etc., além das atas das distintas comissões criadas para vigiar o cumprimento das normas e a consecução dos objetivos: Comissão de Segurança e Higiene, Comissão de Valorização de Postos de Trabalho, Comitê de Organização, Comitê de Tempo, Comissão de Abastecimento, Comitê de Assistência Social. Os fundos dos Comitês de Empresa foram entregues aos Arquivos pelos próprios Comitês de Empresa.

	Datas Limites	Nº Caixas
<b>2.2 Fundos de Comitês de Empresa</b>	<b>1977 - 1999</b>	<b>384</b>
<b>Arquivo de História do Trabalho</b>	1977 - 1995	251
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia</b>	1977 - 1994	70
<b>Arquivo Histórico do Sindicato Nacional das CC.OO. da Galícia</b>	1978 - 1999	5
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha</b>	1977 - 1984	52
<b>Arquivo Histórico Sindical “José Luis Borbolla”</b>	1978 - 1996	6

### 3. Empresas

Nos Arquivos Históricos das CC.OO. se preservam também fundos de empresas. A origem destes fundos costuma ser o interesse dos Arquivos em recuperar documentos em risco de desaparecimento pelo fechamento das mesmas. Nestes fundos se encontra documentação referente ao processo e controle da produção, inventários, livros de registro, faturas, livros e expedientes de pessoal, etc.

	Datas Limites	Nº Caixas	Livros
<b>3. Fundos de Empresas</b>	<b>1912 - 1993</b>	<b>309</b>	<b>50</b>
<b>Arquivo de História do Trabalho</b>	1922 - 1993	173	
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia</b>	1914 - 1968	20	50
<b>Arquivo Histórico do Sindicato Nacional das CC.OO. da Galícia</b>	1984 - 1966	44	
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha</b>	1912 - 1989	72	

#### **4. Assessorias e Advogados Trabalhistas**

O Decreto-Lei de 13 de setembro de 1936 do governo franquista declara fora da lei todos os partidos políticos, agrupamentos políticos e sociais que haviam integrado a Frente Popular. Nos anos da guerra, os Tribunais Militares estabeleceram jurisprudência na repressão e todos aqueles que se opuseram à rebelião militar de Franco eram réus do crime de “rebelião militar”. Com a Lei de “Responsabilidades Políticas” de 29 de fevereiro de 1939, amplia-se a lista dos delitos. Pela Lei de 2 de março de 1940 é criado um Tribunal para a repressão da maçonaria e do comunismo com o propósito de reprimir as organizações de oposição ao regime. Em 1944, outros crimes são incluídos no Código Penal: a greve, a associação ilegal, a propaganda ilegal e a reunião ilegal.

Os “crimes” políticos e sindicais que haviam sido julgados pelos Tribunais Militares ou por jurisdições especiais passaram à competência do Tribunal de Ordem Pública (TOP) desde dezembro de 1963, o qual se converteu no principal instrumento repressivo da atividade sindical e política da etapa final da ditadura, mantendo-se em vigor até 1976.

No âmbito trabalhista, até a lei de Procedimento Trabalhista de 1958, os Serviços Jurídicos da Organização Sindical monopolizavam a representação e assistência dos trabalhadores nos processos contencioso-trabalhistas. A desconfiança dos trabalhadores pela conivência destes Serviços com a patronal e sua submissão à linha política de poder fez que, desde seus princípios, as Comissões Operárias vissem a necessidade de criar escritórios trabalhistas independentes do sindicato vertical, ou bem, da utilização daqueles escritórios de advogados que já estavam funcionando e que oferecessem assessoria jurídica e assistência aos trabalhadores ante a Magistratura do Trabalho.

A documentação destes fundos é formada fundamentalmente por expedientes de defesa de militantes anti-franquistas levados por advogados perante o Tribunal de Ordem Pública e expedientes de demandas ante a Magistratura do Trabalho. A documentação dos expedientes do TOP é uma fonte de informação importante para o conhecimento da oposição ao regime, pois contém dados referentes às detenções e relatórios das Brigadas de Investigação Social, das Comarcas da Guarda Civil, das defesas dos advogados e as sentenças do Tribunal.

Nos expedientes de demandas interpostos à Magistratura do Trabalho se incluem dados sobre salários, gratificações voluntárias, etc., que permitirão reconstruir salários reais. Também nos dão informação sobre sanções e regulamentos de empresa que ajudam a revelar o marco das relações trabalhistas, além dos modelos e pautas de litígios registrados em diversos setores, assim como provas documentais

da repressão patronal em suas diferentes variantes. Estes fundos foram doados aos Arquivos pelos próprios advogados ou seus familiares.

	Datas Limites	Nº Caixas
<b>4. Fundos de Assessorias e Advogados Trabalhistas</b>	<b>1942 - 1985</b>	<b>751</b>
<b>Arquivo de História do Trabalho</b>	1963 - 1985	595
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia</b>	1952 - 1977	8
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha</b>	1960 - 1980	77
<b>Arquivo Histórico do Sindicato Nacional das CC.OO. da Galícia</b>	1968 - 1982	32
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. das Astúrias</b>	1977 - 1979	22
<b>Arquivo Histórico Sindical “José Luis Borbolla”</b>	1942 - 1982	17

## 5. Organizações Políticas

Neste agrupamento de fundos, encontra-se a documentação produzida por um grande número de organismos, comitês, coletivos, grupos, assembleias de natureza política. Uma grande porcentagem corresponde à documentação produzida por organizações que desenvolveram sua atividade durante a ditadura franquista e que continuaram seu trabalho após a aprovação da Lei de Liberdade de Associação Política, de abril de 1977; outra documentação corresponde às organizações criadas a partir desta Lei. Os documentos produzidos por estas organizações são: manifestos, convocatórias, relatórios, atas, expedientes e dossiês. Todos estes fundos foram entregues aos Arquivos por doação ou depósito de pessoas, de entidades e de associações.

	Datas Limites	Nº Caixas
<b>5. Fundos de Organizações Políticas</b>	<b>1931 - 1999</b>	<b>874</b>
<b>Arquivo de História do Trabalho</b>	1973 - 1986	45
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia</b>	1931 - 1985	665
<b>Arquivo Histórico do Sindicato Nacional das CC.OO. da Galícia</b>	1940 - 1999	48
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha</b>	1932 - 1980	116
<b>Arquivo Histórico Sindical “José Luis Borbolla”</b>		17

## 6. Movimentos Sociais

Os diferentes agrupamentos foram definidos a partir das organizações e grupos geralmente de caráter cidadão – alguns legais, outros tolerados e uns terceiros ilegais –, atendendo à natureza de suas atividades e de suas características específicas. A maioria destas organizações e grupos surgidos durante os anos sessenta e setenta conforma o que veio a denominar-se “novos movimentos sociais”, cuja aparição e desenvolvimento tiveram lugar apesar da particular situação política e institucional do nosso país. As tipologias documentais localizadas neste fundo vão de manifestos e convocatórios até relatórios e correspondência. Estes fundos chegaram aos Arquivos por doação ou depósito de pessoas, de entidades e associações.

	Datas Limites	Nº Caixas
<b>6. Fundos de Movimentos Sociais</b>	<b>1957 - 1987</b>	<b>249</b>
Arquivo de História do Trabalho	1971 - 1977	5
Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia	1957 - 1987	8
Arquivo Histórico do Sindicato Nacional das CC.OO. da Galícia	1968 - 1978	6
Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha	1966 - 1985	230

## 7. Igreja e de Movimentos Cristãos

Estes fundos correspondem à documentação produzida pela atividade de diferentes instituições da Igreja Católica durante a ditadura franquista, assim como dos movimentos cristãos de base entre os anos 1969-1976. Foram cedidos e depositados por pessoas e instituições eclesíásticas e organizações cristãs.

<b>7. Fundos da Igreja e de Movimentos Cristãos</b>	Datas Limite	Nº Caixas
Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha	1969 - 1976	25

## 8. Associações Profissionais

Os vínculos entre movimento sindical e profissional do direito, da economia, do ensino, etc., propiciaram que entre a documentação recebida pelos Arquivos das CC.OO. se encontrem uma parte que se refere a associações profissionais.

<b>8. Fundos de Associações Profissionais</b>	Datas Limites	Nº Caixas
Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha	1969 - 1976	16

## 9. Fundos Especiais e Coleções

Nesta seção, encontra-se a documentação de natureza diferente (gráfica, fotográfica, audiovisual, etc.). Sua procedência também é heterogênea, pois foi formada a partir da documentação de diversas organizações, da doação ou depósito de colecionadores, da criação dos próprios Arquivos, entre outras. O termo “arquivos” é empregado quando seria mais preciso falar de coleções ou simplesmente de grupos de documentos.

Em todos os Arquivos se preservam objetos das diferentes organizações como bandeiras, insígnias, carimbos, carnês, etc.

<b>9. Fundos Especiais e Coleções Fatuais</b>	<b>Datas</b>	<b>Unidades</b>
<b>Arquivo de História do Trabalho</b>		
Arquivo Gráfico (Coleção de cartazes, adesivos)	1948 - 2000	3.839
Arquivo Fotográfico	1969 - 2000	75.000
Arquivo Filmográfico (Vídeos e filmes)	1937 - 2008	270
Arquivo Sonoro	1978 - 2008	580
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia</b>		
Arquivo Gráfico (Coleção de cartazes, adesivos)	1936 - 1995	4.000
Arquivo Fotográfico	1975 - 1982	16.700
Arquivo de Fonte Oral: Coleção Biografias Operárias (1936-1975). Entrevistas		57
<b>Arquivo Histórico do Sindicato Nacional das CC.OO. da Galícia</b>		
Arquivo Gráfico (Coleção de cartazes, adesivos)		700
Arquivo Fotográfico	1949 - 1999	600
Arquivo Sonoro	1974 - 1995	54
<b>Arquivo Histórico das CC.OO. da Catalunha</b>		
Arquivo Gráfico (Coleção de cartazes, adesivos)	1970 - 1999	3.292
Arquivo Fotográfico		5.200
Arquivo Filmográfico (Vídeos e filmes)	1954 - 1999	140
Arquivo Sonoro: Coleções de Fontes Orais (entrevistas)		223

<b>Arquivo Histórico Sindical “José Luis Borbolla”</b>		
Arquivo Gráfico (Coleção de cartazes, adesivos)	1938 -	1.035
Arquivo Sonoro (fitas cassetes de 60’)	1977 - 1992	211
Arquivo Filmográfico (Vídeos e filmes)	1995 -	16
Arquivo Fotográfico	1972 -	420

**Membros da Rede de Arquivos Históricos das CC.OO.**

**Fundación 1º de Mayo**

**Archivo de Historia del Trabajo**

**Endereço:** Calle: Arenal, 11 1ª Planta

Localidade: Madri

Província: Madri

Código Postal: 28013

**Comunidade Autônoma:** Madri

**Telefone:** (34)913640601 e (34)913640608

**Fax:** (34)913641350

**Correio Eletrônico:** <mailto:jbabiano@1mayo.ccoo.es> e [jdemingo@1mayo.ccoo.es](mailto:jdemingo@1mayo.ccoo.es)

**Página web:** [www.1mayo.org](http://www.1mayo.org)

**Horário de abertura ao público:**

Meses: setembro a julho Dias da semana: segunda a quinta-feira

Horas: 9 às 14 horas e 16 às 18 horas Sextas-feiras: 9 às 14 horas

Fechado ao público: agosto, feriados e 24 e 31 de dezembro.

**Acesso:** Livre

**Diretor/Responsável:** José Babiano Mora

Data de nomeação: 09/1995

**Fundação:** 03/05/1989

**Normas:** Normas Reguladoras do Patrimônio Documental das Comissões Operárias (CC.OO.) e de sua Rede de Arquivos Históricos (14/11/1998)

**Estrutura Orgânica do Arquivo:**

Direção

Gerência e Administração

Serviço de Reprografia

Biblioteca Auxiliar e Hemeroteca

Materiais Especiais

---

Departamento de Análise e Tratamento Documental  
Departamento de Assessoramento e Gestão Documental  
Departamento de Investigação e Atividades Culturais

**Hemeroteca:** dispõe de 1.738 títulos da imprensa sindical e boletins clandestinos do movimento operário na Espanha.

**Biblioteca Auxiliar:** conta com 6.800 registros bibliográficos.

**Archivo Histórico de CC.OO. de Andaluzia. Fundación de Estudios Sindicales**

**Endereço:** Calle: Japón 37

Localidade: Sevilha

Província: Sevilha

Código Postal: 41020

**Comunidade Autônoma:** Andaluzia

**Telefone:** (34) 954401619

**Fax:** (34)954210616

**Correio Eletrônico:** [fundesindicales-an@and.ccoo.es](mailto:fundesindicales-an@and.ccoo.es)

**Horário de abertura ao público:**

Meses: janeiro a dezembro

Dias: segunda a sexta-feira

Horas: 9 às 14 horas

Fechado ao público: agosto, feriados e 24 e 31 de dezembro.

**Acesso:** livre

**Diretor/Responsável:** Eloísa Baena Luque

Data de nomeação: 07/04/1992

**Fundação:** 07/04/1992

**Normas:** Normas Reguladoras do Patrimônio Documental de Comissões Operárias (CC.OO.) e de sua Rede de Arquivos Históricos (14/11/1998). Regulamento do Sistema Andaluz de Arquivos (Decreto 97/2000. BOJA 11/04/2000).

**Instrumentos de Descrição:**

Catálogo de Publicações Periódicas do Arquivo Histórico das CC.OO. da Andaluzia, Sevilha 2000.

**Estrutura Orgânica do Arquivo:**

Direção

Área de Gestão Documental

Área de Investigação e Conservação

Serviço ao Usuário

**Hemeroteca:** dispõe de 2.300 títulos de publicações de organizações sindicais e políticas editadas desde princípios do século XX, ainda que a maior parte corres-

ponda ao período do franquismo e à transição espanhola.

**Biblioteca Auxiliar:** conta com uma biblioteca de mais de 6.000 títulos, dos quais somente estão catalogados 1.300 por impossibilidade de adequada instalação. Especializada em sindicalismo, história política, teoria política e econômica.

**Archivo Histórico de CC.OO. de Asturias - Fundación Juan Muñiz Zapico**

**Endereço:** Santa Teresa 15, bajo, 33005 - Oviedo, Asturias

**Comunidade Autônoma:** Astúrias

**Telefone:** (34)985 257 199 **Fax:** (34)985 242 391

**Correio Eletrônico:** [fundacion.jmz@asturias.ccoo.es](mailto:fundacion.jmz@asturias.ccoo.es)

**Página web:** <http://www.fundacionjuanmunizzapico.org>

**Diretor/Responsável:** Benjamín Gutiérrez Huerta

Data de nomeação: 14/07/2003

**Fundação:** 22/06/1992

**Normas:** Normas Reguladoras do Patrimônio Documental de Comissões Operárias (CC.OO.) e de sua Rede de Arquivos Históricos (14/11/1998).

**Biblioteca Auxiliar:** dispõe de 800 volumes dedicados ao estudo das relações trabalhistas, aspectos culturais, sócio-políticos e propriamente históricos do mundo operário e sindical especialmente no âmbito asturiano.

**Archivo Histórico del Sindicato Nacional de CC.OO. de Galiza - Fundación 10 de Marzo**

**Endereço:** Calle: Via Pasteur, 45-B (Polígono Industrial del Tambre)

Localidade: Santiago de Compostela (A Coruña) Província: A Coruña

Código postal: 15890

**Comunidade Autônoma:** Galiza

**Telefone:** (34)981574082

**Correio Eletrônico:** [f10m.sn@galicia.ccoo.es](mailto:f10m.sn@galicia.ccoo.es)

**Página web:** <http://www.galicia.ccoo.es/f10m>

**Horário de abertura ao público:**

Meses: janeiro a dezembro

Dias: segunda a sexta-feira

Horário: 9 às 14 horas

Fechado ao público: agosto, feriados e 24 e 31 de dezembro

**Acesso:** Livre

**Diretor/Responsável:** Victor Santidrián

Cargo: Diretor da Fundação 10 de Marzo

Data de nomeação: Março de 2005

---

**Fundação:** 25/06/1991

**Normas:** Normas Reguladoras do Patrimônio Documental de Comissões Operárias (CC.OO.) e de sua Rede de Arquivos Históricos (14/11/1998).

**Instrumentos de Descrição – Guia do Arquivo:** Boletim informativo do Arquivo Histórico do Sindicato Nacional de *Comisións Obreras* de Galicia, Santiago de Compostela, Fundación 10 de Marzo, 1995.

**Estrutura Orgânica do Arquivo:**

Direção

Departamento de Investigação e Atividades Culturais

Serviço ao Usuário

**Hemeroteca:** conta com 1.700 publicações. São revistas e periódicos editados pelas diferentes estruturas do sindicato – tanto da Confederação como do Sindicato Nacional –, de outras organizações sindicais, de instituições públicas, de história e ciências sociais.

**Biblioteca Auxiliar:** dispõe de 3.500 volumes; especializada em temas de caráter sócio-político, do mundo do trabalho industrial e do sindicalismo. Os livros são classificados em quatro grandes temas: história, direito e legislação, sócio-econômica e partidos políticos.

**Arxiu Històric d CC.OO. d Catalunya - Fundació Cipriano García**

**Endereço:** Vía Laietana, 16. Planta -1

Localidade: Barcelona Província: Barcelona Código postal: 08003

**Comunidade Autônoma:** Catalunya

**Telefones:** (34)934812707 e (34)934812852

**Fax:** (34)934812879

**Correio Eletrônico:** [arxiu@conc.es](mailto:arxiu@conc.es)

**Página web:** <http://www.conc.es/arxiu/arxiu.html>

**Horário de abertura ao público:**

Meses: janeiro a julho e setembro a dezembro

Dias: segunda a sexta-feira

Horários: 09h30min às 13h 30min, 16h30min às 18h 30min

Fechado ao público: agosto, feriados e 24 e 31 de dezembro.

**Acesso:** Livre

**Diretor/Responsável:** Javier Tébar Hurtado

Data de nomeação: 01/05/1992

Responsável pela biblioteca: Juanma García Simal

**Fundação:** 1990

**Normas:** Estatutos da Fundação (1992) e Regulamento de consulta (1995).

Normas Reguladoras do Patrimônio Documental das Comissões Operárias (CC.OO.) e de sua Rede de Arquivos Históricos (14/11/1998). Regulamento de funcionamento (em elaboração).

### **Instrumentos de Descrição**

- Tébar Hurtado, Javier; García Simal, Juan Manuel; Jiménez Pirla, M. Lluïsa: Guía de l'Arxiu Històric de la CONC. Barcelona: Fundació Cipriano García – Arxiu Històric de la CONC, 1995.

- Catálogo de imprensa clandestina

### **Estrutura Orgânica do Arquivo:**

Direção

Área de Gestão Documental

Área de Investigação e Conservação. Grupos de Trabalho

**Hemeroteca:** Formada por 2.519 títulos que abrangem o período de 1945 até a atualidade. A maioria das coleções se refere à imprensa sindical e à política clandestina, mas também apresenta exemplares da imprensa de informação geral e especializada de cunho legal.

**Biblioteca Auxiliar:** os 5.960 volumes que a compõem fazem referência especificamente a temáticas relacionadas com o mundo do trabalho, a história do sindicalismo e as teorias políticas do século XX.

### **Arxiu Històric Sindical “José Luis Borbolla” Comissions Obreres del País Valencià. Fundació d Estudis Iniciatives Sociolaborals**

**Endereço:** Centre Sindical 1r de Maig (CC.OO. PV)

Calle Serrans, 13                      Código postal: 46003-Valencia

**Comunidade Autônoma:** Comunidade Valenciana

**Telefone e fax:** (34)963152036

**Correio Eletrônico:** bibliotecapv@pv.ccoo.es

**Diretor / Responsável:** J. Alberto Gómez Roda

Data de Nomeação: 21/05/2001

**Fundação:** 01/01/1986

**Normas:** - Estatutos V Congresso da CS CC.OO. PV (05/07/1992).

Normas Reguladoras do Patrimônio Documental das Comissões Operárias (CC.OO.) e de sua Rede de Arquivos Históricos (14/11/1998)

### **Instrumentos de Descrição:**

Guía do Archivo “José Luis Borbolla” de CC.OO. PV. Valencia, 1999 (inédito)

Catálogo del Archivo Alberto García Esteve. Sección Tribunal de Orden Público (inédito)

M<sup>a</sup> José Sigalat: Catàleg de la Biblioteca Sindical de CC.OO. PV. Benicull de

---

Xúquer: Set i Mig, 1998.

**Estrutura Orgânica do Arquivo**

Área de Biblioteca e Documentação

Área de Análise e Tratamento Documental

Área de Gestão Documental

Área de Investigação e Atendimento ao Usuário

Área de Administração

**Hemeroteca:** 996 títulos de publicações periódicas editadas por organizações sindicais e políticas desde 1960 até a atualidade.

**Biblioteca Auxiliar:** Dispõe de uma biblioteca com 3.854 volumes de temáticas relacionadas ao mundo do trabalho, a Biblioteca Ramiro Reig Armero de Ciências Sociais e História (aproximadamente 3.500 volumes), a Biblioteca Jurídica Alberto García Esteve e a Biblioteca Técnica da Federación Minerometalúrgica das CC.OO.PV (em depósito).

# PARTE V

AS UNIVERSIDADES E A PRESERVAÇÃO DOS  
ARQUIVOS DOS TRABALHADORES



## CAPÍTULO 10

### O mundo dos trabalhadores no acervo do CEDIC/PUC-SP

Ana Célia Navarro de Andrade\*

Dos anos de 1970 para cá, a maior aproximação das Universidades com a realidade social, incorporando problemáticas sociais e políticas como objetos de investigação científica, expressou-se na criação de Centros de Documentação universitários especializados em temáticas diversas, de acordo com as linhas de pesquisa priorizadas em cada Universidade.

Nesse sentido, a Universidade foi se firmando como mais um *local* de preservação do patrimônio documental, sobretudo de origem privada. Isso porque, ao mesmo tempo em que necessitava de tais documentos para o desenvolvimento de suas pesquisas, defrontava-se com a ausência de uma ação definida e sistemática de resguardo e difusão dessas fontes. Desse modo, foi preenchendo esse espaço e tornando-se um expressivo referencial na recuperação, organização e descrição de acervos dessa natureza.

Na PUC-SP, esse processo passou a assumir forma mais expressiva a partir dos anos 1980, correspondendo ao desenvolvimento de pesquisas na área de Ciências Humanas, que se voltavam para problemas políticos, econômicos e sócio-culturais.

A política de incentivo à pesquisa adotada pela Universidade gerou um grande número de projetos que passaram a acumular documentos e informações de maneira dispersa, e cujo acesso era prejudicado devido à impossibilidade de cada Programa, Departamento ou Núcleo de Pesquisa possuir uma infraestrutura adequada para sua reunião e disponibilização. Por outro lado, o desenvolvimento desses projetos levou à demanda por outros documentos de difícil acesso.

É nesse momento que ocorre a criação do Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” – CEDIC, através da Resolução da Reitoria Nº 87/80, de 5 de setembro de 1980, como resposta a essas

---

\* Historiadora do Cedic/PUC. Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

---

necessidades de rastreamento, reunião, organização e divulgação de acervos e referências antes não disponíveis.

O CEDIC tornou-se um centro de referências em torno das temáticas *Movimentos Sociais, Movimentos de Educação, Estudos Culturais e Urbanos*, como pode ser observado em seu guia de acervo. Vinculado diretamente à Vice-Reitoria Acadêmica da PUC-SP, ao longo de seus 28 anos de existência, o CEDIC passou por três fases distintas:

- **Primeira Fase – de 1980 a 1986:** atuou como Centro de Referência. Sob a coordenação do Prof. Dr. Geraldo Pinheiro Machado, o CEDIC não possuía acervo. Nessa fase, dois grandes projetos deram origem às publicações **Catálogo 1000 Títulos de Autores Brasileiros de Filosofia**, em 4 volumes (1983 a 1984) e **Catálogo de Teses e Dissertações da PUC-SP** (defendidas até 1985), em 7 volumes (1986). Além da coordenação de Pinheiro Machado, as ações do CEDIC eram deliberadas pelo CONDIC – conselho formado por docentes de diversas áreas da Universidade que, entre os anos de 1985 e 1986, repensaram o perfil do Centro de Documentação.

Em 1986, com a morte de Pinheiro Machado, a coordenação do CEDIC passa a ser desempenhada pela Prof<sup>a</sup> Dra. Yara Aun Khoury, do Departamento e Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP, dando início à segunda fase do Centro.

- **Segunda Fase – de 1986 a 1999:** integração dos equipamentos e do acervo do extinto Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica – NDPH, do Programa de Estudos Pós-graduados em História, formado por conjuntos documentais de movimentos sociais ligados à Igreja Católica (fundos Ação Católica Brasileira – ACB, Juventude Agrária Católica – JAC, Juventude Estudantil Católica – JEC, Juventude Independente Católica – JIC, Juventude Operária Católica – JOC e Juventude Universitária Católica – JUC), à educação (fundo Movimento de Educação de Base – MEB), e sobre questões políticas e sócio-culturais.

Nesse período, o CEDIC reformulou sua Equipe Técnica, substituindo as duas bibliotecárias por duas historiógrafas especialistas em organização de arquivos, ampliou seu quadro de funcionários e deu início às atividades de tratamento e ampliação do acervo e atendimento ao público. Realizou diversos projetos relacionados ao próprio acervo, ao acervo de terceiros e à infraestrutura do Centro,

contando com a participação de alunos de graduação em História, Ciências Sociais, Geografia e Letras, através do Programa Bolsa-Estágio (PBE-CGE) da PUC-SP e de bolsas de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento patrocinadas por agências de fomento como CNPq, FAPESP, Comissão Episcopal Adveniat (Alemanha) e pela própria Universidade, como as bolsas CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa). Iniciou a promoção de cursos de extensão na área de Arquivos e criou os Programas de Conservação e Reprografia e de Documentação Oral. Também ampliou a linha editorial com a elaboração e publicação de instrumentos de pesquisa

O Programa de Conservação e Reprografia estabelece procedimentos de rotina que visam à conservação dos diversos suportes documentais existentes no CEDIC. Realiza microfilmagem de preservação de parcela significativa de seu acervo, além de prestar serviços nessa área a instituições e pesquisadores.

O Programa de Documentação Oral dedica-se à reunião de documentos orais produzidos por pesquisadores e instituições que realizam projetos envolvendo esses registros. Nesse processo, também aplica a esse acervo organização e descrição arquivísticas e estimula a discussão a respeito de sua preservação e divulgação.

- **Terceira Fase – de 1999 até hoje:** com a inauguração da atual sede, graças ao desenvolvimento de dois Projetos de Apoio à Infra-estrutura para a Pesquisa – Infra IV, financiados pela FAPESP, o CEDIC quase triplicou sua área, ampliou sua infraestrutura, sua Equipe, o acervo e os serviços prestados, constituindo-se em um espaço de preservação de diferentes tendências e expressões da memória brasileira.

## **CEDIC: infraestrutura, acervo e serviços no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão.**

### **Infraestrutura**

Com a aprovação do Projeto Infra-IV da FAPESP, apresentado pela Vice-Reitoria Acadêmica, com o objetivo de ampliar e modernizar as instalações físicas da Biblioteca Central, da Videoteca e do Centro de Documentação da PUC-SP, em 1997, o CEDIC também pôde apresentar à FAPESP projeto paralelo, visando mobiliar e equipar suas novas instalações.

Inaugurada no dia 2 de dezembro de 1999 pelo Reitor Prof. Dr. Antônio Carlos Caruso Ronca, a atual sede do Centro conta com espaços especializados, que podem ser utilizados por pesquisadores individuais ou por grupos de professores / pesquisadores de Programas de Pós-graduação e Núcleos de Pesquisa da Universidade:

- 
- Sala de Consulta: aberta ao público em geral. Nela é realizado o cadastro do pesquisador, que tem acesso aos instrumentos de pesquisa do Centro, tanto em papel quanto eletrônicos. É o espaço destinado à realização de consulta ao acervo e ao uso de equipamentos para leitura de microformas e audição de depoimentos orais. Esses serviços são gratuitos.
  - Sala de Reunião: espaço destinado à realização de reuniões internas e de grupos de professores / pesquisadores de Programas de Pós-graduação e/ou de Núcleos de Pesquisa, bem como de outros setores e órgãos da PUC-SP; recepção de visitantes e/ou grupos de profissionais / estudantes para realização de visitas técnicas; realização de cursos e treinamentos e, quando necessário, consultas especiais ao acervo.
  - Sala de Processamento Técnico: espaço destinado às atividades de tratamento do acervo, tais como: identificação e higienização do material, classificação, arranjo e descrição dos conjuntos documentais, além de serviços de reprografia para pesquisadores e/ou instituições.
  - Sala de Captação de Imagens: espaço voltado para a microfilmagem de documentos e para a digitalização de microformas e/ou documentos. Nesta sala também é realizada parte das atividades de controle de qualidade dos microfilmes produzidos, bem como serviços prestados a pesquisadores e/ou instituições.
  - Laboratório de Microfilmagem: laboratório montado para o processamento, duplicação e controle de qualidade dos microfilmes produzidos.
  - Laboratório de Documentação Oral: laboratório especialmente construído com isolamento acústico para identificação de depoimentos orais, processamento do acervo do programa de Documentação Oral e prestação de serviços de masterização e duplicação em cassete e em CD.

O CEDIC conta, ainda, com salas para a Equipe Técnica e para a Coordenação, que também prestam serviços de consultoria, ministram cursos / treinamentos em suas áreas de especialização, além de uma pequena copa e uma área reservada para o armazenamento de seu acervo e arquivo não corrente (Depósito), onde podem ser encontrados documentos pertencentes aos antigos cursos que formaram a PUC-SP, como Instituto Sedes Sapientiae e Faculdade de Direito São Bento, que

foram transferidos da Secretaria Geral de Registros Acadêmicos (SEGRAC) para o CEDIC, a fim de melhor atender aos pesquisadores interessados, além dos próprios funcionários daquele Setor.

## Acervo

Atualmente, o acervo do Centro de Documentação gira em torno de 700.000 documentos. Formado por Fundos, Coleções, Hemeroteca e Biblioteca de Apoio reúne documentos de naturezas, suportes e gêneros diversos, de forma integrada, em torno dos grandes temas preservados, otimizando o sistema de busca, que pode ser realizado tanto em sua sede, no bairro de Perdizes, em São Paulo/SP, quanto em seu site (<http://www.pucsp.br/cedic>).

### ▪ Fundos:

Os fundos pertencentes ao acervo são originados de pesquisas realizadas pela PUC-SP e por movimentos sociais ligados à Igreja Católica, movimentos estudantis, operários, rurais, de educação e por direitos humanos.

Destacamos, a seguir, alguns arquivos pertencentes ao acervo do CEDIC que, direta ou indiretamente, contribuem para o estudo do mundo dos trabalhadores:

Ação Católica Brasileira – ACB (1922-1967);
Associação Pró-Ensino Vocacional – APROEV (1986-1992);
Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul – CLAMOR (1970-1991) <sup>1</sup> ;
Juventude Agrária Católica do Brasil – JACB (1942-1967);
Juventude Estudantil Católica do Brasil – JECB (1938-[1974]);
Juventude Independente Católica do Brasil – JICB (1950);
Juventude Operária Católica – JOC (1947-1970);
Juventude Universitária Católica do Brasil – JUCB (1940-1968);
Movimento de Educação de Base – MEB (1961-1986);
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (1938-2008);
Relações Internacionais e do Trabalho – RENOV (1970-1986);
Renovação Cristã do Brasil – RCB (1961-1993);
Serviço do Ensino Público Vocacional do Estado de São Paulo – SEV (1961-1969).

### ▪ Coleções:

As coleções são formadas em torno de temas como grupos sociais e suas expressões culturais (índios, negros, migrantes e mulheres), vida urbana e luta pela terra.

Destacamos, a seguir, algumas coleções pertencentes ao acervo do Centro que, direta ou indiretamente, contribuem para o estudo sobre os trabalhadores, complementando, em sua maioria, as informações obtidas junto aos fundos:

Ação Católica Operária – ACO;	Movimento PUNK;
Ação Popular – AP;	Movimentos Comunitários;
Cartazes de Movimentos Sociais;	Movimentos de Trabalhadores;
Círculos Operários;	Movimentos Estudantis;
Comunidades Eclesiais de Base – CEBs;	Movimentos pela Terra;
Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo – DET-SP;	Movimentos pelos Direitos Humanos;
	Movimentos Sociais no Campo;
Educação Popular;	Pastoral da Terra;
Educação Pública;	Pastoral do Migrante;
Fotografias da JOC;	Pastoral Operária;
Fotografias da JUC;	Pastoral Universitária;
Fotografias de Monsenhor Enzo Gusso;	
Habitação Popular;	

▪ **Hemeroteca:**

A hemeroteca do CEDIC possui cerca de 2.000 títulos e mais de 50.000 exemplares. Especializada em periódicos alternativos, a coleção apresenta jornais, revistas e boletins de movimentos sociais, de Igreja, de cultura e de variedades, além de periódicos científicos (nas áreas de Ciências Sociais, História, Educação e Documentação – Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia).

Entre as principais coleções de periódicos do acervo, destacamos os títulos abaixo, que muito contribuem para o estudo do tema trabalhadores:

Bandeira de Luta	Pastoral Operária
Boletim da Pastoral Operária da Cidade de Itabira	Pastoral Operária Informa
	Pastoral Popular
Boletim Nacional da Pastoral Operária	Revista Sem Terra
Causa Operária	Solidaridad Obrera
Frente Operária	Tempo e Presença
Jornal dos Trabalhadores	Teto e Chão
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	O Trabalho
Juventude Trabalhadora	O Trabalhador
Luta de Classes	Trabalhadores
Movimento	Tribuna da Luta Operária
Movimento Contra a Carestia	Unidade da Classe Operária
Opinião	Unitrabalho Informa
O Pasquim	Voz da Unidade
Pastoral da Terra	A Voz do Trabalhador

▪ **Biblioteca de Apoio:**

A biblioteca de apoio do Centro está dividida em Biblioteca de Apoio à Documentação – BAD, composta por cerca de 870 volumes de apoio técnico às atividades de processamento do acervo; e em biblioteca de Apoio à Pesquisa – BA, que conta com aproximadamente 2.060 volumes, cujos títulos estão voltados para a área de memória social, mais especificamente para os temas abordados nos fundos e coleções do acervo.

**Serviços**

Desde sua criação, o CEDIC sempre esteve preocupado com o desenvolvimento da pesquisa na Universidade. Nesse sentido, seu setor de Apoio à Pesquisa e Difusão Cultural atua em três áreas distintas:

- **Elaboração de Referências:** desenvolve projetos para a produção de referências documentais sobre temas específicos, enfocando também acervos de outras instituições.
- **Treinamentos (cursos e oficinas, visitas técnicas, estágio):** oferece, em caráter permanente, treinamentos especializados nas suas áreas de atuação como: **1.** Curso de extensão cultural “Introdução à Política e ao Tratamento dos Arquivos”, dedicado à apresentação do universo teórico-metodológico da Arquivologia, ministrado desde 1992 através da COGEAE/PUC-SP. Nesses 17 anos de realização, já passaram pelo Curso cerca de 850 profissionais de instituições públicas e privadas, da cidade de São Paulo, do interior e de outros Estados. Atualmente o Curso é realizado em duas partes; na primeira, são apresentadas as disciplinas básicas necessárias para o trabalho com documentos de arquivos; na segunda, traz disciplinas complementares para o trabalho com documentos de arquivos específicos. **2.** Visitas monitoradas às dependências do Centro, fornecendo informações técnicas gerais e relevantes sobre sua estrutura física, seus equipamentos e rotinas de trabalho. Em 2007, o CEDIC recebeu cerca de 180 pessoas, entre profissionais e estudantes, individualmente ou em grupos. **3.** Estágios: programas específicos para profissionais da área e pesquisadores, além de estágios para alunos de graduação da própria Universidade através do Programa Bolsa-Estágio (PBE-CGE).
- **Divulgação e Intercâmbio:** O CEDIC mantém, regularmente, intercâmbio científico e técnico com instituições de documentação e pesquisa nacionais e internacionais, por meio de corres-

---

pondência, publicações, promoção e participação em eventos na área e participação em Grupos de Trabalho e Associações especializadas. Integra as atividades do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, assim como da Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP. A PUC-SP, através do CEDIC, é filiada ao Conselho Internacional de Arquivos – CIA, vinculada à Seção de Arquivos Universitários. Mais recentemente, a Coordenação e Equipe Técnica do CEDIC foram convidadas a participar das discussões do Grupo de Arquivos Universitários e Científicos – GAUC, presidido pelo SIARQ-UNICAMP.

Os principais serviços prestados pelo Centro são a consulta gratuita ao acervo; a utilização e o empréstimo de equipamentos; serviços de conservação e reprografia, tais como: microfilmagem de documentos, duplicação de microfilmes 16 e 35 mm, digitalização de documentos (color e p&b), digitalização de microformas, extração de cópias em papel de microformas; digitalização, masterização e duplicação de depoimentos orais gravados em fitas cassete.

Sua Coordenação e Equipe Técnica também prestam assessorias / consultorias em todas as áreas de especialização do Centro.

## **Publicações**

Enquanto organismo de documentação para pesquisa e preservação, investe na formulação e adequação de metodologias para a organização e descrição de conjuntos documentais de entidades privadas ainda pouco tratadas pela Arquivologia, como é o caso do projeto “Organização, Descrição e Microfilmagem dos Arquivos da Ação Católica Brasileira (ACB)”, especialmente dos arquivos das Juventudes Católicas, dos quais destacamos o da Juventude Operária Católica (JOC), pertencente ao acervo do Instituto Nacional de Pastoral, primeiro fundo organizado, descrito e microfilmado pelo CEDIC.

Como produtos desse projeto, além dos microfilmes processados e duplicados, o CEDIC inaugurou, em 1992, sua *Coleção Memória, Documentação e Pesquisa* com a publicação do **Guia de Pesquisa sobre Igreja e Movimentos Sociais** (volume 1) e do **Inventário do Fundo Juventude Operária Católica: acervo do INP/CNBB** (volume 2). Os dois volumes são produtos do Projeto Organização, Descrição e Microfilmagem dos Movimentos da Ação Católica Brasileira – ACB, financiado pela Comissão Episcopal alemã Adveniat.

Três anos depois, foi lançado o **Guia da Central de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”** – CEDIC/PUC-SP, terceiro volume da Coleção, publicado pela EDUC e parcialmente financiado pela

FAPESP, já utilizando parte dos campos sugeridos pela Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G).

Em 1997, o CEDIC abrigou em sua Coleção a publicação de **São Paulo em Revista**: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedades Paulistana (1870-1930), coordenado pela Profª Dra. Heloísa de Faria Cruz, do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP.

O quinto volume foi publicado pela Imprensa Oficial do Estado em 1998 – **Inventários dos Fundos Juventude Agrária Católica do Brasil, Juventude Estudantil Católica do Brasil, Juventude Independente Católica do Brasil**, que também contou com o financiamento da Adveniat.

O projeto que dará origem ao sexto volume da Coleção – **Inventários dos Fundos Juventude Universitária Católica do Brasil e Ação Católica Brasileira** – ainda se encontra em desenvolvimento.

Além da Coleção Memória, Documentação e Pesquisa, o CEDIC lançou em 1997, ao final do Projeto Diagnóstico da Situação dos Arquivos da PUC-SP, o **Diretório dos Arquivos da PUC-SP**, publicação eletrônica e de divulgação interna, dando início à **Coleção Arquivos Universitários**.

No ano de 2004, foi a vez da publicação especial **Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: fundadas entre 1500 e 1900**, coedição do CEDIC e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, com financiamento parcial da FAPESP. Essa publicação em dois volumes é o resultado do projeto homônimo elaborado e coordenado pelo Centro e desenvolvido por sua Equipe Técnica e alunos da PUC-SP (PBE-CGE/PUC-SP e bolsa de Iniciação Científica – CNPq), contando com o apoio de professores e alunos da PUC-Minas (para a coleta de dados sobre os arquivos das Santas Casas do interior do Estado de Minas Gerais) e da Universidade Católica de Goiás – UCG (para a realização de trabalho semelhante com as Santas Casas da Região Centro-Oeste). Esse projeto foi especialmente desenvolvido, a pedido do Ministério da Cultura, para comemorar os 500 anos do Brasil.

Durante esses 28 anos de existência, o CEDIC vem trabalhando e se aperfeiçoando no sentido de preservar o patrimônio documental do próprio Centro e o da Universidade, facilitando o acesso à informação e aos documentos, apoiando o desenvolvimento de atividades e de projetos voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão, tanto dentro quanto fora da PUC-SP.

Agora, com o projeto **Avaliação dos Arquivos da PUC-SP**, em curso desde janeiro de 2007, o CEDIC visa a apoiar a administração da Universidade, avaliando seus arquivos no sentido de preservar a memória de outros trabalhadores:

---

dos funcionários, professores e alunos que ajudaram, ajudam e continuarão ajudando a construir a história da PUC-SP.

---

### Notas

<sup>1</sup> Em novembro de 2007, o Fundo CLAMOR recebeu nomeação ao Registro do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, da UNESCO, sendo um dos dez arquivos contemplados com o título.

### Referências

**Guia da Central de Documentação e Informação Prof. Casemiro dos Reis Filho** – CEDIC/PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1995 (Coleção Memória, Documentação e Pesquisa, 3).

[http://www.pucsp.br/cedic/principais/acervo/fund\\_colec.php](http://www.pucsp.br/cedic/principais/acervo/fund_colec.php) – Fundos e Coleções pertencentes ao acervo do CEDIC/PUC-SP – consulta realizada entre os meses de julho e dezembro de 2008.

<http://www.pucsp.br/cedic/principais/acervo/hemeroteca.php> – Hemeroteca pertencente ao acervo do CEDIC/PUC-SP – consulta realizada entre os meses de julho e dezembro de 2008.

<http://www.pucsp.br/cedic/principais/acervo/biblioteca.php> – Biblioteca de Apoio pertencente ao acervo do CEDIC/PUC-SP – consulta realizada entre os meses de julho e dezembro de 2008.

## CAPÍTULO 11

**Quando novos personagens entraram no arquivo: o Centro de Documentação Social (CDS) do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS**

**Benito Bisso Schmidt (Coordenador)\***

**Diego Scherer da Silva\*\***

**Georgia Stefânia Manfroi Pinto\*\***

**Iuri Bauler Pereira\*\***

**Marcus Vinícius de Souza Bonugli\*\***

O título deste artigo remete, sem muita sutileza, ao estudo, hoje considerado clássico, de Eder Sader, publicado em 1988, sobre os movimentos sociais que, por seus padrões inovadores de ação coletiva, emergiram como novos sujeitos políticos na Grande São Paulo, entre o final da década de 1970 e o início da de 1980<sup>1</sup>. Nas páginas de seu livro, marcado pela confiança no potencial transformador destes novos sujeitos, pululam homens e mulheres que – nos sindicatos, clubes de mães, comunidades de base, organizações de bairro, etc. – organizavam-se e lutavam, de forma bastante autônoma, por direitos políticos e sociais, como a melhora nos serviços de saúde e das condições sanitárias da periferia, e a liberdade sindical. Hoje, passados vinte anos, já não temos mais a mesma esperança de Sader. A vitalidade daquele momento histórico parece ter se esvaído e muitos dos conhecimentos produzidos pelos novos movimentos sociais, aparentemente, não se configuraram como uma verdadeira tradição, no sentido thompsoniano do termo, dos trabalhadores brasileiros<sup>2</sup>. Também nos demos conta de que nem tudo era tão novo assim naquele período de contestação da ditadura. Por exemplo, o chamado “novo sindicalismo”, como demonstrou Marcelo Badaró Mattos, apresentava tanto elementos de continuidade quanto de ruptura em relação ao modelo sindical dito “populista”<sup>3</sup>. De qualquer forma, a pesquisa de Sader, além de grande qualidade analítica e densidade empírica, revela muito do clima político de uma época; época em que também

---

\* Professor do Departamento e do PPG em História da UFRGS. Diretor do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

\*\* Acadêmicos do curso de História da UFRGS.

---

se iniciou a formação do Centro de Documentação Social, inicialmente Centro de Documentação do Sindicalismo (doravante CDS), que será apresentado neste texto. Escolhemos esta designação para o trabalho, pois ela representa bem os personagens que habitam o “nosso” arquivo, sendo que muitos deles são os mesmos examinados por Sader. Personagens, hoje, já não tão novos, já “históricos”, mas que, sem dúvida, percebiam--se e eram percebidos como novidades no momento em que produziram os registros abrigados no CDS.

A exposição foi dividida em três momentos. No primeiro, propomos algumas reflexões mais gerais sobre o caráter dos arquivos constituídos pelos movimentos sociais que despontaram naquela conjuntura. A seguir, tratamos especificamente do processo de formação do CDS. Por fim, apresentamos a organização atual deste Centro de Documentação.

### **O CDS como monumento**

Todo arquivo é um monumento, no sentido proposto pelo historiador Jacques Le Goff, ou seja, “[...] liga-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) [...]”. Este poder de perpetuação, certamente, não está distribuído de maneira uniforme nas sociedades, pois nem todos os grupos têm as mesmas condições de legar à posteridade os seus registros, as suas lembranças, os seus monumentos. Afinal, ainda segundo Le Goff, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”<sup>4</sup>.

De maneira geral, são os grupos dominantes que conseguem dotar de maior solidez e durabilidade os seus monumentos, enquadrando uma memória que se projeta para o futuro como memória coletiva. Nesse processo de enquadramento, o Estado desempenha um papel fundamental ao selecionar determinados vestígios do passado como aqueles capazes de representar toda uma coletividade. Isso se mostra ainda mais evidente nos períodos ditatoriais, quando se procura apagar – normalmente em nome de uma suposta unidade nacional – todas as lembranças alternativas e controlar os meios de produção e circulação das representações sociais. Contudo, as memórias proibidas, clandestinas não desaparecem; elas continuam a circular em redes informais, no âmbito do privado, “[...] esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”. Tal processo foi examinado pelo sociólogo Michael Pollak na antiga União Soviética. Lá, com a glasnost e a perestroika, ocorreu a “[...] irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir

publicamente”. Uma vez rompido o tabu, as memórias subterrâneas invadiram o espaço público, trazendo reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis<sup>5</sup>.

Acreditamos que este raciocínio pode ser transferido para o contexto da ditadura civil-militar brasileira. Durante sua vigência, as autoridades governamentais procuraram – por meio da repressão e da censura, mas também através de políticas educacionais e culturais – enquadrar uma determinada imagem da nação que, calcada em valores cívicos e religiosos, enfatizava noções como a unidade nacional, a harmonia social e o caráter pacífico do povo brasileiro. Como “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história”<sup>6</sup>, buscava-se as “raízes” daquela situação presente em fatos, processos e personagens passados, que se reatualizavam em filmes; publicações, escolares ou não; comemorações; programas educativos; selos; no ensino de História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB), entre outros veículos e suportes. Neste panorama, as lembranças dissidentes – sobretudo aquelas que remetiam a conflitos e desigualdades – eram negligenciadas e/ou rechaçadas e/ou reprimidas, limitando-se, na maior parte das vezes, ao âmbito do privado ou da clandestinidade.

A partir do final da década de 1970, entretanto, tal situação começou a mudar com a publicação, por exemplo, de livros de memórias de indivíduos que participaram da luta armada. Pouco a pouco, outras obras trouxeram para a arena pública lembranças pouco compatíveis com a memória enquadrada pelos agentes governamentais, enfrentando, quase sempre, a censura oficial. Lembremos, por exemplo, do filme “Pra frente Brasil”, de Roberto Faria, que, em 1982, venceu o Festival de Cinema de Gramado e, quase imediatamente, foi proibido pelo governo. No âmbito que aqui nos interessa, muitos dos “novos personagens que entraram em cena” nesta conjuntura pareciam ter clara consciência da importância da construção e preservação da memória de suas organizações e lutas, da edificação de seus próprios monumentos, da afirmação pública de sua existência.

Os movimentos sociais que então emergiram como sujeitos políticos constituíram a sua identidade a partir da ideia de novidade, de ruptura com o passado, com o “velho”. Suas ações e representações punham em xeque a memória oficial construída pela ditadura (e por uma certa tradição intelectual brasileira), pois enfatizavam as desigualdades sociais e a capacidade de mobilização e de luta de grupos normalmente vistos como pacíficos e passivos. Conscientes de que estavam fazendo história, vários destes sujeitos políticos, ao mesmo tempo em que agiam, preocupavam-se com a memória de suas ações. Muitos estudiosos, igualmente, logo voltaram sua atenção para aqueles “[...] grupos populares os mais diversos que

---

irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos”<sup>77</sup>. Instigados e fascinados, esses intelectuais reforçaram a imagem de novidade dos movimentos e também atentaram para a necessidade de preservação de sua memória.

Assim, no bojo desta preocupação memorial, constituíram-se diversos arquivos “em tempo real”, ou seja, concomitantemente (ou imediatamente após) à organização e à ação dos “novos personagens” cujas experiências eles procuravam monumentalizar. Algumas vezes, foram os próprios movimentos, ou organizações a eles ligadas (sindicatos, pastorais, centros de educação popular e de formação profissional, etc.), que tomaram a iniciativa de guardar e organizar seus documentos. Este é o caso, por exemplo, do Centro Pastoral Vergueiro (CPV), de São Paulo, fundado em 1973, e do Centro de Assessoria Multi Profissional (CAMP), de Porto Alegre, criado dez anos depois. Em outras ocasiões, foram os militantes que, individualmente, se incumbiram da tarefa de reunir e conservar os registros dos movimentos aos quais estavam ligados. Cabe ainda destacar o papel desempenhado pelas instituições de pesquisa e ensino, sobretudo as universidades, na formação de acervos referentes a estes movimentos sociais. Tal é o caso do CDS, objeto do presente texto. Para todos os sujeitos – individuais e coletivos – que se empenharam na formação destes arquivos, a reunião, conservação, organização e disponibilização ao público de tais documentos eram vistos como **atos políticos**; de resistência a uma história/memória oficial desqualificadora, de afirmação de uma identidade combativa (servindo, seguidamente, para a formação/“conscientização” de lideranças e de militantes de base), e de “imortalização” das lutas e ideias que defendiam.

A argumentação que até aqui viemos delineando nos ajuda a entender melhor o caráter destes arquivos e, mais especificamente, do CDS. A documentação que o compõe não foi preservada “espontaneamente”, “por acaso” ou porque era consensualmente vista como significativa. Os registros daqueles movimentos sociais que chegaram ao presente foram escolhidos para se perpetuarem, selecionados, de forma mais ou menos consciente, por diversos agentes em função de opções políticas e de relações de força variadas. Afinal, retornando às considerações de Le Goff, o documento/monumento conservado em um arquivo “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”<sup>78</sup>. Desta forma, julgamos importante lembrar – embora esta constatação possa parecer um tanto óbvia – que, por maior que seja a nossa simpatia pelos homens e mulheres que produziram os documentos abrigados no CDS, ou que neles são referidos, não podemos fazer o papel de ingênuos e cair “nas malhas do feitiço”, acreditando na “espontaneidade”, “autenticidade” e

“verdade” destes registros<sup>9</sup>. É preciso, ao contrário, compreender tal acervo (como qualquer outro) em sua historicidade, como resultado de inúmeras ações voluntárias e involuntárias, de múltiplas operações seletivas, de silenciamentos e esquecimentos. Só assim podemos propor perguntas adequadas a essas fontes e construir uma história que efetivamente faça jus à complexidade das experiências dos “novos personagens” que entraram em cena naqueles anos tão conturbados.

### **As muitas histórias de um arquivo**

O Centro de Documentação do Sindicalismo foi criado em 1984 por iniciativa do sociólogo Antonio David Cattani, no interior do hoje extinto Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE), ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O objetivo inicial do CDS era, segundo seu coordenador, “reconstituir, preservar e divulgar a história e a memória do movimento dos trabalhadores no Rio Grande do Sul”<sup>10</sup>. Para isso, o Centro passou a coletar periódicos, cartilhas, cartazes, adesivos, bottons, panfletos, entre outros materiais, referentes a este movimento, incluindo documentação interna de sindicatos, centrais sindicais e partidos de esquerda. Além disso, organizou clippings de notícias veiculadas em periódicos da grande imprensa brasileira sobre temas ligados ao mundo do trabalho. Muitos destes documentos foram doados ao CDS por militantes e organizações, preocupados com a preservação da memória de suas lutas. Neste momento inicial, o projeto do CDS previa a constituição dos seguintes acervos:

Documentos históricos, que será composto por atas, manifestos, documentos originais, provenientes de sindicatos e de militantes sindicais; Legislação Sindical, que reunirá as leis existentes, em tramitação no Congresso, Legislação de outros países para estudos comparativos; História Oral, onde serão registrados depoimentos de lideranças sindicais e autoridades; Imprensa, que conterà recortes dos maiores jornais em circulação, sobre greves e paralisações; Imprensa Alternativa e Imprensa Sindical, constituído de boletins, cartazes e panfletos; e Arquivo de Organizações Internacionais, que proporcionará informações da Organização Internacional do Trabalho e das Centrais Sindicais do Trabalho<sup>11</sup>.

---

O jornal “Experiência”, produzido pela Faculdade dos Meios de Comunicação Social da PUC-RS, em 1985, saudava a iniciativa como o “primeiro Centro de Documentação Sindical do País” e informava que a verba concedida pela FINEP ao projeto “consiste num dos maiores valores já destinados a estudos na área de ciências humanas no Estado”<sup>12</sup>.

Os pesquisadores ligados ao Centro produziram extensos levantamentos sobre temas como sindicalismo, dissídios coletivos, greves e ameaças de greves no estado no período entre 1945 e 1979<sup>13</sup>. Os trabalhos realizados no IESPE revelam uma forte aproximação do grupo de cientistas sociais e historiadores que o integrava com os efervescentes movimentos sociais que emergiam na cena pública naquela conjuntura, em especial com o movimento sindical. Na mesma reportagem do jornal “Experiência” citada acima, o professor Cattani afirmava:

[...] existe, atualmente, o novo sindicalismo, que tenta romper com toda história sindical, que sempre esteve atrelada ao Estado. “O Estado sempre interferiu nos sindicatos e, durante 40 anos, prevaleceram as normas ditadas pela CLT, que está sendo modificada aos poucos, mas por enquanto, não existem projetos definidos para a elaboração de uma nova legislação sindical. A legislação repressiva, que esteve em vigor durante os anos de autoritarismo, ainda não foi abolida”<sup>14</sup>.

O funcionamento do IESPE foi interrompido em 1987 pela direção da PUC-RS, inclusive com a demissão de pesquisadores a ele ligados. Neste mesmo ano, o acervo do CDS foi incorporado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, passando a funcionar em colaboração com a Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH). Em 1993, um incêndio criminoso destruiu grande parte de seu acervo histórico. Além disso, pesquisadores receberam ameaças em função do potencial “subversivo” da documentação abrigada no Centro.

Esta breve exposição cronológica da história do CDS revela, por um lado, a ligação de determinados setores da academia com os movimentos de trabalhadores que se desenvolveram no Rio Grande do Sul ao longo dos anos 1980, inclusive no que se refere à preocupação com a preservação da memória destes últimos, e, por outro, a repressão patronal e política que atingia, em pleno regime democrático, estes intuitos de preservação de lembranças dissidentes. As tentativas de constituição de monumentos ligados aos grupos sociais subalternos ainda eram vistas como um perigo naquele início da década de 1990.

Apesar dos reveses, o CDS foi reconstituído em 1994 e passou a diversificar seu acervo e seus objetivos. Além dos materiais sobre o movimento sindical, o Centro incorporou a documentação do antigo Curso de Mestrado em Sociologia Rural da UFRGS e, em 1995, a da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) de Porto Alegre. Isso permitiu ampliar substancialmente o acervo nas áreas de trabalho rural e de outros movimentos sociais<sup>15</sup>.

Porém, outro perigo passou a rondar o CDS: o esquecimento. Isso se deveu, provavelmente, ao refluxo que as pesquisas sobre trabalho, sindicalismo e movimentos sociais, em especial aquelas focadas em períodos recentes, experimentaram no âmbito da História e das Ciências Sociais na década de 1990, no momento em que se implantavam as políticas neoliberais no país. Estas temáticas ficaram “fora de moda” e isso contribuiu sobremaneira para o desinteresse pela documentação abrigada no CDS que, pouco a pouco, foi sendo diluída no acervo mais amplo da BSCSH.

Em 2006, o Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS (NPH), criado em 1987 e vinculado ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em História desta Universidade, foi sondado pela chefia da BSCSH sobre seu interesse em incorporar a documentação do Centro. Este Núcleo já abrigava um significativo acervo referente à industrialização e ao movimento operário no Rio Grande do Sul no período de 1870 a 1945 e, por isso, sua direção considerou como plenamente compatível com os objetivos do órgão a incorporação do CDS, entendendo que ela representaria um estímulo às pesquisas sobre trabalho e movimentos sociais por parte dos docentes e alunos de graduação e pós-graduação, justamente quando estas temáticas voltavam a ter centralidade nas áreas da História e das Ciências Sociais, a partir de novas questões e de novos referenciais teóricos e metodológicos.

Ainda em 2006, um projeto de organização e disponibilização ao público do acervo do CDS foi contemplado com recursos no concurso “Memória do Trabalho no Brasil”, implementado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), com o patrocínio da PETROBRAS e do Ministério do Trabalho e Emprego. Uma equipe de pesquisadores e alunos de graduação procedeu, então, a identificação e a higienização da documentação, bem como sua organização, segundo normas arquivísticas, em coleções, sub-coleções e dossiês<sup>16</sup>. Além disso, foi elaborada uma ficha para a catalogação dos diversos tipos de documentos reunidos no Centro, visando à constituição de um instrumento de busca que possibilite pesquisas rápidas e eficientes no acervo, inclusive via internet. Esta organização será apresentada a seguir.

---

Antes, porém, gostaríamos de ressaltar que, como dissemos inicialmente, este material não chegou ao seu estado atual “por acaso”. O CDS foi projetado por pesquisadores simpáticos aos movimentos sociais de trabalhadores que, desde o final da década de 1970, ganhavam destaque na cena pública brasileira; sofreu ações repressivas de diversas ordens, bastante ilustrativas dos impasses que marcaram o processo de redemocratização política do país; reconfigurou seu acervo e seus objetivos em função de diversas injunções acadêmicas e administrativas; e ganhou sua “cara atual” em uma conjuntura na qual aqueles outrora “novos personagens” desarticularam-se, ou foram absorvidos por diversas instâncias governamentais, ou ainda tiveram que adotar outras formas de ação política, e na qual os pesquisadores estabelecem, a partir de novos parâmetros de análise, outra relação com a documentação que o constitui, menos militante e mais técnica. Um monumento de muitas camadas, pois...

### **A organização atual do CDS**

Após a identificação geral e a higienização do acervo do CDS, este foi dividido em quatro coleções<sup>17</sup>, agrupadas, de maneira geral, segundo o seu tipo documental. São elas:

- **COLEÇÃO PERIÓDICOS:** jornais, revistas e boletins de entidades sindicais, partidos e organizações de esquerda, ou alternativos, nacionais (diversos estados) e internacionais, que circularam sobretudo nas décadas de 1970 e 1980.

- **COLEÇÃO PASTAS DE RECORTES:** pastas suspensas organizadas pela equipe do CDS antes de sua transferência para o NPH, contendo recortes (*clippings*) de jornais brasileiros da chamada grande imprensa, sobretudo do Rio Grande do Sul, agrupados de forma temática, com notícias referentes ao mundo do trabalho: categorias profissionais, conflitos laborais (greves), legislação trabalhista e Justiça do Trabalho, movimentos sociais variados, entre outros assuntos, sobretudo dos anos 1970 e 1980.

- **COLEÇÃO DOCUMENTOS VARIADOS ORGANIZADOS EM DOSSIÊS:** constituía a parte mais desorganizada do acervo antes de sua mudança para o NPH e, por isso, demandou uma maior atenção da equipe devido à diversidade de materiais nela incluídos. É composta por diversos tipos de documentos referentes a movimentos sociais variados, grupos e partidos de esquerda, organizações sindicais do Brasil (em especial do Rio Grande do Sul) e da América Latina, produzidos majoritariamente entre meados dos anos 1970 e fins dos anos 1990. Esta coleção foi organizada em seis sub-coleções:

- a) sub-coleção Partido dos Trabalhadores (PT);
- b) sub-coleção Organizações Políticas;

- c) sub-coleção Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- d) sub-coleção Sindicatos e Sindicalismo;
- e) sub-coleção Movimentos Sociais;
- f) sub-coleção Cartazes e outros materiais de propaganda.

Internamente, tais sub-coleções compõem-se de diversos dossiês temáticos, referentes, por exemplo, a eventos (congressos, campanhas eleitorais, etc.), discussões (a constituinte ou a saúde do trabalhador, por exemplo), organizações (partidos e sindicatos específicos, por exemplo) e instâncias e tendências partidárias.

- **COLEÇÃO PUBLICAÇÕES:** composta, basicamente, de dois grandes grupos:

- a) estudos na forma de livros, revistas, trabalhos acadêmicos, catálogos, boletins e textos fotocopiados referentes aos temas englobados no acervo (décadas de 1980 e 1990, prioritariamente);
- b) folhetos e cartilhas diversas produzidas pelo governo, por entidades de trabalhadores e patronais, por movimentos sociais e por partidos políticos (dos anos 1950 aos anos 1990).

Estabelecido este arranjo, os documentos abrigados no CDS foram catalogados em fichas, com os dados alimentando um banco de dados que permite diversas formas de busca: por coleção, por data, por local, por palavras-chave, entre outras. O Banco de Dados está disponível para consulta na página do NPH: [www.ufrgs.br/nph](http://www.ufrgs.br/nph) .

### **O CDS está aberto para pesquisa no NPH:**

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500 – Campus do Vale – UFRGS – Prédio 43311 (IFCH) – sala 214 – Porto Alegre / RS – CEP 91509-900

Fone: (51) 3308 6631

E-mail: [nph@ufrgs.br](mailto:nph@ufrgs.br)

Esperamos que a reorganização do CDS contribua para que os “novos personagens” que entraram em cena em todo o Brasil no final dos anos 1970 e início da década de 1980, reivindicando a democratização política do país e a ampliação dos direitos sociais, reapareçam cada vez mais frequentemente nos estudos acadêmicos de forma a possibilitar um conhecimento consistente do passado e, talvez, o delineamento de projetos de futuro compatíveis com os enormes desafios colocados à sociedade (em especial, ao “mundo do trabalho”) pelo século XXI.

---

## Notas

<sup>1</sup> SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>2</sup> THOMPSON, E. P. Tradición, revuelta y conciencia de clase. Barcelona: Editorial Crítica/Grijalbo, 1984.

<sup>3</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p. 536 e 545, respectivamente.

<sup>5</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, p. 5, 1989.

<sup>6</sup> Idem ibidem, p. 9.

<sup>7</sup> SADER, E., op. cit., p. 26.

<sup>8</sup> LE GOFF, J., op. cit., p. 548.

<sup>9</sup> Aqui parodiamos Ângela de Castro Gomes em seu texto sobre os arquivos privados. GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. Estudos históricos. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n. 21, 1998.

<sup>10</sup> EXPERIÊNCIA. Jornal-laboratório da Faculdade dos Meios de Comunicação Social da PUC-RS. Porto Alegre, 1a quinzena, novembro de 1985, p. 1.

<sup>11</sup> Idem ibidem.

<sup>12</sup> Idem ibidem.

<sup>13</sup> Ver indicação destes estudos em CATTANI, Antonio David. A ação coletiva dos trabalhadores. Porto Alegre: SMCultura/Palmarina, 1991.

<sup>14</sup> EXPERIÊNCIA, op. cit.

<sup>15</sup> O relato da trajetória do CDS realizado até aqui foi baseado em: CDS – Centro de Documentação Social. Porto Alegre: PPG em Sociologia da UFRGS, 1995 (folheto); ESPERANÇA, Clarice Gontarski. A greve da oficina de chumbo. O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2007 (dissertação de mestrado), p. 14-15; e EXPERIÊNCIA, op. cit.

<sup>16</sup> A equipe foi composta pelos autores deste texto, e também por Lizete Kummer (pesquisadora do NPH, doutoranda em História na UFRGS e especialista em arquivos) e Clarice Gontarski Esperança (jornalista e doutoranda em História na UFRGS). O trabalho transcorreu de forma bastante lenta porque grande parte da documentação não apresentava indicações da fonte produtora, da data e do local da produção, o que obrigou a realização de pesquisas bibliográficas que possibilitassem uma identificação mínima de cada documento.

<sup>17</sup> Preferimos a denominação “coleção” à designação “fundo” por julgá-la mais “aberta” e, por isso, mais adequada à variedade de documentos agrupados em cada unidade. Afinal, na organização por fundos, o critério básico é o da proveniência dos documentos (seguidamente pouco clara na documentação do CDS), e, na organização por coleções, é possível agrupar materiais sem uma relação orgânica mais explícita. Ver: PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro, FGV, 2005. p. 25-26. A autora define Coleção como “Conjunto de documentos, sem relação orgânica, aleatoriamente acumulados”; e Fundo como “1. A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos. 2. A principal unidade de arranjo funcional nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo reunidas pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio da proveniência”.

## CAPÍTULO 12

### **Arquivo Edgard Leuenroth: do documento ao conhecimento. A construção do arquivo dos trabalhadores**

**Elaine Marques Zanatta\***

#### **Os primeiros registros**

O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) foi criado em 1974, a partir da aquisição de parte do arquivo pessoal de Edgard Leuenroth, militante anarquista do início do século XX. Pretendia-se reunir, salvaguardar e pesquisar documentação que registrasse a memória operária do Brasil Republicano, mas com o passar dos anos e a crescente doação e aquisição de fundos e coleções documentais, ampliava-se aquela ideia inicial. Ampliavam-se também as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação e centros de pesquisa aos quais o AEL viria a servir como unidade de informação e preservação. Hoje possui extensa documentação sobre a história social, política e cultural do Brasil Republicano e de outros períodos; registros sobre sociedade e política na América Latina e em outros continentes, além de extensa coleção em microfilme de periódicos e documentos do século XIX e de documentos de colonizadores na Ásia, África e América.

O AEL constituiu-se em um importante apoio aos cursos de pós-graduação e de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) bem como atende a solicitações de outras instituições universitárias e da sociedade em geral. Foi institucionalizado através da Portaria GR-248, de 07 de agosto de 1986, pelo Reitor Paulo Renato Costa Souza, portanto 12 anos após o início de seu funcionamento, quando agregou ao nome a qualificação de “Centro de Pesquisa e Documentação Social”. Em 1997, realizou seu primeiro processo de revisão da estrutura administrativa, aprovado pela Deliberação CAD-26, de 09 de fevereiro de 1998, com a seguinte composição: Conselho Diretivo, Diretoria Docente; Diretoria Adjunta (docente);

---

\* Diretora Técnica do Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social, IFCH, UNICAMP.

---

Secretaria Administrativa; Seções de Atendimento, Pesquisa, Preservação e Processamento Técnico. Posteriormente, seu estatuto foi revisado e alterado nos artigos 1º, 4º, 5º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 pela Portaria GR-43, de 29 de junho de 2001, ressaltando-se aqui a alteração do Artigo 1º. relativo aos objetivos da instituição que passaria de:

*[...] desenvolver atividades de pesquisa e documentação social, particularmente no campo da história e da sociologia do trabalho, dos movimentos sociais e das idéias e correntes políticas [...]*<sup>1</sup>.

para:

*[...] desenvolver atividades de pesquisa e documentação social no campo da história e da sociologia do trabalho e dos movimentos sociais, da história do pensamento político e social, e da história da cultura*<sup>2</sup>.

O AEL está inserido na comunidade acadêmica e científica nacional e internacional, latino-americana em particular. Objetiva alargar a excelência do serviço público prestado ao usuário por meio de uma permanente e prioritária ampliação de seu acervo; qualificação do seu corpo técnico, especializado com o apoio da própria instituição; da constante e indispensável atualização da sua infraestrutura técnica e operacional e de uma planejada reformatação do seu acervo, assegurando múltiplo acesso ao patrimônio documental armazenado.

Sua missão é a de dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas áreas das Ciências Sociais, História e Humanidades, oferecendo à sociedade e à comunidade científica um criterioso e sistemático serviço de captação, organização, conservação, acesso e difusão de variadas fontes documentais.

São valores fundamentais do AEL: a salvaguarda do patrimônio documental; a difusão e publicação das informações de domínio público do AEL; a promoção de atividades de pesquisa e de eventos culturais que ampliem o acesso público às informações do arquivo; a constante atualização de conhecimentos e procedimentos técnicos necessários à preservação e divulgação do conjunto documental; o cumprimento das normas técnicas e dos padrões bibliográficos e arquivísticos recomendados por instituições nacionais e internacionais; a elaboração de projetos e outras iniciativas para a captação de novas fontes documentais; a formulação de

projetos e outras iniciativas para o desenvolvimento da preservação, organização, acesso e disseminação do conjunto documental; a colaboração com outros órgãos da UNICAMP no desenvolvimento de ações de preservação, organização, acesso e disseminação de acervos documentais; a colaboração com outros órgãos da UNICAMP para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão, nas áreas das ciências sociais, história e humanidades; a colaboração com instituições externas à UNICAMP em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Constituem princípios inarredáveis do AEL: o compromisso com o caráter público do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias; a preservação da autenticidade e da integridade do patrimônio documental; a garantia de um tratamento igualitário a todos os pesquisadores e usuários; o direito ao pleno acesso às fontes documentais para todos os pesquisadores, de forma a não violar o direito à privacidade do cidadão, segundo estabelecido nos termos de doação; o respeito à legislação sobre direitos autorais; o empenho em manter atualizados e reconhecidamente confiáveis procedimentos de preservação, processamento, acesso e disseminação do conjunto documental.

### **Histórico de sua formação**

Foi o professor Paulo Sérgio Pinheiro, que em Paris, tomou conhecimento da “provável, mítica, existência do arquivo” pessoal de Edgard Leuenroth, até então guardado pelos herdeiros em um galpão no bairro do Brás, em São Paulo. Alguns anos mais tarde, contratado para lecionar e organizar um centro de documentação no IFCH, a convite do então diretor da instituição, professor Fausto Castilho, recebeu das mãos do professor Michael Hall, que conhecia o acervo em poder da família Leuenroth, o contato para iniciar as negociações que durariam cerca de três anos<sup>3</sup>.

Tratava-se do arquivo pessoal de Edgard Frederico Leuenroth (1881-1968) figura humanista e de ideais libertários, responsável pela preservação de grande parte do registro do movimento anarquista e das lutas operárias em São Paulo, no início do século XX. Tipógrafo desde a adolescência, em 1897 publicou seu primeiro jornal “crítico literário”, **O Boi**. Nos primeiros anos de 1900, interessou-se pelo socialismo e frequentou o Círculo Socialista, quando entrou em contato com o pensamento anarquista do qual jamais se afastaria. Em 1903, fundou o Centro Tipográfico de São Paulo e, nos anos seguintes, transformou-o em União dos Trabalhadores Gráficos. Fundou, dirigiu e colaborou com a imprensa operária e libertária por longo período, algumas vezes sob os pseudônimos Palmyro Leal, Frederico Brito, Siffleur, Routh entre outros. Esteve entre o grupo brasileiro de jovens libertários cuja formação influenciaria definitivamente as gerações seguintes.

---

Desempenhou papel de destaque na militância operária do início do século, em especial na greve geral de 1917, em São Paulo, no mesmo ano em que fundou um dos mais significativos jornais do período, **A Plebe**.

Os primeiros congressos operários, a fundação das primeiras organizações operárias, as greves, a literatura, o teatro, a vida cotidiana, a imprensa e a organização política, nada escapou da preservação em função da diversidade e extensão de seu arquivo pessoal. Leuenroth relacionava-se com libertários de outros países – acompanhava o movimento na América Latina e na Europa, correspondia-se com a imprensa operária estrangeira e assim ilustrava com veracidade a imprensa anarquista local. Sua militância e sua inserção no movimento certamente forneceram-lhe as ferramentas necessárias para construir seu interesse pelos registros, não somente da ação política propriamente dita, mas também da sociedade, da cultura e da educação da vida cotidiana, enfim dos trabalhadores daquele inicial século XX.

Sobre Edgard Leuenroth, relatou-nos Jaime Cubero, em visita ao AEL, que desde bem jovem admirava imensamente o experiente militante. E ele, Cubero, perseguia-o encantado por seu ativismo político, quando durante um evento grevista observou que Leuenroth recolhia papéis do chão e guardava-os consigo. Cubero indagou-o sobre sua atitude e ouviu do mestre, como resposta, uma pergunta sobre quem contaria a “nossa” história se aqueles panfletos não fossem recolhidos.

### **Memória da fundação**

Durante as festividades comemorativas<sup>4</sup> do aniversário de 30 anos do AEL, em 2004, os professores Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro e Marco Aurélio Garcia, o primeiro, articulador da aquisição do acervo e fundador do AEL junto com Michael Hall e o segundo, responsável por sua institucionalização em 1986 e pela expansão de seu acervo original, lembraram a influência do AEL “para uma visão mais complexa do anarco-sindicalismo e do aparato repressivo da Primeira República” bem como a fundamental intervenção do professor Zeferino Vaz, à época reitor da UNICAMP, na aquisição e na recepção da documentação. A proposta original teria sido do professor Fausto Castilho – segundo Paulo Sérgio em entrevista<sup>5</sup> a Lígia Belem em 1999 – que tinha um sonho “concorrente” ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, criado em 1973.

Quando em 1971 ingressou no IFCH, o professor Paulo Sérgio obteve a confirmação do professor Michael Hall – docente do IFCH desde essa época – da “real existência do acervo documental”. Receberam do diretor Fausto Castilho a

incumbência de organizar o sonhado “centro de documentação da República”. Desde que as negociações com os herdeiros tiveram início, somaram-se esforços e uma corrida contra o tempo e contra as propostas de compradores estrangeiros. Durante três anos, visitas e conversas se emaranharam em negociações intermináveis com os filhos herdeiros, Germinal e Nilo.

Em carta de 13 de junho, assinada pelos professores Fernando Novais, Ítalo Tronca, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro e José Roberto do Amaral Lapa dirigida ao então diretor do IFCH, professor Manoel Tosta Berlinck e respaldada por pareceres vindos dos especialistas uspinianos, Azis Simão e Antonio Cândido de Mello e Souza, oficializava-se a largada para a consolidação de uma ousadia. Cuidadosamente, em nenhuma linha da missiva apareceram as palavras “anarquista” ou “movimento operário”, apenas “movimento trabalhista do século XX” – artimanhas necessárias para driblar o controle ideológico do momento, “não devemos esquecer a conjuntura política, fim da ditadura Médici”, ressaltava o professor Paulo Sérgio:

*A carta destacava as coleções de jornais e livros e o fato de que muitos pesquisadores estrangeiros já haviam pesquisado no acervo em posse dos herdeiros, ainda para apressar as decisões alertavam para o fato que somente não havia saído do país em razão de legislação pertinente. O foco fora então dirigido às questões relativas às imigrações internacionais, à formação da mão-de-obra industrial no Brasil, a evolução industrial, a constituição da ideologia trabalhista e ao problema do populismo, abarcando assim grandes temas, talvez um pouco mais amenamente anunciados<sup>6</sup>.*

Em novembro de 1973, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) liberou o auxílio<sup>7</sup> de 50 mil cruzeiros e em 7 de janeiro do ano seguinte, o “professor Berlinck solicitou então ao reitor Zeferino Vaz a quantia complementar de 80 mil cruzeiros para acertar o preço, fechado em 130 mil cruzeiros e em 28 de junho a transação foi realizada, com um pequeno abatimento, chegando ao montante de 120 mil cruzeiros”, ainda segundo o professor Paulo Sérgio.

Em 1974, finalmente, a transferência para a UNICAMP deu-se “exclusivamente e graças a intervenção do professor Azis Simão” que os convenceu (os herdeiros) da seriedade do projeto.

“Sem Zeferino Vaz não existiria esse arquivo hoje”, prossegue o professor:

---

*A presença de Zeferino Vaz na reitoria da UNICAMP com os vínculos com seus amigos humanistas da USP e das ciências exatas da FAPESP, especialmente Oscar Sala, que foi quem deu o dinheiro para este arquivo ser comprado, tornaram possível em plena ditadura militar, em uma universidade bastante vigiada – nos lembramos que dávamos aulas com a presença de agentes do SNI e vivíamos sob ameaças de bombas e incêndio<sup>8</sup>.*

A transferência da documentação do anarquista militante do movimento operário para uma instituição pública em plena ditadura militar, financiado com recursos públicos, que se propunha a estudar a organização operária em nosso país, parecia algo impossível. E lembrou ainda – agora sob risos – que,

*[...] exatamente nesta época, o eminente historiador comunista inglês, Eric Hobsbawn em visita à UNICAMP, em 1975, ouviu do professor Zeferino: — O senhor está vendo professor, todos comunistas... todos comunistas mas extremamente competentes!... Quando para o professor inglês, seriam todos ‘camaradas’, e arremata o professor Pinheiro: ninguém enganava Zeferino, ele sabia exatamente o que estava fazendo<sup>9</sup>.*

Certamente as relações políticas e pessoais do professor Zeferino Vaz com Severo Gomes, então nomeado ministro da Indústria e Comércio do governo do general Médici, em 1974, pesaram a favor do pedido de apoio ao primeiro projeto de financiamento para pesquisa no AEL: “Imagens e História da Industrialização no Brasil (1889-1945)”, sob responsabilidade do professor Paulo Sérgio Pinheiro, financiado pelo Ministério da Indústria e Comércio, no período de dezembro de 1975 a abril de 1977. O apoio financeiro ao projeto possibilitou ampliar a recuperação de fontes para a história do movimento operário, nos “melhores” momentos da ditadura militar: “como estudar a industrialização sem olhar para os operários”, justificava o ministro Severo Gomes, pessoalmente, ao presidente Médici, relatou Paulo Sérgio.

Na sequência, em 15 de outubro de 1975, a FAPESP outorgava a quantia de 52 mil e 200 cruzeiros para a organização do acervo, “no sentido de constituição do Centro de Documentação para Estudos Brasileiros do IFCH”<sup>10</sup>.

Em meio a todas estas operações, depois de adquirido parte do que era o arquivo pessoal de Edgard Leuenroth (jornais, revistas, livros, folhetos e uma coleção de postais), o acervo permaneceu de certa forma escondido, nas palavras o

professor Cláudio Henrique de Moraes Batalha, “clandestino”. Sabemos que ficara confinado por alguns meses em uma sala no prédio da reitoria para que não se levantassem suspeitas ou chamasse a atenção e quando foi transferido para o IFCH, ocupou inicialmente uma e depois duas pequenas salas no primeiro piso da Biblioteca do IFCH.

### O primeiro rumo do AEL

O termo de compromisso firmado entre os herdeiros e a UNICAMP, determinou que o nome deveria ser “Arquivo Edgard Leuenroth” e que seria integrado à Biblioteca do IFCH; que o acervo não poderia ser desmembrado e todos seus livros e jornais levariam um carimbo de identidade; assegurava-se que os herdeiros ou demais familiares pudessem solicitar microfilmes ou “xerocópias” para uso pessoal; os demais manuscritos e outras peças não cedidas “e constantes do acervo original” ficariam à disposição para “xerocópias” por parte do IFCH e que, a instituição se comprometia a estudar a viabilidade de publicar quatro livros de autoria de Edgard Leuenroth: **Hinos e Canções Revolucionárias, Guerra a Guerra, Poeira da Barricada e A Influência da Poesia Social na Literatura Brasileira**, assinando que antes de qualquer compromisso editorial o IFCH teria prioridade, “caso se comprometa a editá-las”<sup>11</sup>.

Uma equipe foi contratada<sup>12</sup> para organizar os documentos do Leuenroth; permaneceriam por mais tempo a professora Maria Nazareth Ferreira, bibliotecária, historiadora, pesquisadora da imprensa operária, professora da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, no AEL de 1975 a 1978, e a estagiária do Curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Marisa Zanatta, que permaneceu no AEL, como sua diretora técnica, pelos 25 anos seguintes, tendo se especializado no Arquivo Nacional da França, no final dos anos de 1970, junto com a professora Heloísa Liberalli Bellotto e outras arquivistas brasileiras.

### O ACERVO

#### O segundo rumo do AEL

Poderíamos denominar de “ampliação” ou de “abertura de sua temática”, o fato foi que o AEL, durante os anos seguintes, olhou mais fortemente para os movimentos sociais em geral, certamente pela perspectiva de seu então diretor docente, professor Marco Aurélio Garcia (mandato de 1982 a 1988), que viria a ser também o responsável por sua institucionalização. A época era propícia, pois os movimentos sociais se reorganizavam e muitos arquivos pessoais guardados por militantes, fami-

---

liares, escondidos no exterior e até mesmo enterrados nos quintais, agora estavam disponíveis para doação, em alguns casos, para venda – vivíamos então um fecundo período de disponibilidade de acervos e de uma generosa compreensão de algumas grandes universidades públicas e privadas quanto à necessidade da preservação documental.

A realidade do AEL era aquela em que se dizia: “um acervo chama o outro”; a própria institucionalização publicizava a possibilidade de guarda e preservação. Em um dos momentos de sua entrevista a Lígia Belem, o professor Paulo Sérgio relata que houve mudança na ideia original, primeiro porque se apresentava impossível igualar o acervo inicial do Leuenroth ao que já constituía o CPDOC e os próprios interesses de Pinheiro e Hall, ligados a classe operária. Mesmo assim, seguiram-se arquivos de grande importância e muito consultados, tais como os arquivos pessoais de Octavio Brandão, Evaristo de Moraes, Heitor Ferreira Lima, Maurício de Lacerda, enfim, “uma vocação à Primeira República”. O professor afirma e comenta que houve “uma abertura em termos de temas como repressão, operários contemporâneos e considerou ainda um fator natural, que a simples existência de uma instituição no gênero estimula a doação e aproximação de arquivos assemelhados”<sup>13</sup>.

O professor Hall, também em entrevista<sup>14</sup> a mesma pesquisadora, teceu sua avaliação sobre a expansão do acervo do AEL, considerando de certa forma seu crescimento como ocorrido “por acaso” talvez na intenção de acompanhar a expansão da pós-graduação do IFCH. Avaliou que “a existência de outros arquivos na UNICAMP fez com que o AEL não voltasse suas buscas para temas como literatura ou história local”<sup>15</sup>. Podemos entender então que condicionantes acadêmico-administrativos da UNICAMP contribuíram também para desenhar o perfil do acervo do AEL.

A trajetória pessoal do professor Marco Aurélio Garcia certamente imprimiria um determinismo à ampliação das temáticas do AEL. Seu período à frente da instituição respondeu pela expansão temática que ela alcançou ao longo dos anos de 1980 – a documentação latino-americana, especialmente da Argentina e do Paraguai, a documentação dos movimentos da esquerda brasileira, do movimento homossexual, do movimento estudantil, do IBOPE, do Brasil Nunca Mais, do Teatro Oficina e outros. “O céu é o limite” era a frase lapidar do professor, da qual nos lembramos continuamente.

É preciso observar que, para os familiares detentores de acervos arquivísticos e bibliográficos, a expectativa deles virem a ser recebidos por uma grande universidade e passarem a ter uso público, viabilizava um sonho que simbolicamente

valorizava histórias de vida em favor das lutas democráticas em nosso país. Recolher a documentação era, por vezes, a única alternativa para preservá-la. Lembro, oportunamente, o episódio dos documentos do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, que chegaram ao AEL na calada da noite, em condições inadequadas de conservação e transporte, reagindo à possibilidade de invasão do sindicato pela polícia, apresentando infestação de cupins e exigindo providências adequadas em caráter de urgência, sob risco de comprometer todo o acervo.

Valeria, agora, questionarem-se os motivos pelos quais se recolheram todos os arquivos oferecidos? Por que não se restringira somente ao que completava o núcleo original, em torno do movimento operário e do ideário anarquista? Esta era a ideia de seus pioneiros, mas não foi assim que ocorreu. O AEL acolheu toda a documentação que pudesse expressar a organização social, política e da cultura brasileira, que representasse sua luta e resistência republicana, democrática e cidadã. É fato que perseguiu sua vocação acadêmico-universitária, buscando oferecer melhores condições para a pesquisa, mas também temeu não recolher o que lhe era oferecido com risco de perder definitivamente os registros. Viu-se então o AEL, quase como um arquivo-militante receber conjuntos documentais importantes para memória cultural, social e política brasileira e latino-americana, muitas vezes sem condições físicas e técnicas suficientes para tal.

A mais recente política interna de expansão do acervo do AEL está dirigida à aquisição de milhares de rolos de microfimes com reprodução de documentos bibliográficos e arquivísticos obtidos em instituições em todo o país e também no exterior, por meio de convênios e organismos de fomento. Em várias dessas coleções reproduzidas, o AEL retornou ao núcleo temático inicial, por exemplo, a coleção de 180 rolos de microfimes do **Latin American Anarchist and Labour Periodicals**, com 950 títulos de periódicos argentinos, chilenos, colombianos, cubanos, mexicanos, uruguaios... coletados pelo historiador e anarquista Max Nettlau (1865-1944), conforme nos indica a carta de apresentação do relatório do biênio 2006-2007, assinada pelo professor Sidney Chalhoub<sup>16</sup>.

Atualmente, os grandes temas que organizam a totalidade de fundos e coleções do acervo do AEL, são: Movimento Operário e Sindicalismo; História do Trabalho e da Industrialização; História da Saúde; História da Esquerda; Direitos Humanos e Justiça; História Política; História da Cultura; Movimentos Sociais; Questão Agrária; História Intelectual; História da Antropologia; Colonização Espanhola e Portuguesa na América Latina, África e Ásia.

Se ontem o perfil temático acompanhava os programas de pós-graduação, mas evoluía também com as lutas sociais – não somente as operárias do início do

---

século XX, mas todas as demais lutas da sociedade brasileira e latino-americana – possibilitando uma grande abertura no espectro temático, hoje contamos com diversas excelentes instituições arquivísticas preocupadas no recolhimento, pesquisa e preservação da documentação social, política e cultural brasileiras e os movimentos sociais sinalizam algum interesse em organizarem seus próprios documentos e criarem seus próprios centros de documentação e arquivos, como vemos aqui, o bom exemplo do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC-CUT). A própria expansão temática do AEL, acima citada, ilustra a continuidade do desenvolvimento do seu acervo atrelado à ampliação dos programas de pós-graduação, como por exemplo, o grande tema Colonização Espanhola e Portuguesa na América Latina, África e Ásia.

Os arquivos pessoais ou institucionais originam-se a partir do desenvolvimento das atividades de seus geradores, mas os conjuntos documentais de várias origens, reunidos e institucionalizados nos centros de documentação das universidades não se desvincularam do desenvolvimento dos programas de pós-graduação das mesmas, caracterizando assim um importante elemento em sua própria formação.

### **Os tempos são outros para os profissionais de arquivo**

Nos últimos anos, a Arquivologia vem se consolidando em nossas instituições de ensino superior, com cursos de graduação em diversos Estados brasileiros e na sociedade brasileira, participando de importantes decisões sobre preservação, delineando políticas próprias a partir de associações e congressos. A contribuição do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo (IEB/USP) na formação técnica dos profissionais há mais de 20 anos, foi fundamental para padronizar o fazer cotidiano nas instituições. A ideia inicial do CPDOC, que inspirou os fundadores do AEL, diferencia-se em estrutura e vínculos administrativos, mas continua sendo uma inspiração em desenvolvimento de pesquisa e em disseminação de informação. O Centro de Conservação e Preservação da Fotografia, da FUNARTE, em Santa Tereza, no Rio de Janeiro, traçou uma tendência para a preservação da fotografia, trabalhando na formação de uma geração de especialistas em preservação fotográfica. O Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos executado pelo Arquivo Nacional, pela extinta Fundação Vitae e pela americana Mellow Foundation distribuiu duas edições de preciosa coleção de textos sobre o assunto para bibliotecas e arquivos interessados. Também o Arquivo Nacional liderou entre nós, recentemente, a normalização da descrição arquivística, colocando os arquivos e centros de documentação brasileiros no mesmo patamar de nossos colegas estrangeiros, com o objetivo de ampliar nossa comunicação descritiva.

As centenas de dissertações, teses, artigos e livros publicados que foram viabilizados a partir do uso do acervo do AEL, seja em seu núcleo temático inicial seja em seus novos temas, posteriormente agregados, consolidaram uma significativa contribuição para a história do movimento dos trabalhadores a partir de seus próprios documentos, permitindo-se entender o AEL também como uma instituição dos trabalhadores.

## Resultados

A divulgação do conjunto documental é fundamental para o conhecimento das possibilidades que um acervo oferece. Alguns instrumentos informativos produzidos no AEL mostram-nos os resultados obtidos até então. Entre eles, a *Relação parcial de livros publicados cujas fontes documentais fazem parte do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (1981-2008)*, com 174 livros até julho de 2008 e o *Catálogo de Resumos Teses e Dissertações Pesquisas no Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth*, que em sua 3<sup>a</sup> edição, em 2007, atingiu a marca dos 400 trabalhos acadêmicos cujas pesquisas foram realizadas total ou parcialmente no acervo do AEL. A revista **Cadernos AEL** é distribuída em todo o território nacional e está presente em inúmeras bibliotecas de universidades públicas e privadas brasileiras e em institutos de pesquisa estrangeiros. A *Coleção Instrumentos de Pesquisa* publicou em 2007 quatro títulos ao preço acessível de cinco reais, contribuindo com a divulgação também da descrição arquivística normalizada. Em meio eletrônico, temos a página do AEL ([www.ifch.unicamp.br/ael](http://www.ifch.unicamp.br/ael)) com as possibilidades de acesso à base de dados PESQUISARQ, desenvolvida para os arquivos históricos da UNICAMP e ao Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. Também o **Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth**: o AEL via Internet, de circulação mensal, para o meio arquivístico, usuários do AEL e demais interessados, que tem hoje mais de cinco mil subscrições.

O AEL, em 34 anos de prestação de serviço público, cresceu em acervo, em pessoal, em equipamentos e agora cresce em instalações. Reconhece-se o apoio das reitorias da UNICAMP, das diretorias do IFCH e de suas coordenadorias dos programas de pós-graduação, dos órgãos de fomento, inúmeras vezes parceiros: FAPESP, CNPq, FINEP, CAPES e mais recentemente, o MinC. Foram quase 50 projetos executados em prol da aquisição, renovação, instalação de equipamentos, formação de pessoal e ampliação do acervo. Incluí-se neste reconhecimento o aporte financeiro da UNICAMP e da PETROBRAS para a construção da sede própria do AEL.

Temos hoje um quadro funcional multidisciplinar com 18 servidores, sendo quatro com nível médio, 14 com nível superior dos quais nove com especialização na área de arquivos ou de conservação.

---

Vemos uma revolução informática acontecendo e visualizamos grandes e graves problemas no tocante à reformatação e à legibilidade dos registros. Para fazer frente a esta realidade, temos em curso projeto de microfilmagem com apoio FINEP, que vem possibilitando a reformatação de parte da coleção de periódicos e de alguns dos fundos e coleções. Esta iniciativa amplia as possibilidades do usuário em obter reprodução em mídia digital, de modo que possa levar consigo o material necessário para seu trabalho. A recente organização e reprodução do acervo IBOPE<sup>17</sup> obtiveram apoio financeiro do grupo IBOPE por meio da Lei Rouanet, tarefa de organização que envolveu técnicos, bolsistas, estagiários e empresas especializadas.

Ainda há muito a fazer, mas dando-se continuidade ao que já foi construído e renovando-se com os desafios que certamente estão por vir, o AEL continuará sendo não somente um arquivo da história do movimento operário, mas um grande centro de documentação para todos os trabalhadores, estudantes e pesquisadores que se interessem pela história da sociedade, da política e da cultura brasileira e latino-americana.

### **Quantificação**

Atualizados em 5 de setembro de 2008, estes são os números do AEL:

FUNDO & COLEÇÃO – 91

DOCUMENTO MANUSCRITO – 550 m

JORNAL – 5.926 títulos (4.156 nacionais; 1.770 estrangeiros)

REVISTA – 4.625 títulos (2.651 nacionais; 1.974 estrangeiros)

BOLETIM – 932 títulos (773 nacionais; 159 estrangeiros)

LIVRO – 30.000 (número aproximado)

FOLHETO – 6.091

MAPA – 284

PLANTA – 39

CARTAZ – 2.200

CARTÃO POSTAL – 1.140

PARTITURA – 624

PELÍCULA CINEMATOGRAFICA – 322

REGISTRO FOTOGRÁFICO – 44.835

DIPOSITIVO – 4.001

VHS – 882

CD-ROM – 371

DISCO – 1.330

FITA ÁUDIO CASSETE – 1.687

FITA ÁUDIO ROLO – 320

MICROFILME – 5.839

MICROFICHA – 2.223

---

### Notas

<sup>1</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Deliberação CAD-26, de 09 de fevereiro de 1998.

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Portaria GR-43, de 29 de junho de 2001.

<sup>3</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. O Arquivo Edgard Leuenroth na historiografia brasileira. In: SEMINÁRIO COMEMORATIVO DO ANIVERSÁRIO DE 30 ANOS DO AEL, 2004, Campinas, SP. **Anais eletrônicos...** Campinas, SP: AEL/IFCH/UNICAMP, 2004. Sem paginação.

<sup>4</sup> Trata-se do “Seminário Comemorativo do Aniversário de 30 Anos do AEL: Arquivo Edgard Leuenroth: passado e futuro”, realizado na UNICAMP, nos dias 5 e 6 de outubro de 2004, no Auditório II do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em cinco grandes eixos temáticos, a programação buscou abordar a composição do acervo do AEL e sua ampliação relacionada com o crescimento e desenvolvimento da pesquisa e da produção científica dos próprios temas, a saber: O AEL na Historiografia Brasileira, Anarquismos, Sindicalismos e Mundos do Trabalho, Esquerdas e Cultura, e Movimentos Sociais.

<sup>5</sup> PINHEIRO, P. S. de M. S. Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro: entrevista [23. nov. 1999]. Entrevistadora: Lígia Aparecida Belem. São Paulo: 1999. In: BELEM, Lígia Aparecida. **A constituição da identidade do Arquivo Edgard Leuenroth na Unicamp e na historiografia brasileira**. 2000. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no III Curso de Especialização em Organização de Arquivos, módulo Memória Oral, Universidade Estadual de Campinas, 2000. Mimeografado.

<sup>6</sup> PINHEIRO, 2004.

<sup>7</sup> FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo Humanas e Sociais n. 73/734 “Aquisição do Arquivo Edgard Leuenroth”. Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio, São Paulo, 27 de março de 1974.

<sup>8</sup> PINHEIRO, 2004.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> PINHEIRO, 1999.

<sup>11</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Termo de Compromisso, de 28 de junho de 1974. Considerado o documento de fundação do AEL, assinado por Nilo Leuenroth, Germinal Leuenroth e Manoel Tosta Berlinck. Cláusula 5: *O IFCH se compromete a estudar a possibilidade de publicação de quatro livros de autoria de Edgard Leuenroth: (1) Hinos e canções revolucionárias; (2) Guerra a guerra; (3) Poeira da Barricada e (4) A influência da poesia social na literatura brasileira. Antes de qualquer compromisso editorial dos herdeiros em relação a essas obras, o IFCH terá prioridade, caso se comprometa a editá-las.* (Grifo do autor.)

<sup>12</sup> FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo Humanas e Sociais n. 75/648 “Organização do Acervo Edgard Leuenroth”. Balancete de Prestação de Contas, [Campinas, 05.01.77].

<sup>13</sup> PINHEIRO, 1999.

<sup>14</sup> HALL, M. M. Michael McDonald Hall: entrevista [11. nov. 1999]. Entrevistadora: Lígia Aparecida Belem. São Paulo: 1999. In: BELEM, Lígia Aparecida. **A constituição da identidade do Arquivo Edgard Leuenroth na Unicamp e na historiografia brasileira**. 2000. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no III Curso de Especialização em Organização de Arquivos, módulo Memória Oral, Universidade Estadual de Campinas, 2000. Mimeografado.

---

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney. (Org.). **Relatório de atividades 2006-2007**. Campinas: AEL, 2008. Introdução. Mimeografado. A documentação original recolhida por Max Nettlau deu origem a uma instituição similar ao AEL, o International Institute of Social History (SIIG), em Amsterdã. (Nota da autora.)

<sup>17</sup> Ver: MIRANDA, Vânia R. P. de. O Arquivo Edgard Leuenroth e os benefícios da Lei Rouanet. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 10-13, jul. 2008. Acesso em: <http://www.crb8.org.br/ojs/index.php/crb8digital>. Acesso em: 28 ago. 2008.

# CAPÍTULO 13

## **Memória dos trabalhadores: contribuição do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro**

**Elina Pessanha\***

**Marcos Aurélio Santana Rodrigues\*\***

### **I - O AMORJ**

O Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro é um núcleo de pesquisa e documentação sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É voltado para a recuperação, registro e preservação do patrimônio material e imaterial referente à história do trabalho, dos trabalhadores e suas organizações. Partindo de uma perspectiva bastante abrangente, o AMORJ tem tentado cobrir as características de constituição e trajetória de diversos segmentos da classe trabalhadora, sua experiência de trabalho em diferentes ambientes, seus esforços de reprodução, suas manifestações culturais, suas várias formas de resistência e atuação política, além da história das instituições relacionadas ao mundo do trabalho.

Respeitando a distinção entre a *história*, operação intelectual, que demanda análise e discurso crítico, e a *memória* (dos indivíduos ou coletiva), esta última sujeita a permanentes seleções, omissões – nem sempre voluntárias – e reelaborações durante o processo de sua produção ou reprodução<sup>1</sup>, a proposta do AMORJ pretende possibilitar, entre esses campos, um debate revelador de múltiplas possibilidades<sup>2</sup>. Acredita-se que, com isso, revalorizam-se as formas de “visita ao passado” e de reconstrução da memória à luz do presente, viabilizando a produção de uma história “nova”, mais densa e complexa.

As noções de “experiência” e de “autoconstrução” dos grupos sociais e da “classe”<sup>3</sup> são, nesse sentido, referências centrais ao trabalho, orientando não só a

---

\* Coordenadora do AMORJ (juntamente com a Professora Regina Morel), Professora do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ.

\*\* Responsável Técnico do AMORJ, historiador, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, IFCS/UFRJ.

---

pesquisa e a análise, como, no plano documental, a consideração da lógica interna de organização de informações e coleções de militantes ou institucionais. Num cenário em que ocorreram profundas mudanças no mundo do trabalho<sup>4</sup>, por força dos ajustes capitalistas e na tentativa de desregulamentação das relações trabalhistas<sup>5</sup>, a “tradição”, mais do que representar o atraso, pode se revelar força ativa na defesa de direitos históricos duramente conquistados. Preservá-la é garantir à sociedade e aos grupos sociais que a produziram, ou que a eles se seguiram ou seguirão, a liberdade necessária para apreciá-la e orientar criticamente suas futuras ações.

Neste sentido, a década de 70 do século passado constitui um marco significativo. Inaugurava-se um período de expansão da pesquisa empírica de cunho mais social, com a criação, no país, de cursos de pós-graduação em ciências sociais e história. Os trabalhadores – investigados até então por poucos, embora bons, estudos acadêmicos<sup>6</sup> – tornavam-se progressivamente um importante objeto de análise sociológica, o que sem dúvida refletia o contexto de gradual abertura política do regime militar, das greves operárias antes e depois de 1978, do *novo sindicalismo* e da fundação do PT e da CUT, em 1980 e 1983, respectivamente.

Nestes anos começam a se constituir também diversos projetos de preservação e organização de documentos referentes à memória do movimento operário e das organizações sindicais, assim como de partidos políticos de esquerda, objetivando principalmente a reconstrução de uma história coletiva. O Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), criado em 1987, se juntou a outras iniciativas pioneiras que visavam o “resgate” da memória política e sindical dos trabalhadores brasileiros, como o AEL e o CEDEM, só para citar dois exemplos.

Desde o início dos anos 80, a problemática da preservação da memória e de documentos históricos, particularmente dos trabalhadores, vinha sendo discutida por professores preocupados com a questão, pois não havia até então uma política institucional para gestão deste tipo de documentação no âmbito público. A política de preservação de documentos públicos, de um modo geral, não estava definida, apesar de várias propostas e esforços, principalmente por parte do Arquivo Nacional, que defendia uma política nacional de arquivos. Por outro lado, a documentação histórica, na qual podemos incluir a dos movimentos operários e políticos de esquerda, não tinha um tratamento técnico adequado. Além disso, havia as experiências das décadas de 60 e 70, quando a documentação referente à organização sindical e político-partidária dos trabalhadores ficou sob sérias ameaças, tendo que, em vários casos, ser retirada do país para ser preservada, como foram os caso das coleções de Astrojildo Pereira e de Roberto Morena<sup>7</sup> depositadas em Milão e arquivadas pelo Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB).

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) alguns professores do Departamento de Ciências Sociais e do Programa em Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, que realizavam pesquisas sobre industrialização e trabalhadores, inicialmente com financiamento FINEP e depois no âmbito do Laboratório de Pesquisa Social (LPS)<sup>8</sup>, reuniram os documentos recolhidos por seus respectivos projetos e os organizaram em torno do que viria a constituir o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Os núcleos do LPS realizavam pesquisas no campo do trabalho, nas vertentes sociológica e antropológica, e o AMORJ fazia a gestão da documentação destas pesquisas.

Ao longo dos anos, o AMORJ procurou consolidar essa experiência de documentação e pesquisa, produzindo e publicando catálogos de documentação, cronologias, dossiês, resenhas, biografias, bibliografias. No meio acadêmico teve como público os profissionais e estudantes de Ciências Sociais, História, Educação, Economia e Engenharia de Produção, recebendo também pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e até mesmo de instituições e universidades estrangeiras.

Por outro lado, procurou manter intercâmbio com centros de documentação no Brasil e no exterior e, sempre que solicitado, apoiou projetos de memória conduzidos pelos próprios sindicatos.

No início dos anos 90, a Fundação Ford passou a apoiar o LPS e o AMORJ, financiando alguns projetos. Em 1991, foi lançado o programa de *Memória do PCB*, reunindo diversos arquivos e centros de documentação brasileiros, projeto de que resultaram alguns produtos envolvendo diretamente o AMORJ: a doação de documentos e biblioteca do PCB, pelo já então PPS, ao Arquivo; uma grande exposição sobre a trajetória do PCB, realizada no IFCS/UFRJ; as publicações *Partido Comunista Brasileiro. Os anos de formação (1922 – 1929)* e *O Partido Comunista Brasileiro. Caminhos da Revolução (1929 – 1935)* editados em 1994 e 1995 respectivamente; a doação de várias coleções de militantes. Datam também desse período os primeiros contatos entre o AMORJ e o ASMOB (representado por José Luiz Del Roio), para a aquisição, pela UFRJ, de cópias em microfilmes dos documentos do acervo do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB).

Em 1991, o AMORJ participou, com outros arquivos e centros de documentação, da criação do *Comitê Brasileiro de Centros de Documentação, Formação e Assessoria Sindical* e em 1992 passou a integrar, como representante do Brasil, a diretoria da recém-criada *Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores e suas Organizaciones* (AIRPATO), apoiada pelo

---

PSOE, da Espanha, iniciativa que, infelizmente, não teve continuidade.

Entre 1996 e 2005, o AMORJ recebeu diversas doações de militantes, organizando-as e editando diversos catálogos relacionados a elas. Além disso, vários seminários e encontros foram realizados pelo Arquivo, tanto em homenagem a militantes como Luiz Carlos Prestes, Roberto Morena e Gregório Bezerra, quanto pela memória de acontecimentos políticos, como os 70 anos da Insurreição Comunista de 1935 e os 15 Anos do PT, e ainda sindicais, como o *workshop* sobre trabalho, sindicalismo e justiça. Nesse período teve início também a colaboração entre o AMORJ e a Fundação Perseu Abramo, com vistas à preservação da memória do Partido dos Trabalhadores.

Concluído o financiamento pela Fundação Ford, o AMORJ passou a receber apenas recursos do CNPq para suas atividades e pagamento de bolsistas. A partir de 2005, entretanto, o Arquivo passou a contar com o patrocínio da Petrobras e pôde atualizar seus equipamentos de informática, investir em projetos de informatização dos catálogos, de digitalização de documentos, de reformulação e de atualização do *site*, além da realização de eventos, como a série Estudos Anarquistas em 2007 e 2008, e os seminários Velhos e Novos Direitos do Trabalho, em 2007, e Velhos e Novos Direitos do Trabalho-Diálogo Brasil/Itália, em 2008. Além disso, o AMORJ finalizou, em 2008, para publicação, o livro *Partido Comunista Brasileiro. Da insurreição armada à união nacional (1935-1947)*, o catálogo *Fontes para História do Partido dos Trabalhadores*, e diversos catálogos de coleções. Finalmente, disponibilizou, via internet, a *Biblioteca Virtual Evaristo de Moraes Filho*.

Hoje, com 20 anos de existência, associam-se em torno das propostas do AMORJ professores/pesquisadores e estudantes – bolsistas do CNPq e PIBIC – de três departamentos da UFRJ: Antropologia Cultural, História Comparada e Sociologia. As pesquisas desenvolvidas ligam-se ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – através das linhas de pesquisa “Relações de Trabalho e Relações de Poder” e “Desigualdades Sociais” – e ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, ambos do IFCS<sup>9</sup>.

## II - O ACERVO DO AMORJ

Seu acervo físico – que é caracterizado pela diversidade tanto tipológica quanto de seus colecionadores/doadores – inicialmente reunindo documentação oriunda de algumas pesquisas acadêmicas concluídas, foi progressivamente enriquecido por outras pesquisas, por doações de coleções particulares de militantes sindicais e políticos e de material institucional (muitas vezes porque ameaçado de destruição ou dispersão), e pela reunião sistemática de exemplares da imprensa sin-

dical e local, de dissertações e teses sobre temas afins aos objetivos do Arquivo, etc.

Hoje, esse acervo está distribuído por 02 Fundos e 65 Coleções (Particulares [35], Institucionais [20] e Acadêmicas [10]), e reúne material relacionado a:

- 1) setores profissionais, sindicatos, organizações partidárias e partidos políticos vinculados às classes trabalhadoras – no campo e na cidade – ou aos chamados “setores populares”;
- 2) militantes e lideranças sindicais e político-partidárias expressivas;
- 3) atores e instituições da área dos direitos – e da Justiça – do trabalho.

Compõe-se, o acervo, de documentação arquivística, bibliográfica e iconográfica (em originais, reproduções e microfilmes) e ainda material sonoro e audiovisual. Inclui uma coleção significativa de periódicos, nacionais e estrangeiros com 2542 títulos, organizados e catalogados. Conta ainda com uma Coleção importante de depoimentos orais (mais de 500 fitas gravadas), de militantes sindicais e político-partidários, dos mais variados matizes, entre eles Apolônio de Carvalho, Tibor Sulik, Jorge Bittar, Geraldo Cândido, Washington Costa; e também de atores expressivos da história dos direitos e da Justiça do Trabalho no país, como Evaristo de Moraes Filho, Arnaldo Sussekind, Roberto Santos, Francisco Fausto, e outros.

A documentação reunida tem sido objeto de consulta pela comunidade acadêmica nacional e estrangeira e pelo público em geral. Várias dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em História, nas áreas das Ciências Sociais e outras afins, no próprio IFCS, em outras unidades da UFRJ, nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro e de outras regiões do país, além de algumas no exterior, se beneficiam dos dados, informações e imagens recolhidas no Arquivo.

### **A) O acervo físico**

O AMORJ possui um rico e volumoso acervo físico, distribuído principalmente em fundos e coleções. Os Fundos são dois e se referem à documentação de dois partidos políticos, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores.

O *Fundo PCB* compreende documentação bibliográfica e arquivística, esta cobrindo o período de 1979 a 1991. Foi doado ao AMORJ quando da criação do PPS. A biblioteca reúne mais de 2500 volumes, originários de doações de filiados ao partido. O conteúdo deste acervo bibliográfico é rico em assuntos como política, economia, partidos políticos, movimento sindical, literatura brasileira e estrangeira, história do Brasil e dos países do “bloco socialista”, entre outros.

O *Fundo PT* reúne documentos textuais, documentos impressos, documentos audiovisuais e material museológico, produzidos a partir de 1979. Esse material, referente à trajetória nacional e local da instituição (Rio de Janeiro prin-

---

cipalmente, e alguns outros estados de forma mais modesta) foi em grande parte doado pelo próprio partido, por gabinetes de deputados e vereadores e por militantes, mas também é resultado de levantamentos realizados pela equipe do AMORJ. Recentemente o AMORJ recebeu uma doação (cerca de 200 caixas-box) da executiva local do Partido dos Trabalhadores, documentação essa que começa a ser organizada.

Já as coleções que compõem o acervo, distribuem-se por 3 modalidades: *coleções institucionais*, *coleções particulares* e *coleções originárias de pesquisas acadêmicas*. As *coleções institucionais* reúnem os mais variados tipos de documentação, e foram majoritariamente doadas por instituições sindicais, arquivos, partidos políticos, grupos acadêmicos, organizações várias. Merecem destaque, entre elas: a Coleção Movimentos e Organização dos Trabalhadores Rurais no Brasil – MOTR, doada pela ONG KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço (originária do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação), por intermediação da Professora Neide Esterici (IFCS-UFRJ), compreendendo documentação diversificada sobre a atuação e a luta dos trabalhadores no campo; a Coleção NUPES – Núcleo de Estudos Sindicais, constituída sob a coordenação dos professores José Ricardo Ramalho e Paola Cappellin e a colaboração, entre outros, do Professor Marco Aurélio Santana; a coleção Entidades Sindicais, reunida pela equipe do AMORJ; as Coleções relativas às Centrais Sindicais CUT, CGT, Força Sindical e CAT; as Coleções relativas a partidos políticos, como o PCdoB, PDT, PSB, PSTU e a Reconstrução do Partido Comunista Brasileiro-RPCB; a Coleção Organizações de Esquerda; a Coleção Movimento Estudantil; a Coleção Pastoral do Trabalhador. Destaque-se finalmente, a Coleção Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB), de microfilmes, que foi adquirida pela UFRJ, como já citado anteriormente. Entre seus mais de 90 mil fotogramas, encontram-se os já citados arquivos privados de Astrogildo Ribeiro e Roberto Morena, documentação sobre o exílio pós-64, etc.

As *coleções particulares* são muitas, e também altamente diversificadas em termos de sua origem e do volume e variedade de documentos reunidos, compreendendo documentos textuais, recortes de jornais, correspondência, fotos, etc. Há coleções de militantes sindicais, políticos, e de organizações, compondo uma expressiva amostra do perfil de indivíduos – e indiretamente de instituições – comprometidos com a defesa dos interesses dos trabalhadores, em períodos diversos e com estratégias diferenciadas de ação. A relativa concentração de coleções de militantes do PCB explica-se, como já destacado, em virtude da participação do AMORJ no projeto *Memória do PCB*, em que o Arquivo desempenhou o papel de

principal receptor desse tipo de material documental no Rio de Janeiro.

Entre as *coleções particulares* estão as de Antonieta Campos da Paz, Ângelo Labanca, Eduardo Stotz, Eloíza Felizardo Prestes, Geraldo Cândido, Giocondo Dias, Hércules Correia, João de Deus da Silva, Leôncio Basbaum, Leônidas Cardoso Júnior, Moisés Vinhas, Tibor Sulik e Ulisses Lopes, para citar apenas algumas. Esta última foi doada ao AMORJ por intermediação do Professor Marco Aurélio Santana, e possui fotos bastante expressivas da trajetória do militante sindical e da história do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

As *coleções originárias de pesquisas acadêmicas* se reúnem principalmente em torno de duas linhas: uma mais voltada para a história de trabalhadores e de seus sindicatos, compreende documentação e depoimentos de operários da CSN, da antiga FNM e de estaleiros da Indústria Naval, recolhidos respectivamente pelos Professores Regina Morel, José Ricardo Ramalho e Elina Pessanha. Rico material está presente também nas coleções: Bairro e Fábrica, doada pela Professora Francisca Nogueira (PPGHIS/IFCS); Secretária, uma ambiguidade em feitiço de profissão, doada pela Professora Bila Sorj (PPGSA/IFCS); e Escola de Líderes Operários, doada pela Professora Fátima Tavares (UFJF). Além disso, a Coleção No Calor do Fogo, doada pela Professora Lourdes Canosa, agrega produtos de sua pesquisa com operários da Nova Cosim, siderúrgica paulista.

A outra linha permite recuperar a trajetória da Justiça do Trabalho e a configuração dos direitos trabalhistas, através de documentação e de um banco de depoimentos orais de seus operadores. Refere-se fundamentalmente à pesquisa História dos Direitos e da Justiça do Trabalho no Brasil, coordenada pelas Professoras Ângela de Castro Gomes (CPDOC e UFF), Regina Morel e Elina Pessanha (UFRJ), que contou com o apoio do CNPq e da FAPERJ (Projeto PRONEX) e reuniu farto material, entre textos, documentos, depoimentos e dados coletados através da realização de um *survey*. Aplicado aos mais de 2500 juízes do trabalho de todo o país, o *survey* permitiu traçar o seu perfil sociológico e registrar as suas opiniões sobre temas relativos ao alcance e atuação da Justiça do Trabalho, liberdade sindical e reformas trabalhistas<sup>10</sup>. Os depoimentos orais já parcialmente editados resultaram de entrevistas em profundidade (mais de 30 horas de gravação, cada) com dois construtores de nosso Direito do Trabalho, Evaristo de Moraes Filho e Arnaldo Sussekind, também registrados em livros publicados<sup>11</sup>; e de entrevistas de história de vida (3 horas de gravação em média, cada), com 28 juízes e três procuradores do trabalho, de diversas gerações e regiões do país<sup>12</sup>.

O acervo possui ainda uma coleção de fotos, constituída basicamente por cópias descartadas – doação efetuada pelo Jornal do Brasil no início da década de 90 – e por material constante de outras coleções. A coleção de cartazes referentes a eventos, manifestações, etc., é expressiva, reunindo cerca de 800 peças. O quadro a seguir exhibe o conjunto de fundos e coleções do acervo.

## **Acervo do AMORJ**

### **FUNDOS**

Partido Comunista Brasileiro

Partido dos Trabalhadores

### **COLEÇÕES INSTITUCIONAIS**

Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro

Bancários Perseguidos pela Ditadura e a Luta pela Anistia

Central Autônoma dos Trabalhadores

Central Geral dos Trabalhadores

Central Única dos Trabalhadores

Coletivo Gregório Bezerra

Entidades Sindicais

Força Sindical

Grupo Tortura Nunca Mais

Movimento Estudantil

Movimentos e Organização dos Trabalhadores Rurais no Brasil

Núcleo de Pesquisa Social

Organizações de Esquerda (1969-1974)

Partido Comunista do Brasil

Partido Democrático Trabalhista

Partido Socialista Brasileiro

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

Pastoral do Trabalhador

Reconstrução do Partido Comunista Brasileiro

### **COLEÇÕES PARTICULARES**

Almir de Oliveira Neves

Ana Maria Batista

Angelo Morena

Anita Leocádia Prestes

Antonieta Campos da Paz

Armando Ribeiro

Carlos Latuff

Carlson Magno Barbosa

Celso Rodrigues Maio

---

Djair Dias de Souza

---

Edmundd Frow

---

Eduardo Stoltz

---

Eloiza Felizardo Prestes

---

Geraldo Cândido

---

Giocondo Dias

---

Ingrid Sarti

---

Hamilton Garcia

---

Henrique Ferreira Gama

---

Hércules Corrêa

---

João Angelo Labanca

---

João de Deus da Silva

---

Leôncio Basbaum

---

Leônidas Cardoso Júnior

---

Luiz Branco do Valle

---

Luiz Fernando Gallotti

---

Marcelo Camurça

---

Marcos Jaimovich

---

Marcus Miranda

---

Moisés Vinhas

---

Muniz Ferreira

---

Olímpio Tessari

---

Silvio Tavares

---

Sócrates Gonçalves

---

Tibor Sulik

---

Vicente Lombardo

---

## **COLEÇÕES DE PESQUISAS ACADÊMICAS**

---

No Calor do Fogo

Companhia Siderúrgica Nacional

Escola de Líderes Operários

Estado e Classe Trabalhadora nos Governos Militares (1964-1985)

Fábrica Nacional de Motores

Indústria da Construção Naval do Rio de Janeiro

Secretária: Uma Ambigüidade em Feitio de Profissão

Direitos e Justiça do Trabalho no Brasil

---

O AMORJ disponibiliza ao público, atualmente, catálogos digitais referentes a seus fundos e coleções, além de alguns catálogos temáticos, que destacam partes do acervo, como os sobre Mulheres Militantes, Repressão Política 1964-1985, Documentos Anarquistas e outros. Esse material pode ser consultado em seu *site* na internet ([www.amotj.ifcs.ufjf.br](http://www.amotj.ifcs.ufjf.br)).

---

## **B) O acervo virtual**

O AMORJ tem investido também, mais recentemente, na composição de um acervo virtual, para consulta em computadores colocados à disposição dos pesquisadores ou através da internet. Nesse sentido, conta atualmente com três conjuntos documentais.

1- O primeiro deles refere-se ao material digitalizado da Coleção do *Archivio Storico del Movimento Operario Brasileiro (ASMOB)*, cujos originais estão hoje de volta ao Brasil e abrigados na UNESP, que generosamente tem disponibilizado sua reprodução. A Coleção conta com 22 CDS gravados, referentes a 319 títulos de periódicos que cobrem o período de 1902-1950 e se constituem em fontes preciosas para a pesquisa. A consulta a esse material digitalizado pode ser feita diretamente no AMORJ.

2- A segunda e expressiva iniciativa é resultante da montagem, a partir de vasta documentação pessoal, da *Biblioteca Virtual Evaristo de Moraes Filho*, disponibilizada via internet ([www.bvemf.ifcs.ufrj.br](http://www.bvemf.ifcs.ufrj.br)).

Esta biblioteca virtual é um serviço de informação sobre a trajetória e obra do jurista, sociólogo e membro da Academia Brasileira de Letras, Evaristo de Moraes Filho. Atualmente com 94 anos, o ex-professor das Faculdades de Direito e Filosofia da UFRJ está ligado à história dos direitos do trabalho no Brasil em termos de ensino, pesquisa, atuação como um dos primeiros Procuradores do Trabalho, e propositor de reformas (é autor da proposta de Código do Trabalho, de 1963, abortada em 1964) e princípios constitucionais (fez parte da Comissão Afonso Arinos, que formulou propostas para a Constituição de 1988), sempre no sentido da maior democratização de nossas relações de trabalho<sup>13</sup>.

A organização da Coleção Pessoal do Professor Evaristo, realizada pelo historiador Marcos Aurélio Santana Rodrigues, sob supervisão da Professora Regina Morel, demandou vários anos de trabalho, e o quadro a seguir arrola os documentos cuidadosamente reunidos durante toda uma vida e gradualmente identificados e descritos graças à prodigiosa memória de seu principal ator. Grande parte desses documentos foi digitalizada e essas reproduções fazem parte o acervo virtual da Biblioteca.

# Arquivo

## Evaristo de Moraes Filho

SÉRIES / SUBSÉRIES	Datas-limites
<b>SÉRIE 01. IMPRENSA (recortes)</b>	<b>1934 -2005</b>
01.1. Artigos de Evaristo de Moraes Filho	1934-2000
01.2. Resenhas, artigos e anúncios de livros de Evaristo de Moraes Filho	1943-1986
01.3. Instalação da Justiça do Trabalho / Bahia	1941
01.5. Anteprojeto do Código do Trabalho	1962-1964
01.6. Notícias em geral	1937-2005
<b>SÉRIE 02. FOTOGRAFIAS</b>	<b>1930 -2004</b>
02.1. Fotografias pessoais	1906-2004
02.2. Fotografias em geral	1924-1997
<b>SÉRIE 03. CORRESPONDÊNCIAS</b>	<b>1932 -2004</b>
03.1. Correspondências enviadas em geral	1961-1985
03.2. Correspondências recebidas - "Concurso e posse na cátedra na FND"	1957-1958
03.3. Correspondências recebidas - "Posse na ABL"	1984
03.5. Correspondências recebidas em geral	1932-2006
<b>SÉRIE 04. DIVERSOS</b>	<b>1934 -2007</b>
04.1. Atividades discentes de EMF	1930-1957
04.2. Atividades docentes de EMF	1939-1976
04.3. Funções públicas de EMF	1934-1969
04.4. Diplomas e certificados	1949-1995
04.5. Convites e homenagens	1938-2007
04.6. Concursos públicos	1953-1958
04.7. Cátedra de Sociologia e aposentadoria compulsória	1966-1969
04.8. Congressos e seminários	1953-2006
04.9. Fortuna crítica	1935-1998
04.10. Currículos	-
04.11. Discursos e textos em geral	-
04.12. Instituições e empresas	1974-1985

(RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana, 2008)

3- Finalmente, outra iniciativa em curso no AMORJ, é a organização do Núcleo de Direitos – Documentação e Estudos sobre Direitos Sociais no Brasil –, que deverá reunir documentos, dados, estudos, verbetes, referências, notícias, etc., em diferentes áreas de construção e esforços para a expansão de direitos sociais em nosso país. Trabalho, Gênero, Ambiente, Infância e Juventude, Saúde, são algumas das áreas em que se tem investido para organizar e disponibilizar ao público, via

---

internet, informações necessárias ao exercício pleno da cidadania<sup>14</sup>.

Objetivando colocar rapidamente o material produzido à disposição pública, o Núcleo de Direitos vem se organizando na montagem de um site, que deverá informar àqueles que o consultarem sobre:

a) os principais estatutos, leis, preceitos constitucionais, códigos, convenções internacionais assinadas pelo Brasil, etc., relacionados aos direitos de cada área (Estatuto da Criança e do Adolescente, CLT, códigos ambiental, por exemplo), destacando seus aspectos principais;

b) as principais instituições públicas, privadas, locais, regionais e nacionais de defesa e garantia;

c) textos produzidos sobre os direitos nesses diferentes âmbitos, compreendendo não só textos analíticos de fundo, como verbetes explicativos, comentários, etc., que facilitem a compreensão e reflexão sobre eles<sup>15</sup>. Nesse sentido, a ideia é constituir coleções de textos – documentos, artigos, teses, resultados de pesquisas, etc. – sobre cada um dos âmbitos dos direitos sociais cobertos pelo site, referenciá-los e disponibilizá-los ao público. O Núcleo quer colaborar para aprimorar a transparência das informações e ampliar o manuseio por parte do público em geral quando busca o acesso às instituições que têm como meta a defesa dos direitos. O Núcleo assim se preocupa em estender a consulta *on-line* para além da já existente consulta ao acervo físico do AMORJ.

### **Considerações Finais**

A criação do AMORJ, juntando-se a outras iniciativas que o precederam, foi motivada principalmente pela consideração de que, apesar da importância social da classe trabalhadora e do crescente interesse acadêmico por sua história, os registros materiais de trajetórias individuais e coletivas de seus principais atores não recebiam o cuidado merecido. A partir dessa premissa, o Arquivo se consolidou na pesquisa, preservação, organização e disponibilização dos registros da memória dos trabalhadores e, no caso do Estado do Rio de Janeiro, desempenhou um papel pioneiro que se mantém peculiar, quanto ao recorte temático, até os dias atuais.

Estar, por sua vez, constituído como um arquivo de memória política, sindical, das relações e direitos do trabalho, dentro da universidade, tem vantagens que não podem deixar de ser destacadas. Campo de disputas explícitas, a política envolve interesses e paixões muitas vezes contraditórios. A Universidade, nesse sentido, apresenta-se como espaço possível para abrigar a memória das diferenças que se manifestam mesmo entre aqueles indivíduos e instituições que compartilham a defesa do trabalho e dos trabalhadores, e o AMORJ tem pretendido possibilitar a coexistência e a manifestação dessa diversidade.

## Notas

<sup>1</sup> Cf. Halbwachs, 1990 e Nora, 1993.

<sup>2</sup> Ver De Decca, 1992.

<sup>3</sup> Partimos aqui das reflexões de Thompson, 1987.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de Pialloux e Beaud, 1999; Beynon, 1995; Hyman, 1994; Supiot, 1999.

<sup>5</sup> Cf. Pessanha e Morel, 1999.

<sup>6</sup> Desde os anos 50 foram desenvolvidos estudos sobre a participação dos trabalhadores nas disputas políticas brasileiras. Entretanto, foi a partir dos anos 70, com a emergência de programas de pós-graduação, que os estudos sobre os trabalhadores foram mais sistematizados. Estes estudos alargaram as possibilidades documentais, tanto na tipologia quanto no seu conceito, levando os pesquisadores a enfatizar, principalmente, os periódicos como fontes documentais. Além disso, começava-se a atentar para a preservação dos documentos da classe trabalhadora, na medida em que os pesquisadores necessitavam de suas informações. Muitos desses documentos, que estavam dispersos, começaram a ser reunidos e organizados nos anos 80 e 90.

<sup>7</sup> Militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro. O primeiro – após uma intensa militância anarquista nos anos 10 – foi um dos fundadores do partido em 1922, no qual foi secretário geral até 1931, destacando-se, posteriormente, na imprensa do Partido, tanto como colaborador quanto como responsável. O segundo militou principalmente na parte sindical do Partido. Os documentos colecionados por esses dois militantes foram importantes pela sua quantidade e pela sua variedade, ao ponto de serem os primeiros acervos organizados do ASMOB.

<sup>8</sup> Fundado em 1983 por esse grupo de professores – o LPS, como era chamado –, envolvia vários núcleos de pesquisas, inclusive o AMORJ; o LPS visava integrar e desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão no âmbito das Ciências Sociais, assessorando a movimentos sociais, instituições ou empresas, em um intercâmbio universidade-sociedade.

<sup>9</sup> Fazem parte da Diretoria do AMORJ, os Professores Paola Cappellin, Maria Rosilene Alvim, Marco Aurélio Santana (PPGSA) e Anita Prestes (PPGHC). A Professora Sandra Rebel Gomes (UFF) é consultora do AMORJ para assuntos referentes à documentação e ao acervo virtual. Os atuais bolsistas de Iniciação Científica são Miguel Carvalho Rego, Natália Batista Peçanha, Maria de Lourdes de Lucena Sartor e Marília El-Kaddoum Trajtenberg. Colabora também com o AMORJ o doutorando do PPGSA José Luiz Soares.

<sup>10</sup> Ver Gomes, Pessanha e Morel, 2007 e Morel e Pessanha, 2007.

<sup>11</sup> Os livros são: Gomes, Pessanha e Morel, 2003, e Morel, Gomes e Pessanha, 2007.

<sup>12</sup> Foram realizadas entrevistas no Rio, São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão e Bahia.

<sup>13</sup> Ver Pessanha, Villas Boas e Morel, 2005.

<sup>14</sup> A questão da formatação e existência dos direitos é objeto de estudos clássicos no âmbito da Sociologia, que destacam as lutas históricas para alcançá-los e chamam atenção para a reação conservadora frequentemente acionada para impedir os seus avanços. O trabalho fundamental de Marshall (1987), descrevendo a progressiva e linear conquista – desde o século XVIII – dos direitos civis, políticos e sociais nas sociedades capitalistas ocidentais, assim como a descrição do desenvolvimento da chamada Era dos Direitos (Bobbio, 1992), têm servido de parâmetro para o entendimento do processo de construção da cidadania em vários países. Por outro lado, trabalhos como o de Hirschman (1992), por exemplo, têm analisado a resistência que se opõe a essas conquistas. No caso do Brasil, contribuições como a de José Murilo de Carvalho (1996 e 2001), entretanto, têm chamado atenção para o rompimento da lógica linear de avanço dos direitos exposta por Marshall, já que os chamados direitos sociais teriam sido – com o impulso do Estado pós-30 – os primeiros a vigorar de forma mais ampla em nosso país. As dificuldades e complexidade nos desdobramentos de acesso aos direitos, de toda forma, continuam mobilizando os pesquisadores das questões sociais incentivando-os a fomentar percursos de difusão para o efetivo uso destes direitos por parte dos cidadãos.

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, Alvim, 1988; Cappellin, 2002 e 2004; Giuliani, 1998; Santana, 2003.

---

## Referências

- ALVIM, Maria Rosilene. *Infância e Sociedade No Brasil: Uma Análise da Literatura*. BIB, Rio de Janeiro: 26, 1988.
- ALVIM, Maria Rosilene, FERREIRA JUNIOR, Edísio e QUEIROZ, Tereza (Orgs.), *Jovens & Juventudes*, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.
- AMORJ, *Partido Comunista Brasileiro – Caminhos da Revolução (1929-1935)*. Pessanha, Elina e Malta, Regina (orgs), Rio de Janeiro: Programa de Preservação da Memória do PCB, 1995.
- \_\_\_\_\_, *Partido Comunista Brasileiro – Os anos de formação (1922-1929)*. Pessanha, Elina e Rebel Gomes, Sandra (orgs), Rio de Janeiro: Programa de Preservação da Memória do PCB, 1994.
- \_\_\_\_\_, *Batistinha, o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: AMORJ/ Centro de Memória Ferroviária, 1994.
- \_\_\_\_\_, *Calendário – Metalúrgicos – 89-90*. Rio de Janeiro: AMORJ, 1989.
- BEYNON, Huw.A destruição da classe operária inglesa?, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: n.27, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- CAPPELLIN, Paola. A igualdade de oportunidade nas relações de trabalho: a ética da reparação antecede o dever de responsabilidade. In: A.A.VV, *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*, S. Paulo: 2004.
- \_\_\_\_\_, *Globalizando os direitos; do salário igual à igualdade de oportunidades*, São Paulo: CUT/OIT, 2002.
- CARVALHO, José Murilo, *Cidadania: Tipos e Percursos*, *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: n. 18, 1996.
- \_\_\_\_\_, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- DE DECCA. Edgar. *Memória e Cidadania*. In *O Direito à Memória*, São Paulo: DPH, 1992.
- GIULIANI, Gian Mario. *Sociologia e Ecologia: um diálogo reconstruído*, *Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 41, n.1, 1998.
- GOMES, Angela, PESSANHA, Elina e MOREL, Regina (orgs). *Arnaldo Sussekind – Um Construtor do Direito do Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Perfil da Magistratura do Trabalho no Brasil*. In: Angela de Castro GOMES. (Org.). *Direitos e Cidadania - Justiça, Poder e Mídia*. 1 ed. ] Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990.

- HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da Intransigência*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HYMAN, Richard, Trade Unions and the disaggregation of the working-class. In: Marino Regini (org.), *The Future of Labour Movements*, SAGE/ISA, 1994.
- MARSHALL, T.H., *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1987.
- MORAES Filho, Evaristo. *Introdução ao Direito do Trabalho*, São Paulo: LTR, 1971.
- MOREL, Regina, GOMES, Ângela e PESSANHA, Elina, *Sem Medo da Utopia – Evaristo de Moraes Filho, Arquiteto da Sociologia e do Direito do Trabalho*, SP, Editora LTR: 2007.
- MOREL, Regina e PESSANHA, Elina. A Justiça do Trabalho. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, USP, v. 19, p. 87-109, 2007.
- NORA, Pierre. Entre memória e história (a problemática dos lugares). *Projeto História 10* (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP) São Paulo: 1993.
- PESSANHA, Elina e MOREL, Regina. Magistrados do Trabalho no Brasil: entre a tradição e a mudança. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 37, p. 29-53, 2006.
- \_\_\_\_\_, Mudanças Recentes no Modelo de Relações de Trabalho no Brasil e Novo Sindicalismo. In: Iram J. Rodrigues (org.), *O Novo Sindicalismo Vinte anos Depois*, Petrópolis, Ed. Vozes/EDUC/UNITRABALHO, 1999.
- PESSANHA, Elina, VILLAS Boas, Gláucia e MOREL, Regina (orgs) *Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista*, Rio de Janeiro: Editora Topbooks, ), 2005.
- PIALLOUX, M. e Beaud, Stéphane. *Retour sur la condition ouvrière*, Paris: Fayard, 1999.
- SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990. In: Jorge Ferreira; Lucília Neves. (Orgs). *O Brasil Republicano - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SUPIOT, Alain (org). *Au-delà de l'emploi - Transformations du Travail et Devenir du Droit du Travail en Europe*, Paris : Flammarion, 1999.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



# CAPÍTULO 14

## O Arquivo Lyndolpho Silva

**Luiz Flávio de Carvalho Costa\***

O *Arquivo Lyndolpho Silva* (ALS) está formado por uma parte dos documentos colecionados e guardados por Lyndolpho Silva, um acervo documental digital disponível na internet, obtido a partir de originais manuscritos, datilografados, impressos, fotografias e de áudio, orientado para o tema do sindicalismo rural, dos conflitos e da luta no campo no Brasil, sobretudo no pré-1964<sup>1</sup>. Não se trata de um arquivo pessoal de documentos de caráter privado. Os papéis colecionados por Lyndolpho Silva são documentos de natureza pública, acumulados por ele como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e como um dos principais responsáveis pela organização dos trabalhadores agrícolas do país, e poucas vezes estão referidos a um aspecto privado do colecionador.

A constituição da rede sindical rural brasileira nos anos 1950, inicialmente com o trabalho do PCB e, já no final da década e início dos 1960, também com a Igreja Católica, com os trabalhistas e com o Estado, é uma das mais fortes manifestações do processo de incorporação de largas camadas da população brasileira, antes à margem dos direitos de cidadania, ao processo de democratização do País, implicando em um efetivo aumento da participação e da disponibilidade políticas de amplos setores da população.

Como fenômeno dos anos 1950, o surgimento de uma rede sindical rural é parte de um profundo deslocamento da antiga lógica que presidia as relações sociais no Brasil em direção às novas formas, digamos, mais modernas, de nego-

---

\* Luiz Flávio de Carvalho Costa é professor/pesquisador do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/DDA).

A organização do arquivo foi feita com o apoio de acordos de cooperação técnica da UFRRJ/CPDA com o NEAD/MDA no âmbito do PCT MDA/HICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável (2006/2007); e no âmbito do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - Pronex-MCT (1998-2001). O autor é grato a Ana Lúcia Cardona Silva, Esperança Vico, Paulo Ribeiro Cunha e Raimundo Santos.

---

ciação e de participação política. Para compreender bem o Brasil contemporâneo, haveremos de olhar o que aconteceu nessa fase da história do país. Por sua vez, Lyndolpho Silva tem um papel destacado na construção dessa rede sindical, e seus papéis componentes do arquivo em questão falam sobre esses acontecimentos. Sua presença marcante como ativista no cenário político brasileiro na década de 1950 e na primeira metade dos anos 1960, sobretudo no *espaço rural* (entendamos *espaço rural* além de uma definição puramente funcional), suas escolhas na vida pública e na ação partidária que levaram à criação de uma trajetória pessoal e política sem par, e seus esforços para manter em condições adversas tais papéis, fazem do conjunto da documentação reunida sob o selo ALS um lugar privilegiado da memória do nosso movimento social no campo brasileiro.

### **Breve perfil biográfico**

Filho de pequenos produtores arrendatários, Lyndolpho Silva nasceu em Barretos (SP) em 25 de novembro de 1924. No final da década de 1920, sua família retorna a Mendes (RJ), lugar de origem, onde foi matriculado no grupo escolar. Em meados da década de 1930, com o despejo pelo proprietário do sítio que ocupava, a família se estabelece em Cruzeiro (SP). Depois de trabalhar em frigorífico e padaria locais, Lyndolpho mudou-se aos 16 anos para o Rio de Janeiro, onde aprendeu o ofício de alfaiate e cursou o terceiro ano ginasial. Exerceu a profissão de alfaiate até o início dos anos 1950.

No final de 1946 ele ingressa no Partido Comunista do Brasil (PCB) e sua atividade política então esteve voltada para a fundação de sindicatos paralelos. A partir de 1952, sua militância passa a ser marcada pelas atividades política e sindical voltadas para o campo. Em 1954, sob sua liderança, é fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), da qual será um dos diretores. A partir daí até 1964 sua militância será intensa na organização dos trabalhadores rurais do país. Colaborou regularmente no jornal *Terra Livre*, organizou congressos sindicais como o importante Congresso Nacional Camponês de Belo Horizonte de 1961 e manteve vínculos fortes com organizações internacionais de trabalhadores rurais. No final de 1963, Lyndolpho Silva fundou, com outros companheiros, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), sendo seu primeiro presidente. Em 1965, teve seus direitos políticos cassados por 10 anos. Mas a grande tarefa a que se entregara nos últimos dez anos – a organização e o reconhecimento do trabalhador rural como ator político e a criação de uma extensa rede de sindicatos rurais no Brasil – havia sido realizada.

De 1964 a 1973, ele esteve na clandestinidade sob permanente risco de

prisão. No início de fevereiro de 1973, Lyndolpho se exila na Europa e se estabelece em Praga como um dos três secretários da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP), sendo o responsável pela América Latina. Lyndolpho permaneceu nesse cargo até 1979, período esse em que viajou pela Europa, América Latina, África e Oriente Médio e foi, durante quatro anos, representante da UISTAFP na Organização Internacional do Trabalho.

Em 1975, no exílio, ele se casa pela segunda vez com dona Esperança Vico. Beneficiado pela anistia, volta ao Brasil, São Paulo, em 1979. Vários espaços políticos terão a sua presença marcante, como o Centro de Memória Sindical, o jornal Correio Sindical, o Instituto Astrojildo Pereira. Mais recentemente ele fundou e dirigiu o Instituto Cultural Roberto Morena. Lyndolpho Silva faleceu aos 80 anos na cidade de São Paulo no dia 7 de junho de 2005.

### **O acervo**

A organização do ALS foi e tem sido um problema de difícil solução. Idealmente, devemos manter na forma digital a própria organização do colecionador. Mas nem sempre isso foi possível, infelizmente. No momento optamos por apresentar a coleção por *tipo de documento*, aproveitando as amplas oportunidades que os recursos digitais oferecem de recuperação da informação.

Quanto às características quantitativas, a disponibilização online baseia-se em um conjunto formado por cerca de 240 documentos (mais de 1.200 folhas), cujo período de abrangência se inicia em 1944, com o decreto-lei 7.038 sobre associação sindical das classes rurais, recuperado pela secretaria da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) em 1962, e finda em 1964, com uma ata de posse da diretoria e conselho fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), elaborada em 15 de abril daquele ano.

Do ponto de vista qualitativo, a documentação reunida por Lyndolpho Silva incide sobre o processo histórico de construção do sindicalismo rural no país, além de revelar suas interfaces com organizações e entidades internacionais de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, bem como com o movimento sindical operário.

Organizada a partir de tipos documentais (anotações, atas, correspondência, declarações e discursos, diversos, entrevistas, legislação, listagens, manifestos, relatórios, resoluções e teses), entre a documentação encontram-se apontamentos do titular relativos à organização dos trabalhadores do campo, bem como referentes ao movimento sindical e operário brasileiro.

---

No conjunto das *atas*, recupera-se parte da trajetória institucional da Contag. Em *correspondência* (constituída por cartas, telegramas e circulares) tem destaque o intercâmbio de Lyndolpho Silva com Vincenzo Galetti, secretário-geral da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP), além da troca menos frequente com outros correspondentes. As *declarações e discursos* reúnem principalmente comunicações do titular, de Francisco Julião e de João Goulart no decorrer da realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte, também conhecido como o Congresso Nacional Camponês. Em *documentos diversos*, sobressaem-se normas e estatutos da Ultab. Ao lado disto, há ainda entrevistas de Lyndolpho Silva relativas à organização mundial dos trabalhadores agrícolas e à Contag.

O item *legislações* congrega estatutos, portarias e leis no marco do processo de reconhecimento dos sindicatos rurais. Em *listagens* encontram-se as relações das associações e federações do campo, um trabalho exaustivo da militância em busca das informações sobre a situação dos trabalhadores rurais e dos pequenos proprietários, as tendências políticas, tendo em vista seu processo de organização sindical. Os *manifestos* incorporam posicionamentos públicos destinados aos lavradores e trabalhadores agrícolas, às autoridades e aos cidadãos brasileiros. Na seção *relatórios* há sistematizações do já citado I Congresso Nacional de Belo Horizonte, e em *resoluções*, encontramos propostas e encaminhamentos da Ultab, da Contag, bem como reivindicações acordadas em congressos rurais. Por fim, encontramos na seção *teses* diferentes interlocutores ligados à questão agrária e ao sindicalismo rural, mas não apenas estes, em defesa de opiniões sobre a questão sindical rural brasileira.

### **Lyndolpho Silva e a memória sindical**

Além de incansável ativista e articulista, Lyndolpho mostrou uma outra face da sua militância. Sua preocupação em coligir o material partidário e sindical revela uma profunda percepção da importância daqueles momentos de luta neste país, e da importância de tudo que pudesse servir como registro histórico desse processo de extensão da cidadania. A importância da documentação por ele acumulada para o estudo do sindicalismo rural, e que sobreviveu ao período de repressão, é equivalente ao papel luminar que ele desempenhou na luta pela incorporação do trabalhador rural no processo político brasileiro. Colecionar papéis significativos dessa fase da história do Brasil, cujo valor para as nossas instituições democráticas nem sempre é reconhecido, já teria sido um ato expressivo para a nossa memória. Valoriza a ação as condições pelas quais a guarda foi feita. Os riscos de prisão, de tortura e de morte

certamente foram muito mais altos para aqueles que de uma forma ou outra se envolveram com a preservação dos documentos, como o próprio Lyndolpho, sua viúva, dona Esperança Vico Cardona, familiares e companheiros de luta.

Lyndolpho Silva é o que nós podemos chamar de “homem do Partido”. Pela sua inteligência e habilidade, ele poderia trabalhar em qualquer setor partidário. Mas o indicaram para um dos papéis mais difíceis, que é lidar com trabalhador rural, no mais das vezes distante da cultura urbana, frequentemente desconfiado, por razões justas, do apoio externo, com uma linguagem própria, costumes próprios e diferentes de região para região. Lyndolpho tinha uma incomum capacidade de se comunicar e ser aceito. Hoje mesmo, escutamos depoimentos de antigos companheiros que se emocionam ao falar do seu carisma, companheirismo, de sua lealdade, de sua prodigalidade, de sua abertura nos diálogos. Além do mais, ele tinha a capacidade de escrever, de colocar no papel as ideias que surgiam das muitas discussões de que participava, ou seja, era um verdadeiro intelectual do PCB. Ele conseguia manter um diálogo de alto nível com o trabalhador rural analfabeto, com o dirigente do Partido ou com uma autoridade da República. Portanto, o Partido tinha o homem certo para exercer a militância nessa delicada área que é o meio rural brasileiro.

No final dos anos 1980, tive a sorte de me aproximar de Lyndolpho, mantivemos então longas conversas, especialmente no ambiente do Instituto Roberto Morena, São Paulo, que foram para mim lições de história do Brasil, dadas por um homem inteligente, amável e generoso. Naquela época, ele confiou a mim várias caixas de documentos sindicais, e assim mudou a sua guarda. Mais recentemente, no final dos anos 1990, quando ele estava com a saúde já muito abalada, dona Esperança passou às minhas mãos a outra parte do arquivo que havia permanecido em sua casa. Finalmente, o pesquisador Paulo Ribeiro Cunha, atento à integridade da coleção, fez incorporar ao acervo alguns documentos que havia recebido de Lyndolpho durante o período que com ele conviveu<sup>2</sup>.

Muitos documentos ainda serão incorporados ao arquivo digital. Procuraremos, também, melhorar as condições de navegabilidade do site com a criação de dossiês. A digitalização dos documentos é uma forma eficaz de sua preservação, e a decisão de colocá-los integralmente online levou em consideração um traço da personalidade de Lyndolpho Silva, qual seja a sua generosidade intelectual. Estamos certos de que, ao oferecer essa documentação ao público pesquisador, contribuímos para que se cumpra integralmente seu trabalho em favor da memória.

---

## Notas

<sup>1</sup> Cf. <http://www.ufrj.br/cpda/als/>

Equipe responsável pela organização, classificação, digitalização do ALS: Luiz Flávio de Carvalho Costa (coordenador), Alline Torres, Ana Amélia M. C. Melo e Janaina Tude Sevá. Desenvolvimento da página: Filipe Guazelli.

<sup>2</sup> Cf. Cunha, Paulo Ribeiro da., *O camponês e a História: a construção da Utab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva.* 1ª. ed. São Paulo: IAP/IPSO, 2004. v. 01. 295 p.

## SOBRE OS AUTORES

### **Ana Célia Navarro de Andrade**

#### **São Paulo - Brasil**

Possui Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade de São Paulo - USP (1987) e Mestrado em História Social pela USP (2000), na linha de pesquisa “Historiografia e Documentação”. Historiógrafa do Centro de Documentação e Informação Científica - CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, desde 1992, onde é responsável pelo Programa de Conservação e Reprografia. Professora do Curso de Extensão “Introdução à Política e ao Tratamento dos Arquivos”, promovido pelo CEDIC, Departamento de História e Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP, desde 1998, e do Curso de Especialização em Organização de Arquivos, promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros - IEB e pela Escola de Comunicação e Artes - ECA, da USP, desde 2006. Membro do Grupo de Trabalho para a Avaliação dos Arquivos da PUC-SP e da Coordenação Executiva do Projeto Avaliação dos Arquivos da PUC-SP, desde 2006. Coordena as Jornadas de Atualização Profissional da Associação de Arquivistas de São Paulo, desde 2002, e as Oficinas Como Fazer, desde 2007. Possui diversos trabalhos publicados na área.

### **Antonio José Marques**

#### **São Paulo - Brasil**

Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1989), Especialista em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros e Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (1990), Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1997) e Máster en Archivística pela Universidad Carlos III de Madrid (2006). Ministrou cursos de introdução aos arquivos em faculdades de São Paulo. Consultor para organização de arquivos e implantação de centro de documentação em entidades sociais e sindicais. Atualmente coordena o Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Possui trabalhos sobre a trajetória dos trabalhadores em São Paulo, tendo publicado artigos sobre história do movimento operário e sindical, arquivística e documentação.

---

**Benito Schmidt****Porto Alegre - Brasil**

Possui Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1990, 1992), Mestrado em História pela UFRGS (1996) e Doutorado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2002), com estágio no Centre D'histoire Sociale du XXe Siècle (Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne) (2001). Foi Maître de Conférence na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (2005). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Ministra disciplinas na área de Teoria e Metodologia da História e pesquisa sobre temas como: teoria da história, movimento operário (com ênfase na atuação dos socialistas na Primeira República), memória, gênero biográfico e relações de gênero. Atualmente é diretor do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

**Elaine Marques Zanatta****Campinas - Brasil**

Graduou-se em Ciências Sociais, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) (1979) e em Licenciatura na Faculdade de Educação (FE) (1979) ambas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realizou seu Mestrado em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) (1996). Especialista em Organização e Administração de Arquivos pelo IEB/USP e em Ação Cultural, pela ECA/USP. Professora do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), desde 2004. Ministra tópico especial “Introdução aos Arquivos”, no Curso de História do IFCH como colaboração à formação do corpo discente da instituição. Foi supervisora de seção no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e atualmente é sua Diretora Técnica. Atua também como editora dos *Cadernos AEL* e do *Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth*: o AEL via Internet, publicações institucionais ligadas ao acervo documental e bibliográfico do AEL.

**Elina Pessanha****Rio de Janeiro - Brasil**

Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional) e Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (1986). Realizou pós-doutorado junto à Universidade de Londres. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1978. Atua na graduação em Ciên-

cias Sociais e junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Coordena o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), na mesma universidade. Tem experiência na área de estudos sobre trabalho, com pesquisas sobre formação e trajetória da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, processo de trabalho e resistência operária, sindicalismo, modelos de relações de trabalho e, mais recentemente, direitos do trabalho, legislação trabalhista e Justiça do Trabalho.

### **Filipe Caldeira**

#### **Lisboa - Portugal**

Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2004). Pós-Graduação em Ciências da Informação e da Documentação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2006). Estágio no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2005). Estágio curricular no Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN (Abril – Junho 2006). Atualmente é Técnico Superior de arquivo no Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN, exercendo funções também no seu departamento de Cultura e Tempos Livres.

### **Horacio Tarcus**

#### **Buenos Aires - Argentina**

Doutor em História pela Universidad Nacional de La Plata. Professor e pesquisador da Universidad de Buenos Aires. Tem participado de conferências e seminários em diversas universidades de seu país e do exterior, como Chile, México, França, Itália, Espanha, Alemanha e Áustria. É autor de vários livros, entre eles: *El marxismo olvidado en la Argentina* (1996), *Mariátegui en la Argentina* (2002), *Marx en la Argentina* (2007) e *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la nueva izquierda* (2007). Dirigiu a revista *El Rodaballo* e hoje integra o conselho editor da revista *Políticas de la Memoria*. Em 1998 fundou em Buenos Aires o Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina (Ce-DInCI), do qual é diretor.

### **Inez Terezinha Stampa**

#### **Rio de Janeiro - Brasil**

Possui Graduação em Ciências Sociais (1988) e em Serviço Social (1997) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestrado em Serviço Social (2000) e Doutorado em Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais (2007) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é Gerente de Coordenação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias

---

Reveladas, do Arquivo Nacional e coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem experiência nas áreas de Serviço Social, Sociologia e Arquivologia, com ênfase em estudos sobre o trabalho, trabalhadores e sindicalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, políticas públicas, políticas sociais, privatização, metodologia de pesquisa e processamento e preservação de acervos.

## **John D. French**

### **Duke - Carolina do Norte - Estados Unidos**

Professor de História na Duke University. Possui Doutorado em História Brasileira pela Yale University (1985) com orientação da Dra. Emília Viotti da Costa. Publicou dezenas de artigos, além de vários livros, incluindo *O ABC dos Operários: Lutas e Alianças de Classe em São Paulo, 1900-1950* (1995), *Afogados em Leis: A CLT e a Cultura Política dos Trabalhadores Brasileiros* (2001), e *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box* (1997). Está terminando um livro sobre as origens e trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva e outro sobre direitos operários e a globalização neoliberal. Organizou uma conferência de especialistas brasileiros, em maio de 2008, em Duke com o título “Nutrindo a esperança, aprofundando a democracia e combatendo as desigualdades: Um balanço do governo Lula”.

## **Jaime Antunes da Silva**

### **Rio de Janeiro - Brasil**

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) no período 2005-2007. Atualmente, é Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasil, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), Presidente da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Seção Brasileira), Presidente do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco (MOW), Presidente do Comitê Regional para América Latina e Caribe do Programa Memória do Mundo da Unesco (Cralc-MOW), membro do Comitê Intergovernamental do Programa de Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos (Programa Adai), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, professor de Paleografia e Arquivística no Curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**José Antonio de Mingo Blasco**

**Madri - Espanha**

Licenciado em Geografia e História, especialidade História Moderna e Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid (1987). Desde janeiro de 1990 é arquivista da Fundación 1º de Mayo da Conferación Sindical de Comisiones Obreras (CC.OO.). Desde 1996 é Diretor-Adjunto do Archivo de Historia del Trabajo desenvolvendo a gestão dos arquivos e coleções. Dirige o projeto de criação e desenvolvimento de sistemas de arquivos nas federações estatais de indústria da CC.OO. Tem participado de diversos seminários e congressos na Espanha, França e Itália sobre arquivos do movimento operário na Espanha. Colaborador em diversas publicações sobre história da CC.OO. e relações de trabalho durante o franquismo. É professor nos cursos de doutorado e máster em Arquivística da Universidad Carlos III de Madrid.

**Leonilde Servolo de Medeiros**

**Rio de Janeiro - Brasil**

Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1971), Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983) e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Atualmente é professora associada I no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem pesquisado, sob uma perspectiva sociológica, temas como: movimentos sociais rurais, reforma agrária, assentamentos rurais, políticas públicas e questão agrária. É pesquisadora nível 1C do CNPq e contemplada pelo programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj - Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro.

**Luiz Flávio de Carvalho Costa**

**Rio de Janeiro - Brasil**

Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1973), Mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1976) e Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1991). Atualmente é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: agrarismo, desenvolvimento rural, agricultura, fotografia e campo e cidade.

---

**Marco Aurélio Santana****Rio de Janeiro - Brasil**

Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) com Estágio Doutorando na University of Manchester (1995–1996) e Pós-Doutorado pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2006). Atualmente é professor adjunto de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, trabalhadores, sindicalismo, lutas sociais, história oral e memória social.

**Marcos Aurélio Santana Rodrigues****Rio de Janeiro - Brasil**

Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi bolsista de iniciação científica PIBIC e Balcão pelo CNPq, entre 2000 e 2005. É Supervisor de Documentação e Projetos do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ), desde 2006. Tem experiência nas áreas de história, memória social, documentação, sociologia e antropologia cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, imprensa operária e anarquista, sindicalismo, justiça e direito do trabalho no Brasil. Além disso participa de grupos de estudos sobre memória operária, no AMORJ/UFRJ, e sobre anarquismo, no Grupo de Estudos do Anarquismo (GEA), na Universidade Federal Fluminense (UFF). É mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ.

**Ruth Elena Borja Santa Cruz****Lima - Peru**

Licenciada em História pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima. É professora da Escola de História na mesma universidade. Tem participado de conferências e seminários em Cuba, Uruguai, Argentina e Chile, onde intercambia experiências sobre trabalho arquivístico. Entre 1991 e 1996 participou do Comité Peruano para la Recuperación de los Archivos y Documentación del Movimiento Laboral (COPERAL). De 1998 a 2000 foi responsável pela organização do arquivo administrativo, arquivo fotográfico e vídeos da Asociación Pro Derechos Humanos (APRODEH). Atualmente é responsável pelo Centro de Información para la Memoria Colectiva y los Derechos Humanos de la Defensoría del Pueblo, em Lima.

# PROGRAMA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS

São Paulo – Brasil  
9 a 11 de setembro de 2008

## **Local**

Auditório Domingos Galante  
Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo  
Rua Tamandaré, 348, Liberdade, São Paulo, Brasil

## **9/9/2008 – terça-feira**

8h às 10h

Credenciamento e entrega de material

10h às 11h

Abertura

**Coordenação:** Quintino Marques Severo, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, Brasil

- Palavras de Jaime Antunes da Silva, diretor-geral do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil
- Palavras de Jorge Ruiz Dueñas, presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos, Cidade do México, México
- Palavras de Ana Maria de Almeida Camargo, presidente da Associação de Arquivistas de São Paulo, São Paulo, Brasil
- Palavras de Adriana Lopes, coordenadora executiva do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, Brasil
- Palavras de Artur Henrique da Silva Santos, presidente da Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, Brasil

11h às 12h30

**Mundo dos trabalhadores: a cidade e o campo**

---

**Coordenação:** Célia Reis Camargo, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil  
▪ Leonilde Servolo de Medeiros, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

12h30 às 14h

Almoço

14h às 18h

Primeira mesa

### **Arquivo, memória e cidadania: o sentido dos arquivos**

**Coordenação:** Fernando Teixeira da Silva, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

- Ana Maria de Almeida Camargo, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
- John D. French, Universidade de Duke, Carolina do Norte, Estados Unidos
- Horacio Tarcus, Centro de Documentação e Investigação da Cultura da Esquerda na Argentina e Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

### **10/9/2008 – quarta-feira**

9h às 12h30

Segunda mesa

### **Política de organização: preservação e acesso**

**Coordenação:** Antonio José Marques, Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, Brasil

- Jaime Antunes da Silva, Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil
- Silvestre Lacerda, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal
- Ruth Elena Borja Santa Cruz, Centro de Informação para a Memória Coletiva e Direitos Humanos da Defensoria do Povo, Lima, Peru

12h30 às 14h

Almoço

14h às 18h

**Assembléia Geral da Associação Latino-Americana de Arquivos** (delegados)

### **Primeira Sessão Coordenada**

**Coordenação:** Inez Terezinha Stampa, Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil

- Luiz Flávio de Carvalho Costa, Arquivo Lyndolpho Silva, Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

- Ana Célia Navarro de Andrade, Centro de Documentação e Informação Científica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
- Antonio José Marques, Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, Brasil
- Filipe Caldeira, Centro de Arquivo e Documentação, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, Lisboa, Portugal

### **11/9/2008 – quinta-feira**

9h às 13h

#### **Segunda Sessão Coordenada**

**Coordenação:** Simone Silva Fernandes, Centro de Documentação e Informação Científica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

- Célia Reis Camargo, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil
- Elaine Marques Zanatta, Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil
- Marcos Aurélio Santana Rodrigues, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
- Benito Schmidt, Centro de Documentação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
- José Antonio de Mingo Blascos, Arquivo de História do Trabalho, Fundação 1º de Maio, Confederação Sindical de Comissões Operárias, Madri, Espanha

13h às 14h

Almoço

14h às 17h

#### **Plenária final: propostas, recomendações e moções**

**Coordenação:** Jaime Antunes da Silva, Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil



# PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

## **Promoção**

Arquivo Nacional - Brasil

Associação Latino-Americana de Arquivos

Central Única dos Trabalhadores - Brasil

## **Organização**

Arquivo Nacional

Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas

Associação de Arquivistas de São Paulo

Centro de Documentação e Informação Científica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista

Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

## **Patrocínio**

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário

Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos

## **Apoio**

Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo e Região

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## **Comissão organizadora**

*Ana Célia Navarro de Andrade*

Centro de Documentação e Informação Científica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

*Ana Maria de Almeida Camargo*

Associação de Arquivistas de São Paulo

---

*Antonio José Marques*

Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

*Célia Reis Camargo*

Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista

*Elaine Marques Zanatta*

Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas

*Fernando Teixeira da Silva*

Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas

*Inez Terezinha Stampa*

Arquivo Nacional

*Jacy Barletta*

Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista

*Silvia Regina Linhares dos Santos*

Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

*Yara Aun Khoury*

Centro de Documentação e Informação Científica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## RELATÓRIO FINAL DO SEMINÁRIO RECOMENDAÇÕES

O Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, promovido pela Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), pelo Arquivo Nacional e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi realizado entre os dias 9 e 11 de setembro de 2008, em São Paulo, Brasil, com o patrocínio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos (Programa Adai) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA). Também contou com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo. A organização do seminário esteve a cargo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo do Arquivo Nacional, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista, Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas, Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Associação de Arquivistas de São Paulo. A secretaria do seminário esteve a cargo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.

O Seminário teve por objetivo promover debates sobre os documentos produzidos e reunidos pelos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, bem como sobre as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para o incentivo à recuperação e à preservação dos arquivos dos trabalhadores e suas organizações.

Dirigido a entidades e profissionais com atuação no âmbito dos arquivos dos trabalhadores, teve como público-alvo representantes de entidades sindicais, centros de documentação dos movimentos operário, rural, sindical e popular, arquivos públicos e privados que mantêm sob sua guarda acervos relativos às organizações de trabalhadores, além de arquivistas, historiadores, documentalistas, bibliotecários, estudantes e demais interessados pela temática.

Foram três dias de palestras, exposições e debates com especialistas da Argentina, Brasil, Espanha, Estados Unidos, México, Peru, Portugal e Suíça. Participa-

---

ram 158 brasileiros (Brasília, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo) e 17 estrangeiros (Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Costa Rica, Cuba, Espanha, Estados Unidos, México, Peru, Portugal e Suíça). O Seminário foi extremamente bem sucedido pela representação alcançada e principalmente pela qualidade dos debates e proposições.

Na plenária final foram expostas sucintamente as discussões ocorridas nas mesas de trabalho. Os participantes, depois de discuti-las, aprovaram importantes recomendações dirigidas aos promotores, organizadores, entidades representadas, todos os demais presentes, assim como às organizações dos trabalhadores e instituições que preservam seus acervos. Estas recomendações também deverão ser encaminhadas às organizações que podem incentivar e apoiar uma maior atuação no âmbito dos arquivos dos trabalhadores.

### **Recomendações**

- Encaminhar ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA) a sugestão de criação de uma Seção de Arquivos do Mundo dos Trabalhadores;
- Incentivo à cooperação técnica entre entidades nacionais e internacionais com atuação no âmbito dos arquivos dos trabalhadores para o desenvolvimento de projetos de resgate e preservação de acervos;
- Incentivo à formação e capacitação de profissionais para atuação nos arquivos dos trabalhadores. A CUT Brasil pode enviar esta recomendação para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), particularmente para o seu Centro Inter-Americano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional, com sede em Montevideo, Uruguai;
- A CUT Brasil, como uma das entidades mais representativas na Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA), deve incentivar na mesma discussões sobre os arquivos dos trabalhadores. O objetivo é o incentivo para que sejam criados, nas centrais sindicais, arquivos e/ou centros de documentação para a organização e a preservação dos documentos e da memória dos trabalhadores;
- Criação de uma rede de arquivos e centros de documentação sobre o mundo dos trabalhadores existentes nas Universidades;
- Promover ações junto as agências de fomento sobre a importância de apoiar a criação e manutenção de instituições que preservam acervos produzidos pelos trabalhadores e suas organizações;
- Considerando a existência de fundos e coleções que guardam relações entre si, mas custodiados em diferentes instituições, os arquivos e centros de

documentação devem desenvolver projetos conjuntos, como elaboração de Guias, Inventários, Catálogos, etc.

- Encaminhar ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) a sugestão de criação de uma Câmara Setorial de Arquivos do Mundo dos Trabalhadores;
- Sugerir que o CONARQ disponha em sua página na WEB de informações sobre convocatórias de financiamento de projetos arquivísticos;
- Elaboração de um censo brasileiro dos arquivos do mundo dos trabalhadores. A atividade censitária pode partir da base de dados desenvolvida pelo Arquivo Nacional para o projeto Memórias Reveladas. O responsável por esta atividade será o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.
- Elaboração no âmbito da CUT de um levantamento das entidades sindicais que mantêm centros de documentação;
- A CUT deve indicar e orientar suas representações nos estados e aos seus sindicatos filiados a organização dos seus arquivos. Para isso, pode organizar seminários, encontros, cursos, etc.
- Considerando as particularidades dos registros produzidos pelos trabalhadores rurais, as entidades sindicais, os arquivos e os centros de documentação devem incentivar projetos de história oral, bem como projetos de recuperação e preservação de seu patrimônio imaterial, como cantos, danças, festas, etc.
- Realização a cada dois anos de uma edição do Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos;
- Ampliação da Comissão Organizadora do próximo seminário, como forma de incentivar a participação de um número maior de organizações dos trabalhadores, assim como de outras instituições que atuam para a recuperação e preservação da documentação e memória dos trabalhadores.

São Paulo, 11 de setembro de 2008.





**DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT**  
**2009 - 2012**

Presidente:	Artur Henrique da Silva Santos
Vice-Presidente:	José Lopez Feijoó
Secretário-Geral:	Quintino Marques Severo
Secretário de Administração e Finanças:	Wagner Freitas de Moraes
Secretário de Relações Internacionais:	João Antonio Felício
Secretário de Organização e Política Sindical:	Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação:	José Celestino Lourenço (Tino)
Secretária de Comunicação:	Rosane Bertotti
Secretário de Políticas Sociais:	Expedito Solaney Pereira de Magalhães
Secretária de Relações do Trabalho:	Denise Motta Dau
Secretária da Mulher Trabalhadora:	Rosane da Silva
Secretário da Saúde do Trabalhador:	Manoel Messias Nascimento de Melo
Secretária da Juventude:	Rosana Sousa
Secretária do Meio Ambiente:	Carmen Helena Ferreira Foro
Secretária de Combate ao Racismo:	Maria Júlia Reis Nogueira
Diretores Executivos:	Adeilson Ribeiro Telles
	Antonio de Lisboa Amâncio Vale
	Aparecido Donizeti da Silva
	Dary Beck Filho
	Elisangela dos Santos Araújo
	Jasseir Alves Fernandes
	Júlio Turra Filho
	Junéia Martins Batista
	Pedro Armengol de Souza
	Rogério Batista Pantoja
	Shakespeare Martins de Jesus
	Valeir Ertle
Conselho Fiscal - Efetivos:	Joice Belmira da Silva
	Pedro de Almeida dos Anjos
	Waldir Maurício da Costa Filho
Suplentes:	Marlene Terezinha Ruza
	Rubens Graciano
	Sergio Irineu Bolzan

Formato: 160x230  
Tipologia: Bembo  
Papel: AP LD75  
Tiragem: 1.000 exemplares  
Impressão: Bangraf  
Rua Bertolina Maria, 191  
Fone: (11)2940-6400 - São Paulo - SP  
Abril 2010  
2ª edição